



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História

OS ÍNDIOS XUKURU E A SERRA DO ORORUBÁ: História, Natureza e o trabalho indígena no universo agroindustrial em Pesqueira/PE (1940-1960)

Edmundo Cunha Monte Bezerra

SALVADOR

2020

Edmundo Cunha Monte Bezerra

OS ÍNDIOS XUKURU E A SERRA DO ORORUBÁ: História, Natureza e o trabalho indígena no universo agroindustrial em Pesqueira/PE (1940-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Profa. Dra. **Maria Hilda Baqueiro Paraíso**.

SALVADOR

2020



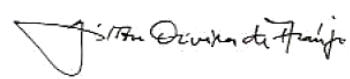
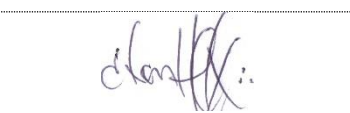
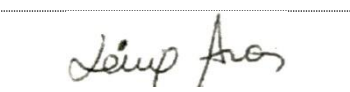
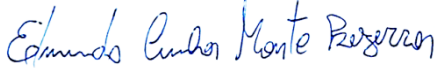

B574 Bezerra, Edmundo Cunha Monte
Os índios Xukuru e a Serra do Ororubá: história, natureza e o trabalho indígena no universo agroindustrial em Pesqueira/PE (1940-1960) / Edmundo Cunha Monte Bezerra. – 2020.
214 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Índios Xukuru. 2. Agroindústria - Pesqueira (PE). 3. Indígenas – Trabalho.
I. Paraíso, Maria Hilda Baqueiro. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.36

ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Edmundo Cunha Monte Bezerra	215117245	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO OS ÍNDIOS XUKURU E A SERRA DO ORORUBÁ: História, Natureza e o trabalho indígena no universo agroindustrial em Pesqueira/PE (1940-1960)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Maria Hilda Baqueiro Paraíso (UFBA - orientadora)		
Bartira Ferraz Barbosa (UFPE)		
Dilton Oliveira de Araújo (UFBA)		
Edson Hely Silva (UFPE)		
Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)		
ATA <p>Aos trinta dias do mês de março do ano de 2020, de forma remota conforme as instruções de isolamento social devido ao COVID19, realizada pelo Skype, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Edmundo Cunha Monte Bezerra, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado (forma remota), resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.</p>		
PARECER GERAL <p>Ante a riqueza do tema, a qualidade e diversidade das fontes usadas, o ineditismo do tema, a relevância em demonstrar a situação de índios no sertão de Pernambuco e suas formas de resistência, a banca deliberou pela sua aprovação.</p>		
SSA, 30/03/2020: Assinatura do aluno: 		
SSA, 30/03/2020: Assinatura da orientadora: 		

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Zélia Monte e Raimundo “Pancho” Bezerra.

Aos meus filhos, Aline e Antônio.

Agradeço à orientadora, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, por acreditar, apoiar, cobrar e pela contribuição aos estudos acadêmicos sobre “Os Índios na História”, ao aceitar o desafio e me proporcionar à produção desta Tese sobre o povo Xukuru do Ororubá.

Ao amigo, professor e sempre orientador, Edson Silva, e sua companheira e amiga Maria da Penha. Muito obrigado pelo apoio irrestrito e compartilhamento de diversas fontes utilizadas neste estudo.

À Tina Monteiro, Humberto “Angolano” Dobrões e família.

À Maria Isabel Carvalho, pelo suporte e companheirismo.

Ao amigo Hugo Dobrões e família.

Em Rio Branco/AC, minha gratidão aos amigos Ronaldo e Marizete.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

Ao povo Xukuru do Ororubá pela confiança, mais uma vez, depositada.

Na Aldeia Lagoa, meus agradecimentos aos Timóteo Sobrinho: Dona Socorro, Seu Zé, Dodô, Márcia, Marcela, Eduardo e Pâmela.

À Carol Xukuru e família, muito obrigado por uma década de suporte na Terra Indígena Xukuru do Ororubá.

Igualmente, expresso meus agradecimentos a Cecílio Xukuru e família; importante liderança indígena, sempre solícito e um guardião da memória do seu povo.

Aos colegas e amigos professores da UFAC que, além de estenderem a mão durante o período de docência como professor substituto na Instituição, foram grandes incentivadores na minha caminhada rumo ao doutorado: Márcio Roberto, Daniel, Eusébio, Jacó, Sandra, Pinheiro, Célia, Ricardo, Maria de Jesus, Elder e Patrícia.

Aos ex-alunos/as da UFAC pelo apoio e incentivo ao doutorado, em especial Tânia Cristina e Ilceu.

Aos professores Carlos e Émerson (Rio Branco-Acre).

Aos colegas da turma do doutorado (2015) na UFBA, e todos/as aqueles/as no convívio no PPGH/UFBA.

Agradeço às amizades construídas na época dos estudos em Salvador: Marcial Saavedra e família, Karine Damasceno, Lucas Ribeiro, Halysson Fonseca.

À professora Fátima Pires, pelo convívio acadêmico, sugestões e ensinamentos.

Aos servidores/as públicos/as e colaboradores/as do PPGH-UFBA que se dispuseram a ajudar com informações diversas sobre atividades acadêmicas e afins, na Universidade Federal da Bahia.

Em Afogados da Ingazeira/PE, agradeço o apoio dos colegas, ex-alunos/as e orientandos da Faculdade do Sertão do Pajeú (FASP): Professor Wilson, Arthur da Xerox, Professor Fábio, Cláudia (Secretária), Rafaela, Lucicleide, Cácio e Marcos.

Ao companheiro de conversas futebolísticas na UFBA: Edilson, torcedor do “Baêa” e freguês fidelíssimo do Santa Cruz Futebol Clube!

Aos colegas e amigos dos GT’s da ANPUH: “Os índios na História” e “História Ambiental”.

Aos professores/as Dilton Araújo (UFBA), Gino (UFBA), Lina Aras (UFBA), Gabriela Sampaio (UFBA), Alison (UFBA), Bartira Barbosa (UFPE), Christine Dabat (UFPE), Eurípedes Funes (UFC) e João Paulo (IFPI).

Em memória de:

Hermes Cristo Cunha

Adenoria Ferreira Monte

Aurelyanna Christine Bezerra Ribeiro

Maria Sônia da Silva Melo

Edmar Machado

Maria do Carmo Feijó de Melo

RESUMO

Neste estudo, analisamos as experiências de trabalho dos Xukuru do Ororubá na agroindústria em Pesqueira/PE, entre as décadas de 1940-1960, como agricultores, fornecedores de frutas e operários nas indústrias instaladas naquele município, sobretudo na Fábrica Peixe. Pensamos os percursos teórico-metodológicos a partir dos relatos de memórias orais dos indígenas, e de uma diversidade de registros documentais e bibliográficos cujos enfoques e abordagens dialogaram ou discutiram sobre a presença dos índios e outros sujeitos sociais nos mundos do trabalho, somando-se aos estudos e pesquisas nos campos da História Social e Ambiental. Em nossas análises, também buscamos evidenciar as mudanças ambientais ocorridas na Serra do Ororubá, onde habitam os Xukuru, em razão das ações de fazendeiros criadores de gado e industriais, diante da diversidade de recursos naturais destinados, principalmente, aos engendramentos fabris. Como exemplo, elencamos as extensas áreas desmatadas para a monocultura do tomateiro, utilizado na fabricação de polpas, extratos e outros tipos de conservas. O recorte temporal foi pensando a partir dos relatos de memórias dos índios Xukuru do Ororubá sobre o ambiente de moradia e das experiências de trabalho na agroindústria, em meados de 1940. E o período final de nossas análises, no início da década de 1960, está relacionado à estratégia adotada, na época, pelos diretores das Indústrias Peixe para manutenção das atividades, com o chamado “Sistema de Parceria”, motivando a substituição do trabalho temporário assalariado e o aumento da exploração da mão de obra na região. Buscamos com a pesquisa realizada, ampliar os conhecimentos sobre os índios na História do Nordeste, a partir da ótica dos próprios Xukuru do Ororubá, e também contribuir com as discussões e análises que evidenciam os protagonismos dos índios na História de Pernambuco.

Palavras-chave: índios Xukuru; agroindústria; Serra do Ororubá; Pesqueira; Fábrica Peixe.

ABSTRACT

In this study, we analyzed the work experiences of the Xukuru do Ororubá in the agroindustry in Pesqueira/PE, between the 1940s and 1960s, as farmers, fruit suppliers and workers in industries installed in that municipality, especially at Fábrica Peixe. We think about the theoretical and methodological paths based on the reports of oral memories of the indigenous people, and a diversity of documentary and bibliographic records whose focuses and approaches dialogued or discussed about the presence of the indians and other social subjects in the worlds of work, adding to the studies and research in the fields of Social and Environmental History. In our analyzes, we also seek to highlight the environmental changes that have occurred in the Serra do Ororubá, where the Xukuru inhabit, due to the actions of cattle ranchers and industrialists, given the diversity of natural resources destined, mainly, to industrial developments. As an example, we list the extensive areas deforested for the monoculture of tomatoes, used in the manufacture of pulps, extracts and other types of canned products. The time frame was based on the reports of memories of the Xukuru do Ororubá indians about the living environment and work experiences in the agro-industry, in the mid-1940s. And the final period of our analysis, in the early 1960s, is related to the strategy adopted, at the time, by the directors of Indústrias Peixe for maintenance of activities, with the so-called "Partnership System", motivating the replacement of temporary salaried work and an increase in the exploitation of labor in the region. With the research carried out, we seek to expand knowledge about the indians in the History of the Northeast, from the perspective of the Xukuru do Ororubá themselves, and also to contribute to the discussions and analyzes that show the protagonism of the indians in the History of Pernambuco.

Keywords: Xukuru indians; agribusiness; Serra do Ororubá; Pesqueira; Fábrica Peixe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta Corográfica da Província de Pernambuco (1880), com adaptações	21
Figura 2 – A Serra (Planalto) da Borborema nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.....	22
Figura 3 – Mappa Topographico da Parte da Província de Pernambuco (1823), com adaptações.....	27
Figura 4 – Recorte de jornal (1939), destacando o Decreto do Interventor Federal no estado de Pernambuco, onde “As villas de Arrayal do Vasques e Aldeia Velha, pertencentes, respectivamente, aos municípios de Salgueiro e <u>Bello Jardim</u> , passam a denominar-se ‘Vasques’ e ‘Xucuru’.”	28
Figura 5 - Localização da mesorregião do Agreste de Pernambuco, na transição entre a Zona da Mata/Litoral (Leste) e o Sertão (Oeste); e dos municípios de Pesqueira e Poção, onde habitam os índios Xukuru do Ororubá.....	38
Figura 6 – Mapa elaborado em 1813, destacando as antigas terras dos missionários no interior da Capitania de Pernambuco	41
Figura 7 – Mapa da Terra Indígena Xukuru do Ororubá (2007), com 27.555 ha. Em destaque, as três regiões climáticas, chamadas pelos índios de “Ribeira, Serra e Agreste.”	64
Figura 8 – Mapa do Semiárido Brasileiro (2005). Em destaque, os municípios de Pesqueira (vermelho) e Poção/PE (amarelo), onde se localiza a área indígena Xukuru do Ororubá.....	66
Figura 9 – Paisagem da Serra do Ororubá em 1956.....	67
Figura 10 – Mata de brejo na Aldeia Pedra D’Água, na Serra do Ororubá, em um período de seca severa na região Agreste. Muitos xukurus utilizavam apenas a água (comprada) nos carros-pipa	70
Figura 11 – Leito do rio Ipojuca, região da Ribeira, na Serra do Ororubá. O verde da vegetação enriquece a bela paisagem agrestina	74
Figura 12 – Inauguração, provavelmente em 1926, no Recife, da Fábrica de Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco	78
Figura 13 – Fachada principal da Fábrica Peixe, no Centro da cidade de Pesqueira/PE	83

Figura 14 – Maria das Dores Timóteo de Lima, e o marido, Antônio Timóteo de Lima (falecidos). O casal de índios Xukuru habitava a Aldeia Lagoa.....	96
Figura 15 – Fotografia: alguns xukurus foram enterrados no topo desta serra, na Aldeia Cana Brava	101
Figura 16 – Estrada de acesso à área mais habitada (o “centro”) da Aldeia Cana Brava	106
Figura 17 – Imagem da Barragem de Santana em 1929, na Serra do Ororubá....	110
Figura 18 – Propaganda da goiabada Peixe em 1927, destacando a qualidade da matéria-prima	116
Figura 19 – Plantação de tomate em uma “encosta em Pesqueira”	119
Figura 20 – Mulheres trabalhando em uma plantação de tomates da Fábrica Peixe	125
Figura 21 – Trecho de notícia publicada em 1933, no Diário de Pernambuco, sobre a cooperação das Fábricas Peixe, com diversas filiais instaladas em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, para a promoção do “Dia do Tomate”	127
Figura 22 – Casas de famílias operárias no Bairro da Mandioca, Pesqueira/PE, em 1955	137
Figura 23 – Carteira de trabalho de um Xukuru operário na “Peixe”, com registros de 1957-1959	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Prováveis lugares/espços habitados ou percorridos pelos Xukuru nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX	29
Tabela 2 – Estimativa da população geral nas Freguesias de Cimbres e Garanhuns, em 1774	35
Tabela 3 – Parcela da produção dos Xukuru em 1777, paga como dízimo à “Sua Majestade Fidelíssima”	46
Tabela 4 – Estudo estatístico dos dados pluviométricos em Pesqueira/PE (1910-1957). O método de análise utilizado “foi o dos polinômios ortogonais.”	111

LISTA DE SIGLAS

- ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife/PE).
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
- CPqAM – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- FIAM – Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco.
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz.
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.
- GT – Grupo de Trabalho.
- IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IR4 – 4ª Inspeção Regional do SPI (Recife).
- PPGH – Programa de Pós-Graduação em História.
- SPI – Serviço de Proteção aos Índios.
- SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
- TI – Terra Indígena (Xukuru do Ororubá).
- TRT6 – Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
- UFBA – Universidade Federal da Bahia.
- UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.
- UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

..... 14

CAPÍTULO I

OS XUKURU DO ORORUBÁ NOS “SERTÕES” (XVII-XIX): HISTÓRIA E PROTAGONISMOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

- 1.1. Olhares interdisciplinares e contribuições historiográficas: os etnônimos, (geo)grafias e mobilidade espacial dos indígenas nos sertões 20
- 1.2. Sesmarias para gado nos sertões: conflitos entre índios, missionários e colonizadores 32
- 1.3. “Novas vilas e lugares”: os Xukuru e a política indigenista do Marquês de Pombal 42

CAPÍTULO II

AS PECULIARIDADES DOS AGRESTES: HISTÓRIA E NATUREZA

- 2.1. Os Xukuru do Ororubá enquanto sujeitos da/na História 57
- 2.2. A Serra do Ororubá e o/s agreste/s em Pernambuco 59

CAPÍTULO III

“ERA TANTA CAIXA DE GOIABA QUE SAÍA DAQUI DA ALDEIA!”. AS MEMÓRIAS XUKURU DO ORORUBÁ SOBRE A PRODUÇÃO PARA A AGROINDÚSTRIA EM PESQUEIRA/PE

- 3.1. A cidade da “Peixe” e dos “bueiros fumegantes” no Agreste pernambucano.. 77
- 3.2. A Fábrica Peixe em obras literárias e nos estudos acadêmicos: breves olhares sobre “ufanismos” e invisibilidades de sujeitos históricos 89
- 3.3. A seca e a “trovoada” na década de 1940: memórias indígenas sobre o clima, a produção agrícola e a monocultura tomateira na Serra do Ororubá 103

CAPÍTULO IV

OS XUKURU DO ORORUBÁ E O TRABALHO NA CIDADE: INDÍGENAS OPERÁRIOS NAS FÁBRICAS EM PESQUEIRA/PE

- 4.1. O “vaivém” Xukuru do Ororubá para as fábricas 132

4.2. De operários fabris a “porcos da virada”: memórias Xukuru do Ororubá sobre o trabalho temporário e clandestino	141
4.3. “Eu não vou dizer que era ruim... Aliás, ruim era ter que trabalhar muito, né?”	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
FONTES	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
APÊNDICE	180
ANEXOS	182

INTRODUÇÃO

A opção pela escolha da continuidade dos estudos sobre os indígenas como sujeitos sociais na História do Brasil ou, conforme a expressão utilizada, dentre outros, por John Monteiro, “Os índios na História”, está diretamente relacionada à minha atuação acadêmica. A presente Tese de doutoramento, coincidentemente, representa a culminância de uma década (2009-2019) de pesquisas sobre os povos indígenas.¹ Em particular, os estudos abordando processos históricos vivenciados pelo povo Xukuru do Ororubá, habitantes, majoritariamente, na Serra do Ororubá, no município de Pesqueira/PE, de acordo com os dados do Censo 2010 do IBGE, e com uma parcela menor de indígenas em Poção/PE, onde localiza-se a Aldeia Pão de Açúcar, perfazendo uma área total demarcada e homologada em 2001, de 27.555 hectares.

Neste sentido, o objetivo principal da pesquisa foi analisar as experiências de trabalho dos Xukuru do Ororubá na agroindústria em Pesqueira/PE, entre as décadas de 1940-1960, como agricultores, fornecedores de frutas e operários nas indústrias instaladas naquele município, sobretudo na Fábrica Peixe.² Em nossas análises, também buscamos evidenciar as mudanças ambientais ocorridas na Serra do Ororubá, o “lugar dos Xukuru”, em razão das ações de fazendeiros criadores de gado e industriais, diante da diversidade de recursos naturais destinados, principalmente, aos engendramentos fabris. Como exemplo, elencamos as extensas áreas desmatadas para a monocultura do tomateiro, utilizado na fabricação de polpas, extratos e conservas alimentícias.

O recorte temporal foi pensando a partir dos relatos de memórias dos índios Xukuru do Ororubá sobre o ambiente de moradia e das experiências de trabalho na agroindústria, em meados de 1940. E o período final de nossas análises, no início da década de 1960, está relacionado à estratégia adotada, na época, pelos diretores das Indústrias Peixe para manutenção das atividades, com o chamado “Sistema de

¹ Pesquisas iniciadas em 2009, a partir da disciplina “História Social”, no curso de Especialização em Ensino de História (UFRPE).

² Destacamos os Capítulos III e IV.

Parceria”, motivando a substituição do trabalho temporário assalariado e o aumento da exploração da mão de obra na região.³ De acordo com uma pesquisadora:

A parceria era, assim, introduzida como uma desesperada tentativa de encontrar uma nova forma de exploração da força de trabalho, a reprodução capitalista, lançando mão das condições locais, [...] objetivando reestruturar o processo produtivo, no estreito espaço que lhe reservou a crise geral, a fim de tornar viável a reprodução capitalista no setor industrial.⁴

Ressaltamos que a “Parceria” era vantajosa apenas para os industriais e fazendeiros criadores de gado, uma vez a inexistência de direitos trabalhistas para os indígenas na Serra do Ororubá, concomitante ao aumento das jornadas de trabalho nas atividades agrícolas. Uma índia entrevistada rememorou as dificuldades para a família conseguir se alimentar em meados do século XX, mencionando as estratégias utilizadas pelos fazendeiros, que obrigavam os indígenas a disputarem alimentos com os rebanhos bovinos: “Quem trabalhava para fazendeiro, dançava! Quando era setembro, [o fazendeiro] tacava o gado dentro [do nosso roçado]. Ficava nós para cima e para baixo, com aqueles sacos de fava na cabeça”.⁵

Um geógrafo corroborou e complementou as observações da índia Xukuru do Ororubá, evidenciando o “regime de parceria” como uma relação social de produção benéfica para os latifundiários na região, onde o pequeno agricultor utilizava parte da terra do fazendeiro, transferindo para este uma parcela da colheita. E os restos da cultura alimentícia deixados no solo, serviam de alimento para o gado daquela propriedade. Sendo assim, grande parte da produção/renda gerada pelos indígenas e camponeses destinava-se aos bolsos dos fazendeiros.⁶ De maneira análoga foi a parceria entre a Fábrica Peixe com os pequenos agricultores nos plantios de tomates, antigos trabalhadores assalariados. Em meados de 1962, a “Peixe” era proprietária de grande parte do espaço fundiário onde as fazendas estavam

³ Todavia e, principalmente nos capítulos iniciais, onde buscamos evidenciar e historicizar a presença dos Xukuru no interior da antiga Capitania de Pernambuco, houve, conseqüentemente, a necessidade de ampliarmos o recorte temporal, observações e diálogos, abrangendo processos históricos entre os séculos XVII-XIX.

⁴ CAVALCANTI, C. M. de L. **Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)**. 1979. Dissertação (Mestrado em Economia - PIMES). Recife: UFPE, 1979, p. 82.

⁵ **Bernadete Marinho**, 62 anos. Aldeia Cajueiro, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 30/07/2009.

⁶ MELO, M. L. de. **Os Agrestes**. Recife: SUDENE, 1980, p. 230-233.

instaladas.⁷ A esse respeito, um indígena lembrou que o “doutor Carlos de Brito [...] era o dono da fábrica Peixe e dono da metade da cidade de Pesqueira nessa época.”⁸

Por outro lado, o mesmo entrevistado observou as peculiaridades, os meandros das relações fundiárias na região, e as estratégias utilizadas pelos fazendeiros e industriais para aumentarem suas posses e a exploração da mão de obra na Serra do Ororubá e áreas adjacentes. Sobretudo nos períodos das migrações sazonais dos Xukuru do Ororubá, quando os índios, anualmente, deslocavam-se para trabalhar nas lavouras canavieiras na faixa litorânea em Pernambuco e Alagoas. Ao retornarem, alguns perdiam parte ou a totalidade das pequenas glebas na região de origem:

Quando foi um tempo, o meu avô juntou um bocado de índio, arrendou o terreno com a fábrica Peixe e foi ‘simbora’ trabalhar no Sul [Zona da Mata Sul de Pernambuco]. Aí, quando voltou, ele foi procurar o terreno: ‘ô meu branco, eu quero minha terra de volta!’ Aí ele [o industrial] disse: que terra? Você falar aqui de terra, você vai preso seu caboclo! Caboclo sem vergonha! Você quer comer o dinheiro da terra duas vezes? Eu não arrendei terra com você, não. Eu comprei!⁹ (Grifos nossos).

Fontes e Metodologia

Para a realização da Tese, além das fontes orais, utilizamos uma diversidade de registros documentais e bibliográficos, cujos enfoques e abordagens dialogaram ou discutiram sobre a presença dos índios e outros sujeitos sociais nos mundos do trabalho, somando-se aos estudos e pesquisas nos campos da História Social e Ambiental. As análises de pesquisadores em outras áreas, uma vez o caráter interdisciplinar nas pesquisas sobre a temática indígena, também receberam atenção específica. Dessa forma, os estudos de geógrafos, antropólogos,

⁷ FEITOSA, R. J. R. **Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano**: relações entre Indústria e Agricultura na produção de tomate em Pesqueira/PE. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: UFPE, 1985, p. 37.

⁸ **Saturnino Alves Feitosa**, 67 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

⁹ Idem.

sociólogos, demógrafos e outros, foram incorporados, quando necessário, em nossas análises.

Destacamos ainda as informações coletadas através de diversas entrevistas de História Oral para a elaboração deste estudo. A pesquisa empírica foi realizada nos locais de moradia dos índios Xukuru do Ororubá, abrangendo desde a área indígena demarcada, quanto em alguns bairros no município de Pesqueira/PE. Na terra indígena, realizamos entrevistas nas seguintes aldeias: Cana Brava, Vila de Cimbres, Cajueiro, Pão de Açúcar, Mascarenhas, Passagem, Lagoa.¹⁰ E na cidade, os interlocutores foram entrevistados nos bairros Caixa d'Água, Serrinha, Portal e Centro.

Em ambos os lugares, priorizamos os relatos de índios/as idosos/as, além de lideranças, homens e mulheres, Xukuru do Ororubá. As entrevistas seguiram um roteiro com questões abertas (ver APÊNDICE), de modo que as narrativas não se transformassem apenas em histórias de vida, buscando evidenciar as experiências de trabalho indígena enquanto operários temporários ou trabalhadores/agricultores clandestinos no complexo agroindustrial em Pesqueira/PE. Nas transcrições dos áudios e nas análises das memórias orais, enfatizamos a importância sobre as comparações, complementações e confrontos das situações, bem como às experiências e temas comuns relatados, sempre em diálogos com os registros documentais e bibliográficos temáticos, buscando compreender e conceber a história, a partir das experiências vividas pelos próprios sujeitos sociais.¹¹ Outrossim, optamos por discutir as questões e aspectos teórico-metodológicos no decorrer do estudo, incorporados nos respectivos capítulos.

Desta forma, iniciamos a Tese analisando os lugares onde existiam menções sobre a presença dos índios Xukuru nos “Sertões”, evidenciados com diferentes grafias. Para isso, utilizamos desde fontes primárias, somando-se os dados demográficos e informações coletadas nas entrelinhas em produções cartográficas para, além de elaborarmos tabelas específicas (com estatísticas populacionais etc.), apresentar uma análise do período colonial, focando a presença e as atuações dos indígenas. Ampliando as discussões, os olhares, ideias e abordagens, bem como revisitando as fontes, objetivando uma análise sintética da expansão colonial para o

¹⁰ As aldeias podem ser localizadas na Figura 7, no mapa da Terra Indígena Xukuru do Ororubá.

¹¹ ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

interior da antiga Capitania de Pernambuco, desde o século XVII até as décadas finais do XIX.

No segundo capítulo, evidenciamos historicamente as ideias, imagens e conceitos sobre o/s Agreste/s, cuja expressão ou termo, geralmente está relacionado a peculiaridades climáticas, no atual Semiárido nordestino. Dentre as especificidades agrestinas, destacamos os chamados brejos de altitude, como a Serra do Ororubá, onde habitam os Xukuru. Essas áreas possuem um clima subúmido, com solos profundos, matas características e cursos d'água, favorecendo a policultura tradicional, além de apresentarem índices pluviométricos superiores aos de outros espaços na região semiárida.¹²

No Capítulo III, abordamos a gênese e o engendramento dos estabelecimentos fabris em Pesqueira/PE, com foco nas experiências de trabalho dos Xukuru nos plantios de tomates e frutas da Fábrica Peixe. Os relatos de memórias também evidenciaram a produção de frutas como, goiaba, banana, manga e maracujá pelos indígenas, sobretudo os habitantes na Aldeia Cana Brava, na Serra do Ororubá, destinadas às indústrias doceras localizadas na área urbana do município.

Nos estudos históricos analisados, bem como aqueles produzidos por pesquisadores de outros campos do conhecimento, incluindo os registros literários sobre o universo agroindustrial em Pesqueira/PE, percebemos a invisibilidade dos índios Xukuru do Ororubá, enquanto operários ou agricultores que, regularmente, trabalhavam nas atividades da Fábrica Peixe e em outras indústrias no município. Portanto, no quarto e último capítulo, evidenciamos o cotidiano e as experiências de trabalho dos Xukuru do Ororubá nas indústrias, observando, por exemplo, que tanto as extensas jornadas laborais nos plantios de tomates, quanto à carga de energia corporal empregada nos deslocamentos diários para as fábricas, assim como o próprio trabalho nestas, configuravam-se em corpos de homens e mulheres exauridos diuturnamente.

Buscamos com a pesquisa realizada, ampliar os conhecimentos sobre os índios na História do Nordeste, a partir da ótica dos próprios Xukuru do Ororubá, e também contribuir com as discussões e análises que evidenciam os protagonismos dos índios na História de Pernambuco. Ressaltamos, ainda, as possibilidades deste

¹² MELO, op. cit., 1980, p. 176.

estudo para pensar nos diálogos interdisciplinares sobre as experiências socioculturais diferenciadas.

CAPÍTULO I

OS XUKURU DO ORORUBÁ NOS “SERTÕES” (XVII-XIX):

História e protagonismos indígenas em Pernambuco

1.1. Olhares interdisciplinares e contribuições historiográficas: os etnônimos, (geo)grafias e mobilidade espacial dos indígenas nos sertões

A menção mais antiga sobre a presença dos índios Xukuru, e endossada em outros estudos¹³ com a grafia “Xacurús” no interior da antiga Capitania de Pernambuco remonta a 1599. Em *Desaggravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, publicado em 1757, Domingos do Loreto Couto, ao descrever a “Conquista da Capitania do Piancó, Piranhas e Cariri no Sertão de Pernambuco”, evidenciou a presença dos “Xacurús, Panatís, Icos, Icosinhos, e Coremas [...] em diversas partes” a Oeste da faixa litorânea, abrangendo as divisas geopolíticas contemporâneas de Pernambuco e dos atuais estados da Paraíba e do Ceará.¹⁴

¹³ HOENTHAL, JR. W. Notes on the Shucurú indians of Serra do Ararobá, Pernambuco, Brasil. *Revista do Museu Paulista* (Nova Série), vol. VIII, São Paulo, 1954, p. 93-166; SOUZA, V. F. P. e. **As fronteiras do ser Xukuru: estratégias e conflitos de um grupo indígena no Nordeste**. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 1992; SILVA, E. **Xukuru: memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE)**, 1950-1988. 2008. Tese (Doutorado em História Social). Campinas: UNICAMP, 2008; MONTE, E. **Migrações Xukuru do Ororubá: memórias e História** (1950-1990). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2012.

¹⁴ COUTO, D. do. L. **Desaggravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1904, p. 27-28.

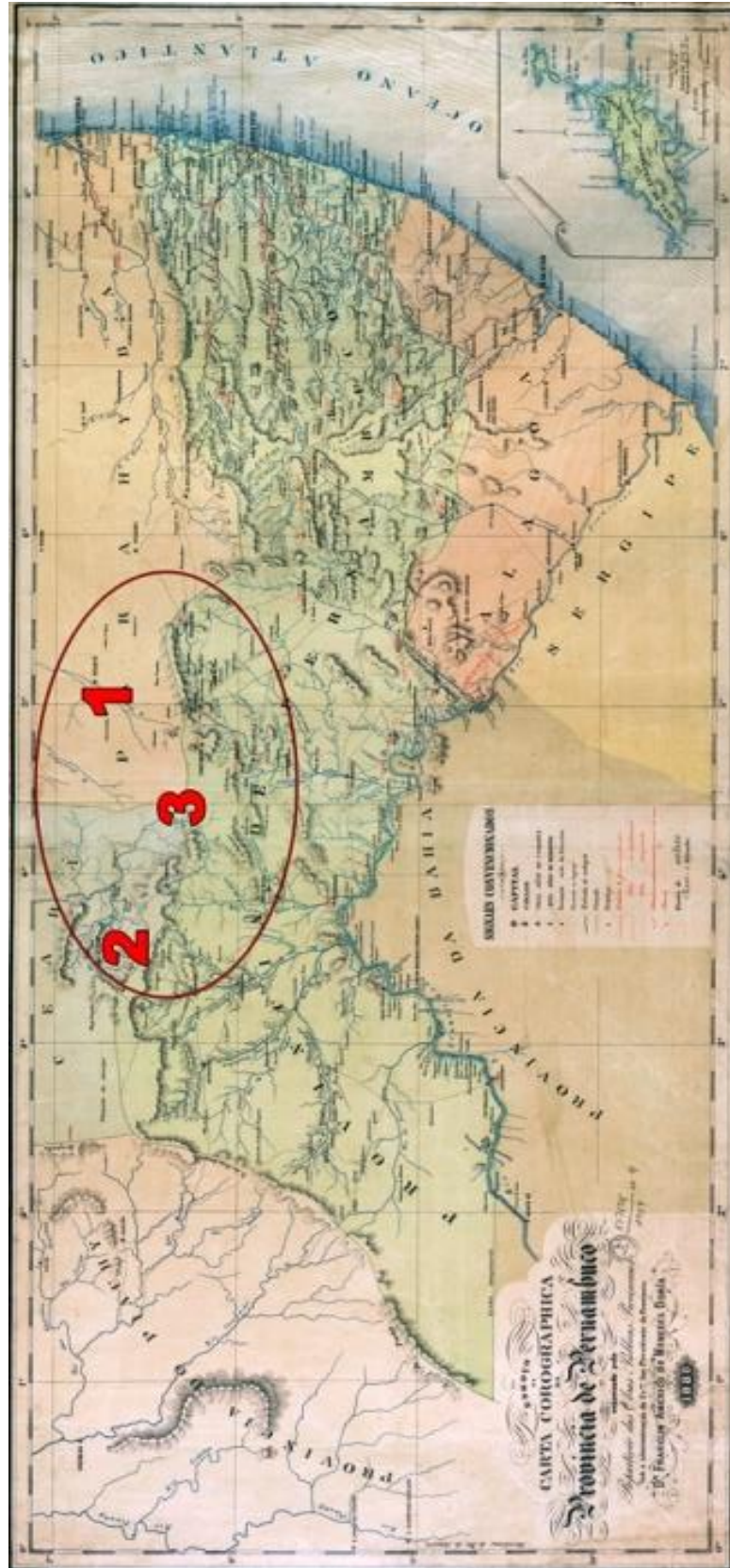


Figura 1 – No círculo, aproximadamente, a região citada por Domingos Couto. **Legenda:** 1. Piancó e Piranhas; 2. Cariri; 3. Divisa entre Pernambuco, Parahyba e Ceará (Séc. XIX).¹⁵

¹⁵ Carta Corográfica da Província de Pernambuco (1880). Disponível em: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html Acesso em: 10/01/2017. Adaptado por Edmundo Monte.

Segundo o citado autor, alguns desses povos habitantes no Sertão da Capitania aliaram-se aos índios emigrados do litoral pernambucano – em decorrência da exploração portuguesa na zona canavieira – e formaram muitas aldeias no interior: “Desde a Serra da Borborema¹⁶ até o Rio do Peixe, compreendendo setenta e oito léguas.” Isso correspondendo a uma distância aproximada de 376km. Na conhecida *Corografia Brazilica* (1817), Manuel Ayres de Casal caracterizou, fervorosamente, a Serra da Borborema como a “mais majestosa do Brasil.”¹⁷

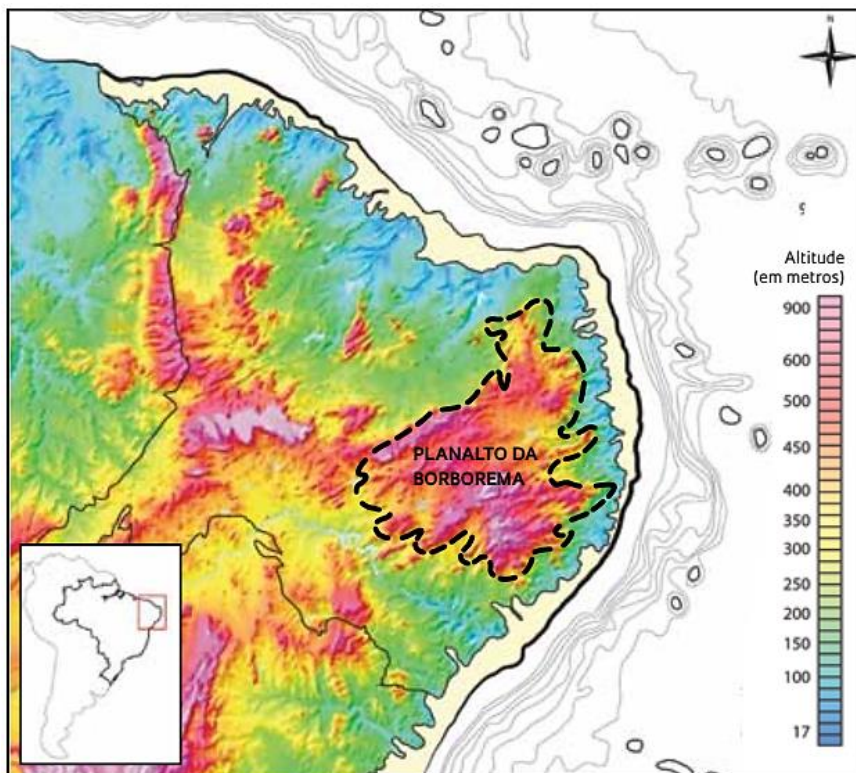


Figura 2 – A Serra (Planalto) da Borborema abrange os Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Possui altitude média de 500 metros e os pontos mais elevados superam os mil metros.¹⁸

Sobre as características geoambientais da região, Loreto Couto afirmou que os índios viviam em “fertilíssimos campos, vistosos oiteiros, e cortada de altíssimas serras, e por isso acomodada habitação para muitos milhares de homens.”¹⁹

¹⁶ Em Pernambuco, partindo do litoral para o interior do Estado (de Leste à Oeste), a Serra da Borborema é lembrada como uma divisa natural ou área de transição entre as mesorregiões da Zona da Mata e Agreste. Sobre as origens da Serra (ou Planalto) da Borborema, ver: FAPESP. **Serra da Borborema: a origem da montanha**. Revista Pesquisa Fapesp, n.157, São Paulo: Fapesp, 2012, p. 58. (3p.); MELO, M. L. de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2. ed. Recife: Cepe, 2012.

¹⁷ CASAL, M. A. de. **Corografia Brazilica**. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 158.

¹⁸ FAPESP, op. cit., p. 58.

A afirmação pode ser compreendida como áreas de difícil acesso para os colonizadores e com recursos hídricos, favorecendo a manutenção biológica dos povos indígenas. Cabe destacar ainda que, nos períodos de estiagens severas, era comum a mobilidade espacial dos índios no sentido inverso, partindo do Sertão²⁰ para o litoral da Capitania de Pernambuco. No último quartel do século XVI, o Jesuíta Fernão Cardim evidenciou os motivos pelos quais os índios migravam em direção à zona costeira. O missionário ressaltou também que muitos deles não conseguiam retornar para os lugares de origens:

O ano de 83 houve tão grande seca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas), que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitos se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos quatro ou cinco mil índios. Porém passado aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade.²¹ (Grifo nosso).

A opção pelo uso do termo “mobilidade espacial” neste estudo se deve ao amplo significado do fenômeno migratório e as motivações, conforme as reflexões propostas por José Marcos da Cunha:

Mobilidade espacial refere-se à “habilidade” de mover-se no espaço, fenômeno que pode envolver não apenas a migração, considerada como mudança de lugar de residência, mas também os movimentos diários. [...] De fato pode-se dizer que sob um conceito amplo e mal definido, mesclam-se processos complexos e diversificados, que emergem na resultante redistribuição da população no espaço. Desde mudanças de residência relacionadas a momentos do ciclo vital até movimentos que significam etapas de ascensão na escala

¹⁹ COUTO, op. cit., p. 28.

²⁰ Referimo-nos ao “Sertão” ou “sertões” como região de baixa densidade demográfica, habitada em sua maioria por indígenas e localizada no interior da Capitania. Nas palavras das historiadoras Socorro Ferraz e Bartira Barbosa, o Sertão “constituía uma fronteira física e, ao mesmo tempo, imaginária para as populações do litoral. [...] O termo sertão aparece na documentação portuguesa sobre a África ocidental a partir do século XV.” Ver: FERRAZ, S; BARBOSA, B. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 11; LOPES, F. M. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Natal: IHGR, 2003.

²¹ CARDIM, F. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Col. Brasiliana, vol. 168, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 292.

social, diversos e complexos são os fatores subjacentes aos deslocamentos populacionais de uma área a outra.²²

Em relação aos Xukuru, ressaltamos que as migrações não apenas enfatizam os locais percorridos e/ou habitados pelos indígenas no período colonial, como destacam historicamente as diversas grafias associadas à presença desses índios nos sertões, desde o final do século XVI.

A *História da Casa da Torre*, de Pedro Calmon, mencionou uma carta em outubro de 1688, escrita pelo então Governador-Geral Matias da Cunha, a respeito dos índios “tapuios”²³ que combateram as tropas de Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso, dentre os quais, os Sucurus, “Paiacus, Icos, Caratius [e os] Janduis”.²⁴

Na publicação *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, de 1749, foi citada uma nação de “Tapuyos, Chururús, com 642 pessoas”, habitando a “Aldea do Ararobá”, na Freguesia do Ararobá.²⁵ O pesquisador Hohenthal, em uma etnografia sobre os índios “Shucurú” mencionou um documento²⁶ de 1761, no qual os indígenas aparecem com duas grafias semelhantes, embora e de acordo com a fonte primária, habitavam localidades distintas. Os nativos da “Nação Xucuruz” são referenciados como moradores na “Aldea de N. Sra. da Montanha” (atualmente Aldeia Vila de Cimbres, em Pesqueira/PE), enquanto que os índios das “Nações Canindés e Sucuruz” viviam na “Aldea da Boa Vista”, em um lugar chamado Mamanguape.²⁷ Provavelmente, nas terras do atual município paraibano de Mamanguape, habitadas pelos Potiguara, próximo ao litoral daquele estado. O

²² CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2011, p. 7-8.

²³ Os índios habitantes nos Sertões eram chamados genericamente de Tapuias ou Tapuios. Para a Coroa, deveriam ser exterminados, pois significavam índios bárbaros e hostis, um empecilho para a colonização. Neste sentido, cabe ressaltar o caráter político-militar dessa denominação, em detrimento ao etnográfico. Ver: POMPA, C. As muitas línguas da conversão: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2001, p. 27-44; MONTEIRO, J. M. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo.** Tese (Livre Docência em Etnologia). Campinas: UNICAMP, 2001.

²⁴ CALMON, P. **História da Casa da Torre.** Coleção Documentos Brasileiros, n.22, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939, p. 99; HOHENTHAL, op. cit., p. 99.

²⁵ *Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749).* **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XXVIII, Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908, p. 421.

²⁶ Livro composto principalmente de Cartas, Portarias e Mapas versando sobre vários assuntos relacionados com a administração de Pernambuco e Capitânicas Anexas. Recife, 1760-1762. BN – I – 12, 3, 35. (Biblioteca Nacional – RJ).

²⁷ HOHENTHAL, op. cit., p. 100.

etnólogo, com base em um estudo de Adriano Jorge²⁸, também apontou a presença dos “Shucurú” (ou Chicurús) no estado de Alagoas. Entendemos tratar-se dos índios Xukuru-Kariri que “são emigrados da Província de Pernambuco”²⁹, habitando a atual Terra Indígena Xukuru-Kariri, no município de Palmeira dos Índios/AL.³⁰

Não pretendemos traçar um panorama histórico sobre as origens do etnônimo Xukuru e as diversas grafias, todavia, salientamos que os estudos pioneiros de Pompeu Sobrinho, Estevão Pinto, Curt Nimuendajú, Carlos Estevão, Mario Melo e do próprio Hohenthal são referências fundamentais para aqueles/as que desejam aprofundar-se no tema e na sua complexidade.³¹ Por outro lado, as informações constantes nos estudos e publicações citados, dialogam com as análises coloniais de Fernão Cardim e de Loreto Couto sobre a mobilidade espacial dos índios no Sertão, em particular do povo Xukuru – habitantes na Serra do Ororubá (Pesqueira/PE) – e principais sujeitos sociais pesquisados na elaboração do nosso estudo.

Durante a pesquisa documental e análises das fontes cartográficas, observamos algumas relações do etnônimo Xukuru com aspectos do mundo natural, a exemplo dos rios e serras. São, portanto, situações que possibilitam pensar as narrativas sobre os espaços habitados – temporariamente ou por períodos mais longos –, bem como os caminhos trilhados pelos índios em Pernambuco e nas terras dos atuais estados da Paraíba e de Alagoas.³² Em palestra proferida no mês de outubro de 2010, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o

²⁸ JORGE, A. A. de A. Notícias sobre os povos indígenas que estacionavam no território do atual Estado das Alagoas ou costumavam trazer as suas plagas repetidas correrias. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió: 1901, p.67-87.

²⁹ ANTUNES, C. **Índios de Alagoas: documentário**. Maceió: 1984, p. 16. Para outras informações sobre os Xukuru-Kariri, consultar: SILVA, M. E. F. da. **A (Des) territorialização do povo Xukuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios/AL**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Aracajú: UFS, 2004.

³⁰ Consultar: ANTUNES, C. **Wakona-Kariri-Xukuru: Aspectos Sócio-Antropológicos dos Remanescentes Indígenas de Alagoas**. Maceió: UFAL/Imprensa Universitária, 1973, p.19.

³¹ SOBRINHO, P. Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo XLVIII, 1934, p. 7-28; PINTO, E. **Os indígenas do Nordeste: introdução ao estudo da vida social dos indígenas do Nordeste brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1935, v.1; PINTO, E. **Os indígenas do Nordeste: organização e estrutura social dos indígenas do Nordeste brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1938, v. 2; NIMUENDAJÚ, C. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981; ESTEVÃO, C. O ossuário da "Gruta-do-Padre" em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. **Boletim do Museu Nacional**, XIV-XVII (1938-1941), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 151-184; MELO, M. Etnografia pernambucana: os Xucurus de Ararobá. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico pernambucano**, v. 33, n. 155-158, 1933, p. 43-45; HOHENTHAL, op. cit.

³² COUTO, op. cit., p. 27-28; HOHENTHAL, op. cit., p. 100; JORGE, op. cit.; ANTUNES, op. cit., p. 16.

historiador e professor neerlandês Benjamin Teensma evidenciou que, em 1645, durante o período de domínio holandês na Capitania de Pernambuco, o predicante calvinista Jodocus Van Stetten “foi diretor duma empresa mineira” nas margens do rio Sucuru (afluente do rio Paraíba), no estado da Paraíba e, “como tal foi chefe incompetente dum grupo rebelde de mineiros e soldados brancos, escravos africanos, e batedores tupis.”³³

Além do mencionado rio Sucuru³⁴ e dos respectivos sujeitos “de fora” prospectando recursos minerais/fluviais, provavelmente sem um acompanhamento técnico experiente para inspecionar ou delegar tarefas para uma mão de obra diversificada e com interesses específicos, não esquecendo de questionar as imagens do senso comum a respeito do/s conceito/s de fronteira/s,³⁵ nos chamou a atenção em um mapa elaborado na primeira metade do século XIX, uma serra situada no interior da Província de Pernambuco, com o nome de “Serra Xucuru”. A respeito da localização geográfica, cabe ressaltar que a Serra não aparece na cartografia produzida posteriormente durante o século XIX, e nem tampouco no século XX.

Inicialmente, pensamos em três questões peculiares sobre o tema. Trata-se de algum equívoco dos cartógrafos e engenheiros responsáveis pela produção do mapa ao confundir-la com a Serra do Ororubá, local habitado pelos índios Xukuru desde o século XVI? Ou a Serra Xucuru realmente existe e, por algum motivo, foi ignorada pelos cartógrafos e pesquisadores de áreas afins nas décadas seguintes? Por fim, será que a Serra Xucuru recebeu este nome devido à localização geográfica, uma vez que aparece entre as antigas Vilas de Cimbres (no topo da Serra do Ororubá) e a de Garanhuns, no provável caminho dos índios Xukuru do Ororubá durante migrações para o atual município de Palmeira dos Índios/AL?

³³ TEENSMA, B. N. **O directorado do predicante Jodocus Van Stetten no ano 1645 sobre uma suposta mina de prata nas margens do rio Sucuru na Paraíba**. Palestra. Natal: UFRN, 07/out., 2010.

³⁴ Para ilustrar, o rio Sucuru perpassa o atual município de Sumé, no Semiárido paraibano.

³⁵ O antropólogo João Pacheco de Oliveira elaborou uma importante análise teórica sobre fronteira em fenômenos histórico-sociais: “para que exista fronteira [é necessário que] em uma das partes dessa totalidade se forme uma função [de] oferta de mão de obra excessiva [em] face dos recursos de subsistência ali disponíveis. Essa região pode ser uma área de expulsão temporária ou regular. Sem contar os movimentos migratórios [motivados] por fatores singulares (como o clima, as guerras etc.)”. OLIVEIRA, J. P. de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 127.



Figura 3 – Em destaque (1) a Serra Xucuru. **Legenda:** 2. Vila de Cimbres, na Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), onde desde o século XVI habitam os índios Xukuru do Ororubá; 3. Antiga Vila de Garanhuns (Garanhuns/PE), aproximadamente 90 km da divisa com o estado de Alagoas.³⁶

Considerando as informações obtidas por Hohenthal em 1951 durante pesquisa de campo³⁷, e através do “Relatório tratando da situação dos índios Xukurús e suas terras na Serra de Urubá”, elaborado pelo sertanista do Serviço de

³⁶ Mappa Topographico da Parte da Província de Pernambuco (1823). Mapa concluído em 17 de janeiro de 1843. Disponível em: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html Acesso em: 10/01/2017. Adaptado por: Edmundo Monte. Neste caso, nossa percepção sobre a presença da Serra Xucuru no mapa, considerando as pesquisas contemporâneas produzidas sobre os índios Xukuru do Ororubá, possivelmente seja pioneira nos estudos históricos.

³⁷ Em 07 de agosto de 1951, o Diretor do SPI no Rio de Janeiro, José Maria da Gama Malcher, enviou um ofício ao Chefe da 4ª Inspeção Regional do SPI com sede no Recife, apresentando o Dr. William Hohenthal Jr., etnólogo da Universidade da Califórnia, “que vai fazer estudos na sua especialidade, junto aos índios assistidos pelos Postos dessa I.R.” No documento, José Malcher recomendou presteza e colaboração ao pesquisador “para o bom êxito da missão que vai realizar.” Ofício de José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, Rio de Janeiro, em 07/08/1951, para Chefe da 4ª Inspeção Regional do SPI. Museu do Índio. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio> Acesso em: 20/01/2017.

Proteção aos Índios (SPI) Cícero Cavalcanti³⁸, é possível, pelo menos, respostas para algumas das questões suscitadas: a existência da Serra Xucuru, no sudeste da Vila de Cimbres (Pesqueira/PE), enquanto espaço percorrido (de trânsito), e/ou mesmo habitado por índios Xucuru.³⁹ Entretanto, não foi possível coletar informações que evidenciasse ser a Serra Xucuru um dos locais de migrações desse povo para o município de Palmeira dos Índios, em Alagoas.

De acordo com Hohenthal, o sertanista Cavalcanti também citou sobre outras localidades em Pernambuco onde se observava a presença dos Xucuru: a Serra de Poção, ao Norte da Serra do Ororubá (no município de Poção/PE); a Serra das Moças, igualmente ao Norte e na divisa com a Paraíba; e a Serra do Vento, atualmente um distrito do município de Belo Jardim/PE.⁴⁰ Na zona rural deste município existe ainda o Distrito de Xucuru (ver figura abaixo), habitado por famílias indígenas.⁴¹

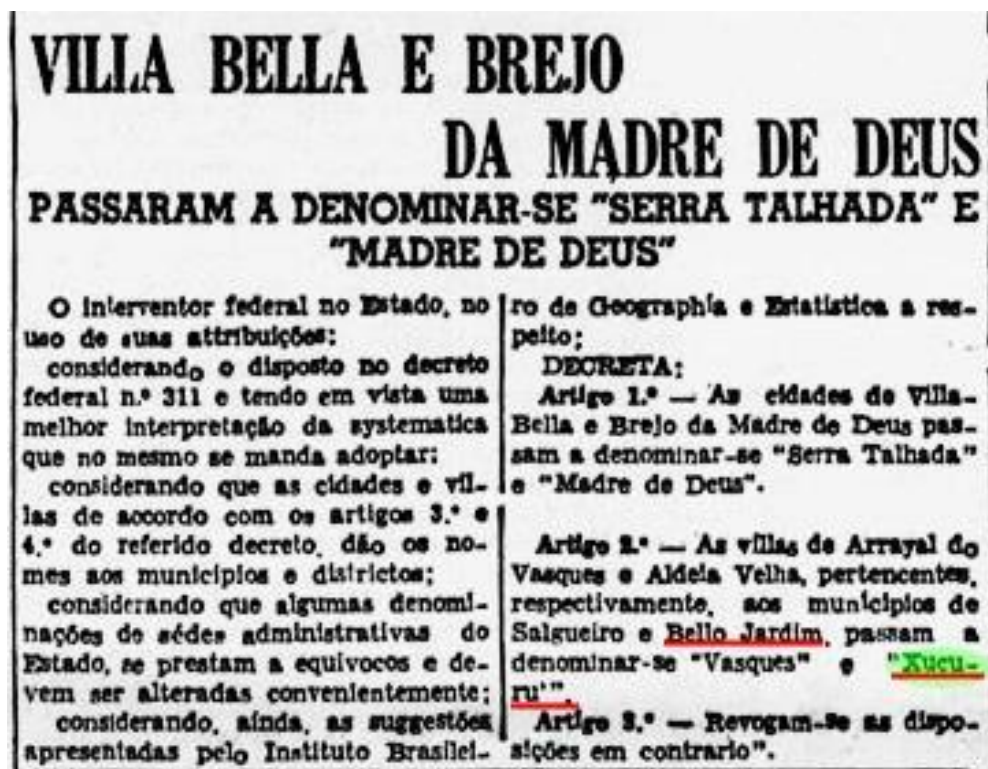


Figura 4 – Recorte de jornal (1939), destacando o Decreto do Interventor Federal no estado de Pernambuco, onde "As villas de Arrayal do Vasques e Aldeia Velha, pertencentes, respectivamente,

³⁸ Segundo Edson Silva, o "Relatório é o primeiro documento oficial contemporâneo, após a extinção dos aldeamentos [indígenas], em fins do século XIX", que reconheceu os índios Xucuru em Cimbres (Pesqueira/PE) e nas proximidades do antigo Aldeamento de Ararobá. SILVA, op. cit., 2008, p. 59.

³⁹ HOHENTHAL, op. cit., p. 106

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/belo-jardim/historico> Acesso em: 26/04/2017.

aos municípios de Salgueiro e Bello Jardim, passam a denominar-se ‘Vasques’ e ‘Xucuru’.⁴² (Grifos nossos).

Em *A invenção do cotidiano*, o historiador Michel de Certeau propôs uma distinção para os conceitos de espaço e lugar. O autor classificou um lugar como “uma configuração instantânea de posições” e quando há uma indicação de estabilidade ou de propriedade. Sobre os “espaços”, Certeau analisou-os de acordo com as ações dos sujeitos históricos: o espaço, em suma, “é um lugar praticado”, em constante movimento.⁴³ A partir das fontes primárias analisadas evidenciando os índios Xukuru nos “sertões”, elaboramos uma tabela dos prováveis lugares com informações relevantes sobre a presença e/ou moradas intermitentes desses índios em quatro estados no atual Nordeste brasileiro. Em contrapartida, ressaltamos que a maioria das fontes consultadas foram produzidas a partir do olhar colonial, ou seja, “são [quase] todas etnocêntricas”.⁴⁴

ETNÔNIMO / GRAFIAS	ANO/PERÍODO	LOCALIZAÇÃO
Xacurús	1599	Sertão e região do Cariri (CE, PB, PE)
Sucurus	1688	“Sertão” da Capitania de Pernambuco
Chururús	1749	Aldeia do Ararobá (Pesqueira/PE)
Xucuruz	1761	Aldeia de N. Sra. da Montanha (PE)
Sucuruz	1761	Aldeia da Boa Vista (Mamanguape/PB)
Xucuru	Século XVIII	Vales dos rios Moxotó e Pajeú (PE) ⁴⁵
Xucurus	1861	Aldeia de Cimbres, Serra do Urubá (PE)
Chicurús	1901	Palmeira dos Índios/AL
Xukurús	1951	Poção/PE e Belo Jardim/PE

Tabela 1 – Prováveis lugares/espaços habitados ou percorridos pelos Xukuru nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. Destaque para as Aldeias do “Ararobá” e “N. Sra. da Montanha” que, apesar das denominações diferentes, trata-se de um mesmo Aldeamento Missionário – e que em meados do Oitocentos passou a ser chamado Vila de Cimbres, na Serra do Ororubá, em Pesqueira/PE.

Conforme citado na Introdução, um dos objetivos foi realizar uma análise histórica sobre as mudanças ambientais ocorridas na Serra do Ororubá, evidenciando sujeitos sociais e as ações diante da diversidade de recursos naturais,

⁴² **Diário de Pernambuco**. 16/06/1939, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em: 26/04/2017.

⁴³ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 201-203.

⁴⁴ MEDEIROS, R. P. de; MUTZENBERG, D. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. In: SILVA, E. *et. al.* (Orgs.). **História ambiental e História indígena no Semiárido brasileiro**. Feira de Santana: UEFS, 2016, p. 129.

⁴⁵ Idem, p. 138.

com ênfase nas atividades agroindustriais no atual município de Pesqueira/PE. A região secularmente habitada pelos índios Xukuru do Ororubá e que, a partir do século XVII, “recebeu” exacerbadamente a presença de outros agentes no chamado processo de expansão colonial para o interior da Capitania de Pernambuco e suas anexas, foi palco de dinâmicas distintas e de processos históricos envolvendo, em síntese, os habitantes nativos e os colonizadores/invasores europeus e respectivos subordinados. Tais situações, paulatinamente, provocaram transformações na paisagem natural na região. Pois, como afirmou Ab’Sáber:

Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais são certamente responsáveis, ou deveriam ser responsáveis. Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não-predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre. Para tanto, há que conhecer melhor as limitações de uso específicas de cada tipo de espaço e de paisagem.⁴⁶ (Grifos nossos).

Neste sentido, e apesar da problemática histórica em acessar dados demográficos confiáveis sobre as populações no Sertão da Capitania⁴⁷ – sobretudo no século XVII – percebemos que nos séculos XVIII e XIX, alguns estudos contêm subsídios para pensarmos as ações dos diversos sujeitos habitantes no interior de Pernambuco, imbricando desde questões relacionadas à subsistência destes, como também às práticas adotadas por sesmeiros e criadores de gados naquelas áreas.

Para ilustrar, no ano de 1774 a Freguesia de Ararobá possuía 25 fazendas, 411 “fogos” e 1546 “pessoas de desobriga”. A Vila de Cimbres (na mesma região), local do extinto Aldeamento de Ararobá – e habitada por diversas famílias Xukuru – contabilizava 222 “fogos” e 465 “pessoas de desobriga”.⁴⁸ Entende-se por “fogos”, o “grupamento doméstico, unidade familiar de produção, o domicílio – a partir do qual eram elaboradas as listas nominais.” Os números de indivíduos em cada “fogo”

⁴⁶ AB’SÁBER, A. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 10.

⁴⁷ Ver: SMITH, R. A Presença da componente populacional Indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na segunda metade do século XVIII. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Ouro Preto: ABEP, 2002.

⁴⁸ Ideia da população da Capitania de Pernambuco e das suas Anexas (1774). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XL. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Biblioteca Nacional, 1923, p. 39.

variavam de quatro a seis pessoas.⁴⁹ No século posterior, em 1861, de acordo com o Diretor Geral dos Índios da Província de Pernambuco, o Barão dos Guararapes, a população de índios habitantes na Aldeia de Cimbres era composta de 789 indivíduos, distribuídos em 238 famílias indígenas.⁵⁰

Uma análise do período colonial focalizando os protagonismos indígenas na História no atual Nordeste do Brasil, para além de desobstruir barreiras e desafiar arraigados paradigmas, configura-se em amplas discussões, em (novos) olhares, ideias e abordagens, revisitando cuidadosamente as fontes, bem como se deparando com os limites inerentes ou impostos (prazos da pesquisa) comuns aos historiadores e pesquisadores de outros campos de estudos. Neste sentido, ciente e sujeito às críticas sobre lacunas historiográficas ou possíveis lapsos cometidos, o presente capítulo foi pensado e produzido objetivando uma análise sintética – mas com organicidade – e transitória do período colonial no interior da Capitania de Pernambuco (ênfatisando os “Sertões de Ararobá”)⁵¹, até meados do século XIX.

Observando a colonização do Sertão pernambucano, evidenciando os componentes relacionados à manutenção biológica dos povos no clima Semiárido na região, bem como as estratégias de alianças dos índios com outros sujeitos – dentre grupos indígenas, representantes da Coroa ou mesmo não índios oriundos da *plantation* açucareira –, os habitantes nativos do interior percorreram a região e estabeleceram relações de sociabilidades de acordo com os próprios interesses.

Desta maneira, afirmou o historiador John Monteiro: “Diante de condições crescentemente desfavoráveis, as lideranças nativas esboçavam respostas das mais variadas, frequentemente lançando mão de instrumentos introduzidos pelos colonizadores.”⁵² Percebemos, e endossamos na curta citação, as participações dos índios e das lideranças indígenas nas tramas de poderes e sociabilidades diante das novas demandas e interesses diversos conforme os momentos, as situações e as respectivas necessidades dos sujeitos sociais.

Vejamos, por exemplo, uma situação ocorrida em 1691, quando o Governador de Pernambuco ordenou “a arregimentação dos índios da aldeia do Ararobá [os

⁴⁹ SMITH, op. cit., p. 3-13. Sobre “fogo”, consultar também: GAMA, J. B. F. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Tomo I. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1844, p. 4.

⁵⁰ Relatório do Estado das Aldeias da Província de Pernambuco, 13/2/1861. APE, Cód. DII-19, fl. 53.

⁵¹ Sobre o “Sertão de Ararobá”, ver: ALVEAL, C. M. O. De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.35, n.70, 2015, p.41-64.

⁵² MONTEIRO, op. cit., 2001, p. 75.

Xukuru do Ororubá], assim como uma tropa de chocós, carnijós e carapotós, pondo-os sob o comando do capitão mor João de Oliveira Neves para combater os tapuias hoés hoés” entre o Vale do rio Pajeú e Buíque/PE.⁵³

Ao analisar denúncias em fins da década de 1750 sobre “a destruição que os índios Paraquiós, Pipães, Manguezas, Guegues, e Xocós estavam causando às fazendas de gado e sertão do Buíque”, abrangendo ainda as ribeiras dos rios Moxotó, Pajeú e São Francisco, a historiadora Suely Saldanha destacou os conflitos ocorridos na fazenda Cuncalaco, na ribeira do rio Moxotó, culminando, “ao que parece, [em] cinco mortes.”⁵⁴ A partir dos acontecimentos em Cuncalaco, o Governador e Capitão Geral da Capitania de Pernambuco, informado pelo comandante da Freguesia de Ararobá, “logo mandou ajuntar a gente que lhe pareceo necessária, tanto das ordenanças como índios e com ella marchou [até lá para] prender os índios [arredios].”⁵⁵ Dentre os povos “aliados” e convocados pelo Governador da Capitania, naquela ocasião, para combater as investidas dos “Pipães e os Paraquiós, [...] indígenas que falavam a mesma língua” e que atentavam contra às fazendas de gados nos sertões, foi evidenciada a presença dos índios Xukuru, sob o comando “do capitão-mor dos Xucurus”.⁵⁶

Em tais circunstâncias, e subsidiados pelas duas situações/análises acima, corroboramos com as opiniões de Maria Regina de Almeida sobre o protagonismo indígena na História, “considerando que os índios agiam movidos por interesses ligados às dinâmicas de suas organizações socioculturais, [portanto] é essencial conhecê-las para compreender melhor suas relações interétnicas.”⁵⁷

1.2. Sesmarias para gado nos sertões: conflitos entre índios, missionários e colonizadores

⁵³ SILVA, K. V. P. da. “**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**”: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2003, p. 245.

⁵⁴ SALDANHA, S. M. **Fronteiras dos sertões**: conflitos e resistência indígena em Pernambuco na época de Pombal. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2002, p. 48.

⁵⁵ AHU. Cd. 1919. Devassa a que mandou proceder o governador e capitão geral de Pernambuco acerca do assalto que o gentio bravo “Pipães e Paraquiós” fizeram na ribeira do Moxotó no dia 28 de agosto de 1759 e do qual resultaram algumas mortes. Documento de 25/10/1759, p. 8-10.

⁵⁶ SALDANHA, op. cit., p. 48.

⁵⁷ ALMEIDA, M. R. C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. v.37, n.75.2, São Paulo, 2017, p. 6. (p. 1-22).

O processo de adensamento demográfico na atual mesorregião do Agreste⁵⁸ pernambucano, configurando uma nova etapa do projeto de expansão colonial da Coroa portuguesa, intensificou-se em meados de 1654, após a expulsão dos holandeses de Pernambuco. Somam-se ainda, como observou Manuel Correia de Andrade,⁵⁹ os conflitos contra os índios “hostis” e os episódios de violências no Quilombo dos Palmares, no que o autor denominou como a “Confederação dos Cariris”⁶⁰:

A luta contra os índios cariris, revoltados ante a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhes tomavam a terra e os escravizavam, fazendo por qualquer pretexto o que chamavam de “guerra justa”, não só possibilitou o desbravamento do Agreste e de parte do Sertão, como também aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos se recolhessem às serras, aos brejos altos menos acessíveis aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gado.⁶¹

A série de eventos patrocinados pela Coroa portuguesa e que resultaram em uma catástrofe demográfica contra os índios considerados “hostis” no Sertão do Norte, o atual interior do Nordeste brasileiro, ficaram marcados na historiografia como a “Guerra dos Bárbaros”. Conforme evidenciou Pedro Puntoni, a gênese dos constantes ataques dos “tapuias do sertão às fazendas, plantações e povoados do Recôncavo Baiano”, resultaram em diversas “expedições punitivas” contra os índios naquela região entre 1651 e 1679, e serviram de base para novas estratégias e formas de extermínio contra os indígenas nas décadas seguintes.⁶²

Os conflitos heterogêneos envolvendo a população nativa, tropas militares, moradores e agentes da Coroa, ocorreram em grande extensão de terras semiáridas “do Leste do Maranhão até o Norte da Bahia [...], englobando parte do Ceará, do

⁵⁸ No próximo capítulo analisaremos e problematizaremos as ideias sobre “Agreste”.

⁵⁹ ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 152-153.

⁶⁰ Ressaltamos o caráter eurocêntrico da expressão “Confederação” (estratégia utilizada para “assustar” e insuflar a Coroa portuguesa), bem como a maneira genérica na qual o termo foi e continua sendo utilizado por pesquisadores ao se referirem à diversidade e heterogeneidade dos conflitos armados contra os índios “bárbaros” (Tapuias) nos Sertões. Consultar: PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec / Edusp, 2002.

⁶¹ ANDRADE, op. cit., 2005, p. 153.

⁶² PUNTONI, op. cit., p. 44.

Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco.”⁶³ Como saldo das barbáries cometidas, parte da população indígena sobrevivente acabou sendo escravizada, servindo de mão de obra para os fazendeiros e criadores de gado ou se refugiaram em lugares distantes e com limitados acessos, como nas serras ou brejos de altitude, onde a oferta de água, o clima ameno (úmido e subúmido) e as espécies vegetais/animais favoreciam a subsistência dos índios.

Esta espécie de marcha para o Sertão, através da concessão de sesmarias pela Coroa, além de prospectar e assegurar o controle *d’el* Rei sobre as terras consideradas incultas, atendia os anseios dos criadores de rezes da região açucareira e, por conseguinte, diminuía as recorrentes queixas e os conflitos entre estes e os senhores de engenho no litoral de Pernambuco. Alegavam os últimos que, os rebanhos, cada vez mais numerosos, invadiam os espaços dos canaviais e destruíam as plantações, acarretando problemas de convivência entre as partes e prejuízos para os produtores.

Desta forma, pressionado e interessado nos novos domínios, o Governo determinou a interiorização dos criadores de gado.⁶⁴ Situações semelhantes ocorreram na Bahia. Frei Martinho de Nantes também relatou tensões entre colonos e índios naquela Capitania. Estes se queixavam que o gado comia suas roças e também as casas cobertas de palha seca. Segundo Maria Hilda Paraíso, existem registros análogos à situação em pleno século XIX na Bahia.⁶⁵

Em linhas gerais, com a concessão de sesmarias no interior da Capitania de Pernambuco, novos sujeitos aportaram nos Sertões, aumentando exponencialmente as instalações de fazendas de gado e influenciando nas mudanças das paisagens naturais na região semiárida. Contudo, ressaltamos que, mesmo na época dos flamengos em Pernambuco⁶⁶, a expansão colonial para o Oeste era uma realidade:

[...] Os pernambucanos mesmo durante as refregas contra os flamengos, procurando por a salvo suas criações, subiram pela margem esquerda do curso inferior do São Francisco seguindo as

⁶³ Idem, p. 13.

⁶⁴ MEDEIROS, M. do. C. **Igreja e dominação no Brasil escravista**: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830). João Pessoa: Idéia, 1993, p. 23-26; ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 45-46.

⁶⁵ PARAÍSO, M. H. B. **O tempo da dor e do trabalho**: a conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste. Salvador: Edufba, 2014.

⁶⁶ Sobre a presença neerlandesa no atual Nordeste do Brasil, ver: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos**: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.

pegadas dos capuchinhos franceses que por aí antes se embrenharam no afã de fundar missões religiosas entre os indígenas e foram encher de gado, fazendo concorrência aos seus irmãos da Capitania vizinha, os vales dos rios Ipanema, Moxotó e Pajeú.⁶⁷

Estamos cientes da escassez de dados demográficos substanciais sobre as populações do interior nos séculos XVI e XVII, uma vez que não havia coleta regular e sistemática de informações, pois, como alertou um pesquisador, só eram realizados limitados levantamentos para dois fins específicos (e restritos): um eclesiástico, e outro militar. Os padres organizavam listas paroquiais destinadas ao recenseamento dos “fiéis sujeitos à desobriga pascal”, mas que também serviam para a divisão e formação das paróquias. “A outra fonte de dados [são os] coletados para fins do recrutamento militar. Ambos os processos têm [...] um grave defeito; a sua finalidade é restrita, e interessam-se por isso apenas por determinadas categorias da população.”⁶⁸ Em outras palavras, a categoria “índio” ou indígena autodeclarado não constava nos recenseamentos⁶⁹ e, oficialmente, só vai aparecer no quesito cor ou raça, nos Censos realizados pelo atual órgão estatal (IBGE) a partir da década de 1990.

Desta forma, existem informações estatísticas em uma publicação de 1774, destacando duas freguesias nos “Sertões” relativamente próximas, ressaltando ainda que, na época, eram lugares considerados como bastante habitados: Cimbres e Garanhuns. No caso da Freguesia de Cimbres, evidenciamos que farta parcela dos indivíduos era composta por índios Xukuru.⁷⁰

FREGUESIAS	HOMENS	MULHERES	POPULAÇÃO TOTAL
Cimbres	512	628	1.140
Garanhuns	1.906	1.763	3.669

Tabela 2 – Estimativa da população geral nas Freguesias de Cimbres e Garanhuns, em 1774.

⁶⁷ SETTE, H. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais.** Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956, p. 39-40.

⁶⁸ PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004, p. 35.

⁶⁹ No Censo de 1872, os índios aldeados foram contabilizados genericamente como indivíduos de “raça Cabocla”.

⁷⁰ Ideia da população da Capitania de Pernambuco e das suas Anexas (1774), op. cit., p. 103-104.

A respeito das fontes demográficas sobre a Capitania de Pernambuco no século XVIII, urge ressaltar os questionamentos de Roberto Smith sobre a coleta desses dados⁷¹ e os interesses intrínsecos, uma vez que:

Estas referidas fontes expõem [...] uma sucessão temporal de levantamentos demográficos cobrindo os anos que vão de 1763 a 1782, e cuja rota analítica é coberta de percalços, dados os problemas de várias ordens que costumam estar presentes nestes levantamentos censitários, e que de certa forma inibem a possibilidade de análises conclusivas. É necessário assinalar que dentro das condições da época, os levantamentos para fins de controle do clero não eram homogêneos e sofriam interferências de outros fatores, inclusive de interesse dos vigários, de comum acordo com os capitães-mores, em diminuir a população, para desta forma obstarem a divisão das freguesias.⁷²

Outro pesquisador, ao destacar as possíveis contribuições de “uma antropologia dos registros numéricos” nos estudos e pesquisas sobre as dinâmicas e os processos históricos evidenciando a presença dos povos indígenas em mais de cinco séculos de História do Brasil, alertou: “Quando o ato de contar [recensear] é realizado por um sujeito que pode vir a deter algum tipo de poder ou autoridade sobre os atores e processos observados; nesses termos, medir é uma forma de arbitrar sobre direitos.”⁷³ (Grifo nosso).

Neste arcabouço de expansão colonial e de dinâmicas demográficas, acentuaram-se também as demandas por alimentos, água e ração para os rebanhos na região agrestina. Cada uma das propriedades rurais tinha em média extensão superior a 10.000 hectares.⁷⁴ As fazendas tornaram-se estabelecimentos “com economia própria que se autoabasteciam”. Dispunham, desde os primeiros tempos, de culturas agrícolas de subsistência, pois se localizavam “em uma área onde, devido à movimentação do relevo, se tornava difícil abastecer-se com produtos de

⁷¹ Em um estudo produzido originalmente em francês por Milliet de Saint-Adolphe (1845), são bastante questionáveis os dados quantitativos sobre a população de Cimbres na primeira metade do século XIX: “a população [...] não passa de 600 indivíduos.” A publicação também apresenta outros equívocos na breve abordagem de “Symbres”, sobretudo os lapsos de caráter cronológico. Ver: SAINT-ADOLPHE, M. de. **Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil**. Tomo Segundo. Paris: Casa de J. P. Aillaud, 1845, p. 671-672.

⁷² SMITH, op. cit., p. 9.

⁷³ OLIVEIRA, op. cit., 2011, p. 654.

⁷⁴ ANDRADE, op. cit., 2005, p. 153.

outra região.” Plantava-se milho, feijão e mandioca, aliados a oferta de “água no leito dos rios durante a estação chuvosa, ou em cacimbas neles escavadas durante as estações secas.”⁷⁵

Para atingir o atual Agreste pernambucano em fins do século XVI, utilizavam-se três caminhos: o primeiro “percorria o sul da Capitania [...] onde hoje se situa o estado de Alagoas”, até chegar à foz do rio São Francisco e de lá seguir para o interior; “o segundo roteiro, pelo rio Ipojuca, foi muito utilizado pelos criadores de gado e o rumo era para a direção Oeste da Província de Pernambuco; a terceira rota, utilizando o rio Capibaribe, [e] cujo percurso se fazia pelo Norte, para alcançar o interior da Capitania.”⁷⁶ Com o suporte dos estudos de José Antônio Gonsalves de Mello⁷⁷, foi apontado outro roteiro, a partir de Santo Amaro de Jaboação, no Litoral Sul do Recife, “passando pelo Sítio Queimados, na Freguesia de Vitória de Santo Antão, até chegar ao rio Ipojuca e aí alcançar o sítio Carara”, nas imediações da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE). De lá, seguia-se para o “Sítio de Tacaitó”, na atual cidade de Cabrobó, localizada na mesorregião do Sertão de Pernambuco.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ BARBOSA, B. F. **Paranambuco: herança e poder indígena no Nordeste (séculos XVI-XVII)**. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2007, p. 110-112.

⁷⁷ MELLO, J. A. G. de. Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802). In: MELLO, J. A. G. de. **Da Inquisição ao Império**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, p. 87-113.



Figura 5 - Localização da mesorregião do Agreste de Pernambuco, na transição entre a Zona da Mata/Litoral (Leste) e o Sertão (Oeste); e dos municípios de Pesqueira e Poção, onde habitam os índios Xukuru do Ororubá.⁷⁸

A “colonização oficial do Urubá” ou “Ararobá”, sesmaria “de dez léguas de terra em redondo, a contar do último morador que se achasse para as partes de [Vitória de] Santo Antão, em Pernambuco”, teve início em junho de 1654, quando D. João IV em Portugal, assinou o “Alvará de concessão ao fidalgo João Fernandes Vieira”, como forma de recompensa “aos seus merecimentos como lutador contra a permanência dos holandeses no Brasil.”⁷⁹

Conforme documento datado de setembro de 1666, João Fernandes Vieira tomou posse das terras englobando o “Porto do Touro ao Ceará-Mirim”, no atual estado do Rio Grande do Norte.⁸⁰ Naquele mesmo ano, o sesmeiro de “terras

⁷⁸ Mapas coletados no *site* do IBGE, com adaptações do autor. Ver: MONTE, op. cit., 2012, p. 140.

⁷⁹ BARBALHO, N. **Caboclos do Urubá: caminhos e personalidades da História de Pesqueira**. Recife: CEHM, 1977, p. 35. Sobre a atuação de João Fernandes Vieira contra os holandeses em Pernambuco, consultar: GAMA, J. B. F. **Memórias históricas da Província de Pernambuco**. Tomos I, II, III. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1844.

⁸⁰ **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**. Tomo XIX, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 159.

agrestino-sertanejas” intensificou o controle de suas posses – e os conflitos com os índios habitantes – em Ararobá, “colocando seus vaqueiros e gados e fundando diversas fazendas de criação, em torno das quais há posteriores referências em alguns documentos sesmarias de terceiros”, como nos processos de concessão de sesmarias a “Pedro Correia Ferrete, David de Albuquerque Saraiva, Bento Pereira de Moraes, José Fernandes (em 6 de junho de 1695) e Leonel de Abreu de Lima (em 30 de maio de 1698).”⁸¹

Para uma melhor compreensão sobre a “região de Ararobá”, vejamos a descrição do escritor e pesquisador Alfredo Leite Cavalcanti:

Era chamada Ararobá a região montanhosa, onde estão localizadas, além de muitas outras, as serras do Ararobá, do Cachorro, do Gavião e Jacarará, em cujas duas últimas nasce o rio Capibaribe, que até a confrontação com a serra do Cachorro, pelo norte, serve de limite à referida região, que pelo sul é limitada pelo sopé da cordilheira, em direção ao poente, até os limites dos municípios [pernambucanos] de Arcoverde e Sertânia, e por este limite até o do Estado da Paraíba, e, com ele se dividindo, vai até os limites atuais dos municípios de Poção [PE] e Brejo da Madre de Deus [PE], e daí às serras do Gavião e Jacarará.⁸²

Tendo em vista o progressivo aumento da população não indígena no interior de Pernambuco, a Coroa portuguesa em associação com a Igreja Católica Romana na segunda metade do século XVII, atentou para a necessidade de conservar os novos domínios, incorporando os povos nativos enquanto mão de obra no chamado “projeto colonial”. A estratégia político-administrativa *d’El Rei* consistiu na catequização e “civilização” dos índios, agrupando-os, geralmente de forma arbitrária e sem distinções, em limitados aldeamentos.⁸³ Afinal, enquanto aldeados e aliados, os índios podiam, dentre outras finalidades, compor as tropas militares da metrópole.⁸⁴

⁸¹ BARBALHO, op. cit., 1977, p. 35.

⁸² Apud BARBALHO, op. cit., 1977, p. 36.

⁸³ Ver: ALMEIDA, M. R. C. de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; PERRONE-MOISÉS. B. **Legislação Indigenista Colonial: inventário e índice**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: UNICAMP, 1990.

⁸⁴ Ver: ALMEIDA, op. cit., 2003.

Nas missões, os indígenas de diversas origens e expressões socioculturais peculiares passaram a ser cristianizados e preparados enquanto novos súditos *d'E/Rei*, para atender as demandas e os modelos da sociedade em formação. Na teoria, esses sujeitos sociais, agora sob a tutela dos missionários e na condição de homens livres, deveriam estar a salvo de possíveis conflitos. Afinal, como índios aldeados, encontravam-se aptos para exercer trabalhos remunerados e, conseqüentemente, atuarem como mão de obra local para as aspirações socioeconômicas na colônia. Entretanto, as especificidades no cotidiano dos diversos aldeamentos coloniais foram objeto de estudos, reflexões e questionamentos, como observou Maria Regina Celestino de Almeida:

[...] ao ingressar nas aldeias, os índios perdiam muito, não resta dúvida: viviam em condição subordinada, sujeitos ao trabalho compulsório, eram misturados com outros grupos étnicos e sociais, viam reduzir-se as terras às quais tinham acesso, e expunham-se às altas taxas de mortalidade provocadas por epidemias, guerras intensas e maus-tratos. Além de tudo, submetiam-se à nova ordem que lhes proibia o uso de certas práticas culturais e os incentivava a abandonar suas tradições e incorporar novos valores.⁸⁵

Para além da catequese, a política de aldeamentos também convergiu para a inserção do trabalho indígena nas fazendas de gado que, aos poucos, começavam a ocupar as áreas úmidas dos brejos de altitude,⁸⁶ em plena região semiárida. Na breve descrição de Aziz Ab'Sáber, os brejos funcionam como oásis tropicais, “é sempre um enclave de tropicalidade no meio semi-árido: uma ilha de paisagens úmidas [...], com solos de matas e sinais de antigas coberturas florestais, quebrando a continuidade dos sertões revestidos de caatingas.”⁸⁷

No Sertão de Pernambuco, a Congregação do Oratório⁸⁸ fundou o “Aldeamento de Ararobá” em 1669, nas terras ocupadas pelos índios Xukuru.⁸⁹

⁸⁵ ALMEIDA, op. cit., 2003, p. 129.

⁸⁶ SILVA, op. cit., 2008, p. 77

⁸⁷ AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo/USP, v.13, n. 36, p. 17, maio/ago. 1999. (Dossiê Nordeste Seco).

⁸⁸ A Congregação do Oratório no Brasil foi fundada pelo Pe. João Duarte do Sacramento, na década de 1660. Cf. MEDEIROS, op. cit., p. 35.

⁸⁹ SOUZA, op. cit., p. 33; VALLE, S. M. **A perpetuação da conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX.** Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1992, p. 30; WILSON, LUÍS. **Ararobá lendária e eterna: notas para a História de Pesqueira.** Pesqueira: Prefeitura Municipal, 1980, p. 28.

Segundo o geógrafo Hilton Sette, é provável que os missionários da “Congregação de São Felipe Neri”, os Oratorianos, tenham chegada à região do aldeamento “pelo caminho [...] dos rios São Francisco e Ipanema.”⁹⁰

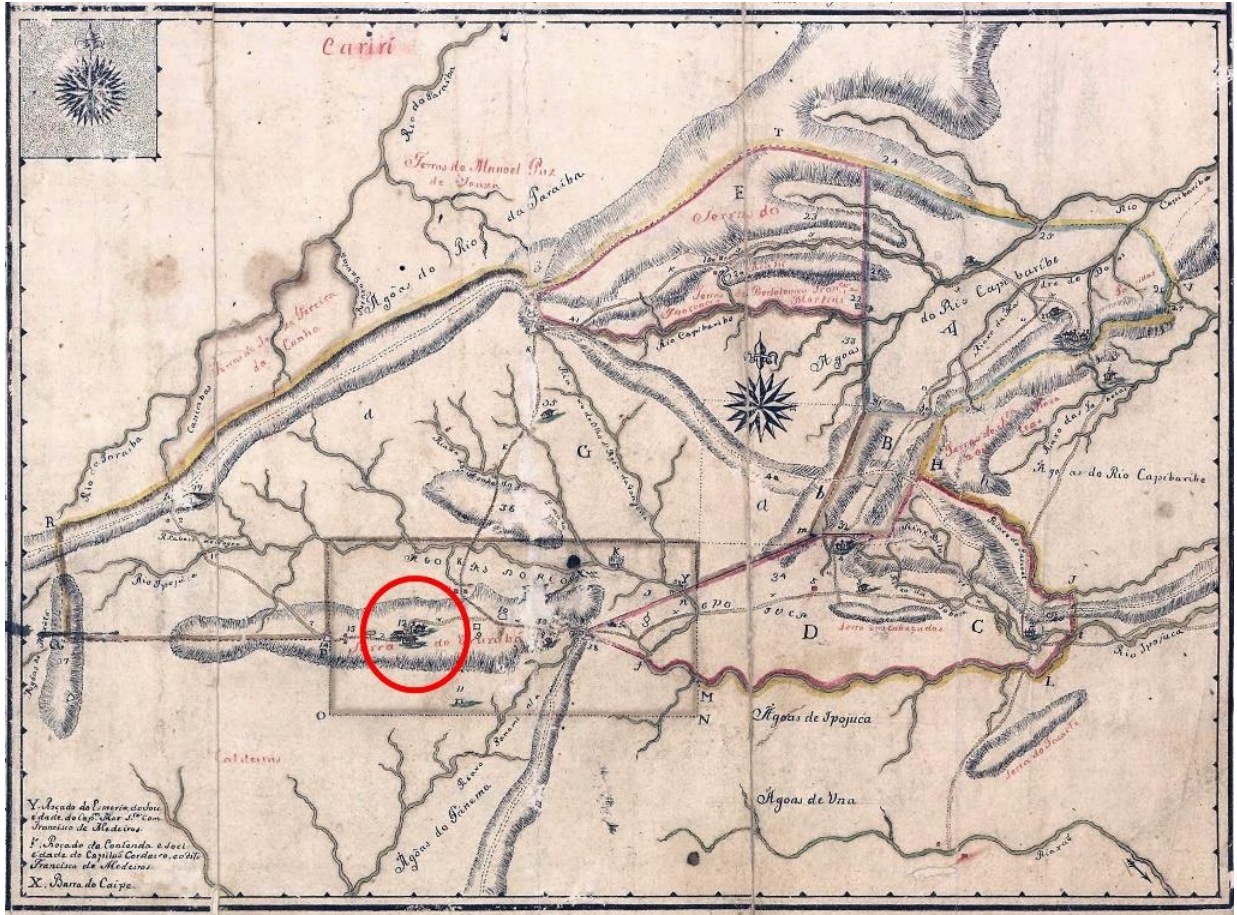


Figura 6 – Mapa elaborado em 1813, destacando as antigas terras dos Missionários no interior da Capitania de Pernambuco. No círculo, a Vila de Cimbres, local do antigo “Aldeamento de Ararobá.”⁹¹

Por se tratar de uma área úmida, com clima ameno, boa oferta de água e entrecortada pelos rios (intermitentes) Ipanema e Ipojuca, a concorrência de sesmeiros e criadores de gado apropriando-se de terras na localidade eram constantes. Os próprios Oratorianos foram responsáveis por implantar currais de gado na região, objetivando a manutenção da missão religiosa e o acúmulo de bens.

⁹⁰ SETTE, op. cit., p. 41.

⁹¹ PINTO, J. da S. Mapa topografico em que se mostrão as terras que forão dos Reverendos Cõgregados desde a barra do Bituri pelo Rio Ipojuca a sima ate as suas massencas e do pôsso fundo pelo Rio Capibaribe a sima té a lagõa do Angu... (1813). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart515170/cart515170.jpg Acesso em: 20/01/2017. Adaptado por Edmundo Monte.

Para o trabalho estafante, submetiam a mão de obra indígena. Com o comércio das rezes, os missionários garantiam a compra de outras terras próximas à Missão.⁹²

A localidade era considerada uma chave estratégica de todo o Sertão, sendo esta “a razão de ter sido mantida, por muito tempo, a Missão do Ararobá, como ponto de apoio para a expansão das invasões e ocupações portuguesas no Agreste e Sertão.”⁹³

1.3. “Novas vilas e lugares”: os Xukuru e a política indigenista do Marquês de Pombal

Em meados do século XVIII o Império Português encontrava-se empobrecido. Aliás, “deve ser recordado que após a Restauração (1640), Portugal atravessava um período de crise comercial e o Brasil aparecia aos seus olhos como a grande fonte de recursos” na tentativa de restituir “os ganhos perdidos com a desarticulação do comércio oriental.”⁹⁴

Na época, como estratégia para assegurar os domínios nas terras baixas da América, as monarquias de Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri (1750) e concentraram as atenções para a questão da demarcação das novas fronteiras, salvaguardando-as das investidas estrangeiras.⁹⁵ O Estado absolutista português voltou-se, sobretudo, para a Amazônia,⁹⁶ haja vista que, naquela região, os missionários dispunham de maior força e as fronteiras eram bastante vulneráveis:

Em 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão dirigiu-se à aldeia de Mariuá (depois Barcelos), às margens do rio Negro, para encontrar-se com a comissão de demarcação espanhola e dar cumprimento ao Tratado de Madri. A Capitania de São José do Rio Negro foi criada em 1755 e, a partir daí, toda a orientação administrativa se deu no sentido de

⁹² MEDEIROS, op. cit., p. 63-64.

⁹³ SILVA, op. cit., 2008, p. 111-112.

⁹⁴ ALMEIDA, M. R. C. de. Os vassallos D’El Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental (1750-1798). **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 112, 1992, p. 66. (p. 63-85).

⁹⁵ Consultar: LIMA, S. E. M; COUTINHO, M. do C. S. (Orgs.). **Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri**. 2ª ed. ampliada, Brasília/DF: FUNAG, 2016.

⁹⁶ Todavia, evidenciamos que a questão no Sul também era grave – particularmente na região das missões – o que obrigou, inclusive, a troca de espaços entre as duas metrópoles (as missões jesuíticas) e a um novo desenho das fronteiras; o que não ocorreu na Amazônia.

promover o desenvolvimento agrícola, através da criação de núcleos portugueses.⁹⁷

Nesta conjuntura internacional de disputas por territórios na América, em 1757 passou a vigorar a política indigenista do Marquês de Pombal, conhecida como Diretório Pombalino.⁹⁸ A partir da nova legislação, aplicada inicialmente no Grão-Pará e Maranhão, as antigas missões indígenas foram elevadas à categoria de vilas e lugares de índios (e de outros sujeitos sociais), culminando na expulsão dos missionários e Jesuítas da colônia e no sequestro dos seus bens.

Em linhas gerais, a política do Diretório visava o soerguimento do Estado português, que visualizava nos índios a força motriz para a exploração de insumos e produtos destinados a atender os engendramentos econômicos da metrópole, assim como aqueles necessários à própria subsistência dos povos indígenas:

Aos mesmos índios é conveniente fazer pôr em cada um ano ao menos duas mil covas de mandioca na porção de terra que se lhes der em próprio, além dos legumes e algodões que puderem e os mais gêneros conducentes ao seu passadio e de suas famílias, animando-os a que aumentem as referidas plantas quanto lhes for possível, pela utilidade que resulta de não só terem por este meio mantimento preciso para subsistirem, mas poderem vestir e fazerem algum fundo [...] e saírem da miséria em que estão, além do benefício que se segue [...] fazerem mais rendosos os dízimos, para com eles suprirem as grandes despesas que Sua Majestade Fidelíssima faz nestes estabelecimentos.⁹⁹ (Grifo nosso).

Na experiência anterior, durante o período da presença e catequese jesuítica nos aldeamentos, foi notório o acúmulo de terras e bens pelos missionários, em transações que fugiam ao alcance da Coroa portuguesa. Assim, “escândalos e abusos dos padres jesuítas, sobretudo pela exploração dos índios e dos sertões, por meio dos quais aumentavam seu patrimônio, eram temas constantes nos documentos expedidos nesse período.”¹⁰⁰

⁹⁷ ALMEIDA, op. cit., 1992, p. 65.

⁹⁸ **DIRECTORIO** que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrario. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

⁹⁹ FIAM/CEHM. **Livro da Criação da Vila de Cimbres: 1762-1867**. Recife: FIAM-CEHM/Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1985, p. 79.

¹⁰⁰ ALMEIDA, op. cit., 2003, p. 170.

Com a aplicação do Diretório, “teve fim o Regimento das Missões, em voga desde 1686, extinguiu-se a administração eclesiástica dos aldeamentos e se emancipou os índios da tutela dos missionários.”¹⁰¹ Todavia, coexistiam algumas semelhanças nas diretrizes de ambas legislações. José Oscar Beozzo comparou o Diretório com o Regimento das Missões “quanto à compreensão da política pombalina como de liberalização da mão-de-obra indígena.”¹⁰² Por outro lado, na prática, ocorreram distanciamentos nessas políticas, com destaque para o caráter assimilacionista da legislação pombalina. Percebe-se que esta última mirava de certa forma a extinção de costumes tradicionais dos indígenas e as discriminações contra eles existentes nas aldeias, transformando-os em súditos “civilizados”.

Antes de prosseguirmos e abordarmos a política do Diretório em Pernambuco é importante destacarmos uma observação de Regina Celestino de Almeida sobre a legislação do Marquês de Pombal, ressaltando a questão da expulsão dos Jesuítas da colônia. Se por um lado, o afastamento dos missionários “provocou algumas mudanças significativas para os índios das aldeias por eles administradas”, por outro,

Os aldeados perdiam, deve-se dizer, poderosos aliados nas disputas com os moradores sobre questões de terra e trabalho. Estes últimos, por sua vez, ficavam mais à vontade para se misturar com os índios e avançar sobre suas terras, pois além de incentivados pela nova lei, estavam livres da severa vigilância dos jesuítas que, em vão, haviam se esforçado por mantê-los afastados.¹⁰³

Em uma época marcada pelos preceitos iluministas eurocêntricos, o Diretório de Pombal ordenava a substituição dos missionários por diretores civis na administração das aldeias. Esta norma era válida até que os índios considerados incapazes de administrarem as vilas, fossem avaliados aptos para dirigirem os próprios lugares, uma vez que, o Diretor, nomeado pelo Governador e Capitão-general do Estado, deveria ser “dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade,

¹⁰¹ AZEVEDO, A. E. L. de. **O Diretório Pombalino em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2004, p. 17.

¹⁰² Apud AZEVEDO, op. cit., 2004, p. 22.

¹⁰³ ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 113.

sciencia da lingua, e de todos os mais requisitos necesarios para poder dirigir com acerto os referidos Indios”.¹⁰⁴

Todavia, estudos e documentos sobre o período evidenciam uma série de denúncias e revoltas dos índios em distintos espaços na colônia, sobre os desmandos dos Diretores nas vilas e lugares. Apesar da legislação em vigor, grosso modo, ter sido elaborada para “favorecer” as demandas dos índios em meados do século XVIII, pois se pretendia minimizar as discriminações contra os aldeados, estes, comumente e, na condição de tutelados, não gozavam do direito de discordar das ações normativas dos administradores civis¹⁰⁵ das vilas: punições, incluindo castigos físicos contra os índios, justificavam tais denúncias.¹⁰⁶

Para uma ideia sobre esses conflitos, vejamos a situação ocorrida no topo da Serra do Ororubá, local da antiga Missão dos Oratorianos, então elevada à categoria de vila (Cimbres). As disputas e os conflitos fundiários continuavam evidenciando as pressões dos fazendeiros, invasores nas terras indígenas que, continuamente, aumentavam os poderes políticos na região. Em dezembro de 1769, a ocupação do posto de Capitão-Mor da Vila de Cimbres pelo índio (Xukuru?!) Francisco Alves de Mendonça, confirmada pelo Governador da Capitania de Pernambuco, e contrariando uma decisão da Câmara local que, um ano antes, nomeou como Diretor daquela vila o Sargento-Mor João Mendes Branco, são extremamente relevantes sobre as ambições e disputas de não índios interessados e “bem” dispostos a ocupar cargos estratégicos. Contrariando as disposições do Diretório, que priorizava os indígenas no exercício das atribuições dos cargos oficiais nas vilas e lugares, mas desde que fossem alfabetizados, anos depois, o posto de Capitão-Mor foi ocupado pelo fazendeiro Manuel Leite da Silva.¹⁰⁷

Em uma carta datada de 1772, e enviada pela Câmara de Cimbres ao “Senhor General de Pernambuco”, os representantes da instituição arrolam sérias acusações ao Diretor dos Índios (provavelmente o citado João Mendes Branco) e ao Capitão-Mor, o índio Francisco Alves de Mendonça. Segundo os relatores, a Vila se

¹⁰⁴ DIRECTORIO, op. cit., p. 1.

¹⁰⁵ Conforme observou a pesquisadora Maria Hilda Paraíso, as fugas de índios passaram a ocorrer com mais frequência e, vagando pelas estradas, os indígenas seguiam em busca de administradores particulares que oferecessem melhores condições de remuneração e trato. Nos aldeamentos oficiais, os índios só recebiam (na teoria) 1/3 do salário e da renda obtida com o arrendamento das terras dos aldeamentos. Ver: PARAÍSO, op. cit., 2014.

¹⁰⁶ AZEVEDO, op. cit., 2004; ALMEIDA, op. cit., 2003.

¹⁰⁷ FIAM/CEHM, op. cit., 1985, p. 137-138.

encontrava num estado miserável. Denunciavam que os índios viviam perambulando bêbados ou caídos, perturbando a ordem pública, tudo isso sem qualquer interferência e até a conivência do Diretor e do Capitão-Mor. A acusação prosseguiu alegando o não cumprimento da Lei do Diretório em Cimbres. Como justificativa, mencionaram a inexistência de escolas, bem como de professores para converterem os índios “ao bem”, estando esses “vivendo a lei dos brutos, falando pela língua e com os seus antigos ritos.”¹⁰⁸ Denúncias análogas serão uma constante nas décadas seguintes, objetivando obviamente a exclusão dos índios dos cargos administrativos na Vila de Cimbres.

Sobre as denúncias encaminhadas pelos políticos-fazendeiros da Câmara de Cimbres, generalizando e maculando os índios Xukuru, uma breve análise da “Lista e traslado” dos dízimos pagos em 1777, pelos índios da Vila de Cimbres pertencentes a “Sua Majestade Fidelíssima”, evidencia, dentre outras situações, os preconceitos contra os índios na Serra do Ororubá, em detrimento do trabalho e exploração da mão de obra indígena. No documento, foram contabilizados 144 mãos de milho; quatro alqueires e meio de farinha; e setecentos réis da criação de gado (os índios entregaram sete bezerros). Em valores atuais, o preço de cada bezerro na região pode variar entre R\$ 400 (quatrocentos reais) e R\$ 1.000,00 (mil reais). Essa produção correspondeu ao trabalho dos Xukuru em nove localidades/sítios (atualmente aldeias) na Serra do Ororubá, conforme observado na tabela:

LOCALIDADE	ÍNDIOS PRODUTORES
Sítio do Caipe	15
Sítio do Meio	03
Sítio de Santa Catarina	07
Sítio da Pedra D’água	07
Sítio das Almas	04
Sítio das Menos	01
Sítio da Boa Vista	11
Sítio da Serra	11
Sítio de Jenipapo	04
ÍNDIOS PAGADORES DE DÍZIMOS	63

Tabela 3 – Parcela da produção dos Xukuru em 1777, paga como dízimo à “Sua Majestade Fidelíssima”.¹⁰⁹ Tabela por: **Edmundo Monte**.

¹⁰⁸ FIAM/CEHM, op. cit., 1985, p. 141-142.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 146-149.

Ainda sobre a legislação em voga, vejamos do que se trata o parágrafo 3 do Diretório, na grafia da época:

Não se podendo negar, que os Indios deste Estado se conserváraõ até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertoens, em que nascêraõ, praticando os pessimos, e abominaveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoraveis mysterios da nossa Sagrada Religiaõ, mas até das mesmas conveniencias Temporáes, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Commercio: E sendo evidente, que as paternáes providencias do Nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a christianizar, e civilizar estes até agora infelices, e miseraveis Póvos, para que sahindo da ignorancia, e rusticidade, a que se achaõ reduzidos, possaõ ser uteis a si, aos moradores, e ao Estado.¹¹⁰ (Grifos nossos).

A princípio, observamos neste parágrafo da política pombalina o descontentamento da Coroa¹¹¹ com a administração missionária dos antigos aldeamentos. Igualmente, a legislação “elucida” e reafirma estrategicamente a necessidade de cristianizar os índios nas novas vilas e lugares. Sendo assim, vigários eram selecionados pelos bispos da colônia e enviados para as novas vilas. Correspondências entre os administradores civis das vilas de Pernambuco e o Conselho Ultramarino atestavam que, em meados de 1759, dentre os bens acumulados pelos missionários, encontravam-se 17 canaviais contando com engenhos equipados de mecanismos para fabricação de açúcar, aguardente e outras serventias.¹¹² Na Capitania de Pernambuco, das mais de 60 aldeias existentes no período das missões, a partir da implantação do Diretório todas foram reunidas em 24 vilas e povoações.¹¹³

Apesar de o Diretório ter sido elaborado e entrado em vigor no Grão-Pará e Maranhão, não tardou para a legislação, através de Alvarás e Instruções, atingir as demais Capitanias no Brasil “para o bem comum e felicidade daqueles índios.”¹¹⁴

¹¹⁰ DIRECTORIO, op. cit., p. 2-3.

¹¹¹ Alta pressão e difamação feitas pelos colonos para assumirem o controle das vilas e “arrendarem” as terras dos aldeamentos.

¹¹² AZEVEDO, op. cit., 2004, p. 45.

¹¹³ ALMEIDA, op. cit., 2003, p. 169.

¹¹⁴ FIAM/CEHM, op. cit., 1985, p. 75-76.

Para isso, algumas premissas deveriam ser observadas para a criação de “vilas ou lugares”.

Na Capitania de Pernambuco, a política pombalina “recebeu acréscimos [...] que permaneceram desconhecidos dos cimbrenses: com adaptações e bem acrescido de mais normas convenientes ao Nordeste brasileiro, foi aprovado em Pernambuco, pouco tempo depois. [...] Agora, aparecia com 117 [artigos].”¹¹⁵ (Grifos nossos).

Conforme o “Edital para feitura da Vila” de Cimbres “antigamente chamada [Missão de] Ararobá, e depois Monte Alegre”, precisaria considerar-se a quantidade de moradores, o número de casais¹¹⁶; e um cuidado especial para denominar o novo lugar, evitando possíveis equívocos com povoações de mesmo nome na colônia.¹¹⁷

Em conformidade com a legislação, que instituiu a obrigatoriedade de batizar os novos lugares na colônia com nomes portugueses, o antigo Aldeamento de Ararobá passou então a se chamar Vila de Cimbres, em homenagem a “uma freguesia existente em Portugal, no Concelho de Mondim da Beira”.¹¹⁸ Em março de 1762, o Desembargador e Ouvidor Geral da comarca das Alagoas, Manuel de Gouveia Alvares, ordenou:

Aos principais e mais moradores e índios desta dita povoação, que no dia vinte e oito do corrente mês, de tarde, concorram ao terreiro junto da igreja para se determinar o lugar da dita povoação mais próprio para servir de praça e para se assinarem as áreas ou terrenos competentes para casas da câmara de audiência e de cadeia e das mais oficinas públicas, e para se delinear a forma em que hão de ficar as ruas e se regular a construção das casas e quintais dos moradores e o assentamento dos currais em que se possam recolher os gados em comum e se assinar terra para baldios, pastos públicos e para patrimônio da câmara, com reserva de toda a necessária para a distribuição que hão de ter os ditos índios moradores na forma determinada pelo Diretório [...] e para que além desta fique outra mais terra reservada para a encomendação

¹¹⁵ Apud FIAM/CEHM, op. cit., 1985, p. 256. Para Pernambuco, utilizava-se o termo “Direção”. Ou seja, uma adaptação local para o “Diretório”.

¹¹⁶ Para se “constituir vila na conformidade do Diretório impresso”, deve-se perfazer em torno de 150 casais no antigo aldeamento. Idem, p. 80.

¹¹⁷ Idem, p. 41.

¹¹⁸ Idem, p. 256.

de outros quaisquer índios e moradores que venham a unir-se e agregar-se aos existentes.¹¹⁹

Estima-se que em 1774, somados os números da população das principais freguesias do Agreste pernambucano, chegava-se a um total de 14.086 habitantes. Desses, conforme os dados demonstrados anteriormente (tabela 2), 1.140 indivíduos viviam em Cimbres.¹²⁰ Reafirmando as estratégias “civilizatórias” da legislação de Pombal, evidenciamos os parágrafos que enfatizam a obrigatoriedade do ensino do idioma português para os indígenas, bem como o incentivo à presença de não índios para casamentos mistos no interior das novas vilas. Provavelmente, essa questão constitua um dos motivos para a flutuação existente nos registros numéricos da população em Cimbres, composta majoritariamente de índios, mas contando com a presença de novos sujeitos respaldados pela Coroa.

Cabe salientar que esses números, de certa forma, também evidenciam uma série de demandas e necessidades físicas e/ou biológicas dos sujeitos habitantes no interior de Pernambuco. Portanto, devem ser observados e analisados, inclusive, enquanto aspectos impactantes no(s) ecossistema(s) da região. A respeito das demandas por alimentos, o historiador ambiental Donald Worster argumentou:

Os homens têm extraído um conjunto extraordinariamente diverso de recursos do mundo natural, e o número e a magnitude destes estão crescendo o tempo todo. Mas o mais básico e revelador destes recursos no estudo da ecologia humana tem sido os recursos que designamos de alimento. Todo grupo social na história teve de identificar tais recursos e criar um modo de produção para obtê-los da terra e levá-los para dentro do estômago. Além disso, é através deste processo que as pessoas tem se conectado ao mundo natural de forma mais vital, constante e concreta.¹²¹

Apesar de oficialmente revogado em 1798, na prática, as determinações Régias do Diretório Pombalino permaneceram vigorando tanto em Pernambuco, quanto em outras regiões até meados do século XIX.¹²² Sendo assim, os antigos métodos utilizados para a “civilização” dos índios, dentre as formas e os modos do trabalho indígena – muitas vezes compulsório –, a obrigação do pagamento de

¹¹⁹ Apud FIAM/CEHM, op. cit., 1985, p. 41-42.

¹²⁰ ANDRADE, op. cit., 2005; MONTE, op. cit., 2012, p. 28.

¹²¹ WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n.2, 2002, p. 27.

¹²² Apud AZEVEDO, op. cit., 2004, p. 122.

dízimos conforme a produção, a proibição das práticas religiosas tradicionais, e a conversão forçada ao cristianismo pouco foram modificados.

Uma pesquisadora alertou sobre a “confusão” de diversas autoridades regionais ao interpretarem a Carta Régia que aboliu o Diretório, em 1798. Afinal, o documento teria ou não validade em todo o Brasil? A extinção do Diretório “foi dada exclusivamente e em separado para o Pará e para a Bahia”.¹²³ Em síntese, esse foi um dos motivos da permanência do cargo de Diretores de Índios na Capitania de Pernambuco e suas anexas.

Todavia, essa é uma questão controversa.¹²⁴ Ao analisarmos a “Carta régia de 12 de maio de 1798”, constatamos oficialmente a extinção do Diretório no fim do XVIII para toda a colônia.¹²⁵ A nova legislação apenas contemplava os índios ainda a serem aldeados e os demais, por falta de legislação específica e, atendendo o interesse de colonos e governantes, os aldeamentos continuaram a ser administrados pelo Diretório Pombalino.

Nessa dinâmica, o antigo Aldeamento de Ararobá (Vila de Cimbres) alcançou os primeiros anos do século XIX “legislado” pelas gerações herdeiras dos fazendeiros invasores e (novos) posseiros, com suas próprias regras e subsidiados por cargos políticos na região:

No Senado da Câmara de Cimbres, quase todos os debates ocorridos em plenário giravam em torno de questões de terras: terras de índios invadidas, ou melhor, roubadas pelos brancos. É claro que a indiada não aceitava o roubo pacificamente, gritando, protestando

¹²³ LOPES, F. M. **Em nome da liberdade:** as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2005, p. 396-397; Em contrapartida, cabe ressaltar as análises de Teresinha Marcis. Segundo a pesquisadora, a “extinção” da legislação pombalina foi adaptada inicialmente na Bahia, motivando, inclusive, a criação do primeiro Conselho Ultramarino na América Portuguesa. Cf. MARCIS, T. **A integração dos índios como súditos do Rei de Portugal:** uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus (1758-1822). 2013. Tese (Doutorado em História). Salvador: UFBA, 2013.

¹²⁴ Ver: SAMPAIO, P. M. M. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007, p. 39-55.

¹²⁵ **Carta Régia de 12 de maio de 1798.** Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/A%20carta%20r%C3%A9gia%20de%2012%20de%20maio%20de%201798B.pdf> Acesso em: 30/11/2017.

contra o esbulho,¹²⁶ revoltando-se. No Urubá, por causa de terras, discutia-se, brigava-se, matava-se e morria-se.¹²⁷ (Grifos nossos).

Os Xukuru, apesar das adversidades, permaneceram reivindicando direitos, elaborando estratégias e, conforme as próprias necessidades, realizando alianças com outros sujeitos sociais habitantes na Serra do Ororubá.¹²⁸

As agitações sociopolíticas e as mudanças na economia mundial¹²⁹ ocorridas ao longo do século XIX, com a expansão dos mercados atrelada ao desenvolvimento do Capitalismo, incidiram em uma “reavaliação das políticas de terras e do trabalho em países direta ou indiretamente atingidos por esse processo.”¹³⁰

A partir da criação da Lei de Terras de 1850¹³¹ ocorreu, com certa frequência, a “expulsão de arrendatários e meeiros [bem como a] expropriação das pequenas propriedades e das terras comunitárias.”¹³² Nessa conjuntura, e de acordo com a nova legislação, apenas com o ato da compra poder-se-ia adquirir terras públicas:

Tanto os que obtiveram propriedades ilegalmente, através da ocupação, nos anos precedentes à lei, como os que receberam doações mas nunca preencheram as exigências para a legitimização de suas propriedades, puderam registrá-las e validar seus títulos após demarcar seus limites e pagar as taxas.¹³³

Na Província de Pernambuco, alguns estudos sobre os antigos aldeamentos de Escada e Barreiros (na Zona da Mata Sul); e de Ipanema e Cimbres (localizados no Agreste), apontaram que a partir da Lei de Terras, intensificaram-se os conflitos agrários e esbulhos das terras indígenas.¹³⁴ Dessa forma:

¹²⁶ De maneira sucinta, o “esbulho” trata-se da prática não autorizada de tomada da posse alheia, com ou sem violência. Ver: SILVA, E. **O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terra e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada/PE (1860-1880).** 1995. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1995.

¹²⁷ BARBALHO, op. cit., 1977, p. 147.

¹²⁸ SILVA, op. cit., 2008; MONTE, op. cit., 2012.

¹²⁹ Sobre tudo nos Estados Unidos e em alguns países europeus.

¹³⁰ COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 2ª ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979, p. 127.

¹³¹ Sobre a Lei de Terras de 1850, que “Dispõe sobre as terras devolutas do Império”, consultar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.

¹³² COSTA, op. cit., 1979, p. 127.

¹³³ Idem, p. 128.

¹³⁴ Ver: SILVA, op. cit., 1995; SILVA, op. cit., 2008; FERREIRA, L. de M. **São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império.** 2006. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2006; DANTAS, M. A. **Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no Aldeamento do**

[...] muitos fazendeiros, com grande prestígio político, aproveitaram as “brechas” oferecidas pela nova legislação para ampliar “legalmente” os seus domínios. Era comum pressionarem as autoridades, junto às Câmaras Municipais, alegando que muitos lotes se encontravam improdutivos e abandonados pelos índios. [Apontadas estrategicamente como] terras devolutas, as mesmas eram incorporadas ao Governo, [sendo] posteriormente vendidas aos próprios fazendeiros pelo Presidente da Província.¹³⁵

Na Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), sucedeu-se uma disparidade de conflitos fundiários.¹³⁶ Nesses embates, e objetivando a contenção de novas invasões em suas glebas (pequenos sítios), os Xukuru repensavam estratégias para reivindicar e salvaguardar direitos enquanto habitantes tradicionais naquela região. Um abaixo-assinado de 1885, destinado ao Presidente da Província, delineia uma das situações vivenciadas pelos índios na época. Os Xukuru denunciavam que a região continuava sendo alvo de posseiros:

Os abaixo assinados ocupam-se exclusivamente do trabalho da agricultura, de onde tiram meios para se manterem, mas Excelentíssimo senhor acontece, que indivíduos sem título algum, entre eles, José Alexandre Correa de Mello, que vindo dos lados do Cariri pela seca, apossou-se de um dos melhores sítios do extinto aldeamento, e ali tem fundado, por assim dizer, uma fazenda de gado, que cotidianamente destrói as lavouras dos suplicantes, que recorrendo à proteção legal, recorrendo às autoridades policiais não são atendidos, porque são desvalidos, são índios miseráveis, e como tais sujeitos a trabalharem como escravos para os ricos e poderosos! Essa é a linguagem dos tais criadores da Serra, que entendem levar os suplicantes a ferro e fogo. (Grifo nosso).¹³⁷

Além dos incontáveis conflitos agrários – com as invasões das terras indígenas – desencadeados durante a expansão colonial nos “sertões”¹³⁸, outras questões sobre “a situação” dos índios no Brasil são peculiares ao século XIX e, por

Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco (1860-1920). 2010. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2010.

¹³⁵ MONTE, op. cit., 2012, p. 34.

¹³⁶ Ver: SILVA, op. cit., 2008, p. 84-85.

¹³⁷ Abaixo-assinado de índios da extinta Aldeia de Cimbres, em Pesqueira, 25 de fevereiro de 1885, para o Presidente da Província. Arquivo Público Estadual de Pernambuco/APE, Cód. Petições, fl.18.

¹³⁸ E, infelizmente, ocorrendo também nos dias atuais.

isso mesmo, não podem ser ofuscadas ou negligenciadas no presente estudo. Após a Independência do Brasil, potencializaram-se as discussões e os debates políticos em torno da “construção” e efetividade da Nação. Para o antropólogo João Pacheco de Oliveira, a nação é uma “unidade de análise social [...], com todos os bens culturais que a exaltam e dignificam”, e está “assentada em processos violentos de submissão das diferenças e na erradicação, sistemática e rotineira, de heterogeneidades e autonomias.”¹³⁹ O pesquisador continuou a análise, com a qual concordamos, afirmando que:

Os fatos e personagens destes processos são objeto de um forte controle social, e apresentam-se para as gerações seguintes de forma quase ritualizada, sempre institucionalizados em certas formas de percepção e narratividade. A variabilidade de seus usos em contextos sucessivos e diversos não chega a abalar a espessa rede de esquecimentos sobre a qual tais acontecimentos estão assentados.¹⁴⁰ (Grifo nosso).

Na década de 1820, existia grande expectativa em torno da elaboração de um plano geral de civilização dos índios, conforme evidenciado em alguns documentos dos anos iniciais do Império.¹⁴¹ Num período onde os padrões culturais eurocêntricos eram efusivamente copiados, em detrimento de uma suposta inferioridade das populações¹⁴² na América Latina, timidamente, ganhou fôlego no Brasil, a ideia de “construção” de uma “memória coletiva que evidenciasse a identidade cultural e histórica da nação.”¹⁴³

Todavia, para alguns membros da Assembleia Constituinte de 1823, os que “sentiam-se membros efetivos da nacionalidade”,¹⁴⁴ o conceito de cidadania estava diretamente atrelado à propriedade privada de terras, “sendo a pátria o local escolhido pelo homem para exercer suas atividades econômicas e compartilhar o

¹³⁹ OLIVEIRA, op. cit., 2016, p. 76.

¹⁴⁰ Idem. João Pacheco, em ambas as citações (de caráter introdutório), referiu-se às diversas representações sobre os índios no século XIX: desde o período da Independência e, sobretudo, durante o Segundo Reinado.

¹⁴¹ CUNHA, M. C. da. Política Indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133-154.

¹⁴² Entre os intelectuais e acadêmicos do Brasil no final dos Oitocentos, destacamos os estudos polêmicos do médico maranhense Nina Rodrigues sobre as diferenças nas “raças humanas”. RODRIGUES, N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Progresso, 1959.

¹⁴³ MONTE, op. cit., 2012, p. 32; OLIVEIRA, op. cit., 2016, p. 82-90.

¹⁴⁴ PARAÍSO, M. H. B. Construindo o Estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**. Vol.28.2, Recife: UFPE, 2010, p. 2, (p. 1-17).

exercício da liberdade.”¹⁴⁵ Nesse sentido, “as elites pensavam o conjunto das relações interétnicas pela ótica da dominação voltada para a eliminação, de formas várias, das diversidades socioculturais em nome da criação da unidade nacional.”¹⁴⁶

Por outro lado e, precedente às discussões da Assembleia Constituinte, muitos debates ocorreram enfatizando a necessidade de uma política indigenista sobre “o lugar do índio” na Nação. Alguns projetos foram elaborados, destacando os “Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brazil” (1823),¹⁴⁷ de José Bonifácio de Andrade e Silva, que, diferente dos relatos de diversos cronistas e missionários do século XVI, o chamado “Patriarca da Independência [...] não via os indígenas nem como habitantes de um possível paraíso terrenal, nem como portadores de uma natural propensão para o pecado e o mal.”¹⁴⁸

No documento, Bonifácio “deixa clara sua discordância quanto à aplicação da ‘guerra justa’ no relacionamento do Estado com as populações autóctones.”¹⁴⁹ Na gama de propostas (44 Artigos) registradas nos “Apontamentos”, o autor evidenciou posição contrária à violência (art. 7) cometidas contra os “índios bravos”:

Criar para a Cathequização dos índios hum Collegio de Missionarios, cuja Organisação religiosa seja pouco mais ou menos como a dos Padres da Congregação de São Felippe Neri, os quaes alem da probidade e zêlo pelo Christianismo, devem instruir-se pelo menos na língua geral ou Guarani, e se possível for também nas particulares das raças numerosas; e nos usos e costumes dos mesmos Índios bravos; pois foi ignorância crassa, para não dizer brutalidade; querer domesticar e civilizar Índios à força d’armas, e com Soldados e Officiaes pela maior parte sem juízo, prudência, e moralidade.¹⁵⁰ (Grifo nosso).

O projeto recebeu parecer favorável e foi aprovado em junho de 1823.¹⁵¹ Nesse contexto, ficou decidido que o documento seria publicado “para discussão na

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ CUNHA, op. cit., 1992, p. 138.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, op. cit., 2016, p. 81. Consultar também: MONTEIRO, J. M. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, A. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 240-241, (p. 237-249.).

¹⁴⁹ OLIVEIRA, op. cit., 2016, p. 81.

¹⁵⁰ ANDRADE E SILVA, J. B. de. **Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823, p. 6, (p. 1-12).

¹⁵¹ OLIVEIRA, op. cit., 2016, p. 80.

Assembleia e para instrução da Nação – medida que muito se assemelha a uma polida protelação”¹⁵².

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha observou as delongas e os meandros políticos que postergaram as discussões do projeto apresentado pelo futuro Ministro José Bonifácio. A autora criticou a extrema morosidade no envio dos exemplares do documento para as demais Províncias, onde deveriam ser debatidos: “só três anos mais tarde lançaria o governo imperial um aviso pedindo a cada presidente de província que informasse a situação e a índole dos índios.”¹⁵³

O Imperador solicitou ainda um relatório, com o parecer dos motivos pelos quais não se conseguia, efetivamente, civilizar os indígenas, pedindo sugestões para tal “problema”. Diversas foram as reclamações, sugestões e respostas, enfatizando uma série de dificuldades sobre a questão. Essas indefinições acabaram minorando as expectativas de implantação e efetivação de um “Plano Geral de Civilização dos Índios”.¹⁵⁴

Apesar de sua aprovação inicial na Assembleia Constituinte, para a pesquisadora, os “Apontamentos” de José Bonifácio:

[...] não foram incorporados ao projeto constitucional, que se contentou com declarar a competência das províncias para promover missões e catequese de índios. Dissolvida a Constituinte por D. Pedro I, a carta outorgada, nossa primeira Constituição, nem sequer menciona a existência de índios.¹⁵⁵

A “inexistência” de índios na Constituição outorgada pelo Imperador em 1824, salvo raras exceções, subsidiou, na prática, a manutenção das diretrizes do extinto Diretório, revogado em 1798; justificado pelas dificuldades em estabelecer-se uma política indigenista de caráter geral. Quando observamos a produção cartográfica no Brasil Imperial, grosso modo, percebemos “a construção de uma coerência territorial” nos mapas gerais do país.¹⁵⁶

Em contrapartida, essa “coerência territorial” não significa e, distanciam-se de maneira profusa, das imagens de um “país integrado”, dotado de boas estradas e/ou

¹⁵² CUNHA, op. cit., 1992, p. 138.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ BIAGGI, E. M. D. As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011, p. 2-7.

diversas rotas de acesso para lugares geograficamente distintos: das províncias e cidades mais populosas; às cidades menores, vilas e povoados localizados em lugares remotos. Nesse contexto, somando-se a diversidade de povos indígenas com suas expressões socioculturais peculiares, presentes e atuantes, em diferentes espaços¹⁵⁷ e regiões na “Nação em formação”, propomos uma reflexão para suscitar (novas) hipóteses, embora preferamos defender as ideias sobre os limites que se configuravam em empecilhos, ou até mesmo na impossibilidade e inviabilidade do chamado processo civilizatório das populações nativas.

Com a dissolução, em novembro de 1823, da Assembleia Constituinte por D. Pedro I, após um hiato e silenciamento imperial superior a duas décadas para a elaboração e execução de uma política indigenista, foi promulgado, em 1845, o Regulamento das Missões. O “único documento indigenista geral do Império”. O “Regulamento” enfatizava o retorno do sistema de aldeamentos no Brasil oitocentista, sob a justificativa de ser este o melhor caminho no processo de transição dos índios à total assimilação na sociedade nacional. Nesta conjuntura, de acordo com o documento, as aldeias seriam submetidas a administrações leigas, ficando a cargo dos missionários o cumprimento das obrigações de caráter educacional e religioso. Todavia, em alguns lugares e conforme as situações, os missionários também atuavam como diretores de índios. Portanto, podemos pensar e evidenciar, apesar das temporalidades distintas, as semelhanças com a legislação pombalina e/ou com as missões religiosas no período colonial.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Cf. CERTEAU, op. cit., 1998, 201-203.

¹⁵⁸ CUNHA, op. cit., 1992, p. 139-140.

CAPÍTULO II

AS PECULIARIDADES DOS AGRESTES: HISTÓRIA E NATUREZA

2.1. Os Xukuru do Ororubá enquanto sujeitos da/na História

Revisitando a clássica obra de Marc Bloch, selecionamos um pequeno (e importante) trecho das análises do autor: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.”¹⁵⁹ (Grifo nosso).

A partir das discussões e observações sobre as políticas e legislações indigenistas nos séculos XVIII-XIX, e, pensando na/s possibilidade/s de diálogos com as afirmações de Bloch, ressaltamos as vicissitudes dessas legislações. Da política colonial do “Diretório”, ao “Regulamento das Missões” no Império do Brasil, salvaguardando especificidades, ambas as legislações (incluindo os “Apontamentos” de José Bonifácio) focaram em artifícios para a assimilação e “civilização” dos índios.

Na condição de sujeitos históricos, os indígenas, de maneiras diversas, em diferentes espaços e temporalidades, permaneceram (permanecem) elaborando e revisitando estratégias para (novas) conquistas, alianças e afirmação dos direitos. Os recentes estudos na “Nova história indígena”, de acordo com John Monteiro, corroboram atuações e reafirmam a presença dos índios nos palcos da História do Brasil.¹⁶⁰

Sintetizando outros processos históricos na segunda metade do século XIX, a partir dos nossos apontamentos realizados durante as discussões na disciplina “História indígena e do indigenismo”, ministrada pela professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso (PPGH-UFBA), ressaltamos a ameaça da extinção real do tráfico negreiro e a necessidade de substituir a mão de obra escrava de origens africanas, a própria política de regularização da posse da terra (1850); a questão da mobilidade internacional da população – com a vinda de imigrantes europeus ao Brasil como

¹⁵⁹ BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 75.

¹⁶⁰ Consultar: MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; ALMEIDA, op. cit., 2010, 2017.

(possível) solução para o problema de carência de mão de obra e, finalmente, a extinção oficial dos aldeamentos indígenas no Brasil. Como argumento, as autoridades do Império alegavam que os índios viviam dispersos e, àquela altura, estavam “confundidos na massa da população civilizada”:¹⁶¹

[...] após ter durante um século favorecido o estabelecimento de estranhos junto ou mesmo dentro das terras das aldeias, o governo usa o duplo critério da existência de população não indígena e de uma aparente assimilação para despojar as aldeias de suas terras.¹⁶² (Grifo nosso).

No “Recenseamento do Brazil em 1872”, o primeiro Censo nacional, a presença indígena “está referida de maneira clara apenas aos índios catequizados, que já interagiam normalmente com os brasileiros e podiam ser objeto de investigação. Esses indígenas foram classificados genericamente como caboclos.”¹⁶³ (Grifo nosso). Em Pernambuco, segundo os resultados do Censo de 1872, a população total da Província era de 841.539 indivíduos. No quesito raça (Caboclos), foram contabilizados 5.943 homens e 5.862 mulheres, perfazendo um total de 11.805 indivíduos da “raça Cabocla”.¹⁶⁴

Contudo, em 1878, a justificativa ambígua do Presidente da Província de Pernambuco para extinguir os dois aldeamentos ainda existentes (Cimbres e Assumpção), conforme o “Relatório Anual” daquele ano consistiu na alegação de que os índios estavam “em contínuas lutas com os usurpadores de seus terrenos e confinantes, que ambicionando alargar seus domínios, praticam contra êsses míseres entes as mais cruéis perseguições.”¹⁶⁵ Na continuidade dos apontamentos no “Relatório” sobre a situação dos aldeamentos, o Presidente da Província concluiu: “A conservação destes aldeamentos somente serve para depor contra os nossos costumes públicos e para satisfação dos cálculos eleitoraes daqueles que desejam e procuram com empenho ser diretores dos índios. [...] Nunca houve

¹⁶¹ CUNHA, op. cit., 1992, p. 145.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ OLIVEIRA, J. P. de. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 662, (p. 653-687).

¹⁶⁴ **Recenseamento Geral do Brazil em 1872**. Disponível em: <http://www.ibge.com.br> Acesso em: 15/01/2017.

¹⁶⁵ Relatório Anual do Presidente da Província de Pernambuco, 1878, p. 49. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u651/> Acesso em: 07/11/2017.

demarcação de suas terras.”¹⁶⁶ O aldeamento de Cimbres (antigo Aldeamento de Ararobá) foi extinto em 1879.¹⁶⁷

Analisando as citações, percebemos, tanto nas entrelinhas, quanto na evidência e objetividade da escrita, que o extinto aldeamento de Cimbres, situado no topo da Serra do Ororubá, além de ser um lugar propício para a agricultura e criação de gado, havia uma trama envolvendo relações de poder e interesses de cunho eleitoral em detrimento aos anseios e demandas dos índios Xukuru, cujas terras foram (e continuavam sendo) invadidas e adensadas de posseiros em fins dos oitocentos e durante décadas no século XX.

2.2. A Serra do Ororubá e o/s agrestes/s em Pernambuco

Historicamente, a expressão “Agreste” é carregada de significados. Nos escritos e estudos produzidos no período colonial, geralmente o termo Agreste está relacionado a um tipo de clima (ameno) peculiar, encontrado nas áreas subúmidas e/ou úmidas no Nordeste do Brasil e propício ao cultivo de diversas culturas. Em outras situações, menções a espécies vegetais também caracterizam a nomenclatura. Frei Vicente do Salvador, por exemplo, no “Capítulo Sexto (Das Árvores Agrestes do Brasil)”, na obra *História do Brasil: 1500-1627* associou os “Agrestes” às espécies arbóreas; das frutíferas até as árvores de corte, para usos distintos encontradas no Brasil:

Cedros, carvalhos, vinháticos, angelins e outras não conhecidas em Espanha, de madeiras fortíssimas para se poderem fazer delas fortíssimos galeões e, o que mais é, que da casca de algumas se tira a estôpa pera se calafetarem e fazerem cordas pera enxárcia e amarras, do que tudo se aproveitam os que querem cá fazer navios, e se poderá aproveitar El-Rei se cá os mandara fazer.¹⁶⁸

O pesquisador e naturalista Arruda da Câmara, em *Memória sobre a cultura dos algodoeiros* (publicado em fins do século XVIII) evidenciou o “clima agreste”

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ SILVA, op. cit., 2008, p. 21.

¹⁶⁸ SALVADOR, F. V. do. *História do Brasil: 1500-1627*. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 67-70.

como chuvoso e úmido, típico da Serra da Borborema, formando um “cordão de muitos centos de léguas, sem interrupção alguma” na Capitania de Pernambuco.¹⁶⁹

Nos estudos geográficos e históricos produzidos ao longo do século XX que abordam o Nordeste e, em particular, Pernambuco, uma das descrições marcantes sobre a região (ou mesorregião) Agreste foi sintetizada por Manuel Correia de Andrade, no livro *A terra e o homem no Nordeste*: “O que caracteriza o Agreste é a diversidade de paisagens que ele oferece em curtas distâncias, funcionando quase como uma miniatura do Nordeste, com suas áreas muito secas e muito úmidas.” Dentre outras peculiaridades, Andrade lembrou que o Agreste apresenta-se como região de transição (ver figura 5) entre a Zona da Mata, com maior pluviosidade, e o Sertão, cujas secas periódicas são de conhecimento público.¹⁷⁰

Outros contemporâneos do pesquisador, a exemplo de Mário Lacerda de Melo e Hilton Sette, compartilharam e complementaram essas análises. Mário Melo, em 1980, publicou um estudo minucioso sobre o ambiente agrestino. O próprio título do trabalho evidencia, com o perdão do trocadilho, a singularidade da região: *Os Agrestes*, no plural, haja vista a diversidade de paisagens, aspectos demográficos e fisiográficos agrestinos.¹⁷¹ No livro *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*, o mesmo autor afirmou que o vocábulo “Agreste” pode indicar uma vegetação mais vigorosa em plena caatinga, cuja etimologia “designa mato ralo ou branco.”¹⁷² Continuando, Mário Melo também mencionou o Planalto da Borborema como faixa divisória entre a Zona da Mata e o Agreste, inclusive com a hipótese para as configurações territoriais dos atuais estados de Pernambuco e Paraíba:

Escalada a escarpa [Borborema] dissecada, estamos em pleno Agreste. A disposição geral do relevo orienta o traçado das comunicações no sentido Leste-Oeste. Observe-se, de passagem e em plano mais geral, que essa mesma disposição parece ter contribuído para configurar os territórios dos estados de Pernambuco e Paraíba, tão estreitos e tão compridos.¹⁷³ (Grifo nosso).

¹⁶⁹ CÂMARA, M. A. da. **Memória sobre a cultura dos algodoeiros**. Lisboa: Oficina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799, p. 25.

¹⁷⁰ ANDRADE, op. cit., 2005, p. 43-44.

¹⁷¹ MELO, M. L. de. **Os Agrestes**. Recife, SUDENE, 1980.

¹⁷² MELO, op. cit., 2012, p.110.

¹⁷³ Idem, p. 102.

Nas análises sobre o município de Pesqueira/PE, localizado na área de transição com a mesorregião do Sertão pernambucano, o geógrafo Hilton Sette assegurou não haver dúvidas de que a cidade está situada no Agreste, pois as condições climáticas, o revestimento vegetal do solo e o “modelado do relevo” são típicos da região.¹⁷⁴ Tais informações foram corroboradas pelo professor Paulo de Oliveira Melo, no estudo *Pesqueira, espaço e tempo*.¹⁷⁵

Da complexidade e diversidade do bioma Caatinga, às prospecções minerais e especificidades da ocupação e dos modos de subsistência na região, o/s Agreste/s – ora úmido, mas essencialmente semiárido – recebeu (e continua recepcionando) uma série de excursionistas/pesquisadores do próprio Nordeste e de outras regiões brasileiras, destacando ainda os estrangeiros que percorreram a região no século XIX.¹⁷⁶

O geógrafo Walter Egler, acompanhado de Mário Lacerda de Melo, realizou pesquisas pelo interior de Pernambuco na década de 1950, culminando na publicação de artigos sobre a Caatinga, o Agreste e os brejos. Em um dos relatórios, Egler problematizou sobre as prováveis origens do termo e/ou conceitos dos Agrestes. Citando Spix e Martius, o pesquisador destacou que os sertanejos associam a expressão tanto ao clima, “quanto ao gênero de vegetação que lhe é peculiar.” Neste caso, é importante frisar que Spix e Martius não excursionaram pela região Agreste. Os pesquisadores alemães estiveram no chamado Vale do São Francisco. Todavia, ao longo do artigo, o autor apresentou importantes apontamentos sobre a região, e que ressaltaremos no decorrer da Tese, demonstrando um olhar aguçado e informações do senso comum (no caso da “Serra das Russas”), somando-se o conhecimento de produções bibliográficas abordando o/s Agreste/s:

Dentro do conjunto que se considera como a região do agreste há distinções a fazer inclusive no que se refere à paisagem física. Tomando-se, por exemplo, o trajeto da Rodovia Central de Pernambuco, que corta transversalmente a região do agreste, veremos que as primeiras manifestações do mesmo já aparecem na

¹⁷⁴ SETTE, op. cit., 1956, p. 10-11.

¹⁷⁵ MELO, P. de O. **Pesqueira, espaço e tempo**: subsídios para a Geografia e a História de Pesqueira. 2ª ed. Olinda: L. A. Gráficas, 2002.

¹⁷⁶ Ver: LOMBARD, L. Explorações geográficas e geológicas. **Revista do IAHGP**, v. 12, n. 66, 1905, p. 89-111; DOMBRE, L. E. **Viagens do engenheiro Dombre ao interior da Província de Pernambuco, em 1874 e 1875**. Recife: Typ. De M. Figueirôa de F. e Filhos, 1893.

altura de Tapera que está a 140 metros de altitude e antes de Vitória de Santo Antão. É comum, para facilidade de delimitação, considerar-se a serra das Russas como o limite entre a zona da mata e o agreste.¹⁷⁷

Nos estudos de Aziz Ab'Sáber, destacando aquilo que o geógrafo chamou de “Nordeste Seco”, ao discutir o conceito de “espaço regional”, este autor incluiu os Agrestes como “região de transição climática e contatos ecológicos entre a zona da mata e o domínio extensivo das caatingas.”¹⁷⁸ Entretanto, o próprio pesquisador ressaltou o caráter genérico desta classificação e complementou as análises sobre os Agrestes, onde se percebe características e situações análogas ao processo de colonização dos “Sertões” em Pernambuco, acentuado no século XVII, especialmente quando o geógrafo mencionou a “estrutura agrária” na região:

Os terrenos dos agrestes podem ser mais diretamente reconhecidos pela presença de uma paisagem de estruturação tradicional do que pelos remanescentes de sua natureza primária. Suas paisagens [...] refletem uma estrutura agrária na qual pecuária e agricultura procuram conviver nas mesmas glebas, tornando mais seguro o balanço da produtividade rural. As longas cercas-vivas de aveloses – presença constante nas paisagens de todos os agrestes – refletem a necessidade de separar os terrenos de cultivo em relação às glebas ou subglebas de pastoreio. Trata-se de uma paisagem que reflete um sistema agrário de longa duração, gerado num ambiente de transição climática e ecológica. Zona de propriedades de portes pequeno e médio, os agrestes constituem a região mais povoada e de economia rural mais equilibrada de todo o interior do Nordeste.¹⁷⁹ (Grifo nosso).

A partir dos olhares da socióloga Teresa Sales, autora de estudos que discutem os mundos do trabalho, evidenciamos outras peculiaridades dos Agrestes, como o caráter “exportador” de mão de obra sazonal ou em definitivo para a região canavieira, próxima ao litoral de Pernambuco. No livro *Cassacos e corumbas*, a pesquisadora analisou as migrações de trabalhadores oriundos do Agreste que, anualmente, entre os meses de agosto e setembro, seguiam para trabalhar no corte e colheita da cana de açúcar, nos engenhos e usinas na Zona da Mata

¹⁷⁷ EGLER, W. A. O Agreste e os Brejos. *Boletim Geográfico*, n. 138, Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 294-296. (p. 294-306).

¹⁷⁸ AB'SÁBER, op. cit., 1999, p. 13.

¹⁷⁹ Idem, p. 21.

pernambucana.¹⁸⁰ Anos depois, Teresa Sales publicou um livro abordando as “transformações na agricultura nordestina” e suas características no início da década de 1980, com o título *Agreste, Agrestes*.¹⁸¹

Retomando as abordagens de Manuel Correia de Andrade sobre a provável origem do termo “Agreste”, o estudioso afirmou que o nome da região foi cunhado pelo próprio povo.¹⁸² Tendo em vista os estudos discutidos até o momento, seria imprudência concordar plenamente com a afirmação de Andrade. Relembremos, por exemplo, os significados atribuídos por Frei Vicente do Salvador para o Agreste.

Todavia, a ideia de a expressão ter sido ressignificada pelo povo, foi evidenciada quando pensamos nos “conceitos” sobre os Agrestes/s utilizados pelos índios Xukuru em suas terras, na Serra do Ororubá.

A área indígena de 27.555 hectares, demarcada e homologada em 2001, está localizada nos municípios pernambucanos de Pesqueira, com maior extensão de terras e aldeias, e Poção, onde se situa a Aldeia Pão de Açúcar. Devido às especificidades geográficas e climáticas na área indígena, os Xukuru do Ororubá¹⁸³ nomearam e “dividiram” as terras, do sopé ao topo da Serra do Ororubá, em três regiões distintas: a Ribeira (mais quente), a Serra (subúmida e bem agricultável) e o Agreste, com maior altitude e presença de matas, alternando um clima seco durante o dia e ameno à noite. Destaca-se ainda como região propícia à criação de bovinos e caprinos em escala doméstica, e local do antigo Aldeamento de Ararobá, atualmente Aldeia Vila de Cimbres.¹⁸⁴

¹⁸⁰ SUAREZ, M. T. S. de M. **Cassacos e Corumbas**. São Paulo: Ática, 1977.

¹⁸¹ SALES, T. **Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁸² ANDRADE, op. cit., 2005, p. 37.

¹⁸³ Sobre a identidade indígena do povo Xukuru, em meados da década de 1980 ocorreu a afirmação do etnônimo Xukuru do Ororubá. Situação que, além de distingui-los dos Xukuru-Kariri (Palmeira dos Índios/AL), evidenciou a historicidade da presença indígena na Serra do Ororubá e as mobilizações para conquistas de direitos. Ver: SILVA, op. cit., 2008; OLIVEIRA E SANTOS, H. C. **Dinâmicas sociais e estratégias territoriais: a organização social Xukuru no processo de retomada**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 2009; OLIVEIRA, K. E. de. **Guerreiros do Ororubá. O processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa: UFPB, 2006.

¹⁸⁴ MONTE, op. cit., 2012, p. 88.

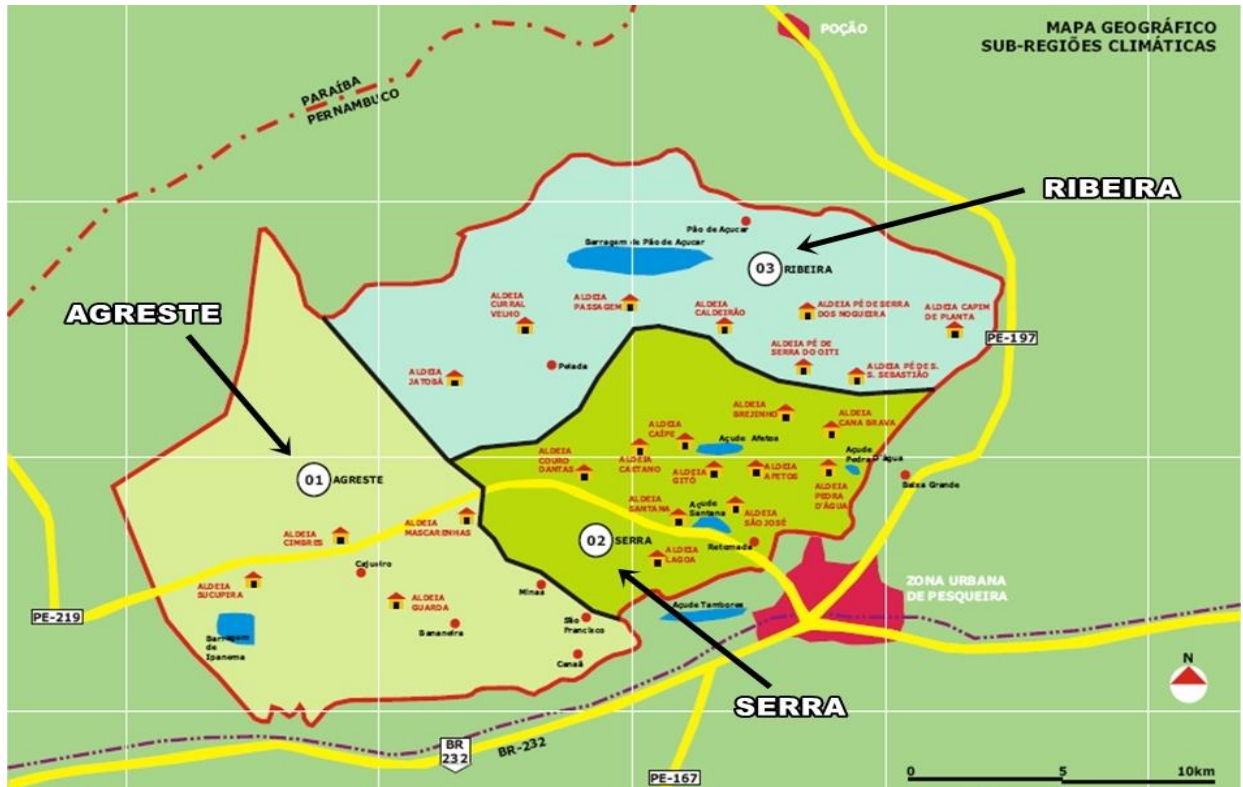


Figura 7 – Mapa da Terra Indígena Xukuru do Ororubá (2007), com 27.555 ha. Em destaque, as três regiões climáticas, chamadas pelos índios de “Ribeira, Serra e Agreste.”¹⁸⁵

A partir das observações, ideias e análises interdisciplinares sobre o/s Agreste/s, o elemento “clima” sobressai em quase todos os estudos sintetizados e evidenciados em nossa abordagem. Neste sentido, e considerando o histórico dos índices pluviométricos anuais no Agreste, cuja média corresponde a aproximadamente 800 milímetros, a região está inserida no chamado “Semiárido Brasileiro”. Isso, de acordo com a “Nova Delimitação” do Governo Federal sobre os municípios que fazem parte da região semiárida no país, em vigor desde março de 2005, perfazendo um total de 1.133 municípios.¹⁸⁶

Com exceção do Maranhão, o Semiárido brasileiro ocupa uma área de 969.589 km², compreendendo todos os Estados do Nordeste, abrangendo ainda alguns municípios do Norte de Minas Gerais, “segundo o Rio São Francisco, juntamente com um enclave no vale seco da região média do rio Jequitinhonha.”¹⁸⁷ Dessa forma, e considerando os estudos de diversos campos do conhecimento,

¹⁸⁵ Mapa das sub-regiões climáticas. **Projeto de Capacitação e Assessoria Técnica/PCAT-Xukuru**, 2007. Adaptado por Edmundo Monte.

¹⁸⁶ BRASIL. **Nova delimitação do Semiárido brasileiro**. Brasília/DF: Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 3-5.

¹⁸⁷ CORREIA, R. C. *et al.* A região semiárida brasileira. In: VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011, p. 21. (p. 21-48).

inclusive na historiografia, salientamos que as mesorregiões do Agreste e Sertão, atualmente, são denominadas de Semiárido nordestino.

Em contrapartida, optamos, desde o início da Tese, pelo uso das expressões/regiões: Zona da Mata, Agreste e Sertão. Igualmente, isso não significa dizer que negligenciaremos a “Nova delimitação do Semiárido Brasileiro”.

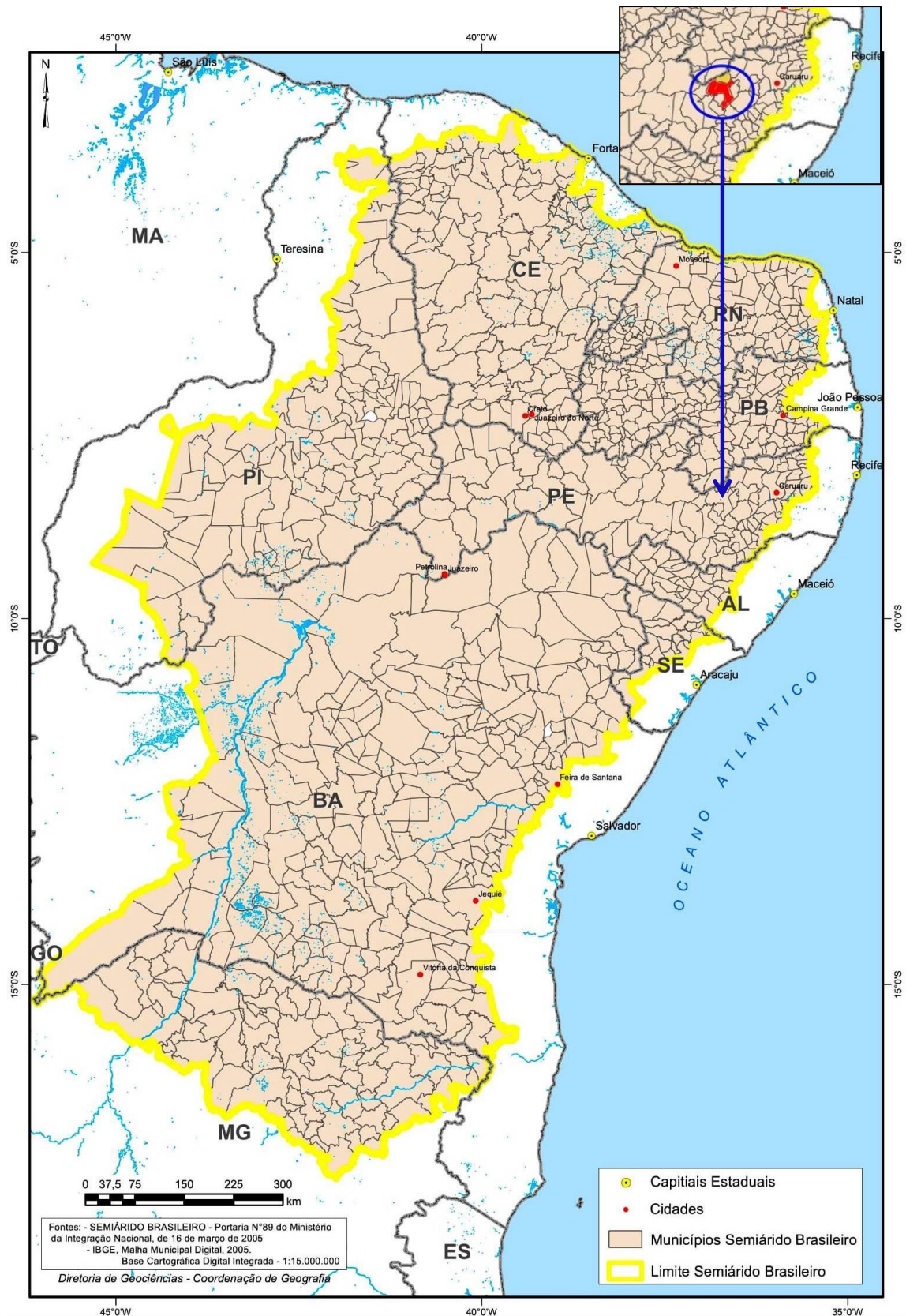


Figura 8 – Mapa do Semiárido Brasileiro (2005). Acima, em destaque, os municípios de Pesqueira (vermelho) e Poço Preto/PE (amarelo), onde se localiza a área indígena Xukuru do Ororubá.¹⁸⁸

¹⁸⁸ IBGE. **Mapa do Semiárido Brasileiro** (2005). Disponível em: <http://www.ibge.com.br> Acesso em: 20/01/2017. Adaptado por Edmundo Monte.

O professor, pesquisador e engenheiro agrônomo Vasconcelos Sobrinho, catalogou em pesquisas e estudos a existência de mais de 20 brejos de altitude em Pernambuco.¹⁸⁹ Essas áreas possuem clima subúmido, com solos profundos, matas características e cursos d'água que favorecem a policultura tradicional; além de apresentarem índices pluviométricos superiores aos de outros espaços na região semiárida.¹⁹⁰ Localizada nos limites geográficos entre o Agreste e o Sertão, no Semiárido pernambucano, a Serra do Ororubá é um dos brejos de altitude evidenciados nos estudos de Vasconcelos Sobrinho.



Figura 9 – Paisagem da Serra do Ororubá em 1956.¹⁹¹

Em sentido oposto às descrições e características utilizadas pelos pesquisadores Vasconcelos Sobrinho e Mário Lacerda de Melo sobre os brejos de altitude em Pernambuco, o geógrafo Walter Egler, um dos pioneiros da Geografia

¹⁸⁹ Cf. VASCONCELOS SOBRINHO, J. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1971. Ver também: TABARELLI, M; SANTOS, A. M. M. Uma breve descrição sobre a História Natural dos Brejos nordestinos. In: PÔRTO, K. C; CABRAL, J. J. P; TABARELLI, M. (Orgs.). **Brejos de Altitude em Pernambuco e Paraíba: História Natural, Ecologia e Conservação**. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 17-24.

¹⁹⁰ MELO, op. cit., 1980, p. 176.

¹⁹¹ **Foto:** Walter Egler. Disponível em: <http://www.ibge.com.br> Acesso em: 20/01/2017.

Agrária no Brasil, de maneira nada usual, iniciou sua abordagem com a seguinte afirmação:

O “brejo” é mais uma vez um termo popular sofrível de uma interpretação inteiramente errônea. Nada tem a ver o “brejo” nordestino com o conceito habitual de brejo, isto é, de região alagada, pantanosa, pois, muito ao contrário, os chamados “brejos” nada mais são que regiões serranas onde uma vegetação florestal e a existência de pequenos cursos de água perenes condicionam um ambiente propício ao desenvolvimento da agricultura.¹⁹² (Grifo nosso).

Ao considerarmos apenas o trecho final da citação, onde o autor ressaltou a vegetação, cursos de água e o ambiente favorável à agricultura, evidenciamos a objetividade na descrição dos “brejos” no Semiárido. Em contrapartida, ao afirmar “interpretação inteiramente errônea”, o geógrafo demonstrou desconhecimento sobre o processo histórico de expansão colonial para os “Sertões” da Capitania de Pernambuco e suas Anexas, incluindo a importância (subsistência) das áreas de brejos na Caatinga.

Dentre os diversos textos que analisamos, escritos por contemporâneos de Walter Egler, em nenhum dos estudos percebemos afirmações semelhantes. Pelo contrário, foi bastante perceptível o interesse dos seus colegas no aprofundamento das pesquisas e, por conseguinte, a publicação de novos estudos.¹⁹³

Portanto, evitamos propositalmente, escrever/citar na íntegra mais duas ou três frases do autor, uma vez que as ideias e várias palavras utilizadas coincidem com os estudos e escritos do geógrafo Ab’Sáber.¹⁹⁴ Inclusive, durante as excursões ao Semiárido pernambucano, o geógrafo teve a companhia de Mário Lacerda de Melo e, possivelmente, do próprio Aziz Ab’Sáber.

Finalizando as inquietudes e provocações, motivadas pelo “modelo de escrita” adotado por Egler na introdução de um tema relevante, pensamos nas reflexões do antropólogo João Pacheco de Oliveira, com o aporte teórico de crítica à ideologia do progresso, do historiador Walter Benjamin:

¹⁹² EGLER, op. cit., 1957, p. 296-297.

¹⁹³ Para mencionar alguns, destacamos Mário Lacerda de Melo, Manuel Correia de Andrade, Hilton Sette e Aziz Ab’Sáber. Todos eles analisados e citados ao longo do presente estudo.

¹⁹⁴ AB’SÁBER, op. cit., 1999, p. 30-31.

A história é uma narrativa sempre produzida a partir de uma contemporaneidade e de uma perspectiva específica. O que outros viram e registraram do passado não é o mesmo que veríamos hoje se estivéssemos lá e lhes fossemos contemporâneos. O que, para nós, é um registro marcado pelo esquecimento, pode corresponder à interpretação estrita e rigorosa proveniente de fontes bem determinadas e, frequentemente, consagradas. A função crítica, como nos lembra Benjamin [...], é implodir a pseudocontinuidade da história, interromper o cortejo em que os vencedores de diferentes tempos transmitem entre si os seus troféus e se identificam mutuamente.¹⁹⁵ (Grifos nossos).

Ampliando os olhares sobre as importantes funções e demais especificidades dos brejos no Nordeste, Aziz Ab'Sáber salientou que “todas as serras úmidas dotadas de oxissolos foram redutos de florestas em sua paisagem primária; e, por ilação, antigos refúgios de fauna.”¹⁹⁶ Diante dessas observações, onde o estudioso evidenciou aspectos peculiares da vegetação nos brejos, compartilhamos uma fotografia recente da Serra do Ororubá, em um período de seca:

¹⁹⁵ Apud OLIVEIRA, op. cit., 2016, p. 79.

¹⁹⁶ AB'SÁBER, op. cit., 1999, p. 20.



Figura 10 – Mata de brejo na Aldeia Pedra D’Água, na Serra do Ororubá, em um período de seca severa na região Agreste. Muitos xukurus utilizavam apenas a água (comprada) nos carros-pipa.¹⁹⁷

Ao discorrer sobre a importância das áreas de brejo para a economia local e no sustento das famílias menos favorecidas, o pesquisador afirmou:

Os brejos são fundamentais para a produção de alimentos no domínio dos sertões, como mostra qualquer apanhado sobre a origem dos produtos comercializados nas feiras locais ou nos agrestes. De certa forma, [...] o sucesso das feiras nordestinas são o próprio termômetro da produtividade dessas áreas, cujos solos de mata deram origem à formação dos primeiros celeiros fornecedores de alimentos baratos e de uso tradicional no amplo espaço sertanejo. [...] A carne verde de gado ou de animais de pequeno porte é quase sempre proveniente de todos os sertões, mas o restante do necessário à alimentação do povo sertanejo provém dos pequenos

¹⁹⁷ Foto: **Edmundo Monte**, em 07/01/2017. Testemunhei *in loco* a precariedade do abastecimento de água em boa parte da área indígena e na cidade de Pesqueira/PE. Vale a pena frisar a “qualidade” e a procedência duvidosa das águas comercializadas no município. Sem o controle minucioso dos órgãos oficiais de fiscalização, era comum, principalmente na hora do banho, sentir o odor de esgoto ao abrir o chuveiro.

espaços, muito férteis, dos brejos que pontilham os sertões.¹⁹⁸
(Grifos nossos).

Se por um lado, somos cultivados a reconhecer o potencial produtivo dos brejos e a importância enquanto meio de subsistência para os habitantes nestas áreas, como os índios Xukuru do Ororubá, por outro viés, as matas também são fontes para a História Social¹⁹⁹ e temas de estudo na chamada História Ambiental, que dialogam constantemente com outras áreas do conhecimento. Para elucidar, em algumas dessas análises discutem-se, por exemplo, as formas de uso e aproveitamento da terra e dos recursos naturais sem um acompanhamento profissional e/ou conhecimento técnico.²⁰⁰ Nessa perspectiva, muitos indivíduos – os pequenos, médios ou grandes agricultores/produtores – têm a impressão ou convicção de que tais recursos são inesgotáveis. E nos brejos de altitude a situação não é diferente.

No início da década de 1970, foi publicado a obra *Interromper o crescimento?* O livro com tradução em diversos idiomas e quatro milhões de exemplares vendidos ao redor do mundo, “anunciava” o esgotamento iminente dos recursos naturais, com ênfase na diversidade de minerais (ainda) presentes na terra.²⁰¹

Como os recursos naturais são finitos, mais cedo ou mais tarde eles se esgotarão. A explosão demográfica nos aproxima cada vez mais desse muro incontornável que insistimos em não enxergar, e contra o qual nossas sociedades não tardarão a colidir.²⁰²

Na introdução de *A dominação Ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*, o historiador indiano K. M. Panikkar (1894-1963) mencionou o principal motivo para a escrita do livro: a natural curiosidade em aprofundar-se na história da costa do Malabar, terra natal do autor. Em suas pesquisas, Panikkar procurou distanciar-se do eurocentrismo na história, e afirmou: “A presente obra não visa a outro

¹⁹⁸ AB'SÁBER, op. cit., 1999, p. 20.

¹⁹⁹ CARVALHO, M. J. M. de. A Mata Atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, Sécs. XVII-XIX. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**. N.25.2, Recife: UFPE, 2007, p. 250.

²⁰⁰ ALBUQUERQUE, U. P. de; ANDRADE, L. de. H. C. Uso de recursos vegetais da Caatinga: o caso do Agreste do Estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil). **Interciencia**. Julio, vol. 27, n.07, Caracas: Asociación Interciencia, 2002, p. 336.

²⁰¹ BERNARDIN, P. **O Império ecológico ou a subversão da ecologia pelo globalismo**. Campinas: Vide Editorial, 2015, p. 236.

²⁰² BERNARDIN, op. cit., 2015, p. 236. Apesar de discordarmos dos ideais do autor no decorrer da obra, e dos caminhos em relevo “acidentado” de suas análises, filtramos, cuidadosamente, algumas informações em notas de rodapé anteriores, para complementar e encorpar nossa análise na seguinte dicotomia: o uso dos recursos naturais e a real possibilidade de esgotamento desses recursos.

objetivo que o de restituir a única perspectiva válida sobre os problemas asiáticos, perspectiva que, de resto, foi a dos europeus dos séculos XVII e XVIII.” O historiador e ex-diplomata indiano, concluiu a introdução do livro destacando: “esta é a primeira vez que um historiador asiático se propõe compreender e expor 450 anos de atividade europeia na Ásia.”²⁰³

Não há dúvidas que, mesmo no tempo presente, nos deparamos constantemente com uma série de desafios para o cumprimento das atividades cotidianas. Isso, para falarmos apenas daquelas inseridas na categoria “profissional”. Às vezes temos a impressão que, para os historiadores sociais cujos objetos de estudo se debruçam sobre as janelas mais acanhadas, porém ventiladas: tanto aquelas das chamadas “minorias”; como em diversas outras espalhadas pelos bairros periféricos, nas zonas rurais, em arquivos públicos e/ou familiares, no entorno dos parques industriais, enfim, nos lugares e nos espaços onde se encontram “os de baixo”, as pessoas comuns, os sujeitos de próprias histórias.²⁰⁴

Neste caso, é necessário certa “vigília” para fugirmos das armadilhas etnocêntricas e eurocêntricas nos estudos sobre a presença e os protagonismos dos índios na História do Brasil. O exemplo do pesquisador indiano Panikkar foi citado por dois motivos: o primeiro consistindo em destacar os estudos e pesquisas acadêmicas, ainda incipientes, produzidas pelos próprios índios em diversas faculdades e universidades espalhadas pelo Brasil. Em segundo lugar, uma responsabilidade e tanto, se configura no nosso compromisso com a historiografia regional, concomitante ao próprio objeto de estudo. Ou seja, a seriedade, a dedicação, os cuidados nas análises dos diversos tipos de fontes e, finalmente, a dicotomia abarcando o apoio aos indígenas, em paralelo as responsabilidades profissionais, o compromisso social-acadêmico, sem esquecer do caráter e da ética inerentes ao ofício de historiador e pesquisador sobre os índios na História.

A partir do exemplo de Panikkar, seria um lapso ou negligência sem precedentes não abordarmos os estudos produzidos por pesquisadores locais, como

²⁰³ PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia**: do século XV aos nossos dias. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 27.

²⁰⁴ Consultar: THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: bisnetos, A. L. e SILVA, S. (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 185-201; SHARPE, J. História vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992; ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004; AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

a valiosa contribuição do geógrafo Hilton Sette sobre o município de Pesqueira/PE. Neste caso em particular, o “destino” de nossas análises é a Serra do Ororubá, onde:

[...] os mais variados vestígios de erosão marcados por uma sucessão de estágios climáticos, nas demais direções, a paisagem envolvente deixa ver em primeiro plano, uma superfície pediplanizada [...] numa zona de interflúvios suaves entre pequenos afluentes do [rio] Ipojuca e cabeceiras do [rio] Ipanema, e, lá ao longe, perdendo-se na distância.²⁰⁵ (Grifo nosso).

Em tempos pretéritos (até meados do XIX), a Serra do Ororubá era praticamente autossuficiente para atender as demandas básicas dos habitantes. Exceto nos períodos de secas prolongadas, devido à baixa pluviosidade. Além dos citados rios Ipojuca e Ipanema, nos dias atuais, em algumas Aldeias Xukuru do Ororubá, Cana Brava é uma delas,²⁰⁶ são encontrados olhos d’água, geralmente, em áreas rochosas, como afirmou um índio morador na Aldeia: “As nascentes que tinham, as nascentes de riacho, e ainda tem muitas ali pelas pedras, que nesse tempo era seis meses de chuva e seis meses de verão.”²⁰⁷

Os índios só usufruem dessas águas nos períodos de estiagens extremas. Em maio de 2009, a Barragem Pão de Açúcar, que armazena água do rio Ipojuca, sangrou, e as águas do rio seguiram o seu curso:

²⁰⁵ SETTE, op. cit., 1956, p. 7.

²⁰⁶ Para localizar a Aldeia, consultar a Figura 7.

²⁰⁷ **Cecílio Santana Feitosa**. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.



Figura 11 – Com o volume de chuvas na Serra do Ororubá, as águas seguem o leito do rio Ipojuca, na região da Ribeira. O verde da vegetação enriquece a bela paisagem agrestina.²⁰⁸

Natural de Pesqueira, o professor Paulo de Oliveira Melo, publicou, em 1999, a primeira edição do livro *Pesqueira, espaço e tempo: subsídios para a Geografia e a História de Pesqueira*.²⁰⁹ De caráter didático, o próprio autor afirmou que: “Esta monografia constitui apenas uma base preliminar [...] de pesquisa para professores e alunos do Ensino Fundamental ou a quem interessar ter conhecimento do estudo das paisagens geográficas [...] do município de Pesqueira.”²¹⁰ A obra, apesar de curta, cumpriu a proposta pedagógica. Em contrapartida, a inexistência de referências bibliográficas “comprometeu” o trabalho dos/as pesquisadores/as que utilizam o livro como fonte para estudos acadêmicos.

Todavia, em se tratando de um texto escrito por um professor pesqueirense, chamou nossa atenção a informação sobre a variação altitudinal na Serra do Ororubá. Em praticamente todos os estudos consultados, a Serra apresenta

²⁰⁸ Foto: **Edmundo Monte**, em 19/05/2009.

²⁰⁹ Apesar de reconhecermos a louvável atitude do autor e a importância da escrita de um livro sobre a geografia e a história local, a segunda edição da obra, publicada em 2002, infelizmente, careceu de uma atualização mais orgânica, bem como na ampliação das abordagens geo-históricas sobre Pesqueira. Ver: MELO, op. cit., 2002.

²¹⁰ MELO, P. de O. **Pesqueira, espaço e tempo: subsídios para a Geografia e a História de Pesqueira**. Pesqueira: Interlink, 1999, p. 7.

altitudes que variam entre 750 metros a 1.000 metros. Porém, segundo o autor, o pico culminante da Serra do Ororubá “é a Pedra Branca, na Fazenda São Francisco, com 1.125 metros de altitude.”²¹¹

No *Diccionario Topographico, Estatístico e Histórico da Provincia de Pernambuco*, publicado em 1863, a Serra do Ororubá foi descrita com magnitude: “Mais parece uma cordilheira do que uma só montanha. [...] A sua elevação é de 800 a 1000 passos e sua forma irregular.” Sobre a cobertura vegetal da região, o autor destacou a ocorrência de matas na “parte do nascente, e em outras partes capoeiras e plantações de milho, feijão, mandioca etc”. Na mesma publicação, as referências à antiga Vila de Cimbres (Aldeamento de Ararobá) – localizada no topo da Serra do Ororubá e atual “Aldeia Vila de Cimbres” – são variadas, enfatizando habitantes “descendentes dos Xicurús e Paratiós” e, pejorativamente, chamando-os de “muito preguiçosos”. Mais adiante, de maneira ambígua, o pesquisador enalteceu a riqueza natural e produtiva do local, classificando-o como um dos mais importantes do “Sertão”. Escreveu ainda que os habitantes “mestiços”²¹² cultivavam algodão e outras culturas para o abastecimento do “distrito” e que os índios viviam da caça, e pouco se dedicavam à agricultura.²¹³

No sentido de pesquisar e complementar as informações contidas em importantes dicionários publicados no século XIX, o pesquisador e escritor pernambucano Sebastião de Vasconcellos Galvão, no *Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, iniciou as observações sobre a Serra do Ororubá destacando a altitude de 1.020 metros em seu ponto culminante. Ressaltou ainda que na “serra descem os riachos Mandioca, o Cachoeira, e mais outro que, correndo pelo sopé da mesma serra recebe o Mandioca, cujas águas despejam no Cachoeira, formando a reunião dos três, [com] o riacho Genipapinho.”²¹⁴ A respeito do clima na localidade, o autor classificou como frio e seco, “dos mais saudáveis, notadamente no cimo da Serra do Ororubá e onde está a povoação de Cimbres.”²¹⁵ Sebastião Galvão também mencionou e associou que, no passado, “uma tribo

²¹¹ Idem, p. 20.

²¹² O termo mestiço, nesse período, era usado para justificar a extinção dos aldeamentos. Portanto, nesta concepção, os índios, não tinham mais direito às terras e reconhecimento estatal.

²¹³ HONORATO, M. da C. **Diccionario Topographico, Estatístico e Histórico da Provincia de Pernambuco**. Recife: Typographia Universal, 1863, p. 36, 37, 92.

²¹⁴ GALVÃO, S. de V. **Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 471.

²¹⁵ Idem, p. 179.

indígena ali habitou.” Além de se referir aos índios apenas em tempos pretéritos, o pesquisador, de forma equivocada, afirmou que os Xukuru nomearam aquele local de Cimbres.²¹⁶ Para Galvão, a etimologia tinha origem no dialeto dos Xukuru, pois, junto com os índios “Paratiós”, habitavam a Serra do Ororubá e áreas adjacentes. Não satisfeito, o escritor cometeu outro lapso ao afirmar que Cimbres, no vocábulo indígena, significava “lugar de ensino.”²¹⁷

Os índios Xukuru são conhecedores das características geoambientais locais, possivelmente, desde épocas coloniais.²¹⁸ Igualmente, os indígenas perceberam as transformações socioambientais²¹⁹ ocorridas na Serra do Ororubá, acentuadas no início do século XX, com a derrubada de espécies vegetais nativas, o plantio de espécies exóticas, e a introdução de monoculturas, principalmente de tomate, em extensas áreas no sopé da Serra, para atender os empreendimentos industriais instalados em Pesqueira/PE.

A primeira fábrica da cidade foi a “Peixe”. Iniciou as atividades a partir da fabricação artesanal de doces, ainda no século XIX e, após a aquisição de equipamentos e maquinários modernos para a época, passou a investir também, em 1914, na industrialização e beneficiamento do tomate. Dessa forma, atuando no segmento de doces e derivados de tomate, extrato, polpas, massas, atingiu o patamar, naquele período e ramo de atividade, de principal indústria do país.

No terceiro capítulo, abordaremos a gênese e o engendramento dos estabelecimentos fabris em Pesqueira. Todavia, o foco principal das análises serão as experiências de trabalho nos plantios de tomates e as memórias Xukuru sobre a produção de frutas, goiaba, banana, manga e maracujá, na Serra do Ororubá, destinadas às indústrias doceiras localizadas na área urbana do município.

²¹⁶ A política pombalina realizou mudanças, inclusive, renomeando os antigos aldeamentos indígenas. Àquela altura, as novas vilas e lugares deveriam ser “rebatizados” com nomes de Portugal.

²¹⁷ GALVÃO, op. cit., 1908, p. 183.

²¹⁸ Sobre o período colonial, nos apoiamos na cartografia analisada, bem como no etnônimo Xukuru em diversas grafias. Da mesma forma, endossamos o exímio conhecimento dos Xukuru sobre as características geográficas da região. Seja a partir das memórias dos antepassados, ou através de longas e exaustivas caminhadas pela Serra do Ororubá, muitas vezes em relevo acidentado, como subsídios para tais afirmações. Outrossim, e sem qualquer intenção de caráter comparativo em nossas pesquisas de campo realizadas desde 2009 na região, somando-se o trabalho de supervisão no Censo Xukuru (2010), percorri grande parte da área indígena, inicialmente guiado pelos próprios índios, aos quais reafirmo minha gratidão.

²¹⁹ Sobre a expressão “socioambiental”, consultar: DRUMMOND, J. A. Ciência Socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, R. C; PELLEGRINI, S. A; DIAS, R. B. (Orgs.). **História, espaço e meio ambiente**. Maringá: ANPUH/PR, 2000.

CAPÍTULO III

“ERA TANTA CAIXA DE GOIABA QUE SAÍA DAQUI DA ALDEIA!”²²⁰

As memórias Xukuru do Ororubá sobre a produção para a agroindústria em Pesqueira/PE

3.1. A cidade da “Peixe” e dos “bueiros fumegantes” no Agreste pernambucano²²¹

O brasilianista Robert Levine, em seu estudo regionalista sobre a política e as bases socioeconômicas de Pernambuco no período de 1889 a 1937, da Proclamação da República ao Estado Novo varguista, para além de evidenciar componentes demográficos, o pesquisador apontou e analisou dados estatísticos sobre a produção açucareira e o número de usinas em atividades no estado. Ressaltou, também, a importância econômica da indústria exportadora algodoeira; sobretudo nas três primeiras décadas do século XX, pois, de acordo com o autor, tratava-se do “mais importante Estado do Nordeste”, embora representando “um caso típico de decadência política e econômica”:²²²

Por volta de 1915, Pernambuco tinha 6.180 trabalhadores têxteis e 3.154 teares. Juntamente com as vizinhas Alagoas e Paraíba, representava, outra vez, metade da capacidade manufatureira do país. [...] Novo crescimento ocorreu depois de 1925, com cinco fábricas fundadas na área do grande Recife. [...] Em 1934, 23 fábricas de tecidos operavam no Estado. (Grifo nosso).²²³

²²⁰ **Cecílio Santana Feitosa**, 50 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

²²¹ Expressões semelhantes a essas, foram e ainda são utilizadas nas rodas de conversas entre os moradores na cidade, principalmente na presença de ex-funcionários, operários fabris, e de pessoas idosas, nos espaços de sociabilidades em Pesqueira/PE. Nos estudos acadêmicos foram citadas situações análogas. O geógrafo Hilton Sette citou “Os enormes bueiros fumegantes e os casarões que abrigam as instalações fabris.” Cf. SETTE, op. cit., 1956, p. 4. Outra pesquisadora, assim intitulou a dissertação: GALINDO, B. F. C. **A Cidade das chaminés: história da industrialização de Pesqueira**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Recife: Faculdade Boa Viagem, 2007.

²²² LEVINE, R. M. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 19-23; 68-69.

²²³ Idem, p. 69-70.

As análises de Levine, regularmente citadas na historiografia sobre Pernambuco,²²⁴ sendo necessário um “cuidado” dos pesquisadores que as utilizam na produção de estudos acadêmicos, haja vista os olhares e abordagens peculiares do autor. Apesar de especialista em processos históricos discutindo o Brasil republicano, devemos observar a seguinte questão: inevitavelmente, e mesmo nas entrelinhas, ocorrem confrontos, anacronismos e/ou comparações com aspectos socioeconômicos específicos do país de origem do pesquisador. Para ilustrar, observemos a dicotomia “decadência política e econômica”, em detrimento da considerável “capacidade manufatureira” de Pernambuco na totalidade da produção do país.

Contudo, em uma crônica no acervo digital de revistas pesquisadas, encontramos a fotografia abaixo. Pela data de inauguração da indústria têxtil, possivelmente trata-se de uma das iniciativas fabris citadas por Robert Levine.



Figura 12 – Inauguração, provavelmente em 1926, no Recife, da Fábrica de Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco.²²⁵

²²⁴ Ver, por exemplo, no banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (Recife/PE), as referências bibliográficas utilizadas em alguns estudos realizados no PPGH-UFPE.

²²⁵ REVISTA DE PERNAMBUCO. Recife: Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, Ano 3, n. 25, 1926, p. 35.

Em um texto anterior, afirmamos brevemente que a diversidade de pesquisas e estudos sobre a região canaveira, Zona da Mata, possivelmente representam a maior parcela dos estudos históricos abordando Pernambuco e, tanto quantitativamente, como de forma qualitativa, essas pesquisas permanecem em fluxo contínuo.²²⁶ Analisando atentamente o estudo de Levine, percebemos que, de alguma forma, o autor “autentica” nossas observações. Tanto as usinas açucareiras, quanto as indústrias têxteis citadas pelo brasilianista, localizavam-se próximas ao litoral. Por outro lado, salientamos que desde a segunda metade do século XVIII, o cultivo das diversas espécies de algodão era realizado em terras semiáridas no Agreste e Sertão.²²⁷ Inclusive, nas memórias orais transcritas dos índios Xukuru do Ororubá, as citações do trabalho indígena no plantio do algodão foram evidenciadas: “Olhe, meu pai plantava algodão, mamona... era do que nós vivíamos! A gente apanhava assim de lado, para ele vender.”²²⁸

Ao refletirmos sobre os cultivos e a quantidade da produção em Pernambuco no final do século XIX e início do XX, destacamos três questões intrínsecas nesses processos históricos: qual/ais o/s destino/s dessa produção? Quais os meios de transportes utilizados? Como era o escoamento dos produtos/culturas? A partir desses questionamentos, visualizamos alguns caminhos para compreendermos as singularidades que justificam os locais/lugares de instalações das indústrias. A maioria delas abrigadas em cidades próximas à Capital do estado e/ou no atual Grande Recife.

Em suma, na região de maior densidade demográfica de Pernambuco e, conseqüentemente, com um vasto e diversificado mercado consumidor; banhada pelo Oceano Atlântico, cuja antiga zona portuária para cabotagem e exportação de diversos gêneros localizada estrategicamente em pleno Marco Zero da cidade.

²²⁶ MONTE, op. cit., 2012, p. 21. Consultar publicações, dissertações e teses, no *síte* do **PPGH-UFPE**: <https://www.ufpe.br/ppghistoria>

²²⁷ Sobre a cultura do algodão, ver: CÂMARA, op. cit., 1873; Para informações diversas e detalhadas, incluindo tabelas sobre a produção na Província de Pernambuco na segunda metade do século XIX, consultar: SOARES, S. F. **Elementos de Estatística Commercial do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865, p. 43-62.

²²⁸ “**Dona Chica**”. Aldeia Mascarenhas, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 28/09/2008. Sobre o trabalho intermitente dos Xukuru na colheita do algodão, ver: SILVA, op. cit., 2008.

Segundo Robert Levine, em 1900, o atual Nordeste brasileiro possuía apenas 1.054 km de ferrovias.²²⁹ Somando-se ainda as péssimas condições das estradas de rodagem no período, enfatizando a antiga “Rodovia Central de Pernambuco”, dificultando significativamente o trajeto Agreste-Litoral, ou seja, o percurso Oeste/interior – Leste/litoral pernambucano.²³⁰

A partir desta breve análise e pesquisa sobre os segmentos industriais em Pernambuco na obra do brasilianista, almejamos instigar reflexões nos/as leitores/as sobre os desafios, os limites e mesmo as “aventuras” daqueles que pretenderam e/ou instalaram fábricas, investindo capital no setor agroindustrial, no Semiárido pernambucano. Em contrapartida, destacamos criticamente os aspectos evidenciados pelo pesquisador, como um caráter de “partidário da modernização”. Levine, ainda que timidamente, enfatizou a ampliação de estabelecimentos fabris para o interior de Pernambuco, na região Agreste:

A primeira fábrica de conservas de fruta e doces em pasta, a Fábrica Peixe, de Pesqueira, data de 1897. Fabricava goiabada, por processos rudimentares, à mão. Dentro de dez anos a companhia pôde comprar equipamento moderno em quantidade suficiente para expandir os negócios e exportar seu produto para os Estados vizinhos. A partir de 1930 passou a vender para todo o Brasil.²³¹ (Grifo nosso).

No primeiro capítulo do nosso estudo, nas páginas iniciais, discutimos e analisamos a historicidade da mobilidade espacial das populações nos sertões, sobretudo os habitantes nativos. Ao evidenciarmos os motivos dessas migrações, ressaltamos, dentre outros, o problema crônico das secas nas atuais mesorregiões do Agreste e Sertão no estado de Pernambuco. Para ilustrar a gravidade da situação, recorreremos, inclusive, as narrativas do Jesuíta Fernão Cardim, publicada no final do século XVI, um dos pioneiros a abordar as consequências da ausência de chuvas para os habitantes no interior da colônia.²³²

²²⁹ LEVINE, op. cit., 1980, p. 70. Pernambuco foi a segunda Província no Brasil a possuir uma estrada de ferro, inaugurada em 09 de fevereiro de 1858. IAHP. Primeira estrada de ferro em Pernambuco. **Revista do IAHP**. v. 7, n. 46, p. 161-166, 1894, p. 162.

²³⁰ A estrada inaugurada em 1802, sob a direção do “capitão Custódio Moreira dos Santos, partindo do Recife [...] até os confins da Capitania de Pernambuco”, de acordo com José Gonsalves de Mello, trata-se da “confirmação do Caminho do Ipojuca, de 1738”, conhecido como o velho “caminho das boiadas.” Apud BARBALHO, op. cit., 1977, p. 79.

²³¹ LEVINE, op. cit., 1980, p. 71.

²³² MONTE, op. cit., 2012.

Em sua abordagem, o missionário destacou as dificuldades e as estratégias, tanto dos habitantes nativos, quanto dos colonizadores/invasores para residir e sobre(viver) na região semiárida. Ressaltamos que, naquele período, a destruição da cobertura vegetal no Agreste e no Sertão, seja nos brejos de altitude ou nas matas de Caatinga, era insignificante se compararmos, por exemplo, com a destruição e o uso insustentável dos recursos naturais a partir do século XIX.²³³ Sem as matas, não ocorriam chuvas, limitando a capacidade de armazenamento de água.²³⁴ Questionada sobre a questão das águas e os modos como os indígenas faziam para armazená-la, uma das índias Xukuru do Ororubá entrevistadas, rememorou o período de infância na Aldeia Lagoa:

Aqui era um lugar muito rico de água. Na minha infância, a gente não tinha poço artesiano. A gente tinha cacimba. Onde tinham aquelas nascentes, formavam cacimbas. Aí, era uma pertinho da outra, na época. E essa fartura de água foi muito tempo... Só agora que está diminuindo. [...] O nome da Aldeia Lagoa, se originou por conta de uma lagoa linda que nós tínhamos aqui próximo, nesse lajedo. As cacimbas eram tudo lá.²³⁵ (Grifo nosso).

Antes de direcionarmos os olhares para as grandes estiagens ocorridas no atual Nordeste brasileiro nos séculos XIX e XX, iremos discorrer sobre o assunto no decorrer do capítulo, destacamos a ocorrência de seis grandes secas no século XVII: 1603, 1605-1607, 1614, 1645, 1652 e 1692. E outras sete secas no século XVIII, causaram efeitos devastadores na região: 1710-1711, 1721, 1723-1727, 1736-1737, 1745-1746, 1777-1778 e 1791-1793.²³⁶

Diante das informações, observações e reflexões sobre as características geoambientais do Agreste e Sertão (Semiárido) pernambucano apontadas, uma pergunta, no mínimo, se faz necessária. Seria a cidade de Pesqueira/PE, localizada

²³³ MONTE, E. História Ambiental do(s) Agreste(s) de Pernambuco: as ações humanas no ambiente natural sob a ótica dos indígenas e dos estudos acadêmicos (Séculos XIX-XX). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.23, 2014, p. 99-125.

²³⁴ Ver: MONTE, E. "A Caatinga guardiã da água": apontamentos sobre as águas no Sertão do Pajeú/PE. **Blog é do Mundo**. 2017b, p. 3. Disponível em: <http://edmundomonte.com.br/producao-textual/> Acesso em: 10/10/2017.

²³⁵ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, "Dona Socorro", 67 anos. Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

²³⁶ VILLA, M. A. **Vida e morte no Sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001, p. 18-19.

numa região de baixa pluviosidade e distante 214 km do Recife, um lugar apropriado para a instalação e manutenção de um complexo agroindustrial?²³⁷

Tentaremos elucidá-la começando “pelo final da história”. Neste caso, estamos nos referindo às declarações do engenheiro agrônomo Moacyr Britto de Freitas,²³⁸ um dos netos dos fundadores da Fábrica Peixe, a um jornal de grande circulação em Pernambuco, no ano de 1999. Na época da entrevista, Moacyr de Freitas tinha 92 anos:

Eu não vejo [o fechamento da fábrica] muito com o coração, acho que os 100 anos de história da Peixe foram suficientes para mostrar que tudo não passou de um grande equívoco, pois ninguém pode esperar do semi-árido uma concorrência direta com os países de clima frio e com as regiões do país que não sofrem com o problema da irrigação. Tudo é muito simples, aquilo que não é sustentável se acaba.²³⁹ (Grifo nosso).

²³⁷ Um pesquisador descreveu as agroindústrias como a “dependência e subordinação da agricultura à indústria”, sobretudo “pela expansão de unidades produtivas que transformam os produtos rurais naturais para a utilização intermediária ou final.” FEITOSA, R. J. R. **Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre Indústria e Agricultura na produção de tomate em Pesqueira/PE**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: UFPE, 1985, p. 10.

²³⁸ Segundo GALINDO, o agrônomo Moacyr Britto de Freitas foi o “último membro da família Britto a administrar a [Fábrica] Peixe.” Cf. GALINDO, op. cit., 2007, p. 120.

²³⁹ PERRIER, R. Peixe fecha as portas e deixa rastro de saudade em Pesqueira. **Jornal do Commercio**. Recife, 09/05/1999. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/1999/0905/rq0905a.htm> Acesso em: 10/11/2017.



Figura 13 – Fachada principal da Fábrica Peixe, no Centro da cidade de Pesqueira/PE.²⁴⁰

Em linhas gerais, concordamos com as observações do agrônomo. Porém, é possível afirmar que, durante o período de funcionamento da Fábrica Peixe, as opiniões do administrador Moacyr Britto, dos profissionais técnicos envolvidos e dos próprios fundadores, sobre a viabilidade sustentável do empreendimento em Pesqueira/PE, divergiam, substancialmente, das declarações acima.²⁴¹

Para exemplificar, destacamos a discordância de Dr. Moacyr (como era conhecido), com o pesquisador Nivaldo Burgos, agrônomo e pedólogo²⁴² da EMBRAPA, sobre as características do solo em Pesqueira, nas áreas de plantações da monocultura de tomate em larga escala. Burgos, subsidiado pelos resultados do mapeamento completo dos solos de Pernambuco, afirmou: “no mapeamento foram identificados [...] solos jovens, com minerais primários de fácil intemperização, em

²⁴⁰ Foto: Walter Egler (1955). Disponível em: <http://www.ibge.com.br> Acesso em: 10/01/2017.

²⁴¹ Ver: MACIEL, J. de. A. **Pesqueira e o antigo termo de Cimbres**. Recife: FIAM/CEHM, 1980, p. 325.

²⁴² Especialista em estudo dos solos.

grande parte rasos e com baixos teores de matéria orgânica, ou seja, [...] quase que em sua totalidade, manifestam pouca fertilidade natural.”²⁴³

Em contrapartida, o engenheiro agrônomo da Fábrica Peixe asseverou:

[Que] a fertilidade do solo dos terrenos da fábrica fosse pouco afetada, pois o sistema adotado pela Peixe era o da rotação de culturas, isto é, plantava-se o tomate em um determinado terreno durante dois anos e no ano seguinte deixava-se aquela terra descansando, para que o solo se recuperasse, isso era possível porque a Peixe possuía muitas terras disponíveis para a plantação de tomate. Dr. Moacyr [...] fazia ainda um balanceamento de elementos para não saturar o solo, com adubação, potássio, magnésio e feldspato.²⁴⁴ (Grifo nosso).

Uma índia entrevistada, antiga trabalhadora nos plantios de tomate da “Peixe”, afirmou, na prática, como o solo era preparado, incluindo a derrubada e posterior queima da vegetação, no processo conhecido como “coivara”:

Botava pra brocar aquele mato e a gente 'coivarava' mato bruto, cheio de espinho. A gente descalço, que não tinha um chinelo para usar, né? Porque não podia comprar... Cheio de espinho e a gente 'coivarava' aquele mato. Queimava tudo! Depois de queimado, limpava tudo, ajeitava, aí quando chovia a gente ia e plantava a semente da tomate. Quando ela tava mais ou menos assim [no tamanho de um palmo], nós desbastava ela e saia plantando pé por pé.²⁴⁵ (Grifos nossos).

Em meados de 1940, de acordo com os relatos de Minervino Osório dos Santos, antigo funcionário da fábrica e “homem de confiança” do Dr. Moacyr, “além de inúmeros fornecedores particulares”, a Peixe possuía 10 plantações nas

²⁴³ GALINDO, op. cit., 2007, p. 120; BURGOS, N. Solos do município de Pesqueira: um pouco de História e um desafio de geração a geração. In: SANTA CRUZ, P. et al. (Orgs.) **Pesqueira Secular: crônicas da velha cidade**. Recife: Editora Santa Cruz, 1980, p. 43-46.

²⁴⁴ Ibidem. A respeito das “muitas terras disponíveis para a plantação de tomate”, discutiremos ao longo da Tese os meandros e as estratégias utilizadas pelos industriais e fazendeiros, em desfavor dos índios Xukuru e de pequenos agricultores na região, que “perdiam” as glebas para a monocultura tomateira. As discrepâncias na estrutura fundiária na Serra do Ororubá, também subsidiavam a expansão das fazendas de gado. Ver: SILVA, op. cit., 2008. SILVA, E; MONTE, E. Índios Xukuru do Ororubá: migrações, trabalho e fronteiras entre o campo e a cidade. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, Recife: UFPE, v. 31, n.1, 2013, p. 1-19.

²⁴⁵ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”, 78 anos. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

seguintes localidades: “Propriedade, Cachoeirinha, Roçadinho, Ismério, Caldeirão, Campo Alegre, Gravatá, Pintada, Lagoa do Félix e Fazenda Velha.”

Apesar de não mencionar explicitamente as maneiras e estratégias com as quais os proprietários da fábrica “adquiriam” essas terras, Minervino dos Santos enfatizou que “todas as propriedades agricultáveis [...] expostas à venda no município de Pesqueira e nos municípios vizinhos” se tornaram posses e “campos produtivos” da Peixe.²⁴⁶

Outra questão abordada por Moacyr Britto de Freitas na citação e, por sinal, muito pertinente, dizia respeito à sustentabilidade. Ou, se avançarmos algumas décadas e pensarmos nas críticas e observações elencadas pelo historiador Warren Dean, que classificou como “desenvolvimentos insustentáveis”²⁴⁷, sobre o conjunto de desastres ambientais ocorridos no Brasil durante a década de 1970, em razão da “escala e velocidade dos projetos de desenvolvimento” dos governos ditatoriais no país. Com relação às indústrias,

Os militares e seus simpatizantes reagiram com arrogância diante das questões levantadas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1972. Suspeitava-se que os países industrializados haviam inventado mais um obstáculo à elevação do Brasil aos seus quadros, e especulava-se que uma das vantagens comparativas do Brasil consistia precisamente em sua capacidade ainda integral de absorver a poluição industrial. “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”, exultava José Sarney.²⁴⁸ (Grifo nosso).

O agrônomo e administrador da Fábrica Peixe, na afirmação “aquilo que não é sustentável se acaba”,²⁴⁹ sem imaginar, corroborou a ideia que estamos procurando assegurar, sobre os impactos das fábricas instaladas em Pesqueira/PE, sobretudo a Peixe, como principais responsáveis pelo uso insustentável dos recursos naturais, provocando uma série de mudanças e transformações ambientais na Serra do Ororubá. Sobre o que, enfatizou o geógrafo Hilton Sette:

²⁴⁶ SANTOS, M. O. dos. **Eu, a Fábrica Peixe e Pesqueira**. Pesqueira: Ed. do Autor, 2008, p. 45-46.

²⁴⁷ Ver o Capítulo 13, “Desenvolvimentos Insustentáveis”, in: DEAN, W. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁴⁸ DEAN, op. cit., 1996, p. 307.

²⁴⁹ **Jornal do Commercio**. Recife, 09/05/1999. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/1999/0905/rg0905a.htm> Acesso em: 10/11/2017.

As fábricas queimam óleo diesel nos motores e lenha para o aquecimento dos tachos a vapor. Essa dependência ao combustível lenha tem custado a destruição do revestimento vegetal primitivo. As matas da Ororobá e as caatingas altas dentro de uma área de enorme raio acham-se praticamente desaparecidas.²⁵⁰ (Grifo nosso).

As matas de brejo e a vegetação nativa da caatinga são necessárias para evitar a erosão do solo, e atrair chuvas para região.²⁵¹ A pesquisadora Thais Santos, coautora em um texto discutindo a erosão e umidade do solo no município de Pesqueira, escreveu:

Diversas são as técnicas disponíveis para se manejar o solo de forma viável econômica e ambientalmente, mas o uso de técnicas inadequadas pode proporcionar a inutilização permanente de áreas para a exploração agrícola [...]. Neste sentido, a utilização de plantas formando barreiras surge como alternativa para a manutenção da qualidade do solo, sendo capazes de reduzir a intensidade do processo erosivo podendo, inclusive, promover o restabelecimento de suas condições físicas e químicas.²⁵² (Grifos nossos).

A respeito da fundação de Pesqueira, salientamos os laços estreitos, e que se confundem, com a Vila de Cimbres, localizada no topo da Serra do Ororubá: “A vila de Cimbres, formalmente criada [em] 1762, foi sede do Termo ou Município de Cimbres até 1836.”²⁵³ Entretanto, “sabe-se [através de] farta documentação da época que, de fato, a florescente povoação de Pesqueira havia cerca de 4 anos era a sede oficiosa do Termo ou Município.”²⁵⁴ A partir da pressão de políticos locais, foi promulgada a “Lei Provincial nº. 20”, em maio de 1836, decretando que a “Sede da Vila de Cimbres, passará para a povoação de Pesqueira.”²⁵⁵ No ano de 1872, a Comarca de Cimbres, enfim, foi instalada em Pesqueira.²⁵⁶

O Juiz de Direito e Vice-Presidente da Província de Pernambuco, Adelino Antonio de Luna Freire, elevou em 1880 à categoria de “Cidade com o nome de Sant’ Águeda de Pesqueira, denominação que não vingou, ficando a cidade com o

²⁵⁰ SETTE, op. cit., 1956, p. 89.

²⁵¹ MONTE, op. cit., 2017b, p. 3.

²⁵² SANTOS, T. E. M. *et al.* Efeito das condições de superfície na erosão e umidade do solo. **Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**. Campo Grande: ABRH, 2009, p. 2. (p. 1-12).

²⁵³ FIAM/CEHM, op. cit., 1985, p. 284.

²⁵⁴ *Idem.*

²⁵⁵ *Idem.*

²⁵⁶ FIAM/CEHM, op. cit., 1985, p. 285.

nome único de Pesqueira. [...] O município, porém, somente teria a sua denominação alterada em 1913, com a nova Lei de Organização Municipal.”²⁵⁷

Sobre as origens do nome do município, tanto nos estudos acadêmicos, quanto em obras literárias publicadas no Brasil, somando-se ainda as memórias individuais e coletivas de moradores e índios Xukuru do Ororubá, remetem ao “sítio da Pesqueira, nome que se refere a um ‘poço’ natural formado pelo riacho Santana [...], onde os índios Xucurús, os habitantes daqueles brejos úmidos, costumavam vir buscar os cardumes de peixes.”²⁵⁸

Para o economista Sílvio Lins, no início do século XIX, “na região onde hoje se localiza a sede municipal, o Capitão-Mor Manoel José de Siqueira se instalou na fazenda ‘Poço do Pesqueiro’, devendo-se a sua denominação ao fato de haver no local uma cachoeira com um poço utilizado para pescarias.”²⁵⁹ Dentre as diversas informações sobre Cimbres e Pesqueira disponibilizadas no dicionário de Sebastião Galvão, o autor endossou a existência da “fazenda denominada Pesqueira.”²⁶⁰

Todavia, existem registros históricos assegurando que a Freguesia de Cimbres, no Concelho de Armamar, localizada no Norte de Portugal, foi ocupada pelos romanos. Ainda em Cimbres, Portugal, existe o Monte de Nossa Senhora da Graça²⁶¹ e, também no Norte de Portugal, na região do Douro, Distrito de Viseu, existe desde 1055, a povoação São João da Pesqueira, sendo considerada a vila mais antiga de Portugal. Cimbres e São João da Pesqueira são localidades próximas.

Seriam essas informações meras coincidências com os registros e fontes históricas apontadas em nosso estudo sobre as origens dos nomes de Cimbres e Pesqueira, no atual estado de Pernambuco?!”²⁶²

²⁵⁷ FIAM/CEHM, op. cit., 1985, p. 285; SANTA CRUZ, P. et al. (Orgs.) **Pesqueira Secular**: crônicas da velha cidade. Recife: Editora Santa Cruz, 1980; ANNUARIO ESTATISTICO DE PERNAMBUCO. Anno I, 1927, Recife: Imprensa Industrial, 1928, p. 198.

²⁵⁸ SETTE, op. cit., 1956, p. 48.

²⁵⁹ LINS, S. Poço do Pesqueiro... Pesqueira. In: SANTA CRUZ, P. et al. (Orgs.) **Pesqueira Secular**: crônicas da velha cidade. Recife: Editora Santa Cruz, 1980, p. 33.

²⁶⁰ GALVÃO, op. cit., 1908, p. 177.

²⁶¹ Ver: QUÉRETTE, L. **A Virgem Maria também apareceu em Pernambuco**: um estudo antropológico do Santuário de Nossa Senhora das Graças, na Aldeia Guarda, em Cimbres (Pesqueira-PE). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

²⁶² Cf. PROENÇA, I. R. **Cimbres, o passado e o presente**. Armamar: Portugal, Edição do autor, 2007. Mais informações, ver: **Mundo Lusíada**. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/cultura/viseu-livro-conta-historia-e-tradicoes-de-cimbres/> Acesso em: 14/06/2018.

O índio Cecílio, reconhecida liderança Xukuru do Ororubá na Aldeia Cana Brava, ao ser questionado sobre o nome do município, comentou: “É que antigamente tinha um poço, uma espécie de açude, né? E o povo todo, os índios, iam para lá pescar. Parece que o nome era poço Pesqueiro. Era isso. Daí veio o nome de Pesqueira.”²⁶³

Pensamos, não seria exagerado discorrer que, rompendo paradigmas no processo de industrialização em Pernambuco, a cidade de Pesqueira, em pleno Semiárido (Agreste), onde o volume de chuvas é baixo e intermitente,²⁶⁴ tornou-se, para além da questão e/ou do fenômeno atípico, uma das referências no setor agroindustrial no Nordeste e nas demais regiões do país. Cabendo à Fábrica Peixe, em 1914, o pioneirismo na produção da massa de tomate em escala industrial. Nos estudos do professor Paulo César Tavares de Melo, o pesquisador destacou que o “1º ciclo da agroindústria de tomate no Brasil” ocorreu no Agreste pernambucano (Pesqueira/PE).²⁶⁵

As informações circulantes no senso comum em Pesqueira/PE, e àquelas existentes nos estudos acadêmicos, em obras literárias ou nos livros de memórias autobiográficas sobre a gênese daquela que, décadas depois, se tornaria uma das maiores indústrias do Brasil, inclusive no setor de exportação, e com filiais produzindo massa e derivados de tomate em outros Estados da federação,²⁶⁶ remetem ao final do século XIX (entre 1897-1898), a partir da produção artesanal de doces de goiaba, liderada pela “nunca esquecida d. láiá, que [...] iniciou o fabrico do doce em tachos de cobre, a fogo nú, nos fundos da casa.”²⁶⁷

O marido, Carlos de Britto, foi comerciante na cidade de Pesqueira e fundador das Indústrias Peixe. Todavia, a esposa, Dona Yayá, é tida como a precursora da

²⁶³ **Cecílio Santana Feitosa**. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

²⁶⁴ Ver nas páginas seguintes, a Tabela 4.

²⁶⁵ Engenheiro Agrônomo, com mestrado e doutorado em Genética e Melhoramento de Plantas pela ESALQ/USP. MELO, P. C. T. de. Agroindústria de tomate no Brasil: 100 anos de história e evolução. In: **7º Congresso Brasileiro de Tomate Industrial**. Palestra. Goiânia: UFG, 2014; MELO, P. C. T. **Desenvolvimento tecnológico para o cultivo do tomateiro de mesa em condições agroecológicas tropicais e subtropicais**. 2017. Tese (Livre-Docência em Produção Vegetal). Piracicaba: ESALQ/USP, 2017.

²⁶⁶ A Fábrica Peixe “instalou filiais no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Recife.” Cf. GALINDO, op. cit., 2007, p. 14.

²⁶⁷ SETTE, op. cit., 1956, p. 63. Consultar também: GALINDO, op. cit., 2007; SILVA, MONTE, op. cit., 2013; SANTOS, op. cit., 2008; FEITOSA, op. cit., 1985; SANTOS, L. C. dos. **Carlos Frederico Xavier de Britto**: o bandeirante da goiaba. Recife: Oficinas Gráficas Folha da Manhã, 1953; CAVALCANTI, B. **No tacho, o ponto desandou**: História de Pesqueira, de 1930 a 1950. Tese (Doutorado em História), Recife: UFPE, 2005.

fábrica, com a produção caseira de doces. Por outro lado, em relatos de habitantes na cidade, afirmam que os doces eram produzidos por escravizadas negras.

3.2. A Fábrica Peixe em obras literárias e nos estudos acadêmicos: breves olhares sobre “ufanismos” e invisibilidades de sujeitos históricos.

Nas primeiras décadas do século XIX, como sugeriu Hilton Sette, a “Pesqueira primitiva”, em alusão ao “Sítio da Pesqueira”, com culturas “plantadas na estreita várzea enxuta”, onde o leite e a carne bovina eram “sempre abundantes [...] e talvez [motivado pelo] espírito hospitaleiro dos donos daquele sítio”,²⁶⁸ percebia-se, o princípio de um importante entreposto comercial, com as frequentes visitas dos “tropeiros em marcha, ora em demanda dos sertões, ora em direção do litoral”.²⁶⁹

[Era] uma parada quase obrigatória para os que passavam, cansados das longas caminhadas, buscando ao mesmo tempo algumas horas de repouso em lugar ameno e as provisões de boca para matar a fome e a sede próprias e de seus animais de carga.²⁷⁰
(Grifo nosso).

Segundo ainda o geógrafo, “Pesqueira nasceu sob o signo do comércio e ostentou, como principal, essa função urbana” até a segunda década do século XX, atraindo compradores e comerciantes do Agreste e Sertão pernambucano, bem como de “municípios alagoanos e paraibanos.” Comercializava-se, dentre outros produtos, o algodão, a mamona, couros, peles de cabras e frutas, como a banana, cultivadas na Serra do Ororubá.²⁷¹

Na pujança comercial pesqueiraense, destacamos os membros de famílias abastadas do município, muitos deles configuravam as novas gerações dos antigos fazendeiros e invasores das terras indígenas desde o período colonial, atuando como comerciantes e ocupando importantes cargos políticos; de certa forma,

²⁶⁸ SETTE, op. cit., 1956, p. 49.

²⁶⁹ Idem, p. 50.

²⁷⁰ Idem, p. 49.

²⁷¹ Idem, p. 52-53. Ver também: SILVA, op. cit., 2008, p. 170; GALINDO, op. cit., 2007, p. 60-62.

representando continuidades oligárquicas nos espaços políticos, jurídicos e econômicos na região.²⁷²

Entretanto, ao direcionarmos os olhares para as narrativas em obras de caráter literário sobre o tema, incluindo ainda os livros publicados por escritores e/ou pesquisadores profissionais ao longo do século passado, percebemos que as abordagens, geralmente, enaltecem os “grandes feitos” dos industriais, dos familiares e demais indivíduos da elite de Pesqueira.

Provocando alguns questionamentos, talvez óbvios para muitos/as, porém, assim ponderamos, são reflexões importantes e sempre necessárias no âmbito da produção historiográfica. Qual/ais a/s possibilidade/s desses autores em suas obras, peculiares ao evidenciarem os mesmos sujeitos enquanto responsáveis pelo “progresso” em Pesqueira terem elaborado tais produções a partir dos paradigmas, métodos e convicções teóricas das escolas históricas francesas e alemã, na segunda metade do XIX? Sobretudo, os fundamentos e objetivos discutidos na França e propagados no final do Oitocentos sobre o “domínio da História”, segundo a escola metódica, também chamada Positivista?²⁷³

Vejamos, para ilustrar, os escritos de Nelson Barbalho, em *Caboclos do Urubá*, ao elaborar uma espécie de árvore genealógica do fundador das Indústrias Peixe, evidenciando que Carlos de Britto, morador no Recife, era filho do Dr. Caetano Xavier Pereira de Britto, “médico no Recife, político liberalista e deputado geral no Império.” De acordo com o pesquisador e literato, Carlos Frederico Xavier de Britto possuía “um dinamismo invulgar, modelo de operosidade, espírito superior, dotado de rara inteligência.”²⁷⁴ Nelson Barbalho enalteceu a migração do jovem Carlos de Britto para Pesqueira, onde iniciou as atividades comerciais:

Com a morte do coronel Candinho, seu tio, Carlos de Britto, nascido no Recife, onde vivia, sobe para o Urubá, ainda moço e cheio de planos para o futuro, de logo se estabelecendo em Pesqueira com

²⁷² As breves análises neste parágrafo sobre os processos históricos em Pesqueira e áreas adjacentes são recentes, contudo, em crescente produção: novos artigos acadêmicos, monografias, dissertações, teses e afins. Muitos estudos foram mencionados na presente Tese. Ver, por exemplo, SILVA, op. cit., 2008; MONTE, op. cit., 2012.

²⁷³ Ver: BOURDÉ, G; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa/América, 1983, p. 97; BARROS, J. D. Considerações sobre o paradigma Positivista em História. **Revista Historiar**. Sobral: UVA, v.4, n.4 (jan./jun. 2011), 2010, p. 11-12; REIS, J. C. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996, p. 11-25. REIS, J. C. O Historicismo: a redescoberta da História. **Locus: Revista de História**. v.8, n.1, Juiz de Fora: UFMG, 2002, p. 9-27.

²⁷⁴ BARBALHO, op. cit., 1977, p. 203.

negócios vários – armarinho, loja de tecidos, armazém de compras de peles, etc.²⁷⁵ (Grifos nossos).

Em Pesqueira, o futuro industrial casou com “Dona láiá”, cujas origens remetem a duas famílias tradicionais da região e adjacências:

[...] Casou-se com Maria da Conceição Cavalcanti de Britto, *Dona láiá*, moça de extraordinários dotes pessoais, descendente de duas das mais importantes famílias do Moxotó e do Urubá – as Siqueira Barbosa e Cavalcanti de Albuquerque de Arcoverde. Dona láiá era irmã de Olindina de Sá Bezerra Cavalcanti (esposa de Sebastião Cavalcanti e mãe do Senador José de Sá).²⁷⁶ (Grifo nosso).

Antes de prosseguirmos nossas considerações e análises sintéticas sobre outras publicações e respectivos autores, chamamos a atenção para três situações: a primeira ressaltando a importância, reconhecendo e respeitando os limites, das diversas obras de Nelson Barbalho abordando a região semiárida em Pernambuco, com ênfase no Agreste do Estado.²⁷⁷ A segunda, sobre os “Britto”. Seria negligência de nossa parte desmerecer o trabalho do casal, e o aspecto visionário dos fundadores²⁷⁸ das Indústrias Peixe. Entretanto, devemos lembrar que ambos eram de famílias tradicionais e abastadas, o que possibilita pensar, ou mesmo frisar, o acesso a recursos consideráveis para tais investimentos. Finalmente, a terceira situação retoma as informações e narrativas de Nelson Barbalho no livro *Caboclos do Urubá*. Questionamos algumas ambiguidades, a começar pelo título e o “subtítulo” que não aparece na capa da obra: *Caminhos e personalidades da História de Pesqueira*.

Historicamente, os “Caboclos da Serra” era e é uma expressão utilizada em referência aos índios Xukuru, habitantes na Serra do Ororubá.²⁷⁹ Nas memórias indígenas, é bastante comum o uso do termo “caboclo” ao lembrarem situações no cotidiano, vivências e experiências do povo Xukuru. A índia Bernadete Marinho, entrevistada em julho de 2009, com 62 anos, afirmou:

²⁷⁵ Idem, p. 203-204.

²⁷⁶ Idem, p. 204.

²⁷⁷ Em uma rápida pesquisa nos mecanismos de buscas na internet, como o Google, o leitor terá acesso a uma diversidade de informações sobre o pesquisador e escritor.

²⁷⁸ Apesar de muitos destacarem apenas Carlos de Britto como fundador da Peixe, preferimos utilizar o verbo no plural, uma vez que, conforme os estudos citados neste Capítulo, foi a partir da manufatura dos doces de goiaba produzidos por “Dona Yayá”, que surgiu o embrião da primeira fábrica instalada em Pesqueira/PE.

²⁷⁹ SILVA, op. cit., 2008, p. 40.

[Meu marido] Miguel sempre falava pra mim que conhecia a história dos caboclos, né? E eu [também] sabia desde que eu nasci. Só que, aqui mesmo [na atual Aldeia Cajueiro], não tinha. Mas tinha ali [apontando para Cimbres], os Caboclo da Serra. E nós sabia que era do meio. Mas eu não conhecia assim de perto, né?²⁸⁰ (Grifos nossos).

Portanto, questionamos criticamente as ambiguidades no livro de Barbalho, onde o escritor destinou e evidenciou em grande parte da obra indivíduos não indígenas, desde o período colonial, e membros das famílias abastadas de Pesqueira e áreas adjacentes, inclusive pessoas oriundas do Recife (Litoral), na condição de “caboclos”. Sobre os índios Xukuru, nas poucas menções e/ou narrativas, o pesquisador sempre referiu-se a um passado indígena no “Urubá”, como neste trecho:

Os Xucurus habitavam toda a serra dos antigos Ararobás e, em seus contrafortes – serras do Jardim, Pitó, Gavião, Varas, etc. [...] No Ararobá do século XX não mais existem tribos indígenas, havendo, todavia, remanescentes seus em número bastante avultado, os quais habitam o topo do monte do Urubá, sendo conhecidos em Pesqueira como os *caboclos da serra* ou *caboclos do Urubá*.²⁸¹ (Grifos nossos).

Natural de Pesqueira e com formação superior em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1944), Luiz Cristóvão dos Santos, dentre as atuações, promotor público, jornalista etc., foi um escritor “dos Sertões”, com obras premiadas pela Academia Pernambucana de Letras, Prêmio Othon Bezerra de Melo,²⁸² a exemplo de *Caminhos do Pajeú*, livro prefaciado por José Lins

²⁸⁰ Bernadete Marinho, 62 anos. Aldeia Cajueiro, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 30/07/2009.

²⁸¹ BARBALHO, op. cit., 1977, p. 46. Essas ideias e imagens sobre “remanescentes” de índios no interior do Nordeste no século XX foram, inclusive, reverberadas/advogadas por intelectuais como Darcy Ribeiro. RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 71. Para novas abordagens e discussões sobre o tema, ver: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004; SILVA, op. cit., 2008, p. 28-79; MONTE, E. Xukuru: de caboclos e “remanescentes” a índios da Serra do Ororubá. In: **Anais do II Seminário Poderes e Sociabilidades na História**. Recife: UFPE, 2010, p. 1-14. Disponível em: <https://edmundomonte.com.br/producao-textual/> Acesso em: 15/05/2018.

²⁸² PE-AZ. Biografias: Luiz Cristóvão dos Santos. Disponível em: <https://pe-az.com.br/editorias/biografias//913-luiz-crist%C3%B3v%C3%A3o-dos-santos> Acesso em: 14/06/2018.

do Rego, e *Caminhos do Sertão*, este último com prefácio do reconhecido escritor pernambucano, Mauro Mota.²⁸³

As crônicas de Luiz Cristóvão, em ambos os livros, merecem atenção pela qualidade e singularidade na escrita características do autor, como também são fontes interessantes para as análises de pesquisadores e professores, que utilizam as fontes literárias nos estudos e produções, uma vez a variedade de informações e subsídios nessas obras.

Em *Caminhos do Sertão*, o escritor Luiz Cristóvão evocou lembranças sobre o município de Pesqueira e, como alguns dos contemporâneos literatos, não deixou de aludir aos índios xukuru, a Serra do Ororubá e as fábricas na cidade. Na crônica “Ororubá – Minha Serra”, apesar de evidenciar os “verdadeiros proprietários” daquelas terras, o autor romantizou os indígenas em tempos pretéritos. Pela citação, não há dúvidas de que Cristóvão dos Santos referiu-se ao período colonial na região: “Quando menino me contaram que os teus antigos senhores foram os índios Xucurus, que pertenciam à família dos Cariris.”²⁸⁴ No decorrer do texto, o escritor citou os índios “atrevidos” que habitavam a atual Aldeia Cana Brava: “[Na] Canabrava, reduto dos caboclos mais atrevidos e imbuanceiros, que habitavam as tuas quebradas e que, vez por outra, [...] brigavam de foice e de cacete.”²⁸⁵ Sobre as características provocativas atribuídas pelo intelectual, exclusivamente, ao antigo “Sítio Canabrava”, vejamos o que relatou um xukuru habitante na Aldeia Cana Brava, sobre as origens do nome da localidade:

A Cana Brava, ela tem a origem porque tinha muita cana. Tinha até engenho aqui na Cana Brava, né? Tinha engenho deles fazer rapadura. Isso era no tempo do meu pai. No tempo que ele era criança. Eu não era nem nascido! Faz muitos anos, né? Isso faz muitos anos. E, por conta da cana-de-açúcar, que pra eles era pra fazer a rapadura, e fazer o café deles mesmo no engenho.²⁸⁶ (Grifos nossos).

²⁸³ SANTOS, L. C. dos. **Caminhos do Pajeú**. Recife: Editora Nordeste, 1954; SANTOS, L. C. dos. **Caminhos do Sertão**: crônicas. Recife: UFPE, 1970.

²⁸⁴ SANTOS, op. cit., 1970, p. 17. Sobre os “Cariris”, considerados “Tapuias”, ver o Capítulo I, item 1.2.

²⁸⁵ Idem, p. 18.

²⁸⁶ **Cecílio Santana Feitosa**. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

O entrevistado complementou as informações. Além das plantações de cana de açúcar e dos pequenos engenhos, o indígena “corroborou”, com ressalvas, a tenacidade dos Xukuru em Cana Brava:

E tinha também a origem [do nome], por conta da bravura deles e da resistência [dos xukuru]. Porque, eles foram à Guerra do Paraguai. Era um povo guerreiro! Aí juntou a cana, com a resistência de luta deles. Aí se deu o nome de Cana Brava, porque era um povo de bravura, de resistência. Que os caboclos daqui da Cana Brava foram ao Rio de Janeiro! Os caboclos daqui, de Brejinho, de Jitó, de Afeto, São José, Lagoa [todas são Aldeias]. Tudo pra Guerra do Paraguai! E aí se deu o nome de Cana Brava. Tinha muita cana, muita cana aqui.²⁸⁷ (Grifos nossos).

Nosso objetivo distancia-se de uma análise orgânica das peculiaridades do antigo “Sítio” e, atualmente, Aldeia Cana Brava, bem como dos habitantes: os índios Xukuru do Ororubá. Entretanto, destacamos a importância das informações rememoradas por Cecílio sobre as origens do lugar onde nasceu e vive até o tempo presente, mas que o escritor chamou apenas de “reduto dos caboclos mais atrevidos”, pois, após brigarem de “foice e de cacete, [...] lá vinham, daquele ninho de cobra, as redes ensanguentadas, carregando os defuntos [...] a caminho da Delegacia e do cemitério da Pitanga.”²⁸⁸

Se nos excertos do livro *Caminhos dos Sertões* selecionados e confrontados com as narrativas Xukuru do Ororubá, ainda persistam dúvidas a respeito das intenções ou desinformações de Luiz Cristóvão dos Santos na premiada obra, provavelmente o/a leitor/a do nosso estudo ampliará as ideias ou questionará a partir das “análises elogiosas” do literato no curto livro, com 31 páginas, em homenagem ao centenário de nascimento do fundador da “Peixe”, intitulado *Carlos Frederico Xavier de Britto, o Bandeirante da Goiaba*.

De início, indagamos: o título trata-se de uma metáfora, e no mínimo desnecessária, ou mero anacronismo? Independentemente da/s resposta/s, acreditamos que tenhamos subsídios suficientes para, e mesmo levando em

²⁸⁷ Idem. Nos estudos do historiador Edson Silva, o pesquisador abordou a participação dos Xukuru e de outros índios no Nordeste, como “Voluntários da Pátria”, na Guerra do Paraguai. Ver: SILVA, E. “Nós vencemos a Guerra!” História, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n.25.2, Recife: UFPE, 2007, p. 39-65; SILVA, op. cit., 2008, p. 85-107.

²⁸⁸ SANTOS, op. cit., 1970, p. 18-19.

consideração uma possível licença poética, percebermos qual a “bandeira defendida”²⁸⁹ pelo escritor pesqueirense:

O “Bandeirante” chega ao agreste e descobre que goiaba é ouro.

Dona Yayá, o anjo que anuncia a nova indústria.

O Peixe – símbolo eterno!

Um boeiro cachimba diante da Ororubá.²⁹⁰

Para evitarmos adjetivos pejorativos, o livreto, em síntese, mais se parece com uma obra encomendada, repleta de elogios e outros “ufanismos”. Porém, seria negligência da nossa parte, se deixássemos de propor reflexões sobre o termo “bandeirante”. Tanto no senso comum e, infelizmente, ainda reverberando nas salas de aula e nos manuais didáticos, e acadêmicos, dentre o/s conceito/s e abordagens, as ideias, imagens e determinismos a respeito dos bandeirantes, continuam sendo associados a supostos atos de bravuras e heroísmos. Em contrapartida, como afirmou John Monteiro numa obra pioneira:

Atrás das façanhas destes intrépidos desbravadores esconde-se a envolvente história dos milhares de índios - os negros da terra - aprisionados pelos sertanistas de São Paulo. Assim, grande parte dos estudos tem se concentrado nas peripécias dos bandeirantes, sendo que o "ciclo de caça ao índio" teria constituído apenas uma fase preliminar e mesmo de importância menor das atividades bandeirantes, na qual os paulistas teriam fornecido escravos índios para os engenhos do Nordeste açucareiro.²⁹¹ (Grifo nosso).

No decorrer do estudo sobre os “negros da terra”, o historiador destacou que, em meados do século XVII, “À medida que crescia a demanda por escravos, a violência tornava-se um instrumento cada vez mais importante na aquisição de cativos no sertão.”²⁹²

Portanto e, para além das questões metafóricas ou os anacronismos, ao classificar o ex-comerciante e industrial Carlos de Britto como “Bandeirante da goiaba”, Luiz Cristóvão, ciente da “história oficial”, ou oficiosa,²⁹³ sobre a colonização

²⁸⁹ De maneira alguma estamos maculando a imagem, e nem tampouco, as diversas obras de Luiz Cristóvão dos Santos. Porém, enquanto pesquisador da História, tais questões e análises são intrínsecas ao nosso ofício.

²⁹⁰ SANTOS, op. cit., 1953, p. 13.

²⁹¹ MONTEIRO, op. cit., 1994, p. 8.

²⁹² Idem, p. 65.

²⁹³ De acordo com os próprios escritos. Cf. SANTOS, op. cit., 1953.

dos Sertões da Capitania de Pernambuco, avultou nossa ideia de que o autor elaborou um livro sob encomenda, ou outros interesses. E, relacionou a imagem do industrial com a de um aprisionador de índios para o trabalho compulsório. Neste caso, um “bandeirante” que atuou em fins dos Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX, “desbravando” a Serra do Ororubá, habitada pelos índios Xukuru. Sendo possível/plausível um diálogo histórico abarcando as diversas situações e atuações dos bandeirantes nos séculos XVI e XVII, com a expressão utilizada para caracterizar, ou folclorizar, o fundador das Indústrias Peixe?! Não temos uma resposta concreta para tal questão/provocação. Contudo, cabe lembrarmos que um dos objetivos do presente estudo foi evidenciar o trabalho dos Xukuru, incluindo mulheres e crianças indígenas, no complexo agroindustrial em Pesqueira, na condição de sujeitos sociais, protagonistas da/na própria história e na história em Pernambuco e no Brasil.

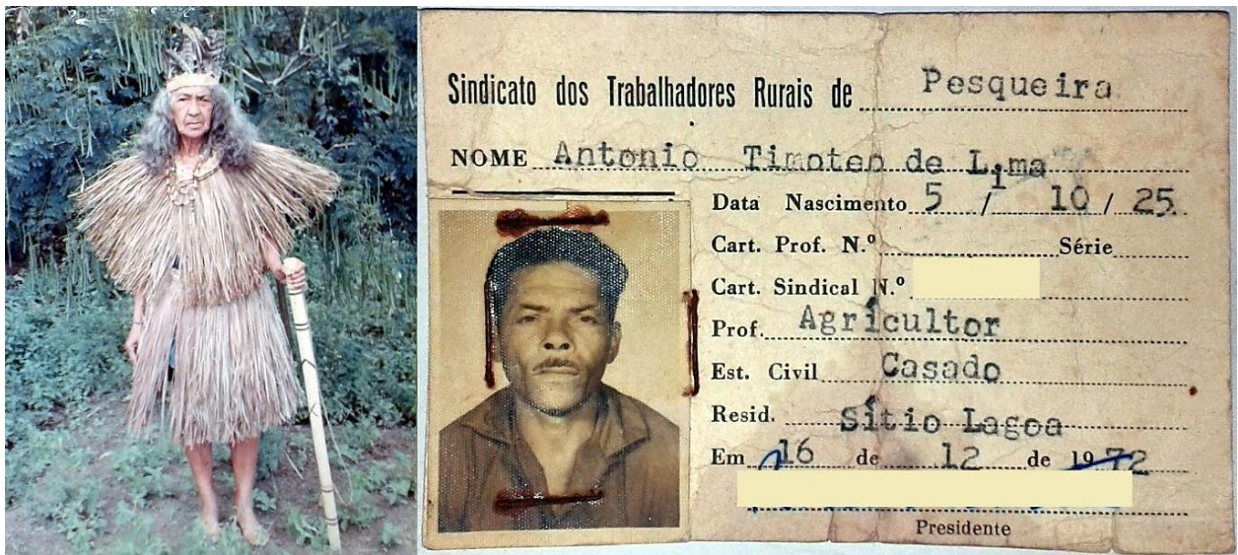


Figura 14 – Maria das Dores Timóteo de Lima, e o marido, Antônio Timóteo de Lima (falecidos). O casal de índios Xukuru habitava a Aldeia Lagoa. **Foto:** Acervo familiar. **Adaptações:** Edmundo Monte.

Os xukurus da fotografia acima são os pais de “Dona Socorro”, uma das lideranças indígenas, constantemente requisitada para diversos fins em prol do seu povo, habitante na Aldeia Lagoa, na Serra do Ororubá. Sua mãe, Maria das Dores, trabalhou desde criança nos roçados e no fabrico de cestos e balaio de cipó para usos domésticos, e também comercializados para ajudar no sustento da família:

Aqui [na Aldeia Lagoa], quando eu completei 11 anos, eu tirava cipó, japicanga, junto com minha mãe para fazer cesta. É o material que faz balaio. Também tirava cipó para fazer essas peças e vender na

feira, para ajudar a comprar alguma coisa pra o consumo com a família.²⁹⁴ (Grifo nosso).

O pai, Antônio Timóteo, além de agricultor, trabalhou como operário intermitente na Fábrica Peixe. Na imagem acima, destacamos a carteira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pesqueira. No campo “residência”, indica o “Sítio Lagoa”, nome utilizado na época em que as terras indígenas ainda estavam nas mãos dos fazendeiros e posseiros.

Dentre as pesquisas acadêmicas contemporâneas com abordagens sobre as fábricas em Pesqueira que tivemos acesso, destacamos os estudos do historiador Bartolomeu Cavalcanti e a dissertação da pesquisadora Betânia Galindo. Em ambos, a “presença” dos Xukuru do Ororubá também está relacionada ao passado histórico na Serra do Ororubá.

Na Tese de Doutorado em História, o pesquisador Cavalcanti afirmou que sua “análise [...] não é de história econômica, mas sim, busca-se perscrutar as nuances utilizadas pelas elites pesqueirenses para sufocar as lutas e os conflitos que emergem no processo de determinação das diretrizes, prioridades e necessidades da sociedade.”²⁹⁵ No estudo, todavia, percebemos situações, até mesmo no emprego de algumas expressões peculiares como, modo de produção, que dialogam com pesquisas nos campos da História Econômica e Política. Inclusive no próprio título da Tese, uma referência às fábricas, embora o autor tenha defendido que buscou evidenciar nas análises, questões relacionadas ao cotidiano sociocultural e urbano em Pesqueira/PE na primeira metade do século XX; utilizando, sobretudo, os jornais publicados na cidade como principais fontes de pesquisa.

A Dissertação de Mestrado em Administração de Betânia Galindo, cujo subtítulo é “História da industrialização de Pesqueira”, apesar de trazer subsídios importantes para estudos como o nosso, também não observou as possibilidades de pensar no trabalho indígena nas fábricas em Pesqueira/PE. Contudo, entendemos os objetivos da pesquisa, que procurou analisar as origens, o apogeu e a “decadência do processo industrial pesqueirense” no decorrer do século XX.²⁹⁶

²⁹⁴ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, 67 anos. Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017. Para outras informações sobre “Dona Socorro”, ver: MONTE, op. cit., 2012.

²⁹⁵ CAVALCANTI, op. cit., 2005, p. 1.

²⁹⁶ GALINDO, op. cit., 2007, p. 5.

Uma Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida em 1985 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) chamou nossa atenção, tanto qualitativamente, quanto pelos diversos dados quantitativos explorados/analizados. Trata-se do estudo de Raymundo Feitosa, “Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira/PE”. Este estudo, mesmo não abordando os Xukuru no complexo agroindustrial,²⁹⁷ foi fundamental para refletirmos o recorte temporal para escrita da presente Tese,²⁹⁸ bem como para dialogarmos com a diversidade de fontes coletadas e analisadas durante nossa pesquisa. Pensamos em um pequeno adendo que, talvez, dialogue com o título da Dissertação de Feitosa: conforme propôs Roberto Cardoso de Oliveira na década de 1970 sobre os índios no Nordeste, a ideia de um “campesinato indígena”.²⁹⁹ Em síntese, o antropólogo observou a situação dos índios na Região que, ora espoliados/esbulhados das terras ou “impedidos” de afirmarem as identidades³⁰⁰ étnicas, encontravam-se em situação análoga aos dos camponeses³⁰¹ nordestinos.

Nos estudos históricos contemporâneos sobre Pesqueira, as fábricas e os Xukuru do Ororubá, sem exageros, poderíamos considerar como o embrião para nossas análises. Nos referimos à Tese de doutorado em História, também publicada no formato livro, do pesquisador e professor Edson Silva.³⁰² Antes de discutirmos as observações do autor sobre as motivações do trabalho dos Xukuru nas fábricas em Pesqueira, vejamos as reflexões do antropólogo João Pacheco de Oliveira a respeito do citado estudo:

²⁹⁷ No entanto, ressaltamos que, no período de elaboração e defesa da Dissertação de Feitosa, as reivindicações das populações indígenas sobre direitos enquanto povos tradicionais, ainda não tinham sido reconhecidas constitucionalmente. O que ocorreu em 1988, com a promulgação da Constituição vigente. A partir da Carta Magna, acentuaram-se as legítimas demandas dos povos indígenas em todas as regiões do Brasil, e os processos de afirmações identitárias. Ver os Artigos 231 e 232 da Constituição de 1988 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

²⁹⁸ FEITOSA, op. cit., 1985, p. 38.

²⁹⁹ OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 67-68. Ver também: AMORIM, P. M. de. Acamponesamento e proletarização das populações indígenas do Nordeste brasileiro. **Boletim do Museu do Índio: Antropologia**. n.º 2, Rio de Janeiro, maio, 1975, p. 1-19.

³⁰⁰ Ver: OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 47-77.

³⁰¹ Sobre o tema, sugerimos a leitura de: SILVA, E. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira/PE - 1961). **Revista Crítica Histórica**, v. 1, n. 2, Maceió: UFAL, 2010, p. 101-114.

³⁰² SILVA, op. cit., 2008; SILVA, E. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE)**, 1950-1988. Recife: Editora UFPE, 2014.

Ao lado de narrativas sobre algumas de suas principais famílias e de suas práticas econômicas, logo vemos surgir preciosas memórias sobre a participação [dos Xukuru] na Guerra do Paraguai. Longe de ser apenas um fato episódico ou exótico, isso propiciou aos Xukuru ocasião para reafirmar sua condição de cidadãos brasileiros e tornar reconhecidos os seus direitos sobre a terra que habitavam.³⁰³ (Grifos nossos).

Ao prefaciá-lo livro de Edson Silva, o antropólogo destacou não apenas a participação dos Xukuru na Guerra do Paraguai, como enfatizou a importância da presença indígena nesse processo histórico, e em outras situações ao longo do século XX³⁰⁴, para o reconhecimento dos direitos sobre a atual Terra Indígena (TI) Xukuru do Ororubá, demarcada e homologada em 2001. Neste sentido, além de evidenciar a visibilidade aos Xukuru na condição de novos sujeitos sociais ao longo de diversos momentos e processos na História de Pesqueira e em Pernambuco, essas análises e estudos configuram-se em importantes subsídios para o reconhecimento das identidades indígenas, ampliando os olhares e as abordagens sobre a participação e a presença dos Xukuru do Ororubá, e de outros povos, ao longo da História do Brasil.

No quarto capítulo da Tese, Silva abordou, dentre outras questões, uma série de denúncias do Padre Olímpio Torres, por meio de artigos publicados no jornal *A Voz de Pesqueira*, sobre a expropriação de terras indígenas na Serra do Ororubá, pelas famílias abastadas pesqueirenses, com ênfase nos industriais e fazendeiros criadores de gado, acarretando um alto índice de pobreza, fome e mendicância³⁰⁵. E, o aumento da mortalidade infantil e de adultos no município.

Os dados sobre óbitos na década de 1940 encontrados nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pesqueira, revelam uma elevada taxa de mortalidade infantil. Foram registradas muitas mortes de crianças com apenas meses, ou ainda nos dois primeiros anos de vida nos “sítios” Cana Brava, São José, Santana, São Braz, Tionante e Lagoa,

³⁰³ Apud SILVA, op. cit., 2014, p. 19.

³⁰⁴ Destacamos a conquista da instalação do Posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na Serra do Ororubá, na década de 1940, bem como a participação de lideranças Xukuru nas Ligas Camponesas, no início da década de 1960. Ver: SILVA, op. cit., 2008.

³⁰⁵ Natural de Pesqueira/PE e radicada no Recife, a escritora Djanira Silva afirmou que, durante a infância na cidade natal, “Um dia, tirou charque, farinha, feijão e arroz para dar a umas pessoas muito pobres que moravam numa rua atrás da sua casa, gente que mal tinha o que comer.” SILVA, D. **Do quintal para o mundo**. Recife: Edições Edificantes, 2006, p. 16.

todos localizados na Serra do Ororubá. Estão registradas também as mortes de pessoas adultas, em sua maioria com idade avançada.³⁰⁶

Além das minuciosas pesquisas em coleções de jornais publicados em Pesqueira/PE, o historiador, como mencionado pelo antropólogo Pacheco de Oliveira, realizou diversas entrevistas com índios e índias Xukuru do Ororubá, para confrontar situações ou complementar informações consideradas relevantes nas análises. Uma das entrevistadas, “Dona Zenilda”, relatou as razões dos óbitos infantis, como publicado no jornal pesqueirense:

A morte de crianças era por desnutrição. Os pais não tinham leite para as crianças. A desnutrição era grande. Os pais não tinham dinheiro para comprar leite ao fazendeiro. Muitas crianças morriam por desnutrição. Nos meses de maio e junho por causa da frieza. Muitas nasciam já desnutridas por falta de alimentação das mães grávidas.³⁰⁷

Durante nossas pesquisas de campo nas aldeias Xukuru do Ororubá, também coletamos subsídios, relatos de memórias orais, que corroboram com as narrativas sobre as precárias condições de vida dos indígenas evidenciadas por “Dona Zenilda” e no jornal *A Voz de Pesqueira*:

Olhe, teve um tempo, que eu não lembro o ano, que eles [os mais velhos] falavam que aconteceu uma epidemia de doença. Que chamava a doença do rato. Ainda hoje tem uns cemitérios ali na área do velho Ciço Pereira. Que tem uns catombo de terra lá, que era onde enterrava os indígenas, né? E houve esse tipo de doença.³⁰⁸

³⁰⁶ SILVA, op. cit., 2008, p. 161.

³⁰⁷ Idem, p. 162.

³⁰⁸ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.



Figura 15 – Alguns xukurus foram enterrados no topo desta serra, na Aldeia Cana Brava.³⁰⁹

A respeito da “doença do rato”,³¹⁰ as lembranças do índio entrevistado e as memórias herdadas³¹¹ no convívio familiar e nas vivências em diversos momentos e espaços de sociabilidades na Serra do Ororubá, foram decisivas para Cecílio Xukuru classificá-la como “a maior epidemia do mundo”.³¹²

Na época não tinha médico. O cabra adoecia bem cedo e, de tarde, o caboclo já estava enrolando numa rede. Porque nessa época era só rede e esteira. Enrolava numa rede, chegava lá num canto no pé da pedra, que já tinha o local de levar, e enterrava. Quando era de noite, adoecia outro! E bem cedo o cabra já tava tirando... E assim morreu um bocado, viu? O Pajé Zequinha ainda teve um toque da doença. A minha avó, que se chamava Águida Ferreira da Conceição,

³⁰⁹ Cecílio relatou que o local foi utilizado como cemitério pelos indígenas. Foto: **Edmundo Monte**, em 09/01/2017.

³¹⁰ A peste bubônica, geralmente transmitida por picadas de pulgas de ratos.

³¹¹ Ver: POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

³¹² **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

conhecida por Biazinha, ela tinha seis irmãs. Cinco morreram dessa doença e ela escapou. Ela escapou, mas ainda teve um toque dessa doença, que se chamava doença do rato, né?³¹³

A expressão metafórica utilizada pelo interlocutor sobre a “doença do rato” nos pareceu bem empregada, uma vez a narrativa detalhando desde a precariedade ou inexistência dos serviços de saúde para a população indígena, provocando o elevado índice de mortalidade, e a “regularidade” dos ritos fúnebres na Serra do Ororubá. Cecílio, durante a entrevista, rememorou ainda uma série de situações envolvendo outros tipos de doenças, como a catapora e o sarampo. Sobre essas últimas e as formas de cura pelos Xukuru do Ororubá, o indígena evidenciou a religiosidade e o/s uso/s de plantas nativas e algumas “ervas do mato” no tratamento das enfermidades:

Era a catapora, o sarampo, que atacava mais aqui. Mas a maior que teve foi a doença do rato. E eles só vieram se curar, porque eles eram um pessoal que tinha sua tradição, e ainda hoje tem. E a gente, mais novo, ainda vem mantendo essa tradição. Eles fizeram uma promessa pra São Sebastião, pra rezar treze noites de novena. Rezando, rezando, rezando. E nisso essa epidemia se afastou. Era a cura deles. A cura deles era com a natureza. [...] Porque não tinha médico pra cuidar deles. Mas também eles sempre se curavam com a natureza. Do mato mesmo. Era o chá do mato, né? Era o chá, as ervas do mato. [...] Sobre as plantas nativas da natureza, as que não foram plantadas, que eles [os índios] se curavam como o sarampo, tem a gereba. Ainda hoje tem. Aqui em cima mesmo tem um pé grande. Gereba! Tirava a caspa para tomar banho e matar aquela coceira do sarampo. A catapora, a mesma coisa! A gereba, a ‘cabraiba’, o juazeiro, o cedro...³¹⁴ (Grifos nossos).

Em seu estudo, Edson Silva destacou que as precárias condições de vida na Serra do Ororubá, onde a fome e a “falta de assistência médica [...] provocava os óbitos de crianças” indígenas, convergiam com o cotidiano vivenciado pela “população pobre na cidade” de Pesqueira, na zona urbana.³¹⁵ Para o pesquisador:

Possivelmente, o fato de muitos índios moradores na Serra, migraram para a área urbana de Pesqueira, enxotados pelos

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ SILVA, op. cit., 2008, p. 163.

fazendeiros, tornara a situação social muito grave na cidade. No semanário local, um colunista bradava providências policiais contra a “prática nociva da mendicância”, com pedintes de esmolas que perturbavam as portas das casas, desde bem cedo até próximo à hora do recolhimento das famílias.³¹⁶ (Grifo nosso).

Em tais circunstâncias, muitos Xukuru, privados da alimentação mínima que garantisse a manutenção biológica das famílias, acometidos de doenças e expropriados das terras pelos fazendeiros, industriais e criadores de gado³¹⁷ na Serra do Ororubá, recorriam, como estratégia de sobrevivência, às migrações para os núcleos urbanos. Dessa forma e, para além da mendicância, alguns foram trabalhar nas fábricas instaladas em Pesqueira.³¹⁸ Outros, seguindo as experiências de familiares e/ou amigos que deixaram temporariamente ou em definitivo os lugares de origens, seguiram para as metrópoles e regiões industriais no atual Sudeste brasileiro, sobretudo para a Grande São Paulo.³¹⁹

Em uma publicação da década de 1980, caracterizada pela compilação de diversas informações e tipologias de fontes sobre Pesqueira, ressaltou equivocadamente que, para a maioria da população rural habitante no município “os terrenos são próprios [...] e a produção agrícola muito tem concorrido para a economia municipal.”³²⁰ As memórias orais dos Xukuru do Ororubá desconstroem tal citação, e a própria credibilidade de muitas informações constantes na obra.

3.3. A seca e a “trovoada” na década de 1940: memórias indígenas sobre o clima, a produção agrícola e a monocultura tomateira na Serra do Ororubá

*Na trovoada de 40,
o jegue de Artur Elói,
desceu na enchente.*

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Numa publicação oficial de 1928, com dados estatísticos de 1927, foram contabilizados 29.039 cabeças de gado no município de Pesqueira. ANUARIO ESTATÍSTICO DE PERNAMBUCO, 1928, op. cit., p. 291.

³¹⁸ SILVA, op. cit., 2008, p. 169-178. Ver também: SILVA; MONTE, op. cit., 2013, p. 1-19. Nossas análises e abordagens sobre as experiências de trabalho dos Xukuru nas fábricas em Pesqueira, com ênfase na “Peixe”, foram evidenciadas no quarto capítulo da Tese.

³¹⁹ Ver: MONTE, op. cit., 2012.

³²⁰ Apud MACIEL, op. cit., 1980, p. 323.

*Foi uma toada tão bonita e tão grande,
que todo mundo se alegrou.
Plantaram milho e feijão,
e todo mundo lucrou!*³²¹

Um dos desafios e motivos de discussões entre historiadores que utilizam fontes orais, a partir dos relatos de memórias individuais, expressando muitas vezes ideias, imagens e lembranças coletivas de uma diversidade de sujeitos sociais, com ênfase nos "de baixo",³²² consiste nas formas e/ou nos métodos adotados no processo de transcrição das entrevistas.³²³

Existem pesquisadores que defendem adaptações substanciais durante as transcrições, configurando uma linguagem mais "nítida", porém distante, e até diferente, das vivências concebidas e expressadas pelos entrevistados.³²⁴ Na contramão desta "corrente", acreditamos e defendemos uma maior aproximação possível das narrativas das memórias orais, quando para a produção historiográfica.

A toada de Seu Saturnino durante a entrevista, além de evidenciar a intermitência climática na Serra do Ororubá, expressou uma carga emotiva, com pausas, peculiaridades na narrativa e nuances de timbres, " Descarregadas" ao lembrar uma situação considerada tragicômica, e arraigada na memória coletiva de muitos índios Xukuru do Ororubá habitantes na Aldeia Cana Brava. Portanto, um dos argumentos que alicerçaram nossa utilização desse tipo de fonte. A vivacidade expressada numa entrevista de História Oral "faz do homem um indivíduo único e singular [...] e, por isso dá vida as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes."³²⁵

³²¹ Toada de autoria desconhecida e rememorada por alguns índios idosos na Aldeia Cana Brava, sobre as fortes chuvas na região, entre 1940-1941. **Saturnino Alves Feitosa**, 76 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

³²² O conceito da "história vista de baixo", as pessoas "comuns" enquanto sujeitos na história, perspectiva oriunda da Inglaterra, teve como principal expoente o historiador E. P. Thompson. Ver: THOMPSON, op. cit., 2001; SHARPE, op. cit.

³²³ Sobre o processo de transcrição das entrevistas, ver a "Parte III", décimo tópico, de: ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 173-217.

³²⁴ ALBERTI, op. cit., 2004, p. 13-30.

³²⁵ ALBERTI, V. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, p. 1.

A partir dos estudos sobre memória realizados por Michael Pollak,³²⁶ a historiadora Ângela de Castro Gomes afirmou: “Como atividade, ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem rememora ressignificando as noções de tempo e espaço.”³²⁷ Ou, como alertou um dos nossos entrevistados: “Rapaz, tem muita coisa que, através das perguntas, a gente vai lembrando.”³²⁸

Em janeiro de 2017, após realizarmos duas entrevistas na Aldeia Vila de Cimbres, antigo Aldeamento de Ararobá, descemos a Serra do Ororubá e, no sopé, percorremos aproximadamente 8 km até a casa de Cecílio Xukuru, morador, liderança indígena e um “guardião da memória”³²⁹ na Aldeia Cana Brava, que afirmou:

Vou fazer 50 anos. Tô com 49 anos, onze meses e nove dias. Hoje! De amanhã a oito, eu faço 50 anos. Nasci e me criei aqui [Cana Brava] e nunca sai pra nenhum canto. Só me deslocando daqui até Pesqueira. Meus pais, avós, bisavô, avô, tudo é filho natural daqui da Aldeia Cana Brava.³³⁰ (Grifo nosso).

Como acordado no dia anterior, uma nova entrevista foi realizada. Antes de ligar o gravador e seguir o roteiro prévio das perguntas, conversamos um pouco sobre questões climáticas e a seca severa nos vários municípios do Agreste pernambucano. Grande parte da Terra Indígena (TI) Xukuru do Ororubá também fora afetada. Na maioria das aldeias, o abastecimento, quando ocorria, era através da compra nos disputados carros-pipa, com água de qualidade duvidosa. Ao ser questionado sobre a situação das águas na Aldeia onde nasceu e sempre morou, o entrevistado mencionou que, apesar da falta de chuvas, a população indígena na Aldeia Cana Brava estava utilizando água de poços, cisternas e de “olhos d’água”, nascentes, localizados naquela região.

³²⁶ Ver: POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; POLLAK, op. cit., 1992.

³²⁷ GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, jan./dez. 1996, p. 6.

³²⁸ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

³²⁹ O “guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar.” GOMES, op. cit., 1996, p. 6-7.

³³⁰ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.



Figura 16 – Estrada de acesso à área mais habitada (o “centro”) da Aldeia Cana Brava.

Foto: **Edmundo Monte**, em 09/01/2017.

Apesar de não estabelecermos como objetivo específico, uma análise densa sobre a questão da seca nas 24 aldeias situadas na área indígena demarcada/homologada em 27.555 hectares, é importante destacarmos a partir das memórias orais Xukuru do Ororubá, as variações dos índices pluviométricos nas aldeias, de acordo com as localizações e respectivas regiões climáticas: Ribeira, Serra e Agreste (ver figura 7). No caso da Aldeia Cana Brava, a dicotomia entre seca e cheia (chuvas) está arraigada na memória coletiva³³¹ e narrativas indígenas, evidenciando os anos de 1940 e 1941 como esboço das alterações climáticas na Serra do Ororubá:

Olhe, eu não era nascido, né? Mas meu pai e muitos daqui contavam que, em 1940, deu uma seca pior do que essa que está tendo hoje. Essa seca, em 40. Por conta que já vinha desmatamento por aí pela

³³¹ Ver: HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

região. Eles já vinham desmatando, desmatando, desmatando. E aconteceu essa seca no ano de 40.³³²

Ao dizer que “não era nascido” na época da seca de 1940, Cecílio destacou a importância das vivências e lembranças dos índios mais velhos nas lembranças de situações e histórias de tempos pretéritos, citando, inclusive, o desmatamento na região como fator atenuante para a ausência de chuvas.³³³ De acordo com Maurice Halbwachs:

Podemos [...] chamar de lembranças muitas representações que repousam, pelo menos em parte, em depoimentos e racionalização. Mas então, a parte do social ou, se o quisermos, do histórico em nossa memória de nosso próprio passado, é muito maior do que pensávamos. Porque temos, desde a infância em contato com os adultos, adquirido muitos meios de encontrar e precisar muitas lembranças que, sem estes, as teríamos em sua totalidade ou em parte, esquecido rapidamente.³³⁴ (Grifo nosso).

A partir de dados coletados pelo IBGE, com 141 “quesitos organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” e publicados, gradativamente, no final da década de 1940, no jornal *A Voz de Pesqueira*,³³⁵ um antigo político e Major da Guarda Nacional em Pesqueira/PE, destacou a ocorrência de uma chuva de granizo no município, em 1940:

Muito distanciadamente aparecem chuvas de granizo, surgindo uma dessas em 1940 e que trouxe grande receio à população da cidade, tal a quantidade de pedras caídas. Geadas e vendavais jamais houve no município.³³⁶ (Grifo nosso).

³³² Observamos que o entrevistado, provavelmente, se confundiu ao mencionar uma seca no ano de 1940. De acordo com as memórias dos próprios indígenas, complementadas pelos registros bibliográficos citados, o volume de chuvas naquele ano foi atípico, acarretando cheias, trovoadas e queda de granizo. **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

³³³ Para dialogar com a narrativa do Xukuru, recorreremos ao sociólogo e pesquisador Pollak, que classificou como acontecimentos “vividos por tabela”, aqueles “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.” POLLAK, op. cit., 1992, p. 202.

³³⁴ HALBWACHS, op. cit., p. 71-72.

³³⁵ MACIEL, op. cit., 1980, p. 307.

³³⁶ Ibidem, p. 322.

Um cronista, ao recordar a “violenta chuva de 5 de janeiro de 1940”, afirmou que “o majestoso Cruzeiro, símbolo de fé do pesqueirense”, foi arrancado durante o fenômeno natural. Também corroborou sobre a chuva de granizo na cidade:³³⁷

Nimbos fabulosos se formaram e pingos grossos de chuva começaram a cair violentos, além da ventania aterradora que soprava a 180 por hora, acompanhada de granizo, fazendo toda cidade coberta de gelo, verdadeiro tapete branco, em chocante contraste com a consciência de muitos pesqueirenses.³³⁸ (Grifo nosso).

Quando questionado sobre outros detalhes da seca e chuvas no início da década de 1940, o Xukuru do Ororubá entrevistado respondeu:

Tem ali Seu Tito, que falou para mim. Seu Tito, que mora [logo] ali. Tinha um senhor aí na Cana Brava que tinha um terreno no setor que chama de Canivete; e nessa época deu uma trovoada que ele nem esperava. Dentro do mesmo ano de 40, já no final, entrando já para 1941, aí deu uma trovoada que eles nem esperavam, que carregou uns jumentos desse senhor. Parece que foi uns 10 ou 12 jumentos desse senhor, que se chamava Artur Elói. Carregou os jegues dele! Que ele amarrou os jumentos dentro do riacho, e deu a trovoada de noite, que não deu tempo de salvar. Quando ele correu lá, só estava o campo limpo! O riacho velho esturrando e os jumentos desceram na enchente. Aí eles tiraram até uns versos, cantaram até umas toadas sobre essa enxurrada de 40, que carregou os jumentos de Artur Elói.³³⁹ (Grifo nosso).

Analisando os estudos de Edson Silva, o pesquisador mencionou, subsidiado por um Relatório sobre as “Ligas Camponesas” em Pesqueira, a participação do índio Artur Elói na “Sociedade dos Agricultores”:

No relatório, ainda é afirmado que a Liga Camponesa em Pesqueira era conhecida como “Sociedade dos Agricultores”, prometendo aos filiados vários auxílios sociais, cobrando uma mensalidade, concedendo uma carteira de sócio aos participantes. Em uma informação verbal, “Seu” Zequinha, o Pajé Xukuru, afirmou que Artur

³³⁷ Ver: SANTA CRUZ, P. *et al.* (Orgs.) **Pesqueira Secular: crônicas da velha cidade**. Recife: Editora Santa Cruz, 1980, p. 205.

³³⁸ Idem.

³³⁹ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

Elói, Manuel Pereira (“Mané Barrete”), Antero Pereira e Zé Miguel, todos moradores em Cana Brava onde, nasceu o Pajé, tinham “a carteirinha com a foice e o martelo”.³⁴⁰ (Grifo nosso).

Informação corroborada por Cecílio Xukuru, ao lembrar o trabalho de Artur Elói:

[Ele] era um produtor de goiaba também. Caboclo índio que tinha muita produção, né? Essa seca foi uma seca muito forte. Em 1940! Já no final de 40 pra 41, aí já veio ano bom [de chuva]. E eles [os índios idosos] ainda tão aí para contar a história, né? Não morreram! São testemunhas dessa seca muito grande. E é isso!³⁴¹

Nascido no “sítio” Zumbi, próximo à atual Aldeia Couro d’Antas, na Serra do Ororubá e, desde 1957, morador na cidade de Pesqueira/PE, José Nunes da Rocha testemunhou a “cheia em 1940”. Nos relatos de “Seu José”, as chuvas naquele ano foram fundamentais para o abastecimento de água na cidade e para a Fábrica Peixe, responsável pela construção³⁴² do Açude de Santana:

Tem água da cidade que é de poço. Muito boa, que é do açude de Santana, não é? Aquele açude encheu em 40 e nunca secou. [...] Hoje ele está muito cheio de lama. Tem muito lama hoje, mas não seca. [...] Tem o açude de Afeto, que fica acima de São José, e ele corre para Santana. De Santana, sustenta... Sustentava a Peixe. Boa parte da cidade distribuía água dali e nunca secou. [...] Foi em 40, de uma chuva que deu e até hoje...³⁴³ (Grifo nosso).

³⁴⁰ Apud SILVA, op. cit., 2008, p. 259-260.

³⁴¹ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

³⁴² No livro de memórias de Minervino dos Santos, o autor mencionou que o “Açude Santana, com capacidade para armazenar 2.300.000m³” de água, foi inaugurado “entre 1945 e 1946, em parceria e convênio com o governo do Estado.” SANTOS, op. cit., 2008, p. 46. Possivelmente, o antigo funcionário da Fábrica Peixe referiu-se ao período de inauguração “oficial” do açude, uma vez que, durante nossas pesquisas em periódicos, localizamos uma fotografia (Figura 17) da “Barragem de Santana”, datada de 1929.

³⁴³ **José Nunes da Rocha**, 78 anos. Centro, Pesqueira/PE, em 28/09/2008. Entrevista gentilmente cedida pelo professor/pesquisador Edson Silva. Complementando as informações do indígena, as localidades de Santana, Afeto e São José são atualmente aldeias Xukuru do Ororubá, na Serra do Ororubá.

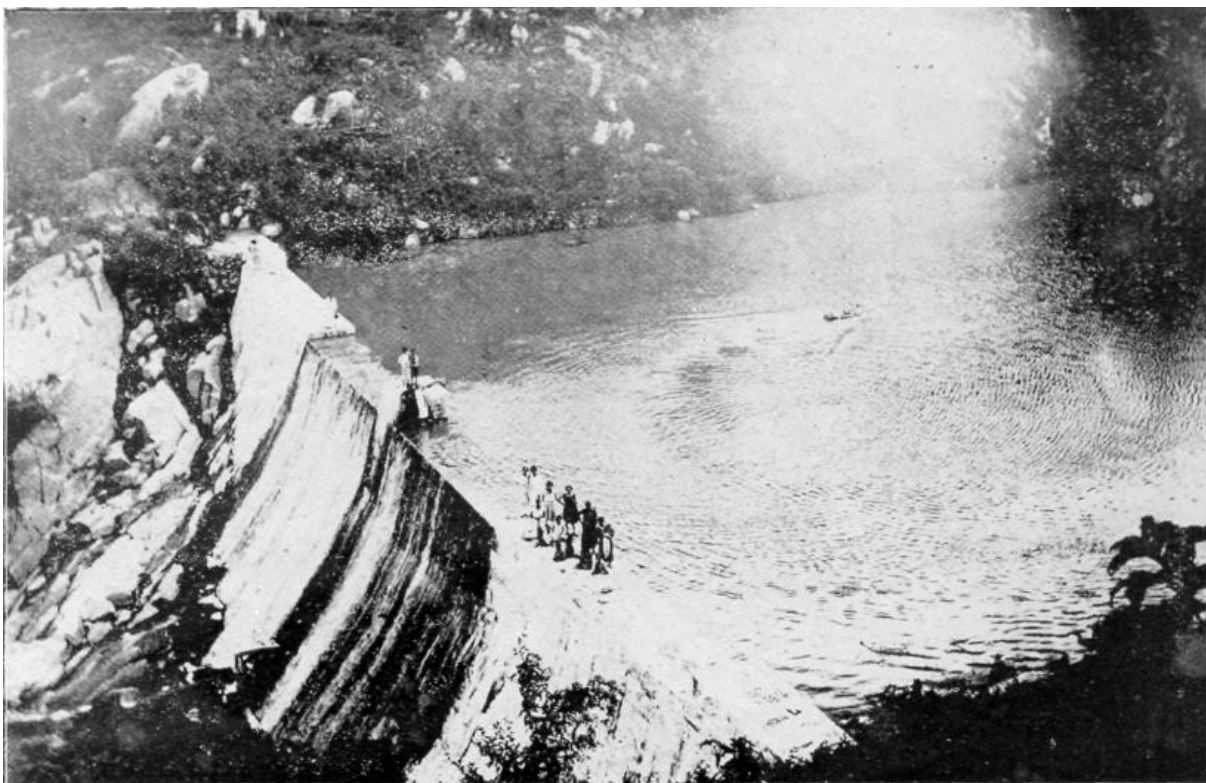


Figura 17 – Imagem da Barragem de Santana em 1929, na Serra do Ororubá.³⁴⁴

Atendendo a um pedido do engenheiro agrônomo Moacyr Britto de Freitas, o “chefe da mais famosa dessas indústrias, a Fábrica Peixe”,³⁴⁵ os estatísticos Frederico Gomes e Izaias Nogueira analisaram os regimes anuais de chuvas em Pesqueira/PE, abrangendo um período de 48 anos (1910-1957).

³⁴⁴ Fotografia (1929) do “açude de Santana”, citado pelo índio José Nunes da Rocha. **REVISTA DA CIDADE**. Recife: Oficinas Próprias, n.163, Anno IV, 1929, p. 41.

³⁴⁵ Consultar: GOMES, F. P; NOGUEIRA, I. R. O regime de chuvas em Pesqueira. In: **Anais da ESALQ**, v.16, Piracicaba: USP, 1959, p. 137.

Chuvas anuais em mm em Pesqueira (Pe) de 1910 a 1957					
Anos	Chuvas em mm	Anos	Chuvas em mm	Anos	Chuvas em mm
1910	860,9	1926	1056,1	1942	545,4
1911	829,0	1927	592,1	1943	402,8
1912	641,8	1928	473,3	1944	787,2
1913	585,0	1929	881,5	1945	710,1
1914	910,2	1930	396,3	1946	632,6
1915	158,9	1931	714,8	1947	977,5
1916	779,8	1932	568,4	1948	714,9
1917	808,5	1933	595,1	1949	740,0
1918	595,0	1934	818,7	1950	538,1
1919	440,0	1935	696,2	1951	523,4
1920	736,0	1936	546,4	1952	491,4
1921	869,7	1937	746,0	1953	486,6
1922	727,8	1938	524,6	1954	552,2
1923	655,6	1939	797,6	1955	476,8
1924	1299,2	1940	1202,0	1956	607,5
1925	598,7	1941	663,2	1957	637,9

Tabela 4 – Estudo estatístico dos dados pluviométricos em Pesqueira/PE (1910-1957). O método de análise utilizado “foi o dos polinômios ortogonais.”³⁴⁶

Observando os índices pluviométricos nos anos de 1940, 1941 e 1942, ressaltamos que, no primeiro ano, o volume de chuvas representou praticamente a soma dos outros dois. Esses dados convergem com as memórias orais dos índios Xukuru do Ororubá, como também evidenciam os desafios para o funcionamento das fábricas na cidade.³⁴⁷ Como escreveu Hilton Sette, as precipitações em Pesqueira eram “comandadas pela massa equatorial atlântica, [alcançando] ali a média anual de 687,5mm, cota essa [...] superior às que comumente se registram no Sertão e muito inferior às que se verificam na zona canavieira.”³⁴⁸

Ao discorrermos sobre as questões climáticas na região, evidenciamos a importância deste tema para nossas análises e observações sobre as culturas, a colheita e as formas de escoamento da produção agrícola por um número reduzido

³⁴⁶ Pode-se aceitar como normal, “a distribuição das quedas anuais de chuvas de Pesqueira [...] com média 679,0 e desvio padrão 205,5 mm, com um coeficiente de variação de 30,3%. Tal distribuição inclui com 95% de probabilidade chuvas entre 263,9 e 1094,1mm.” Cf. GOMES, F. P.; NOGUEIRA, I. R., op. cit., p. 137.

³⁴⁷ Em 1940 choveu 1.202,0mm. Somados os índices de 1941 e 1942, totalizando 1.208,6mm.

³⁴⁸ SETTE, op. cit., 1956, p. 11.

de famílias indígenas com pequenas glebas, os chamados “sítios” na Serra do Ororubá. E que, semanalmente, negociavam ou eram obrigados a aceitar os valores e as condições impostas pelos industriais em Pesqueira/PE para aquisição dessa produção.³⁴⁹

A entrevista realizada em outubro de 2011, com o Xukuru “Seu” Agripino Rodrigues do Nascimento, na época próximo a completar 88 anos de idade,³⁵⁰ nos pareceu ser um importante subsídio para ilustrarmos as breves reflexões do parágrafo anterior. Bem como, ampliarmos as análises a partir das memórias de outros entrevistados, somando-se às informações coletadas e discutidas nos estudos acadêmicos e em registros bibliográficos temáticos.

“Seu” Agripino nasceu e sempre viveu na atual Aldeia Cana Brava. Durante um período da infância, morou com a família numa casa de taipa:

Nasci aqui! Meu pai fez a casa de taipa e depois que ele fez a casa, o caixão todinho, com a casa de taipa dentro, aí, quando ele derrubou, nós corremos pra uma casa de farinha. E depois fizeram as paredes, e aqui eu tô até hoje. Quase 88 anos aqui nesse mesmo canto!³⁵¹

Antes de tornarem-se “fornecedores” de frutas para as fábricas em Pesqueira, o entrevistado relatou que na infância, trabalhou e ajudou o pai nos roçados e na casa de farinha para o sustento da família. Situação essa que lhe privou do acesso ao ambiente escolar:

A minha infância aqui, meu pai num podia botar eu na escola, porque ele tinha uma fábrica. E essa fábrica só moía massa, mandioca. De tudo ele fazia nessa casa de farinha. Aí ele não me deu a escola! Eu só vivia carregando lenha num jumentinho. Era carregando lenha pra casa de farinha. Era sessenta caixa de mandioca: trinta na segunda, e trinta na terça. Toda a semana era esse rojão! Fora a massa, que tinha de botar de molho... Era dez, doze caixa pra botar de molho, e

³⁴⁹ Ver: MONTE, E. História ambiental de um brejo de altitude (Pesqueira/PE) a partir das memórias do povo Xukuru do Ororubá. In: SILVA, E; SANTOS, C. A; OLIVEIRA, E. G. (Orgs.). **História ambiental: recursos naturais e povos tradicionais no Semiárido nordestino**. Curitiba: Appris, 2017a, p. 183-207.

³⁵⁰ **Agripino Rodrigues do Nascimento**, 87 anos (falecido). Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

³⁵¹ Idem.

comprar milho em todo canto do mundo pra fazer pamonha e cozinhar pra levar lá pra feira.³⁵² (Grifos nossos).

A produção enfatizada pelo indígena tinha como principal destino a tradicional Feira de Pesqueira, onde, nas quartas-feiras, era comercializada uma enorme quantidade de produtos. Os gêneros alimentícios de primeira necessidade, como farinha, feijão, milho, arroz, açúcar, carnes, frutas, legumes e verduras, eram os mais vendidos. Entretanto, “negociava-se também roupas, animais vivos das criações, ervas medicinais e existiam as bancas de mangalhos que tinham diversos utensílios domésticos.”³⁵³

A família de “Seu” Agripino exercia ainda uma função social que, segundo a próxima narrativa, era de extrema importância para a subsistência de outras famílias Xukuru despossuídas de terra e que perambulavam de um lado para o outro na Serra do Ororubá em busca de alimentos. Reflexo do estado de miséria ao qual se encontravam. O pai do entrevistado empregava temporariamente alguns índios nas plantações e na casa de farinha. O experiente Xukuru do Ororubá descreveu a situação crítica daqueles indígenas:

Tinha muitos [índios] aí que viviam mesmo se arrastando. Que quando apareciam, eles se agoniavam pra dar de comer aos filhos e eles iam no roçado de outra pessoa. Chegava lá, arrancava um pau de macaxeira, um pau de mandioca. Aí [os capatazes] corriam e iam dizer a um superior que tinha lá pro lado da beira do rio: era o capitão Chiquito. E iam dizer a capitão Chiquito, e ele mandava dizer: ‘diga a esses caboclos que tão roubando as coisas de lá, que tão arrancando, que de noite eu vou lá [pegar eles]. Aí, os pobrezinhos com medo de morrer, corria e deixava a morada. E tem morada deles aqui ainda que nem apareceu mais ninguém. Até hoje! Até hoje tá perdido no mundo, com medo de morrer na cadeia.’³⁵⁴ (Grifo nosso).

Para o escoamento da produção, “Seu” Agripino lembrou os esforços regularmente empregados com o auxílio de jegues:

De madrugada eu trazia o jeguinho e botava na rua. Chegava lá, derrubava a carguinha e voltava de novo [para o sítio]. Mas, como a minha profissão era agricultura, eu voltava pra trás com o jeguinho,

³⁵² Idem.

³⁵³ CAVALVANTI, op. cit., 2005, p. 26.

³⁵⁴ **Agripino Rodrigues do Nascimento**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

balançava o enxadeco ou enxada, cavando buraco de café. Pra plantar por minha conta, no meu taco de terra, que [meu pai] me deu, pra plantar o café. E nessa luta eu fui longe... E graças a Deus, ainda cheguei a bater 80 ou 90 sacos de café. Meu mesmo! Trabalhado do suor do meu rosto.³⁵⁵

O Xukuru relatou ainda que herdou a profissão do pai: “Era Mané Rodrigues do Nascimento. Morreu velhinho. [Ele] saía dia de quarta-feira pra vender as coisinhas dele lá na feira. Era massa, goma, farinha, beiju, xerém, tapioca. De tudo ele levava, três, quatro cargas pra lá.”³⁵⁶ Ressaltamos a importância de possuir algum animal de tração, como um “jeguinho” ou um cavalo na Serra do Ororubá. Além do significativo ganho de tempo durante as etapas da produção, os animais configuravam os meios de transporte e de escoamento para diversidade de produtos destinados à feira e às fábricas, localizadas no centro da cidade.

Da Aldeia Cana Brava até o destino final da produção, estimamos uma distância aproximada de nove quilômetros, cuja maior parte do trajeto era percorrida em relevo acidentado.³⁵⁷ De acordo com outro entrevistado, nossas estimativas fazem sentido. Quando perguntamos sobre a distância entre a citada aldeia e o centro de Pesqueira, eis a resposta:

De lá do terreno do meu avô, para a fábrica Peixe, eu acho que é uma faixa de dez quilômetros. Porque, da rodoviária até o centro da Cana Brava são nove quilômetros. Ou seja, de lá do terreno, até a Fábrica Peixe dá dez quilômetros. [...] É isso! Mais ou menos isso. Puxando de lá do terreno [do meu avô], até a fábrica Peixe, é dez quilômetros certinho que a gente descia. Isso! Descia de manhã, fazia duas viagens. Descia de manhã com os animais, depois vinha e almoçava.³⁵⁸ (Grifos nossos).

Nas memórias orais de Cecílio Xukuru, a liderança indígena da Aldeia Cana Brava mencionou, enfaticamente, a quilometragem entre o terreno do seu avô e a Fábrica Peixe, no centro da cidade. Afinal, uma parcela considerável da produção de frutas advindas daquela Aldeia, tinha como destino as indústrias de doces instaladas em Pesqueira:

³⁵⁵ **Agripino Rodrigues do Nascimento**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ MONTE, op. cit., 2017a, p. 200.

³⁵⁸ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

A produção que saia daqui de cima [da Aldeia Cana Brava], que era mais a goiaba, e a banana pra fazer doce. [...] E eu ainda trabalhei um pouquinho com o meu avô, no sítio dele de goiaba. Limpando as goiabas. E quando era perto de fevereiro pra março, perto da Semana Santa, era o tempo da colheita da goiaba pra pesqueira. E saia muitos caminhão de goiaba daqui, né? De Cana Brava! Muitos caminhão!³⁵⁹ (Grifos nossos).

O entusiasmo do entrevistado na narrativa sobre a pujança durante a colheita de goiaba na Serra do Ororubá evidenciou a importância do trabalho e os protagonismos indígenas nos processos históricos que abordam as atividades fabris em Pernambuco e no Brasil. Como afirmou Ecléa Bosi: “A memória é a faculdade épica por excelência”.³⁶⁰ Não fossem as memórias, fontes orais dos Xukuru, de que forma iríamos discutir e historicizar as ações desses sujeitos enquanto trabalhadores na agroindústria pesqueira, ampliando os olhares e as abordagens para novas contribuições à historiografia produzida no Nordeste do Brasil?

As “famosas” goiabas (ver figura 18) cozidas nos tachos das fábricas doceiras em Pesqueira foram, dentre outras “tradições ilustres”, mencionadas por Gilberto Freyre, no *Manifesto Regionalista de 1926*, como “valores regionais” do Nordeste reconhecidos, inclusive, no exterior:³⁶¹

Alguns até ganharam renome internacional como o mascavo dos velhos- engenhos, o Pau Brasil das velhas matas, a faca de ponta de Pasmado ou de Olinda, a rede do Ceará, o vermelho conhecido entre pintores europeus antigos por "Pernambuco", a goiabada de Pesqueira, o fervor católico de Dom Vital, o algodão de Seridó...³⁶² (Grifos nossos).

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 11ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 90.

³⁶¹ FREYRE, G. **Manifesto Regionalista de 1926.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1955, p. 19-20.

³⁶² Idem.

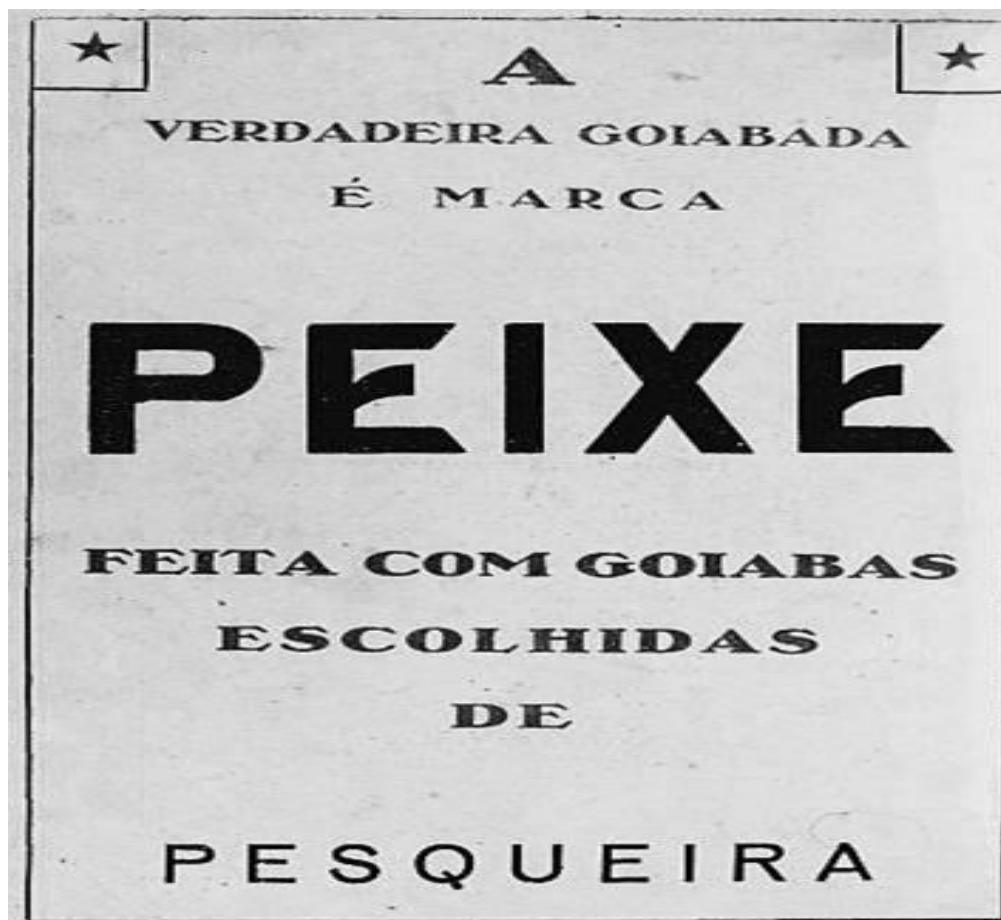


Figura 18 – Propaganda da goiabada Peixe em 1927, destacando a qualidade da matéria-prima.³⁶³

De forma alguma utilizamos o trecho do *Manifesto* de Freyre para criticá-lo. Seria, talvez, leviandade de nossa parte aproveitar-se da menção do pesquisador à “goiabada de Pesqueira” para questioná-lo, uma vez que o foco principal proposto pelo autor, expresso no próprio título do texto, não aborda questões relacionadas ao município de Pesqueira, nem tampouco as atividades industriais naquela cidade. Todavia, conforme temos discutido ao longo deste capítulo, reafirmamos que grande parte dos estudos históricos e de outros campos do conhecimento, incluindo as produções de caráter literário sobre o tema, negligenciaram as experiências e a importância da participação de operários e agricultores indígenas e não indígenas no universo fabril em Pesqueira/PE.

Para expressar e evidenciar outros ângulos e perspectivas em contraponto às lacunas historiográficas, Jim Sharpe publicou um breve estudo abordando o pioneirismo de Thompson na difusão do conceito da “História vista de baixo”, e os impactos dessa abordagem em outros lugares, bem como os desafios e as

³⁶³ **REVISTA DA CIDADE.** Recife: Oficinas Próprias, n.84, Anno II, 1927, p. 32.

possibilidades para a “escrita da história” das pessoas comuns. Nesse sentido, Sharpe escreveu que “a história oral tem sido muito usada pelos historiadores que tentam estudar a experiência das pessoas comuns”, como a “dos mineiros e dos operários fabris.”³⁶⁴

Apesar de, inicialmente, a goiaba ter sido o item mais importante da produção indígena na Serra do Ororubá, nas memórias Xukuru do Ororubá outras espécies frutíferas para a fabricação de doces, polpas e derivados em Pesqueira foram enfatizadas:

Eu cheguei a botar, toda semana, cem, cento e vinte milheiro de maracujá na fábrica. [Era] pra fazer suco. Goiaba? Eu cheguei a botar três, quatro carrada por dia. A gente botava lá na fábrica [em Pesqueira]. Banana... Do suor do meu rosto, a gente botava lá tudinho. Os agricultor ajuntava tudinho e botava pra lá.³⁶⁵ (Grifos nossos).

Uma índia entrevistada complementou: “Além das plantas nativas que a gente tinha, havia muita fruta na época! A gente tinha muito pé de jaca, muito pé de manga, que isso não era nativo, mas a gente plantava. Goiaba, essas coisas...”³⁶⁶ (Grifo nosso).

Além do maracujá, outra fruta bastante utilizada na fabricação de polpas e sucos era a manga: “[Tinha] muita produção de goiaba, de maracujá, de manga, que eles faziam polpa, doces. A polpa do maracujá para fazer suco. Era muita coisa!”³⁶⁷ (Grifo nosso). A abundância da produção frutífera na Aldeia Cana Brava, ainda tinha outras utilidades na Serra do Ororubá:

A fruta servia de adubo para a terra. Acabava lá! A manga caia, fazia lama. A banana amadurecia, fazia lama. A laranja... Olhe, tinha mercadoria sobrando para vender [para as fábricas], e aquelas que caiam ali no chão, lá ficava de adubo. Não aproveitava, não. Era adubo pra terra mesmo! E muitos pés de planta não era os indígenas que plantavam. Eles iam nascendo [das sementes]. Porque não tinha animal para comer, nem nada. Tinha um pé de manga ali que, na

³⁶⁴ SHARPE, op. cit., p. 48-49.

³⁶⁵ **Agripino Rodrigues do Nascimento**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

³⁶⁶ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

³⁶⁷ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

época do inverno, nascia de cem pra duzentos pés de manga. E ia fechando, fechando, fechando. Era uma coisa muito interessante.³⁶⁸
(Grifos nossos).

Se por um lado essas memórias remetem à grande produção de mangas e ao aumento/manutenção das espécies frutíferas, por outro ângulo, na conclusão do raciocínio, o entrevistado chamou a atenção para a seguinte dicotomia: as relações fabris *versus* Natureza:

Agora, depois que as fábricas começaram a chegar, aí começou a abrir desmatamento. Aí, foi bom por um lado, que comprava a produção. Eles [os índios] vendiam na fábrica e vendia na feira-livre em Pesqueira. Tinha a feira-livre, de vender as bananas. Tinha muitas pessoas de Pesqueira que comprava dos indígenas no meio da feira.³⁶⁹ (Grifo nosso).

Ao associar o desmatamento na Serra do Ororubá com a “chegada” das fábricas em Pesqueira, provavelmente Cecílio referiu-se às grandes áreas destinadas ao plantio, à monocultura do tomateiro, localizadas, inicialmente, na região banhada pelo rio Ipojuca, que perpassa a área indígena. Pois, em Cana Brava e áreas adjacentes, concentravam-se a produção de frutas.³⁷⁰ Todavia, não devemos descartar a possibilidade da ocorrência de derrubadas de árvores naquela localidade para serem utilizadas como combustíveis nas fábricas da cidade e caldeiras das locomotivas a vapor.³⁷¹

Na imagem abaixo, possivelmente próxima à atual Aldeia Passagem, na ribeira do rio Ipojuca, observamos uma extensa área onde a vegetação nativa foi derrubada em “favor” dos plantios de tomate da fábrica Peixe. Sobre este assunto, vejamos os relatos de uma índia Xukuru que, por mais de uma década, trabalhou nas plantações de tomate:

Derrubava muito! Eles brocavam muito. Tudo! Derrubava tudo, [até árvores]. Aí, aquela madeira que era cortada, eles ‘enjardavam’. Chamava de jarda! 'O senhor já viu alguém fazendo uma fogueira?' Era mais ou menos o tamanho de uma fogueira. Um metro, eu acho.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ SILVA, op. cit., 2008, p. 177-178; SANTOS, op. cit., 2008, p. 45-46.

³⁷¹ SETTE, op. cit., 1956, p. 89. A malha ferroviária em Pesqueira/PE começou as operações em 1907. Cf. ANNUARIO ESTATÍSTICO DE PERNAMBUCO, op. cit., 1928, p. 861.

Aí, saiam 'enjardando' na beira da estrada, que era justamente para aproveitar e carregar para a Peixe.³⁷² (Grifos nossos).

As memórias de “Dona Socorro” subsidiaram nossas interpretações sobre a fotografia da década de 1950. A indígena afirmou que os Xukuru “apanhava muita goiaba, muita tomate. A gente trabalhava nas plantações. Essas tomates eram ali na Ribeira [do rio Ipojuca]. Para cá da linha de ferro, no pé da Serra. Ali já tinha uma plantação.”³⁷³



Figura 19 – Plantação de tomate em uma “encosta em Pesqueira”.³⁷⁴

A respeito dos plantios existentes na Serra do Ororubá destinados às indústrias em Pesqueira/PE, os indígenas rememoraram da época em que trabalharam nas atividades agroindustriais naquele município. O Pajé Xukuru, “Seu Zequinha, falou da grande dimensão de terras ocupadas pela Família Britto, para o cultivo da monocultura tomateira:

³⁷² **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

³⁷³ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

³⁷⁴ Foto: **Walter Egler**, em 1955. Disponível em: <http://www.ibge.com.br> Acesso em: 20/01/2017.

Tinham terras que nem o diabo! Aqui logo... Começa logo aqui do [Restaurante do] Papa, vai a Alagoas tudo ali em Santana [Aldeia], por ali a fora tudo era deles, né? Sítio do Meio, eles tinham o quê?! Umás quinhentas quadras! Dava umas quinhentas quadras lá em Sítio do Meio. Esse Sítio do Meio foi grilado. Foi tomado!³⁷⁵ (Grifo nosso).

“Seu” Zequinha evidenciou que a conhecida família latifundiária e proprietária da “Peixe”, ocupava terras em vários lugares na Serra do Ororubá, em áreas adjacentes e de municípios vizinhos:

Aqui eles tinha plantaço pra todo canto, né? Eles tinham aqui em Lagoa do Meio. Eles tinham [na atual Aldeia] Capim de Planta. Tinha em Batalha. Tinha em Roçadinho. Tinha em Caldeirão. Tinha em muitos cantos por aqui! Tinha aqui... [...] Num lugarzinho que chama-se Xukurus.³⁷⁶

O “lugarzinho” ao qual o entrevistado referiu-se é o “Distrito de Xucuru”, localizado, como afirmamos no Primeiro Capítulo da Tese, na zona rural do vizinho município de Belo Jardim/PE. Uma indígena endossou as narrativas do Pajé Xukuru, sobre as terras “pertencentes” aos agroindustriais em Pesqueira: “Era porque nessa época, era partido uns pedaços bem grande [de terra]. Porque eles roçavam muito, sabe? Vinte, trinta, dez, quinze hectares. Para encher de tomate. Plantava tomate!”³⁷⁷

Nos relatos de memórias dos Xukuru sobre o trabalho nos plantios de tomate, ressaltamos continuidades na exploração da força de trabalho dos indígenas pelos industriais em Pesqueira, embora muitos destes também fossem grandes fazendeiros e criadores de gado na região. Outrossim, com o capital acumulado, o grupo Carlos de Britto, proprietário da “Peixe”, investiu em usinas de açúcar fora da região, comprando em 1939, a Usina Central Barreiros e, na década de 1940, a Usina Santana.³⁷⁸

³⁷⁵ **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru, 82 anos. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 19/05/2012. Ver: SILVA; MONTE, op. cit., 2013, p. 4.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”, Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

³⁷⁸ CAVALCANTI, C. M. de L. **Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)**. 1979. Dissertação (Mestrado em Economia - PIMES). Recife: UFPE, 1979, p. 62. Ver: SILVA, op. cit., 2008.

Nascida em 1942, no Sítio Trincheira, próximo a atual Aldeia Gitó, na Serra do Ororubá, a índia Anselma Maria da Conceição, conhecida como “Dona Pretinha”, trabalhou desde os sete anos de idade, ainda na localidade de origem: “A minha infância lá [no sítio], eu desde os sete anos de idade que eu trabalho no cabo da enxada, né? Agricultura! Trabalhei um bocado de tempo no cabo da enxada, até ficar adulto, que nem diz a história.”³⁷⁹

Ao perguntarmos como era a vida no Sítio Trincheira/Gitó, lugar de origem da família, a Xukuru lembrou que:

Lá tinha um pedacinho de terra que era da minha avó mesmo, sabe? Acho que ainda hoje tem pra lá. Mas é porque ninguém aguentou de viver. Senão iria morrer lá mesmo! Ou lugar para passar fome... A água a gente ia buscar longe. Era um lugar sem recursos. Não tinha recurso nenhum.³⁸⁰ (Grifo nosso).

Vocês não conseguiam trabalhar “de alugado” para os fazendeiros?

Não, não! Não tinha [fazendeiro próximo]. Era somente pra ficar dentro de casa de braço cruzado. Aí tivemos que sair. Tivemos que sair para não morrer de fome.³⁸¹

Dessa forma, a estratégia da família de “Dona Pretinha” foi migrar para um lugar mais próximo ao Centro de Pesqueira. O bairro Caixa d’Água, situado quase no sopé da Serra do Ororubá, onde reside há 55 anos. Na narrativa da indígena, outras razões foram apontadas para a mobilidade espacial na região:

Morava com meus pais. Aliás, meu pai não! Porque meu pai deixou a gente ainda muito pequeno. Morava com minha mãe. Nós era sete filhos. O mais velho, um que morreu um tempo desse, e eu. Os outros era tudo menor. A gente era quem sustentava o 'batido' de casa, porque minha mãe tinha que tomar conta dos menor, né? Dos mais novos. O que a gente ganhava não dava para nada, não dava para vestir, mas como o camarada só morre no dia, a gente seguiu em frente e tamo vivo ainda.³⁸² (Grifos nossos).

Para a entrevistada, morando na zona urbana, com oportunidades de trabalho, a vida “melhorou”:

³⁷⁹ Anselma Maria da Conceição, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ Idem.

³⁸² Idem.

Depois que chegamos aqui, a gente não passou mais fome. Porque a gente se largava no mundo trabalhando. Eu e mais outro irmão, pra sustentar a casa. Depois, a gente veio simhora praqui [bairro Caixa d'Água], que faz 55 anos que eu moro aqui e, daqui eu fui trabalhar nos plantio. Trabalhei um bocado de tempo, um bocado de anos que eu trabalhei nos plantio.³⁸³ (Grifo nosso).

Nos estudos de Maria Teresa Suarez sobre trabalhadores sazonais habitantes no Agreste, a autora ressaltou que, anualmente, entre os meses de agosto e setembro, estes migravam para trabalharem no corte e colheita da cana de açúcar até meados de dezembro, na Zona da Mata, em Pernambuco e Alagoas. Como as primeiras experiências de trabalho exercidas pelos migrantes temporários estavam relacionadas à agricultura, tanto a de subsistência, como para fazendeiros e/ou industriais na região de origem, ocorria, portanto, a reprodução da força de trabalho nas áreas de destino.³⁸⁴

Ou seja, na prática, as experiências acumuladas pelos Xukuru desde a infância, fazendo roçados na Serra do Ororubá, foram fundamentais para o extenuante serviço braçal, sem garantia de direitos trabalhistas, nas lavouras canavieiras.³⁸⁵ Alguns entrevistados foram unânimes ao rememorem o trabalho naquela região: “[O trabalho] era brocar mato e cortar cana.”³⁸⁶ Outro indígena, José da Silva, conhecido como “Seu” Dedé, confirmou: “O serviço era limpar mato. Era limpar aquelas coisas de cana. Era cortar cana, era roçar capoeirão.”³⁸⁷

A partir das análises expressas nas memórias orais dos índios Xukuru, complementadas pelos estudos acadêmicos, evidenciamos continuidades históricas ao abordarmos o trabalho indígena em atividades agrícolas: “Ô meu filho, nós trabalhou muito aqui na agricultura, num é?”³⁸⁸

Diferente do trabalho nos engenhos e usinas na região úmida dos canaviais em Pernambuco e Alagoas, onde os indígenas migrantes eram, em grande parte,

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ SUAREZ, op. cit., 1977, p. 79-81. Ver também: MONTE, op. cit., 2012.

³⁸⁵ Ver: MONTE, E. História e memórias de migrações no Nordeste indígena: o “vaivém” dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira/PE). **Mnemosine**. Campina Grande: UFCG, v. 7, nº 1, jan./mar., 2016, p. 32-52.

³⁸⁶ **Agripino Rodrigues do Nascimento**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

³⁸⁷ **José da Silva**, “Seu Dedé”, 67 anos. Aldeia Passagem, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

³⁸⁸ **Saturnino Alves Feitosa**, 67 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

homens maiores de idade;³⁸⁹ nos plantios de tomate em Pesqueira/PE, uma das índias entrevistadas destacou a exploração do trabalho infantil na monocultura tomateira:

la muita criança [trabalhar] também! Nessa época poucas crianças estudavam. Eu mesma nunca estudei na vida, porque fomos criados sem pai. A minha mãe botou a gente para trabalhar logo pequeno e aí eu nunca estudei. Nem eu, nem meus irmãos. Meus irmãos tem algum deles que ainda sabe assinar o nome, mas eu não sei de nada.³⁹⁰ (Grifos nossos).

No relato de “Dona Pretinha”, observamos duas situações que, embora aparentemente distintas, configuram e ilustram a vida cotidiana de muitas famílias Xukuru habitantes na Serra do Ororubá ao longo do século XX. Apesar da existência de escolas, ainda que improvisadas e insuficientes para a demanda dos/as índios/as, a privação ao ambiente escolar,³⁹¹ por um lado, impossibilitou muitos/as Xukuru de não conseguirem assinar o próprio nome. Em contrapartida, como enfatizou a entrevistada, o trabalho infantil era “necessário”. Na época, a única estratégia/solução para aquisição de alimentos, assegurando uma dieta mínima, porém fundamental na subsistência da família da indígena. A entrevistada citou novamente a importância da migração para o bairro Caixa d’Água:

Graças a Deus, a gente veio melhorar de vida depois que viemos ‘praqui’, e a gente começou a trabalhar nesses plantios. Eu aluguei uma casa aqui, mas minha mãe não queria vir. Eu disse a ela: ‘mãe, eu aluguei uma casa pra gente ficar aqui!’ Ela disse: ‘Ave Maria, não faça uma coisa dessa não! Você já viu esmoleu [quem pede esmola] morar de rua?’ Mas eu disse a ela que esmoleu mora também.³⁹² (Grifos nossos).

E, ao longo da entrevista, as épocas “da fome” sempre foram lembradas:

Passei muita fome! Eu vim parar de passar fome depois que eu vim embora ‘praqui’. Eu comecei a trabalhar junto com meus irmãos. Minha mãe ficava cuidando dos mais pequenos, e eu ia com os

³⁸⁹ Ver: MONTE, op. cit., 2012, p. 42.

³⁹⁰ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

³⁹¹ Sobre as reivindicações e outras estratégias dos Xukuru para a instalação de escolas na Serra do Ororubá, ver: SILVA, op. cit., 2008.

³⁹² **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

maior trabalhar ali em Santa Maria [outro lugar de plantio da Peixe]. Trabalhando, plantando, e aí foi que eu vim parar da gente passar fome.³⁹³ (Grifos nossos).

Perguntada sobre como eram realizados os deslocamentos diários dos Xukuru até os locais dos plantios, “Dona Pretinha” detalhou, também, a exaustiva jornada de trabalho:

Os carros da “Peixe” carregavam [a gente]. Pegava o povo e levava para os plantios. Levava de manhã. Assim, duas ou três horas da manhã. Aí, a gente só chegava em casa lá pras nove e meia, ou dez horas da noite. Era todo santo dia. E muita gente! Porque todo mundo precisava, né? Aí, era muita gente.³⁹⁴ (Grifos nossos).

Ocorriam conflitos com os patrões ou reivindicações dos trabalhadores, indígenas e não indígenas, sobre o serviço nas plantações de tomate?

Tem gente que gostava. Mas gostasse ou não, tinha que trabalhar. Tinha que trabalhar, né? Não era muito bom, não. Porque a pessoa sair de madrugada, na chuva ou no sol, e chegar em casa tarde da noite. Não era bom!, Mas o jeito que tinha era a gente fazer esse serviço.³⁹⁵ (Grifos nossos).

A fotografia abaixo, do acervo particular da família Britto, evidencia o trabalho de mulheres nos plantios. Contudo, fazem-se necessárias algumas observações sobre o registro imagético, provavelmente realizado por um profissional da área fotográfica. Chamamos a atenção para as vestimentas das trabalhadoras, cobrindo-lhes quase a totalidade dos corpos, inclusive “protegendo” as cabeças e pescoços. A partir dos relatos Xukuru, endossamos que a imagem trata-se de uma exceção, objetivando propagar ideias favoráveis às supostas condições homogêneas de trabalho nas plantações da “Peixe”.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Idem.

³⁹⁵ Idem.



Figura 20 – Mulheres trabalhando em uma plantação de tomates da Fábrica Peixe.³⁹⁶

A indígena continuou a narrativa mencionando os locais de plantios da “Peixe”, onde trabalhou por vários anos:

Esses plantios que eu trabalhei... Era os plantios da “Peixe”! Pronto, a gente chamava plantio. Porque se plantava muita tomate. A gente trabalhava do começo até o fim da colheita. Olhe, eu trabalhei muito nesses plantios. Eu trabalhei em 'Tiogó', Saquinho, Massaranduba,

³⁹⁶ Ver: TABOSA, M. L. M. **Um novo olhar para o reconhecimento dos bens industriais:** o caso da Fábrica Peixe. 2018. Dissertação (Desenvolvimento Urbano). Recife: UFPE, 2018, p. 90.

Milho Branco, Belo Vale, Açude Novo, Roçadinho e Propriedade.³⁹⁷

(Grifos nossos).

Quando pensamos na expressão “jornada de trabalho”, comumente associamos a situações intrínsecas aos mundos do trabalho. De forma sintética, ressaltamos questões como, garantias de direitos trabalhistas,³⁹⁸ Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, dentre outras, as relações trabalhistas. Nas lembranças, duas entrevistadas Xukuru teceram importantes reflexões sobre o tema. Uma delas, afirmou: “Mais ou menos, nos plantios, eu trabalhei bem uns 15 anos ou mais. Tudo sem carteira assinada!”³⁹⁹ (Grifo nosso).

Neste sentido, questionamos se a “Peixe” fornecia algum tipo de alimento para os trabalhadores exauridos nos plantios de tomates? “Dona Pretinha” respondeu:

Não! Quando a gente trabalhava nos plantios, não. Fornecia nada! A alimentação quando a gente andava assim pelos plantios, era um pouco de farinha e uma sardinha. 'O senhor sabe o que é sardinha?' E não era enlatada, não! Era daquelas que manda assar na brasa. Salgada! A gente não sabia nem o que era enlatado. O alimento da gente era esse e pronto. Eu passei muita fome quando criança, e até adulta mesmo.⁴⁰⁰ (Grifos nossos).

O relato da indígena, que impressiona, direcionou nossos olhares e análises para duas questões pontuais. A primeira delas trata-se das condições “oferecidas” pelos industriais à diversidade de trabalhadores/as nas plantações: como os Xukuru conseguiam executar as tarefas sob altas temperaturas, em jornadas extenuantes, consumindo farinha e sardinha salgada? A segunda observação, tragicômica e ambígua, configura-se nas próprias atividades da “Peixe”. Enquanto uma indústria alimentícia, fornecedora e exportadora de doces, produtos em conservas para

³⁹⁷ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

³⁹⁸ Tardiamente, no ano de 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, “foram garantidos aos empregados agrícolas direitos trabalhistas enquanto assalariados”. Ver: DABAT, C. R. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** Recife: Ed. UFPE, 2007, p. 23. Todavia, nas entrevistas realizadas com os/as índios/as Xukuru do Ororubá, na prática, não constatamos relatos de indígenas que trabalharam nos plantios das fábricas, sobre a implementação do citado Estatuto.

³⁹⁹ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴⁰⁰ Idem.

diversos estados brasileiros e consumidores de outros países,⁴⁰¹ mas que não fornecia uma alimentação mínima aos trabalhadores/as nos plantios.

Os srs. Carlos de Brito & Cia. há anos consagram grande trabalho em prol da intensificação do plantio do precioso fruto.

Em Pesqueira, Sanharó, Mimoso e Ipanema, neste Estado, os referidos industriais mantem grande cultura do tomate, que ocupa, atualmente, uma area de cerca de 1.500 hectares.

Possuindo fabricas em Pesqueira, Bezerros, Areias, Recife, Rio de Janeiro e S. Paulo, atravez da fabrica-ção do Extrato de tomate "Peixe", que rivalisa com o similar estrangeiro, têm sido grandes propugnadores da cultura do tomateiro e são, assim, os iniciadores no país, do fabrico do referido extrato.

Figura 21 – Trecho de notícia publicada em 1933, no Diário de Pernambuco, sobre a cooperação das Fábricas Peixe, com diversas filiais instaladas em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, para a promoção do “Dia do Tomate”.⁴⁰²

Informações coletadas e divulgadas pelo IBGE, através da aplicação de um “questionário” na década de 1940, constatou que:

O pagamento do trabalhador rural é feito por meio do salariado (diarista), sem direito à alimentação, sendo o pagamento em dinheiro. Também há nos plantios das fábricas, o sistema de tarefas ou empreitadas das ‘contas’ subdivisão do ‘quadro’ que contém 2500 braças quadradas, correspondendo ao meio alqueire paulista.⁴⁰³ (Grifo nosso).

Os resultados dessa pesquisa, infelizmente, não evidenciaram a ocorrência de exploração do trabalho infantil nas lavouras. Nas memórias Xukuru, tais situações

⁴⁰¹ Apud MACIEL, op. cit., 1980, p. 323.

⁴⁰² **Diário de Pernambuco**. Recife, 20/06/1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10/11/2017.

⁴⁰³ Ibidem, p. 325-326.

não se “apagaram” com o tempo. Quais as estratégias utilizadas pelos industriais para “empregar” e quitar os “salários” das crianças? Uma indígena entrevistada rememorou:

Eu comecei a trabalhar, eu tava com sete anos. Eu era tão 'grande' [pequena], que eu trabalhava nos plantio. Aí, o homem que ia fazer o pagamento, ele saía daqui e ia pagar lá nos plantio. Aí, o dono do serviço dizia assim à minha mãe: 'senhora, o dinheiro que essa menina ganhar, não deixe ela ir receber não, porque os homem não querem pagar'. Eles se zangam porque ela é muito pequena. A senhora pegue o dinheiro que ela ganhar, compre umas besteiras na bodega pra vocês comerem.⁴⁰⁴ (Grifos nossos).

Vejamos agora, nas narrativas de “Dona Socorro”, a forma como a indígena definiu as relações trabalhistas entre os agricultores Xukuru e membros das oligarquias agroindustriais pesqueirense:

Tinha criador de gado, que eram os pecuaristas, né? E tinha o doutor Moacir, um grande fazendeiro em frutas: goiaba e banana. Moacir da Fábrica Peixe, que era filho de Carlos de Britto. Aqui na [Aldeia] Lagoa, na época, as nossas casas também eram todas arreadas de terras do doutor Moacir. E as fazendas, ele também tinha criação de gado, e tinha os outros fazendeiros que também criavam gado. E aí, nós índios, trabalhávamos para esse povo. Porque eles precisavam de vaqueiro para cuidar dos gados deles, e precisavam de agricultor para cuidar dessas plantações [de tomate].⁴⁰⁵ (Grifos nossos).

A entrevistada evidenciou com convicção o próprio sentimento, expressando, talvez, mágoas daquela época:

Todos esses trabalhos eram muito sem segurança para nós indígenas. Mas a gente, pra ganhar o dinheiro, tinha que trabalhar muito. E, nesse trabalho, nós não trabalhávamos registrado. Nós não tinha conhecimento de trabalho nenhum [direitos trabalhistas]. Nós não tinha seguro de vida nenhum. Nós era que nem uns escravos, ganhava uma mixaria.⁴⁰⁶ (Grifos nossos).

⁴⁰⁴ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴⁰⁵ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴⁰⁶ Idem.

A partir dos relevantes estudos publicados por Josué de Castro, cujas análises evidenciaram situações alarmantes de subnutrição entre os trabalhadores no Nordeste açucareiro, sugerimos uma aproximação e/ou considerarmos um diálogo com as condições de trabalho dos Xukuru do Ororubá, enquanto agricultores na monocultura tomateira em Pesqueira/PE e áreas adjacentes.⁴⁰⁷

Em um inquérito realizado no início da década de 1930, Josué de Castro alertou como um grave defeito, a “terrível monotonia” no tipo de dieta estudado, devido “a falta de variedade das substâncias alimentares que entram em sua composição; dieta quase que exclusivamente formada de farinha com feijão, charque, café e açúcar.” O pesquisador observou, portanto, a insuficiência calórica do regime dos trabalhadores nos canaviais, cujo teor energético médio era de 1.645 calorias por dia. Ou seja, bem distante das necessidades energéticas diárias de um adulto normal na região, calculadas em 2.640 calorias.⁴⁰⁸

Considerando essas informações, perguntamos à indígena sobre possíveis casos de doenças em decorrência das atividades nas lavouras tomateiras. Porém, a resposta evidenciou dúvidas: “Eu acho que não! E vou dizer uma coisa, para falar a verdade, eu acho que agora está adoecendo mais gente do que na minha época que eu andava pelo mundo.”⁴⁰⁹

Apesar das incertezas na narrativa da Xukuru, outros/as entrevistados/as citaram a ocorrência de algumas enfermidades⁴¹⁰, sobretudo àquelas causadas pelo consumo diário de água não tratada. Na Aldeia Lagoa, “Dona Socorro” falou sobre uma “grande epidemia”, popularmente chamada de “gasto”, e que vitimou muitas crianças: “As nossas crianças aqui tiveram uma doença chamada ‘gasto’. E que morreu muita criança. [Na época] eu era pequena também.”⁴¹¹

⁴⁰⁷ Tanto no trabalho sazonal dos indígenas, com ênfase no corte e colheita da cana de açúcar na Zona da Mata Sul pernambucana e na Mata Norte em Alagoas, como nos plantios da “Peixe”, elencamos as longas jornadas trabalhadas diariamente, a ausência de nutrientes “básicos” na dieta alimentar dos Xukuru e, não menos importante, as estratégias ou o total silenciamento do patronato sobre quaisquer tipos de direitos ou acordos trabalhistas. Ver: MONTE, op. cit., 2012; SILVA; MONTE, op. cit., 2013.

⁴⁰⁸ CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro (pão ou aço)**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 139-140; MONTE, op. cit., 2012, p. 76-77.

⁴⁰⁹ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴¹⁰ Abordaremos o assunto no próximo capítulo, onde analisaremos as experiências de trabalho dos Xukuru enquanto operários nas fábricas em Pesqueira.

⁴¹¹ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

Em seguida, a índia descreveu os principais sintomas e as consequências da doença nas crianças. Afirmou ainda que, além da má alimentação, a ingestão de água contaminada eram as causas da enfermidade:

'Gasto' era uma disenteria muito forte, e que as crianças, por mais gordinhas que fossem, era tão sério esse problema, que ficavam somente o couro e o osso. Isso foi uma grande epidemia! Era problema de alimentação. E a água também influenciava porque não era tratada. Era água das cacimbas!⁴¹² (Grifos nossos).

Na mencionada pesquisa realizada pelo IBGE em meados de 1940, os quesitos 120 e 121 corroboraram as memórias orais da indígena sobre as “moléstias” no município. Entretanto, observamos que, provavelmente, os dados divulgados pelo órgão federal, evidenciaram um discurso político-progressista focado nas “providências” adotadas pelo Poder Municipal:

A gastroenterite tem vitimado numerosas crianças, principalmente nas classes desajustadas [expressão pejorativa]. O Posto de Higiene tem-se demonstrado atento tanto na cura, como na debelação do mal. Relativamente a outras moléstias, das mesmas já houve referências. Em geral a população é refratária à vacina.⁴¹³ (Grifo nosso).

O consumo de águas oriundas de cacimbas é antigo. Estudos apontaram que, desde meados dos séculos XVI e XVII, durante o processo de expansão colonial para o interior da Capitania de Pernambuco, as cacimbas escavadas geralmente próximas ao leito dos rios, eram utilizadas por colonizadores, indígenas, e até pelos rebanhos bovinos.⁴¹⁴

Ao comentar a qualidade das águas consumidas durante décadas na localidade onde habita na Serra do Ororubá, atualmente Aldeia Lagoa, “Dona Socorro” explicou:

[A gente] bebia do jeito que vinha mesmo. Das cacimbas! Nós vivia praticamente sem informação de nada. Na época, era assim. Nós tomava banho pertinho da cacimba, e a água corria para dentro da cacimba. Não tinha higiene nenhuma. Tudo era perto da cacimba! Não tinha banheiro também. E as nossas necessidades, a gente

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Apud MACIEL, op. cit., 1980, p. 332.

⁴¹⁴ Ver: ANDRADE, op. cit., 2005.

fazia nos ‘banheiros livres’, que era no mato! E aí, quando chovia... Já viu né? E era essa a água que a gente utilizava.⁴¹⁵ (Grifos nossos).

A partir desses relatos de memórias sobre o/s uso/s de águas contaminadas e, por conseguinte, os problemas com a higiene nos antigos “sítios” habitados pelos Xukuru, indagamos uma trabalhadora indígena sobre as dificuldades vivenciadas nos plantios de tomate. A resposta foi ambígua:

Olhe, era uma atividade tão boa, quando a gente trabalhava lá [nos plantios] em Santa Maria. Que tinha assim um riacho e, quando era de noite, a gente cavava um buraco na areia e dormia dentro daquele buraco. Era... Dormia ali! Toda noite! Não sei como a gente não morreu.⁴¹⁶ (Grifos nossos).

Perguntamos, então, a razão pela qual dormiam dentro de um buraco. “Dona Pretinha” foi enfática, e explicou:

Porque não tinha onde dormir! A gente saía daqui na segunda-feira de manhã, não procurava uma casa, porque o matuto é doido mesmo. Não procurava uma casa pra morar, nem nada. A gente saía na segunda de manhã, para voltar no sábado. Aí, a semana todinha a gente dormia nesse riacho, cavando buraco que nem cobra e dormindo dentro da areia. Era assim! Pense... Mas deu certo, graças a Deus.⁴¹⁷ (Grifos nossos).

Por fim, a entrevistada comentou que, ciente da idade avançada, a “história vista de baixo”⁴¹⁸ a partir das próprias memórias orais, foi compartilhada com os netos e bisnetos: “E nisso, eu que sou velha, já tenho bisneto, e já tô contando com a história.”⁴¹⁹

As experiências de trabalho dos Xukuru do Ororubá, e o cotidiano dos índios enquanto operários nas fábricas instaladas na cidade de Pesqueira/PE, configuram os objetivos de nossas análises no próximo capítulo.

⁴¹⁵ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴¹⁶ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ Ver: NEGRO; SILVA, op. cit., 2001.

⁴¹⁹ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

CAPÍTULO IV

OS XUKURU DO ORORUBÁ E O TRABALHO NA CIDADE: indígenas operários nas fábricas em Pesqueira/PE

4.1. O “vaivém” Xukuru do Ororubá para as fábricas

Em Pesqueira, após o surgimento da “Peixe” com a produção doceira em escala industrial, outras fábricas iniciaram atividades semelhantes, a exemplo da Fábrica Rosa, fundada em 1906 e capitaneada, também, por membros de uma família de comerciantes e fazendeiros na região: os Didier.⁴²⁰

Nascido no antigo Sítio Caípe, atualmente Aldeia Caípe, o Vice-Cacique do povo Xukuru do Ororubá, Zé de Santa, relatou que a região “Era dominada pelos não índios. Mas pela gente [Xukuru] também, porque vivíamos lá.”⁴²¹ Sobre os fazendeiros criadores de gado e latifundiários na Serra do Ororubá, o entrevistado relembrou a infância em Caípe e afirmou que, para botarem roçados, a família do indígena precisava arrendar terras dos Didier:

Bom, dos meus 10 anos de idade até os meus 25 anos de idade, eu trabalhava na agricultura com meu pai. Ele trabalhava na terra dos fazendeiros, inclusive era de Hamilton Didier. A terra era arrendada, eles arrendavam! E o arrendamento era dar milho e, além de receber em milho, ele ainda obrigava a pessoa que arrendava o roçado a plantar capim [pasto]. Onde ele [fazendeiro] plantava o milho, o feijão e a fava, quando o feijão começava a baixar e o milho tava pronto para tirar, aí ele mandava plantar o capim para o gado dele. Ficava um lugar cheio de capim!⁴²² (Grifos nossos).

Tanto nas memórias Xukuru do Ororubá, quanto na diversidade de registros bibliográficos, as demais indústrias que funcionaram naquela cidade foram mencionadas. Nas entrevistas realizadas com os/as indígenas, as fábricas eram lembradas de forma espontânea: “A fábrica Peixe, a Maravilha, a Camponesa, a Peixinha, a Tigre, a Palmeiron e a Rosa. Sete fábricas eu visitei, entregando

⁴²⁰ Ver: GALINDO, op. cit., 2007, p. 65; SILVA, op. cit., 2008, p. 170.

⁴²¹ **José Barbosa dos Santos**, “Zé de Santa”, 70 anos. Aldeia Mascarenhas, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 10/01/2017.

⁴²² Idem.

goiaba.”⁴²³ Tais informações foram corroboradas pelo Pajé do povo Xukuru do Ororubá: “Olhe... Tinha a fábrica Peixe, tinha a Recreio, tinha a Maravilha, tinha a Tigre, tinha a Rosa e tinha a Peixinho. Eram essas fábricas tudinho, né?”⁴²⁴

No estudo de um geógrafo realizado na década de 1950, o pesquisador evidenciou o panorama das atividades industriais em Pesqueira/PE, com várias fábricas instaladas no núcleo urbano: “as Fábricas Peixe, Rosa, Tigre, Paulo de Brito, ‘Peixinho’ e Recreio.”⁴²⁵ Complementando os relatos orais dos Xukuru do Ororubá e as análises acadêmicas, vemos algumas informações coletadas/divulgadas pelo IBGE, sobre as principais edificações da cidade, onde três fábricas foram destacadas: “Fábricas de conservas Peixe (Carlos de Britto & Cia), Rosa (José Didier), Tigre (Rocha & Irmãos).”⁴²⁶

Apesar do concomitante funcionamento das indústrias e, conseqüentemente, da concorrência entre estas, um Xukuru do Ororubá ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores indígenas, em razão da oferta de fornecedores de frutas nas épocas de grande safra de goiabas:

la num canto, chegava lá, tava cheio. 'Não, aqui tá cheio [de goiaba], vá pra fábrica Rosa.' E eu ia na fábrica Rosa. Chegando lá, tava cheio. 'Vá pra Maravilha.' Chegava na Maravilha e tava cheia de goiaba. 'Vá pra Tigre.' E tava cheia! 'Vá pra Palmeiron...!' Aí eu me abusava e dizia: eu vou deixar essa gota é aqui mesmo! Aí, descarregava o jumento e deixava lá as caixas de goiaba. Olha, era uma fartura maior do mundo! (Grifos nossos).⁴²⁷

Além das menções às fábricas, o entrevistado, intrinsecamente, falou como eram realizados os deslocamentos com as caixas de goiaba, partindo da área indígena até o centro de Pesqueira. Enquanto pequenos produtores e fornecedores de frutas para a “Peixe” e demais indústrias, os Xukuru do Ororubá utilizavam-se, sobretudo, da tração animal como meio de transporte e distribuição da produção agrícola.

O Pajé do povo Xukuru, “Seu Zequinha”, corroborou sobre a importância de possuir um burro ou jumento na Serra do Ororubá, e enfatizou as dificuldades

⁴²³ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴²⁴ **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru, 88 anos. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴²⁵ SETTE, op. cit., 1956, p. 64-65.

⁴²⁶ Apud MACIEL, op. cit., 1980, p. 317.

⁴²⁷ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

enfrentadas durante a infância e adolescência, assim como as estratégias da família para garantir a alimentação diária:

Desde os 12 anos de idade que eu trabalhava na enxada. [Também] trabalhava na feira, pra arrumar o pão de cada dia. Pra comer! Negociando... Comprando, vendendo, né? Desde os 12 anos! [...] Eu fui criado com minha avó. Era Teodora. Pra mim, foi muito importante, porque foi quem me criou. Eu andava 'mais' ela pra feira, vendendo, comprando... E vendendo na feira, que era pra arrumar o pão de cada dia. Olhe, eu vou lhe falar uma coisa... Na época, foi muito ruim. Eu até uns oito anos de idade, mais ou menos, eu andava nu. A primeira roupa que eu vesti foi de saco. A primeira roupa! E andava nu. Aí com o tempo as coisas foi se ajeitando, ajeitando... Compramos mandioca, fizemos a farinha, vendemos... Mãe vendia a goma, eu vendia a farinha. E assim a gente ia negociando e pagando as coisas. E esse dinheiro da goma era pra fazer feira pra gente comer. Descia de burro. De burro! Minha avó comprou um animal para mim.⁴²⁸ (Grifos nossos).

As memórias de “Seu Zequinha” sobre a criação de animais no sítio onde viveu, na atual Aldeia Cana Brava, evidenciaram peculiaridades nas relações de sociabilidades: “Era assim mesmo, trabalhando... E a gente criava um bodinho, criava um porquinho, aí quando vendia, comprava uma roupa, né?”⁴²⁹ (Grifo nosso). Neste pequeno trecho da entrevista, observamos o destino de parte do dinheiro ganho com a venda dos caprinos e suínos. O Xukuru do Ororubá, que na infância chegou a *andar desnudo*, conseguia comprar “uma roupa” comercializando pequenos animais de corte. Porém, chamou nossa atenção a forma com a qual o futuro Pajé tratava os equinos:

Depois de um tempo, o burro [comprado pela avó] morreu na rua. Aí, tinha um fiscal [em Pesqueira], que ele me deu outro animal. Ele perguntou se eu queria o dinheiro ou outro animal. Eu disse que queria outro animal. Porque, se eu pegasse o dinheiro, eu ia gastar. Aí nós fomos trabalhando, trabalhando... Aí a gente botou o animal pra cruzar. E assim produziu outro jumento. E assim foi... Eu sei que nessa produção nasceu uma burra, que morreu com 33 anos. Foi ela

⁴²⁸ **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴²⁹ Idem.

quem ajudou a família todinha. O nome dela era Roxinha. Ela ajudou a gente por 33 anos.⁴³⁰ (Grifos nossos).

Na narrativa do indígena, e considerando a idade avançada de “Seu Zequinha” na época da entrevista, “[tenho] 88 anos e oito meses. Nasci em 1930...”, apontamos a lucidez e espontaneidade do Pajé Xukuru do Ororubá ao rememorar, talvez de forma análoga a um membro da família, os esforços e funções dos animais – burros/jumentos –, no cotidiano histórico vivido e concebido⁴³¹ pelo próprio sujeito social: “Depois de um tempo eu me casei, e lembro que possui outro animal. Esse foi morrer com 32 anos! Era os bichos que ajudou a criar a família todinha. Se não fosse os animais, a gente não tinha como vender as coisas.”⁴³² (Grifo nosso).

Se para os agricultores indígenas, tanto aqueles fornecedores de frutas para as fábricas, quanto os/as Xukuru trabalhadores na monocultura do tomateiro da Fábrica Peixe, a necessidade de meios de transporte era suprida através de animais de carga ou dos caminhões, conforme os relatos orais dos próprios índios, levando-os/as até os locais dos plantios, o mesmo não ocorria para os operários indígenas que trabalhavam nas indústrias em Pesqueira/PE. Estes últimos realizavam os trajetos de ida e volta a pé: “Saí muitas vezes daqui de madrugada a pé, para trabalhar na fábrica Peixe. A pé, por aí pela Serra...”⁴³³

Uma índia Xukuru empregou sua força de trabalho no campo e na cidade, no complexo agroindustrial em Pesqueira. Em períodos e situações distintas, trabalhou nos plantios de tomate dos “Britto”, e foi operária nas fábricas Peixe e Rosa. Quando perguntada sobre as condições de trabalho nas indústrias, a entrevistada antecipou-se e afirmou:

Depois que eu sai dos plantios [de tomate], aí eu vim e fui trabalhar na Peixe. Trabalhei... Acho que uns nove ou dez anos. Era todo santo dia subindo essas ladeiras. Agora, aqui eu acho que sou aleijada das pernas de tanto subir e descer essa ladeira. [...] Não, não [havia transporte]. De jeito nenhum!⁴³⁴ (Grifos nossos).

Os deslocamentos dos Xukuru entre os locais de moradia, na Serra do Ororubá, e o ambiente de trabalho, no centro da cidade, traduziam-se em longas

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Ver: ALBERTI, op. cit., 2004, p. 13-17.

⁴³² **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”, Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴³³ **Antônio Faustino da Silva**, 81 anos. Aldeia Pão de Açúcar, Poção/PE, em 23/10/2010.

⁴³⁴ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

caminhadas diárias. Estimamos com base nos relatos dos/as entrevistados/as, que os trajetos percorridos a pé pelos/as indígenas variavam entre 10 e 22 quilômetros. Isso, incluindo o percurso de ida e volta a depender da localidade ou Aldeia de origem dos/as índios/as operários/as. Ou seja, indiretamente, a carga de trabalho iniciava-se antes mesmo da chegada às fábricas.

Nos estudos e análises geográficas recentes sobre os deslocamentos “domicílio-trabalho/estudo”, alguns pesquisadores fazem uso e revisitam o conceito de “movimento pendular”.⁴³⁵ No caso dos Xukuru e, conforme nossas observações em pesquisas e publicações contemporâneas sobre migrações indígenas, utilizamos a expressão “vaivém” para sintetizar a mobilidade sazonal destes sujeitos sociais, a exemplo da exploração temporária da força de trabalho dos indígenas nas lavouras, engenhos e usinas canavieiras em Pernambuco e Alagoas no decorrer do século XX.⁴³⁶

“Seu” Saturnino rememorou as razões das migrações sazonais, e como os Xukuru faziam para deslocarem-se até a região litorânea dos dois estados:

Os índios velhos, a metade era trabalhador, e a outra metade às vezes num trabalhava porque não tinha as posses [de terra] pra trabalhar. Aí o finado meu pai contava aquelas histórias, que quando era nas épocas [do corte e colheita da cana], se juntava um grupão de índio velho e novo. Aí, botavam o matulãozinho nas costas e desciam por aqui pro Sul [Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas]. Porque nessa época num existia carro, né? Aí descia tudo de pés pra trabalhar. (Grifo nosso).⁴³⁷

Traçando um paralelo entre o “vaivém” dos índios para o trabalho nas fábricas em Pesqueira/PE, e o crescimento industrial no município, observamos, por um lado, o favorecimento para instalações de novas firmas comerciais, bancos, prédios públicos, colégios, a abertura de novas ruas, avenidas e praças. Em contrapartida,

⁴³⁵ Ver: MOURA, R; CASTELLO BRANCO, M. L. G; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 4, 2005, p. 121-133.

⁴³⁶ Ver: MONTE, E. História e memórias de migrações no Nordeste indígena: o “vaivém” dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira/PE). **Mnemosine**. Campina Grande: UFCG, v. 7, nº 1, jan./mar., 2016, p. 32-52.

⁴³⁷ **Saturnino Alves Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

destacamos por outro lado, o surgimento de aglomerações na periferia urbana, formadas, em sua maioria, pelas moradias do operariado.⁴³⁸



Figura 22 – Casas de famílias operárias no Bairro da Mandioca, Pesqueira/PE, em 1955.⁴³⁹

Estes espaços, devido à proximidade de acesso às fábricas,⁴⁴⁰ também eram estrategicamente habitados por famílias Xukuru oriundas da Serra do Ororubá, como o “Bairro da Mandioca”, assim descrito por um pesquisador na década de 1950:

Acomodando-se a um desvão oferecido pela escarpa inferior da [Serra do] Ororubá, o bairro da Mandioca, tendo a sua localização determinada pela proximidade da água e do centro urbano, atravessa com suas ruas mal cuidadas e suas casas de gente muito pobre o vale do Baixa Grande, começa a subir, do outro lado, a contracosta e um de seus arruados de casebres, quase trepados uns sobre outros, lembrando as “favelas” das grandes cidades.⁴⁴¹ (Grifos nossos).

Nos dias atuais, a fotografia acima representa parte da localidade chamada “Bairro Xucurus”, onde reside uma considerável parcela das famílias indígenas na

⁴³⁸ SILVA; MONTE, op. cit., 2013, p. 2-3.

⁴³⁹ Foto: Tibor Jablonsky (1955). In: SETTE, op. cit., 1956, p.68.

⁴⁴⁰ Sobre a formação de bairros operários no século XX, ver: VALE, E. C. “Operários! Uni-vos!”: experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945). Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2018; FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo:** trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

⁴⁴¹ SETTE, op. cit., 1956, p. 76-77.

área urbana de Pesqueira, somando-se a outros bairros, como Caixa d'Água e Portal. Em conversas informais, moradores locais idosos afirmaram que muitas dessas famílias foram expulsas de seus sítios na Serra do Ororubá, por fazendeiros invasores.

Mesmo morando no núcleo urbano em Pesqueira, os índios operários vivenciavam os percalços consequentes do trabalho temporário nas indústrias, uma vez que estas só costumavam contratá-los/as por curtos períodos, geralmente em épocas de grandes safras, quando aumentava a produção industrial.

BENEFICIÁRIOS
Pessoas que dependem economicamente:

NOME	Data do nascimento	Estado Civil
Benef.: Maria das Dores do Nascimento e filhos.		

CARTEIRAS ANTERIORES

Número	Série	Data da entrega
		de 19...
		de 19...
		de 19...
		de 19...

CONTRATO DE TRABALHO

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição: **INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A (Fábricas "Peixe")**
Pesqueira - Pernambuco

Cidade: Av. Cel. Carlos de Brito
Estado: PE
Especie do estabelecimento: Industrial
Natureza do cargo: Servente
Data da admissão: 15 de Julho de 57
Registro n.º: 104-14
Remuneração (especificada): R\$ 9,20 à hora

INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A
(FÁBRICAS "PEIXE")
Expedito Uley
Data da saída: 23 de Setembro de 57
Assinatura do empregador: Expedito Uley
INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A
(FÁBRICAS "PEIXE")

CONTRATO DE TRABALHO

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição: **INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A**
(Fábricas "Peixe")
Pesqueira - Pernambuco

Cidade: Av. Cel. Carlos de Brito
Estado: PE
Especie do estabelecimento: Industrial
Natureza do cargo: Serv. (Servente)
Data da admissão: 12 de Set. de 59
Registro n.º: 11-11
Remuneração (especificada): R\$ 12,00 à hora

INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A
(FÁBRICAS "PEIXE")
Expedito Uley
Data da saída: 30 de Set. de 59
Assinatura do empregador: Expedito Uley
INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A
(FÁBRICAS "PEIXE")

CONTRATO DE TRABALHO

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição: **INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A**
(Fábricas "Peixe")
Pesqueira - Pernambuco

Cidade: Av. Cel. Carlos de Brito
Estado: PE
Especie do estabelecimento: Industrial
Natureza do cargo: Serv. (Servente)
Data da admissão: 12 de Set. de 59
Registro n.º: 11-11
Remuneração (especificada): R\$ 12,00 à hora

INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A
(FÁBRICAS "PEIXE")
Expedito Uley
Data da saída: 12 de Out. de 59
Assinatura do empregador: Expedito Uley
INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS CARLOS DE BRITTO S/A
(FÁBRICAS "PEIXE")

Figura 23 – Carteira de trabalho de um Xukuru operário na “Peixe”, com registros de 1957-1959.⁴⁴²

Para a maioria do operariado, incluindo os indígenas, os contratos de trabalho eram curtos, variando de um até seis meses registrados. Para ilustrar, vejamos as

⁴⁴² Fotos: Edmundo Monte (2017).

páginas de uma carteira de trabalho assinada entre os anos de 1957-1959. Em 1957, o Xukuru foi contratado na função de servente por dois meses: de 15 de julho a 25 de setembro. No ano seguinte, com a mesma função, a Fábrica Peixe o contratou por um período de quase seis meses, iniciando no primeiro dia de abril e encerrando em 30 de setembro. Por fim, em 1959, o documento legal apontou apenas um mês de trabalho registrado: de 12 de setembro até 12 de outubro daquele ano.

A entrevistada que nos permitiu pesquisar os registros familiares, reafirmou:

O meu pai trabalhou registrado. Meu pai trabalhava seis meses. Às vezes uma safra grande durava seis meses, aí ele ficava seis meses. Quando a safra ia diminuindo, eles já iam tirando a metade dos trabalhadores, e aí muitas vezes não ficavam por seis meses. Ficavam quatro... Quatro meses.⁴⁴³

“Dona Socorro” relatou, então, quais eram as formas e estratégias da família para conseguirem se alimentar e suprir as necessidades básicas, nos meses em que o pai e outros índios não trabalhavam nas fábricas:

Na minha infância, quando eu tava mais ou menos com uns 14 ou 15 anos, a gente tinha uma dificuldade muito grande em alimento. Por conta que as terras eram dos fazendeiros. Aí nossa terra era limitada, para plantar um pouco de mandioca, feijão, milho, fava, que sempre foi a nossa agricultura aqui. (Grifo nosso).⁴⁴⁴

Na narrativa, a entrevistada pontuou ainda que os valores registrados na Carteira de Trabalho de alguns índios operários não eram quitados integralmente. Também chamou nossa atenção a menção aos cortes de plantas lenhosas na Serra do Ororubá destinadas aos engendramentos fabris:

Porque na época, a fábrica não pagava o valor do trabalho correto. Sempre teve um salário que era o certo, mas ela [a “Peixe”] não fazia o pagamento assim. A fábrica praticamente complementava a gente. No caso das “panha” [coleta] de goiaba, dos cortes de banana, dos cortes de lenha para levar lá pra fábrica, que na época começou também com essas dificuldades de descer as lenhas daqui de cima da Serra.⁴⁴⁵ (Grifos nossos).

⁴⁴³ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Idem.

Complementando as informações, o Pajé Xukuru, “Seu” Zequinha, comentou a razão e as dificuldades dos índios que tinham emigrado da Serra do Ororubá para morar no antigo “Bairro da Mandioca”, área periférica de Pesqueira, sobretudo nos períodos de entressafra. Por volta de 1945, uma família da Serra, não encontrando emprego na cidade, se dedicou ao fabrico de balaio para sobreviver:

Precisava ter terra! Muitos não tinham, aí vinham trabalhar na rua atrás de um empreguinho: chegando nas fábricas, na Prefeitura... Muita gente trabalha aí na Prefeitura. [...] Eu tenho Mané Caiçara. Conhece Mané Caiçara? O pai dele saiu de lá [da Serra] e veio aqui pra rua. Parece que em quarenta e cinco [1945], assim nessa base. Aí ele veio morar ali com a família todinha. Ele atrás de um emprego, não arrumou emprego. O cabra chegou aí e foi... Disseram que iam dar emprego a ele, e não deram. O que ele foi fazer? Ficou lá, veio de cá... Porque ele não tinha onde morar, ele morava lá na terra do fogo. Aí veio ‘praí’... O que é que veio se valer [se manter]? Foi desses matos aí, dessas matas, pegando cipó pra fazer balaio, pra fazer caçuá, fazer isso tudo pra viver. Tá vendo?!⁴⁴⁶ (Grifos nossos).

A família “Caiçara”, ou “os Caiçara”, ficaram bastante conhecidos pela arte de confeccionar balaio, cestos e caçuás para transportar mercadorias em cavalos. Tornaram-se uma referência no ramo, na cidade de Pesqueira. Assim como eles, o número de moradores multiplicou-se no atual “Bairro Xucurus”, de forma semelhante à quantidade de casas, ocupando vários espaços e avançando cada vez mais em direção à escarpa da Serra do Ororubá.⁴⁴⁷

4.2. De operários fabris a “porcos da virada”: memórias Xukuru do Ororubá sobre o trabalho temporário e clandestino

Durante a pesquisa, quando, em diversas oportunidades realizamos entrevistas na Terra Indígena (TI) Xukuru do Ororubá, perpassando pela transcrição dos áudios registrados e, finalmente, culminando nas análises das memórias orais, divagamos sobre as formas, funções e os tipos de trabalho exercidos pelos indígenas no complexo agroindustrial em Pesqueira/PE.

⁴⁴⁶ **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 19/05/2012.

⁴⁴⁷ SILVA; MONTE, op. cit., 2013, p. 4.

Tanto as extensas jornadas laborais nos plantios de tomates, quanto à carga de energia corporal empregada no “vaivém” para as fábricas, assim como o próprio trabalho no cotidiano destas indústrias, configuravam-se em corpos exauridos diuturnamente, como observado e relatado pelo índio Cecílio Xukuru:

Olha o que eu tenho de história sobre as fábricas de Pesqueira, são as coisas que meu pai contava, e ele pode ainda contar a história, porque ele tá vivo, né? E que ele trabalhou na Fábrica Peixe. Eu acho que nas outras fábricas ele também trabalhou. [...] Eles saiam daqui de manhã, trabalhava o dia, virava a noite.⁴⁴⁸ (Grifo nosso).

Para o pesquisador em História, mensurar tais experiências repletas de subjetividades, torna-se um exercício complexo. Ainda mais quando temos ciência das lacunas ou invisibilidades na historiografia, de estudos e abordagens específicas sobre vivências de povos indígenas nos mundos do trabalho, na condição de operários e agricultores intermitentes no universo da agroindústria no Nordeste.⁴⁴⁹

Com as informações a partir das fontes orais – as “vozes” dos índios –, buscamos suprir tais lacunas e contribuir com os estudos históricos, evidenciando as experiências de trabalho e o cotidiano dos Xukuru do Ororubá nas fábricas em Pesqueira, agora como sujeitos visíveis e atuantes na História dos índios em Pernambuco e no Brasil.

Eu trabalhei direto na [Fábrica] Peixe, na Cica, na Peixinho. Mas, assim, [eu] trabalhava dois meses e saía. Eu não gostava de ser massacrado. Eu não gostava de levar desaforo. Assim, hoje eu tô um homem de idade e posso dar um conselho... Eu lá trabalhei em dois horários, de seis as cinco, e outro à noite.⁴⁵⁰

Vimos anteriormente (Figura 23) na Carteira de Trabalho de um índio operário, a prevalência da função de “servente” em seus registros. Como não tivemos acesso a documentos pessoais análogos de outros Xukuru do Ororubá, foi a partir dos relatos de memórias e de conversas “informais”, com o gravador desligado, onde percebemos o significado e as múltiplas dimensões incutidas às obrigações de um “servente”.

⁴⁴⁸ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴⁴⁹ Sobre a presença dos Potiguara na Fábrica de Tecidos Rio Tinto, Paraíba, ver: VALE, 2018, op. cit.; VALE, E. C. **Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: UFC, 2008.

⁴⁵⁰ **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 19/05/2012.

O pai de “Dona Socorro” não fixou residência na cidade. Anualmente, nos poucos meses de contrato sazonal de trabalho na Fábrica Peixe, o “vaivém” era realizado todos os dias a pé:

Era [na fábrica] lá na cidade. Ele ia de pés, como a gente diz aqui. Era mais ou menos uma légua de distância. Daqui para o centro de Pesqueira. Ele ia todo dia de manhã e voltava à noite. No tempo que ele trabalhava esses quatro meses ou seis meses, né?⁴⁵¹ (Grifos nossos).

Contratado legalmente como servente, “Seu” Antônio Timóteo tinha como uma das atribuições, o conserto de caixas e caixotes de madeira, onde se armazenava provisoriamente a produção agrícola transportadas dos plantios até a Fábrica Peixe:

E lá o trabalho dele era bater caixa. Às vezes, porque eles trabalhavam com caixa de madeira, e as caixas tinham que estar na plantação todo dia. Aí as caixas chegavam arrancada, quebrada, essas coisas. Então, ele trabalhava nesses consertos. O trabalho era de consertar caixa. Esse era o trabalho dele.⁴⁵² (Grifos nossos).

Outros dois antigos moradores da Aldeia Lagoa, na Serra do Ororubá, foram citados por “Dona Socorro” como índios operários na “Peixe”. Ambos exerciam funções diferentes naquela indústria:

Tinha mais dois senhor daqui da Lagoa que trabalhava também. Chamava-se Alonso e João Monteiro. João Monteiro trabalhava na embalagem de latas de doce; e Alonso trabalhava na sessão de preparar molho de tomate, que chamava o extrato de tomate, na época.⁴⁵³ (Grifo nosso).

A interlocutora também mencionou criticamente, a presença de mulheres e crianças Xukuru do Ororubá, moradoras na cidade, trabalhando nas fábricas:

Sim! Em Pesqueira já trabalhavam muitas mulheres, mas de lá mesmo da cidade. Não tinha esse negócio de idade [para trabalhar], não. Na época da safra, era quem chegasse e eles precisassem, ia

⁴⁵¹ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴⁵² Idem.

⁴⁵³ Idem.

trabalhar. E naquilo que eu te falei: sem registro, sem direitos...⁴⁵⁴
(Grifos nossos).

Os relatos de outra entrevistada, cujas experiências de trabalho abrangem as fábricas Peixe e Rosa, dialogam com as memórias acima: “Eu trabalhei pouco tempo na [Fábrica] Rosa. Mas foi avulso, sem ser com carteira assinada.”⁴⁵⁵ Nesta indústria, “Dona Pretinha” não teve assegurado os direitos trabalhistas. Dentre as estratégias utilizadas pelos industriais para a supressão de direitos do operariado, elencamos os períodos de grande produção fabril, onde “apareciam” ofertas para serviços temporários. A exploração da força de trabalho indígena ocorria diariamente, em todos os turnos:

A gente ia na época que o serviço tava muito cheio. Aí, ia aquela turma de mulher pra trabalhar avulso nas jacas. Tirar aquelas coisas da jaca e goiaba. Era descaroçando... Era muita gente. [...] A gente trabalhava de dia e trabalhava de noite.⁴⁵⁶ (Grifos nossos).

Quando perguntada sobre, e como era o serviço na Fábrica Peixe, a Xukuru afirmou que trabalhou por muitos anos em pé:

Eu trabalhei tanto tempo ali naquela Peixe. Em pé! Que a gente tinha que trabalhar em pé, em cima de uns ferros. Tinha que trabalhar pisando naqueles ferros, pois não podia pisar no chão por causa de negócio de choque. Trabalhei muito tempo ali, mas vou dizer uma coisa ao senhor: é porque pobre só nasceu pra sofrer mesmo. Porque naquilo ali, tudo a gente tinha que fazer.⁴⁵⁷

Nesta narrativa, destacamos a preocupação de “Dona Pretinha”, ou talvez imposição da chefia, com a própria (in)segurança no ambiente de trabalho. Ao citar o risco de choque elétrico caso pisasse no chão, pensamos em algumas situações peculiares. Era seguro trabalhar em pé, “em cima de uns ferros”? Talvez, naquela condição e com um calçado apropriado, fosse menos perigoso, sabendo-se que estruturas de ferro são condutores de eletricidade. Como fator agravante, evidenciamos as extensas jornadas e tipos de trabalho exercidos pela índia operária na “Peixe”:

⁴⁵⁴ Idem.

⁴⁵⁵ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ Idem.

Era tomate, pimenta, cebola, banana, goiaba, manga, abacaxi, milho... Tudo isso a gente tinha que fazer. Botavam a gente pra fazer e nós tinha que fazer o serviço. Tudo manual. Aí nós pegava de sete da manha, até nove ou dez horas da noite. Ou senão pegava seis da noite, até sete da manhã. Era assim! Um semana era de dia e na outra semana era à noite.⁴⁵⁸ (Grifos nossos).

Trabalhando na “Peixe” durante 23 anos, onde exerceu diferentes atividades, “Seu” Zé Cioba foi o único entrevistado que afirmou ter a carteira assinada no serviço noturno.⁴⁵⁹

Da Serra eu vim aqui para a fábrica. Trabalhei na Peixe 23 anos! Na Peixe eu trabalhei de zelador e trabalhei em serviço de armazém. Serviço pesado! Leiturinha pouca, não dava para tomar conta do escritório. Peguei no pesado: serviço de armazém. Trabalhei 23 anos! Eu trabalhava fichado. Eu trabalhei muito na parte da noite, fichado.⁴⁶⁰ (Grifos nossos).

Como fazia o “trabalho pesado” por não ser letrado, o operário Xukuru relatou que teve a saúde prejudicada:

Eu tenho minha pressão muito alta, porque eu trabalhei muito na parte da noite e não dormia de dia. Eu trabalhei 23 anos de Carteira assinada. E já de idade [avançada], eu sofri muito porque trabalhava na parte da noite e não dormia de dia. A pressão subia. Minha pressão é muito alta. Chega a 24, 26, 19... É muito alta! Eu pegava firme. Até 120 kg, eu peguei. Chamavam a gente dos ‘cabôcos’. Os ‘cabôcos’ da Serra. [...] Eu nunca tive vontade de pegar no alheio. Eu nunca peguei num palito de nada. Enfrentava [o trabalho pesado]: pegava 79, 80, 90, 100, 120 kg. Trabalhei direto, mesmo com fome.⁴⁶¹ (Grifos nossos).

“Seu” Zé Cioba também endossou as memórias de outros entrevistados, afirmando que a “Peixe” empregava muitos índios. Inclusive o próprio chefe, era um Xukuru da atual Aldeia Afetos. Complementando o raciocínio, falou sobre os

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ SILVA; MONTE, op. cit., 2013, p. 8.

⁴⁶⁰ **José Gonçalves da Silva**, “Zé Cioba”, 82 anos (Falecido). Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 18/12/2005.

⁴⁶¹ Idem.

indígenas que descarregavam os caminhões. Estes eram trabalhadores clandestinos:

Trabalhava um bocado de gente daqui da Serra [do Ororubá]. Trabalhava um bocado de gente. Eram clandestinos os que descarregavam caminhões. Eles eram da Serra. Muitos da Serra. O meu chefe, que era Zé Jorge, ele nasceu em Afetos. Ele era da Serra também [...] Ele era da Serra, nasceu na Serra, era meu chefe. Quando era tempo de safra, ele não deixava sobrar, porque há muito serviço, serviço de armazém.⁴⁶² (Grifos nossos).

Estudos recentes nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, abordando processos migratórios no Brasil, discutiram a importância das redes e relações sociais entre indivíduos e famílias de migrantes com interesses recíprocos, facilitando, assim, a inserção dos sujeitos sociais no mercado de trabalho.⁴⁶³ Neste caso, e considerando “o não dito” no relato anterior, nos referimos às possibilidades para muitos Xukuru do Ororubá conseguirem empregar-se temporariamente, com ou sem carteira assinada, nas indústrias em Pesqueira:

As redes sociais organizam o processo migratório em todas as etapas – antes, durante e na chegada [ao local de destino] –, demonstrando a importância das relações de reciprocidade nos diversos espaços e tempos que marcam a(s) trajetória(s) migratória(s) dos indivíduos ou famílias.⁴⁶⁴

Exercendo atividades temporárias noturnas na Fábrica Peixe, outro entrevistado queixou-se sobre a inexistência de direitos trabalhistas para grande parte do operariado no turno da noite. Geralmente, os contratos de trabalho só eram concedidos aos empregados diurnos, prejudicando, assim, muitos índios vindos da Serra do Ororubá que trabalhavam à noite, nos serviços pesados:

Eu mesmo trabalhei na Fábrica Peixe um bocado de tempo. Eu trabalhava de fogareiro, botando fogo na caldeira, botando lenha na caldeira. Quer dizer, nós só trabalhava à noite! Porque só trabalhava à noite, porque lá já tinha os trabalhadores de trabalhar no dia. [...] Eles aqui chamavam até de “virada”. A gente só trabalhava à noite.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Ver: MENEZES, M. A. de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** Estratégias de reprodução Social. Volume 2, São Paulo: Ed. Unesp, 2009; FONTES, op. cit., 2008.

⁴⁶⁴ MENEZES, op. cit., 2009, p. 277.

Trabalhei um bocado de tempo. Depois passei uns três ou quatro meses trabalhando lá, os empregados gostavam muito de mim, e me botaram para trabalhar de dia e eu trabalhei uns quatro meses. Nesse tempo, só tinha direito quem fosse fichado lá mesmo, de dia. Era muito daqui [da Serra] que ia. Trabalhava catando talo de tomate, botando fogo em caldeira, carregando saco, descarregando caminhão de caixas... Tudo de noite!⁴⁶⁵

Em uma das entrevistas realizadas na Aldeia Cana Brava, questionamos o índio Cecílio sobre a criação de animais e a dieta dos indígenas que possuíam pequenas glebas naquela localidade. O Xukuru afirmou: “Porque a mistura [carnes] mesmo aqui, eles criavam muita galinha caipira e todos eles criavam seus porcos. O ‘pojú’, no terreiro.”⁴⁶⁶ (Grifo nosso). Na dúvida, perguntamos se o “pojú” era alguma espécie nativa, talvez um “porco do mato”? Cecílio esclareceu: “É o porco que a gente conhece mesmo. Desses que a gente cria. Pojú é na linguagem indígena, né? Na linguagem indígena ele é conhecido como pojú.”⁴⁶⁷ (Grifo nosso).

Ao distanciar-se da área indígena, metaforicamente, o “pojú” de criação e/ou alimento para os Xukuru do Ororubá, era ressignificado no universo fabril em Pesqueira. Os trabalhadores indígenas, sem carteira assinada, que trabalhavam nas madrugadas no serviço pesado descarregando caminhões e caixas de tomate, eram chamados de “porcos”:

[Meu pai] trabalhava na fábrica, e tinha aquela história que eles faziam a virada da noite. Porque a produção era tão grande, que eles passavam a noite todinha trabalhando. Chamavam eles de porcos, né? Chamava os porcos! Isso na produção da Fábrica Peixe.⁴⁶⁸ (Grifos nossos).

Uma antiga operária indígena justificou as ideias e imagens de sujeira relacionadas aos “porcos” para o uso da expressão pejorativa, tanto no ambiente das fábricas, quanto na memória coletiva do proletariado:

Pronto! Era o pessoal da virada que trabalhava na Peixe. Os coitados pareciam uns porcos mesmo. Era! Porque quando eles entravam pra trabalhar, meu Deus do céu... Eles saiam parecendo uns bichos: tudo

⁴⁶⁵ **Juvêncio Balbino da Silva**, 76 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/2005.

⁴⁶⁶ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Idem.

melado de semente de tomate, pele de tomate, de tudo.⁴⁶⁹ (Grifos nossos).

Morador na Aldeia Pão de Açúcar, “Seu” Antonio Faustino também trabalhou na Fábrica Peixe. Apesar de não ter prestado serviços noturnos, o entrevistado afirmou que os operários naquele período tinham uma vida muito difícil e eram chamados “os porcos”, por sujarem as roupas ao carregarem caixas de tomates e frutas destinadas a fabricação de conservas e doces.⁴⁷⁰ Estes trabalhadores clandestinos da madrugada recebiam valores no esquema de diárias, ao final de cada jornada. Para burlar possíveis fiscalizações e evitar ações trabalhistas, os industriais preocupavam-se em mesclar/variar indivíduos e grupos entre os “porcos da virada”:

Lá tinha também os porcos (risos)! Sabe, porque a gente trabalhava de seis da manhã às nove da noite. Mas a fábrica virava [a madrugada]. Aí, quando a gente saía de nove horas para ir para casa, começavam a chegar aqueles pobres coitados para trabalhar como os porcos. [...] Eles eram chamados assim porque colocava aquelas caixas de tomates na cabeça e aquele caldo de tomate descia pelo corpo. Eles usavam uma roupa de estopa e fedia muito. Passavam a noite toda trabalhando e, quando chegava de manhã, recebia o dinheiro na hora. Mas não era sempre o mesmo grupo [que trabalhava à noite].⁴⁷¹ (Grifos nossos).

Nos relatos de memórias dos Xukuru sobre as relações de trabalho na agroindústria em Pesqueira/PE, não foram mencionados conflitos diretos entre índios operários e o patronato industrial. Todavia, a sindicalização não era permitida pelo “Dr. Moacyr”, um dos proprietários da Fábrica Peixe. E, conforme expressou outro entrevistado, existiam relações clientelistas em benefício de alguns trabalhadores, a exemplo de “Zé de Alexandre”:

Na fábrica trabalhou um bocado [de índio]. Trabalho pesado! Direito [trabalhista]? Nada! Porque o Dr. Moacyr falou: ‘Quem pagar Sindicato, não pode pagar INPS. E se for para aposentar, eu não vou dar os direitos. Eu não vou dar os direitos de se aposentar pelo Sindicato. Ou uma coisa, ou outra!’ Ele está certo! Agora, eu não falo

⁴⁶⁹ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴⁷⁰ SILVA; MONTE, op. cit., 2013, p. 8-9.

⁴⁷¹ **Antônio Faustino da Silva**, Aldeia Pão de Açúcar, Poção/PE, em 23/10/2010.

[mal], não. Sabe por quê? Não posso falar deles, porque o que estava assinado em meu documento, ainda está. O meu está assinado!⁴⁷² (Grifos nossos).

Uma das razões pelas quais a Fábrica Peixe firmava contratos temporários, encerrando-se antes de completar um ano, era justamente por questões dos direitos trabalhistas. Aqueles/as que fossem procurar o sindicato eram demitidos sumariamente. Para o índio “Zé Cioba”, que pagava a contribuição sindical:

O sindicato não servia para nada. Só servia o INPS. A gente pagava o sindicato e não valeu de nada. Quando o sindicato ia, botava nós para fora. Por isso, eu acredito que não valia nada. Bateu no sindicato, o sindicato chegou? Rua! Para mim não valeu a pena. Para mim foi perdido, nós pagava perdido.⁴⁷³ (Grifos nossos).

No relato do indígena, compreendemos o descontentamento e/ou desinformação com a atuação do sindicato, uma vez que “Zé Cioba” teve a Carteira de Trabalho assinada várias vezes pela “Peixe”. Sendo assim e, possivelmente receoso de ser demitido, preferiu seguir as (des)orientações do patrão.⁴⁷⁴ Afinal, nem todos os operários tinham o “privilégio” de um contrato de trabalho temporário, sobretudo aqueles do período noturno:

Muitos [trabalhavam] sem carteira assinada. À noite, tinha uma história de uma ‘virada’. Chamava-se ‘a virada’, os ‘porcos’. Porque trabalhava no leite, de noite, na tomate. Serviço sujo, aí chamavam assim. Quando a safra era grande. Quando a fábrica não vencia para trabalhar só de dia. Aí tinha que trabalhar à noite, porque era muita polpa.⁴⁷⁵

Nesse arcabouço, somando-se os Xukuru operários temporários com os índios trabalhadores clandestinos nas fábricas, evidenciamos a partir do vivido e expressado nas entrevistas e diálogos informais realizados na Serra do Ororubá, que, dentre os/as indígenas idosos/as aposentados/as, a maioria conseguiu o benefício como agricultores/as. Em outras palavras, vejamos a resposta de “Dona Pretinha”, antiga trabalhadora nos plantios de tomates e nas fábricas Peixe e Rosa,

⁴⁷² **José Alexandre dos Santos**, “Zé de Alexandre”, 76 anos. Bairro Serrinha, Pesqueira/PE, em 14/12/05.

⁴⁷³ **José Gonçalves da Silva**, “Zé Cioba”. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 18/12/2005.

⁴⁷⁴ Ver nos ANEXOS, algumas ações trabalhistas de antigos operários contra as fábricas Peixe e Rosa em Pesqueira, deferidas ou conciliadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6).

⁴⁷⁵ **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 19/05/2012.

quando perguntada sobre a aposentadoria: “Não! Eu sai de lá [da “Peixe”] em 92. Quase que eu adoecia e não tive mais condição de trabalhar. [...] Me aposentei, mas depois de muito tempo que sai de lá. Me aposentei com 62 anos.”⁴⁷⁶

4.3. “Eu não vou dizer que era ruim... Aliás, ruim era ter que trabalhar muito, né?”

Nas análises e discussões sobre os mundos do trabalho fabril no Brasil, alguns estudos evidenciaram desde a diversidade de sujeitos sociais e suas demandas na condição de operários, abordando, ainda, relações trabalhistas, situações do cotidiano no ambiente industrial, bem como expressões e peculiaridades socioculturais em diferentes espaços e temporalidades, em razão das ações dos próprios sujeitos entre continuidades e/ou descontinuidades históricas.⁴⁷⁷

De acordo com um pesquisador, é justamente a “ênfase no espaço urbano, nas redes sociais e sua relação com o processo de formação de classe uma das preocupações de estudos recentes da historiografia do trabalho brasileira.”⁴⁷⁸ Em determinadas circunstâncias, alguns bairros e espaços geográficos podem ser analisados como comunidades, quando ocorre o compartilhamento de uma linguagem de classe, ou “outras noções [...] como as baseadas em um local de moradia, de trabalho”, de uma origem migrante ou que expressem identidade/s étnica/s em comum.⁴⁷⁹

A partir dessas observações, pensamos na formação do “Bairro Xucurus”, cujas origens remetem às migrações de índios da Serra do Ororubá que estabeleceram no local, fixando moradias, uma vez a proximidade das fábricas na cidade, onde empregavam sua força de trabalho. Inclusive, ao ampliarmos os olhares, evidenciamos o próprio caráter industrial do município de Pesqueira no decorrer do século XX.⁴⁸⁰

Em contrapartida e, apesar de reconhecermos as diversas funções atreladas ou proporcionadas pelas instalações das indústrias naquela cidade, nossas análises

⁴⁷⁶ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴⁷⁷ Ver: FONTES, op. cit., 2008; MONTE; SILVA, op. cit., 2013; VALE, op. cit., 2018.

⁴⁷⁸ FONTES, op. cit., 2008, p. 26.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 25.

⁴⁸⁰ SETTE, op. cit., 1956; GALINDO, op. cit., 2007; CAVALCANTI, op. cit., 1979.

distanciam-se de uma “história urbana” ou mesmo econômica. Interessa-nos, sobretudo, perceber quais leituras e memórias os índios Xukuru do Ororubá, antigos trabalhadores na agroindústria em Pesqueira/PE, fazem da própria história. As experiências de trabalhos nos plantios e nas fábricas “valiam a pena”?

Durante uma longa entrevista realizada na Aldeia Pão de Açúcar, “Seu” Antônio Faustino, inicialmente, sintetizou a vida de trabalhador: “Na minha mocidade eu trabalhava na agricultura. Depois, trabalhei em fábrica, em Pesqueira. Na Fábrica Peixe! Já trabalhei no Sul de Pernambuco, [cortando cana] no campo. Só isso!”⁴⁸¹

Foram vários os contratos de trabalho temporários assinados/rescindidos com a “Peixe”, entre as décadas de 1950 e 1970:

Trabalhei lá de 1954 até 1958. Trabalhava de contrato, tá entendendo? Trabalhava 10 meses e saía. Até o ano de 73. Mas trabalhava de contrato. Trabalhava 10 meses, saía, voltava... Ficava seis meses fora, depois voltava novamente, até o ano de 73. De 73 para cá, não trabalhei mais na fábrica.⁴⁸² (Grifos nossos).

O entrevistado justificou a Carteira de Trabalho assinada, devido ao turno de trabalho: “A gente que trabalhava durante o dia, tinha a carteira assinada.”⁴⁸³ Porém, enfatizou as dificuldades enfrentadas antes mesmo de chegar ao local de trabalho: “Era uma vida ‘aperreada’. Eu saía [caminhando] de três horas da manhã e tinha que chegar na fábrica às seis.”⁴⁸⁴ A respeito dos direitos trabalhistas quando tinha contrato em vigência, o indígena afirmou: “Tinha! Dava férias, dava fundo de garantia. [Isso], enquanto não mandava [a gente] embora.”⁴⁸⁵

Ao falar em “vida aperreada”, o antigo operário relatou em detalhes a forma e as condições de trabalho, onde passava mais de 12 horas de serviços (pesados) diariamente, inclusive aos domingos:

Na época, eu trabalhava na fábrica Peixe como ajudante geral. Eu trabalhava lá descarregando caminhão, carregando caixa. [...] Serviço geral! Tudo quanto era serviço geral, eu fazia. Porque eu não vou dizer que trabalhava em escritório, né? [...] Meu horário de trabalho começava às seis da manhã e terminava às nove da noite.

⁴⁸¹ Antônio Faustino da Silva, Aldeia Pão de Açúcar, Poção/PE, em 23/10/2010.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Idem.

Era assim! E o horário do almoço começava as 11 e terminava às 12 horas. Quem levava o almoço era eu. Na época eu morava aqui [na atual Aldeia Pão de Açúcar]. Mas aqui ainda não era reconhecido [homologado] como área indígena. Eu ia para a fábrica todo dia. Eu saía às três da manhã e ia caminhando. Isso até no domingo!⁴⁸⁶ (Grifos nossos).

Observando os relatos das memórias orais Xukuru, refletimos sobre as prováveis razões dos indígenas para submeterem-se às extenuantes experiências de trabalho nas fábricas: como estratégia de subsistência, complemento ou única fonte de renda? “Seu” Antônio Faustino falou que “Gostava [da fábrica], porque era o jeito! Aí, tinha que trabalhar né? Mas não sinto saudade de nada dessas coisas.”⁴⁸⁷ Opinião semelhante a de outra entrevistada: “O dinheirinho era mixaria! Era dinheiro pouco. Nessa época era muito pouco o dinheiro. [...] O dinheiro dava para [comprar] umas besteiras, para não morrer de fome. Só dava para viver, e a pulso!”⁴⁸⁸

Apesar dos baixos proventos e das extensas jornadas de trabalho na Fábrica Peixe, “Dona Pretinha” adoeceu e, como mãe de família precavida, fez um acordo verbal com o chefe, solicitando, estrategicamente, que as “portas” da indústria estivessem sempre abertas para os filhos:

Eu falei com o chefe lá para sair. Ele não queria botar pra fora, porque disse que não podia botar ninguém pra fora doente. Isso poderia prejudicar ele. Então eu garanti a ele que não ia prejudicar ele nunca, que ele era uma boa pessoa. A única coisa que eu pedi foi que, quando chegasse um filho meu no portão da fábrica, ele botasse para trabalhar. Aí ele concordou. Foi isso que eu fiz!⁴⁸⁹ (Grifos nossos).

O relato de uma das lideranças do povo Xukuru do Ororubá problematizou questões socioambientais, quando perguntado sobre as ações ou intervenções dos industriais em Pesqueira e na área indígena, na Serra do Ororubá. Vejamos a resposta de Cecílio:

Rapaz, eu acho que foi negativo! Não foi nada positivo, não. Pra eles aí embaixo [na cidade], que gerou muito emprego e vinha gente de

⁴⁸⁶ Idem.

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴⁸⁹ Idem.

fora trabalhar, [talvez fosse positivo]. Por isso que a cidade cresceu, por conta das fábricas. Porque o cabra vinha trabalhar, e por ali tinha dinheiro. Ia comprando um chãozinho de casa, e ia construindo casa. Assim, a cidade foi crescendo. Para eles lá foi bom! Mas para a gente aqui? Eu vejo da minha parte que não foi bom, não. Porque em muitas áreas aí ao redor, dentro da nossa área mesmo, pegando por esses pés de Serra aí por baixo, nessas margens baixa aqui dentro da área da gente [indígena], foi plantado também o tomate [para as fábricas]. E através do tomate, eles largaram muito veneno, né? Tanto veneno, que hoje, tem plantação que a gente planta aí e ela tá morrendo.⁴⁹⁰ (Grifos nossos).

São bastante pertinentes as reflexões do entrevistado, corroborando, inclusive, outras narrativas indígenas e com análises de alguns pesquisadores citados em nosso estudo.⁴⁹¹ A partir do relato de Cecílio, chamamos a atenção para duas questões. A primeira infere-se nas atividades laborais pretéritas da própria família do Xukuru do Ororubá, conforme as memórias no Capítulo III. Ou seja, apesar de terem fornecido frutas para as fábricas, o indígena não “romantizou” as ofertas de trabalho na cidade, nem a urbanização em Pesqueira etc. O segundo ponto diz respeito às observações do entrevistado sobre o uso de agrotóxicos na produção tomateira, e as consequências destes produtos para as lavouras dos índios.⁴⁹²

Outra entrevistada criticou o desmatamento provocado por industriais e fazendeiros na Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, para plantações de espécies frutíferas em larga escala:

Aqui na [Aldeia] Lagoa, derrubaram muitas matas nativas. Que era primeiro, para plantação de goiaba. E depois, tomaram conta de uma [área] grande... que já era essa lagoa nossa, uma área muito boa, que foi para plantar bananeira. E isso não era [na medida] de um quadro, não. Que um quadro, no meu tempo, é o que hoje chamam de hectare, né? Um quadro é mais ou menos um hectare. Então, naquele tempo, não era coisa de um quadro ou dois quadros, não.

⁴⁹⁰ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴⁹¹ SETTE, op. cit., 1956; GALINDO, op. cit., 2007; CAVALCANTI, op. cit., 2005.

⁴⁹² Ver: GONÇALVES, G. M. da S. **Agrotóxicos, saúde e ambiente na etnia Xukuru do Ororubá – Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Recife: CPpAM/FIOCRUZ, 2008; LIRA, D. B. de. **Os índios Xukuru do Ororubá na ribeira do Rio Ipojuca (Pesqueira/Poçoão): ambiente, memórias e história (1986-2010)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2013.

Era muito mais! Porque as terras boas, onde não tivesse pedra [rochas], eles aproveitavam tudo para essas plantações de goiaba e de banana.⁴⁹³ (Grifos nossos).

O Pajé Xukuru, “Seu Zequinha” evidenciou que muitos plantios para as fábricas eram realizados em terras indígenas invadidas, com a omissão das autoridades: “Nesta época eles estavam bem adiantados. Os ricos compraram muitas terras de pequenos posseiros, e outras eles aumentavam e ainda diziam que era deles. A polícia não fazia nada”.⁴⁹⁴ (Grifo nosso).

As lembranças das épocas de funcionamento das fábricas permeiam a memória coletiva dos moradores mais antigos em Pesqueira. Tanto aqueles/as que trabalharam nas indústrias, como de uma parcela considerável da população urbana e rural habitantes no município. Nas memórias expressadas pelos indígenas, alguns olhares e reflexões remeteram, com saudosismo, aos períodos vivenciados no cotidiano das fábricas:

Às vezes que eu tô em Pesqueira e a sirene toca de meio dia... Eu me lembro daqueles tempos. A feira de Pesqueira tá na fábrica Peixe. Aí, vez ou outra que eu tô lá em Pesqueira, eu vou lá na Peixe olhar... Fico olhando direitinho como foi, onde eu trabalhei... Era um movimento grande! Trabalhava dois mil operários. Aí fechou!⁴⁹⁵ (Grifos nossos).

A feira mencionada pelo Xukuru do Ororubá funciona nas antigas instalações da “Peixe”, às quartas-feiras, no centro da cidade. Em outra narrativa, uma entrevistada evidenciou como eram realizados os serviços, inclusive por familiares que trabalharam nas fábricas:

Enquanto ela existiu, era 'assim' de gente trabalhando. Porque eu e umas primas minhas e umas irmãs, a gente sabia entrar e sabia sair. O negócio é a pessoa chegar no canto e, quando o patrão disser qual é o serviço, 'aqui ninguém conversa'. Então, a gente chegava e fazia o serviço como ele dizia. Para tirar pele de tomate e tudo. A

⁴⁹³ **Maria de Fátima Timóteo Sobrinho**, “Dona Socorro”, Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁴⁹⁴ **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 19/05/2012.

⁴⁹⁵ **Antônio Faustino da Silva**, Aldeia Pão de Açúcar, Poção/PE, em 23/10/2010.

gente ia fazer aquele serviço. Por isso que eu digo, depois que aquela Peixe fechou, foi uma tristeza.⁴⁹⁶ (Grifos nossos).

Ao falar em tristeza, “Dona Pretinha” referiu-se ao aumento do desemprego no município após o fechamento das indústrias, motivando a migração de índios⁴⁹⁷ e antigos operários para outras cidades, estados e regiões: “Muita gente se deslocou para fora, porque aqui não tinha emprego.”⁴⁹⁸ Ou, conforme endossou um pesquisador: “Nas épocas mortas, verifica-se, por conta própria, um pequeno êxodo de famílias da cidade para os roçados e propriedades agropecuárias dos arredores, sem falar na constante fuga dos que se dirigem para os Estados do sul.”⁴⁹⁹

⁴⁹⁶ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴⁹⁷ Ver: MONTE, op. cit., 2012.

⁴⁹⁸ **Anselma Maria da Conceição**, “Dona Pretinha”. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁴⁹⁹ SETTE, op. cit., 1956, p. 83.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das análises e discussões neste estudo sobre os protagonismos dos índios Xukuru do Ororubá na História, foram evidenciados, dentre outras questões, as relações dos indígenas com os ambientes de moradia e trabalho. Espaços estes que, por muitas vezes, se confundem e/ou complementam-se.

A Serra do Ororubá, enquanto lugar dos indígenas, onde as famílias indígenas deveriam trabalhar nos roçados em terras próprias para o consumo e, de acordo com a produção, negociar, comercializar o excedente, seja nos espaços de sociabilidades, na feira ou nas fábricas em Pesqueira. Por outro lado, conforme percebemos desde o primeiro capítulo da Tese, as invasões das terras habitadas pelos Xukuru, resultaram em diversos conflitos com diferentes sujeitos sociais e, em linhas gerais, culminaram na elaboração de estratégias dos indígenas para permanecerem vivendo e reivindicando seus direitos naquela região.

Pensando no recorte temporal desta pesquisa, entre as décadas de 1940-1960, ou seja, em um período distante da demarcação e homologação da atual Terra Indígena Xukuru do Ororubá (2001), enfatizamos a importância e contribuição do nosso estudo para ampliar os conhecimentos sobre os índios na História do Nordeste, a partir da ótica dos próprios Xukuru do Ororubá.

Uma índia entrevistada, habitante na Aldeia Vila de Cimbres, não trabalhou diretamente para a agroindústria na época, porém relatou como a família fazia para se alimentar:

Eu nasci em [Aldeia] Afeto. Bom, meu trabalho era da roça, né? Eu fui criada com os avós da minha mãe. Porque, ela morava lá [na Aldeia Afeto] e, quando eu tinha cinco anos de idade, me trouxeram para aqui [Aldeia Vila de Cimbres]. Eu não quis ficar com a minha mãe. Aí vim com os velhos morar aqui. Então o meu trabalho sempre foi a roça. Sempre trabalhei na roça e o estudo foi muito pouco. Eu não tenho estudo.⁵⁰⁰ (Grifos nossos).

A terra onde plantavam milho e feijão era do fazendeiro:

Naquela época era muito difícil as coisas. Minha mãe trabalhava sempre na roça. Ela fazia de tudo. Trabalhava alugado. [Plantava] Milho, feijão... A terra era do fazendeiro. A gente arrendava a terra, o

⁵⁰⁰ **Aliete Rodrigues Leite**, 66 anos. Aldeia Vila de Cimbres, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 08/01/2017.

tanto que pudesse trabalhar. Então, eu comecei a trabalhar, meu pai se separou da minha mãe. Eu comecei a trabalhar com 12 anos de idade. Desde os 12 anos de idade que eu aleijei dessa perna aqui.⁵⁰¹ (Grifos nossos).

No relato, “Dona Aliete” falou sobre uma deficiência na perna, durante a transição da infância e início da adolescência na Serra do Ororubá, em razão de um acidente quando estava lavando roupas para terceiros:

Eu aleijei porque foi o seguinte: eu lavava até roupa de ganho, eu lavava. Porque fui uma pessoa criada sem pai, né? Aí um dia eu fui lavar a roupa, e nisso tinha um sítio de cana. Eu tinha ido com uma prima minha lavar a roupa, aí ela disse: 'eu vou pedir uma cana a seu Severino para nós.' E eu fiquei lavando minha roupinha e ela foi para lá. Pegou a cana e trouxe. Aí tinha uma pedra que tava meio rachadinha no meio. Mas eu achava que não tinha como ela cair. Mas quando eu bati a primeira vez, ela não mexeu. Quando eu bati a segunda vez, aí caiu a metade em cima do meu pé.⁵⁰² (Grifos nossos).

Não conseguimos informações em outras entrevistas se algum/a Xukuru tenha sido vítima de acidente de trabalho nas fábricas ou nos plantios. Entretanto, questionamos nossa entrevistada sobre a situação, uma vez estar trabalhando, lavando roupas “de ganho” naquele momento. A índia concordou, e explicou que era a forma de ajudar a mãe no sustento da casa, sem precisar pedir ou roubar nada de ninguém:

Pois é. Eu estava trabalhando para os outros. [...] Eu lavava 'de ganho', que era pra ganhar o dinheiro e ajudar minha mãe criar a gente. Éramos duas. Porque era uma das coisas que a gente queria nós duas, que era seguir o procedimento dos mais velhos: nem pedir, nem roubar. Viver do 'suorzinho' da gente mesmo!⁵⁰³ (Grifos nossos).

Nas memórias de “Dona Aliete”, a importância dos recursos naturais na Serra do Ororubá, mesmo que indiretamente, foram evidenciados: a terra para os roçados, as águas para consumo e demais afazeres, somando-se à vegetação/palha utilizada no fabrico de vassouras e chapéus para venda:

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ Idem.

Eu lavava [roupas] num sítio que tem para cá, que se chama Tapera. Era feito um negócio de poço, né? Aqueles poço fundo desde que a gente era criança. Ainda tem esse poço. Mas tá seco, né? [...] Eu lavei até depois de velha mesmo. Porque meu serviço sempre era mais [trabalhar com] a palha e a lavagem de roupa. Porque não tinha outro serviço aqui para mulher. Aí eu lavei muita roupa de ganho aqui para muita mulher. [...] Olhe, esse trabalho na palha para mim foi muito importante, né? Porque deu pra ajudar também. Porque a gente trabalhava na roça, ele [marido] trabalhava alugado e, quando ele chegava à noite, ele me ajudava. [...] Do sábado para o domingo, ele ia buscar a palha no mato e quando ele chegava à noite ele me ajudava. Pra fazer uma vassoura, né? Eu fazia a vassoura, eu fazia o chapéu...⁵⁰⁴ (Grifos nossos).

Além dos roçados de milho e feijão, outra cultura agrícola foi mencionada pelos Xukuru do Ororubá como forma de sustento e/ou complemento de renda para algumas famílias indígenas habitantes na Aldeia Cana Brava. Nas pequenas glebas próprias, os chamados “sítios”, a produção de café configurava-se como um gênero de boa rentabilidade para os índios: “O café para o povo aqui era o ouro! Era considerado o ouro. Porque era muito café, e o dinheiro era dinheiro vivo mesmo.”⁵⁰⁵

O indígena Cecílio rememorou as lembranças dos índios mais velhos para explicar a produção e espécies de frutas na Aldeia, evidenciando as vantagens advindas do café:

Aqui era a maior produção de café. Olhe, todos os indígenas aqui, e a agricultura deles... Da goiaba, da banana, o café e as outras fruteiras: jaca, manga, laranja. O café era uma das agriculturas que, quando era no fim da safra, eles vendiam as safras deles pra comprar as outras coisas. Comprar os vestes deles. Que eles diziam que a única agricultura forte mesmo era o café. [...] Por conta que o café dava muita renda, né? Muito dinheiro e tira de um ano para outro.⁵⁰⁶

O entrevistado destacou ainda a forma de preparo e beneficiamento do café, bem como as “estratégias de mercado”, para negociá-lo no melhor momento:

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ **Cecílio Santana Feitosa**, Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

⁵⁰⁶ Idem.

O camarada bate o café e ele passa um ano, passa dois anos, passa três anos e o bicho não ataca o café. E ali, quando era tempo de preço, eles vendiam. Quando não era tempo de preço, eles guardavam o café e esperavam preço. Viviam dessa agricultura, né? Os próprios índios aqui. Como seu Agripino, que tinha um batedor de café. Seu Antônio Caboclo tinha um batedor de café. O avô do Cacique “Xicão” tinha. Seu Antônio Maria tinha um batedor de café...⁵⁰⁷ (Grifos nossos).

Todavia, mesmo para os índios pequenos produtores de café, o funcionamento das fábricas em Pesqueira representava uma garantia para a comercialização e fornecimento de frutas, sobretudo goiabas, pelos Xukuru do Ororubá habitantes na Aldeia Cana Brava:

Tinha os pontos [locais] de botar as trilhas de goiaba. Chamava os pontos. Tinha ali em seu Cassiano, onde hoje é o campo, eu ainda me lembro que era uma tuia [fartura] de goiaba. O caminhão pegava. Lá na outra Cana Brava de cá, já tinha outra tuia de goiaba que era do finado Elói. Mais na frente tinha outra Cana Brava, que era tudo índio, tinha outra tuia de goiaba lá, que era de Januário. Era uma vargem de goiaba grande. Mais na frente, de Jaime Pereira. Perto de Jaime Pereira tinha outra tuia de goiaba lá, que eles encaixava aquelas caixa de goiaba, de Rodolfo Pereira. Eles eram tudo indígena. Tudo índio! Aí essas produção deles descia pra Pesqueira. Isso descia muita tonelada de goiaba, rapaz! Era muita tonelada mesmo!⁵⁰⁸ (Grifos nossos).

A partir das memórias orais dos indígenas e de análises realizadas em estudos temáticos, chamamos a atenção para a dicotomia “agroindústria *versus* Natureza” em uma região semiárida. No segundo capítulo, destacamos a importância das áreas úmidas de brejos de altitude, como a Serra do Ororubá, por propiciarem desde a criação bovina até uma diversidade de culturas agrícolas. Percebemos no terceiro e quarto capítulos, que extensas áreas foram desmatadas para os plantios de tomates, de espécies frutíferas ou fornecimento de lenha para as fábricas, com ênfase na “Peixe”. Neste sentido, o Pajé Xukuru falou das indústrias e

⁵⁰⁷ Idem.

⁵⁰⁸ Idem.

sobre as origens e importância das águas, fundamentais para os engendramentos fabris e abastecimento em Pesqueira/PE:

Muita gente trabalhava aqui nessas fábricas. Era uma ajuda grande para o povo. Agora, o que terminou essas fábricas foi a falta de água. A água era fundamental para o movimento da fábrica. Naquela época chovia muito e juntava muita água nos açudes. Tinham dois ou três açudes [na Serra do Ororubá] que mandavam água para a cidade. Agora quando falta água, aí já viu né?⁵⁰⁹

“Seu Zequinha”, em poucas linhas, sintetizou um dos motivos para o declínio e fechamento das indústrias na cidade. No sentido de complementar as informações do indígena, inferimos a culpabilidade das próprias fábricas como responsáveis tanto pelas transformações ambientais na Serra do Ororubá, quanto pela irregularidade nos índices pluviométricos na região. Para ilustrar, destacamos os quase 100 anos de funcionamento da Fábrica Peixe, onde profissionais especializados realizaram, ao longo de décadas, estudos nas mais diversas áreas, como agrônômicos, climáticos e biológicos, para que esta se mantivesse ativa. São de conhecimento público as secas periódicas no Nordeste.⁵¹⁰ Por outro lado, relações e questões socioambientais como a destruição de nascentes e a continuidade do desmatamento, onde espécies nativas dão lugar às monoculturas, incidem na diminuição de chuvas, dentre outras situações, modificando o/s ecossistema/s.

Portanto, apenas as demandas de recursos naturais pelos Xukuru na Serra do Ororubá, onde na maioria das vezes traduziam-se em culturas para o consumo próprio conforme os relatos de memórias dos/as índios/as, seriam incapazes de influenciar na derrocada das fábricas na cidade que, por décadas, ostentou “uma população permanente de operários em atividade ou sempre prontos a entrar em ação a qualquer momento.”⁵¹¹

⁵⁰⁹ **Pedro Rodrigues Bispo**, “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

⁵¹⁰ Abordamos em outro estudo a questão das secas como um dos motivos das migrações, sazonais ou definitivas, dos Xukuru para outras cidades/regiões. Ver: MONTE, op. cit., 2012.

⁵¹¹ SETTE, op. cit., 1956, p. 83.

FONTES

Impressas

Diário de Pernambuco. Recife, 20/06/1933. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10/11/2017.

Diário de Pernambuco. 16/06/1939, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em: 26/04/2017.

Jornal do Commercio. Recife, 09/05/1999. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/1999/0905/rg0905a.htm> Acesso em: 10/11/2017.

Livro composto principalmente de Cartas, Portarias e Mapas versando sobre vários assuntos relacionados com a administração de Pernambuco e das Capitanias Anexas. Recife, 1760-1762. BN – I – 12, 3, 35. (Biblioteca Nacional/RJ).

Mapa das sub-regiões climáticas. **Projeto de Capacitação e Assessoria Técnica/PCAT-Xukuru**, 2007.

Recenseamento Geral do Brazil em 1872. Disponível em: <http://www.ibge.com.br> Acesso em: 15/01/2017.

Manuscritas

Abaixo-assinado de índios da extinta Aldeia de Cimbres, em Pesqueira, 25 de fevereiro de 1885, para o Presidente da Província. Arquivo Público Estadual de Pernambuco/APE, Códice Petições, folha 18.

AHU. Cd. 1919. Devassa a que mandou proceder o governador e capitão geral de Pernambuco acerca do assalto que o gentio bravo “Pipães e Paraquiós” fizeram na ribeira do Moxotó no dia 28 de agosto de 1759 e do qual resultaram algumas mortes. Documento de 25/10/1759, p. 8-10.

Relatório do Estado das Aldeias da Província de Pernambuco, 13/2/1861. APE, Cód. DII-19, fl. 53.

Internet

Carta Corográfica da Província de Pernambuco (1880). Disponível em: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html Acesso em: 10/01/2017.

Carta Régia de 12 de maio de 1798. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/A%20carta%20r%C3%A9gia%20de%2012%20de%20maio%20de%201798B.pdf> Acesso em: 30/11/2017.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 14/06/2018.

IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/belo-jardim/historico> Acesso em: 26/04/2017.

Mappa Topographico da Parte da Província de Pernambuco (1823). Mapa concluído em 17 de janeiro de 1843. Disponível em: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html Acesso em: 10/01/2017.

Mundo Lusíada. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/cultura/viseu-livro-conta-historia-e-tradicoes-de-cimbres/> Acesso em: 14/06/2018.

Ofício de José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, Rio de Janeiro, em 07/08/1951, para Chefe da 4ª Inspetoria Regional do SPI. Museu do Índio. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio> Acesso em: 20/01/2017.

PE-AZ. Biografias: Luiz Cristóvão dos Santos. Disponível em: <https://pe-az.com.br/editorias/biografias/l/913-luiz-crist%C3%B3v%C3%A3o-dos-santos> Acesso em: 14/06/2018.

Projeto Memória e História TRT/UFPE. Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/> Acessos em: jan.2018 - jun.2019.

PINTO, J. da S. Mapa topografico em que se mostram as terras que forão dos Reverendos Cõgregados desde a barra do Bituri pelo Rio Ipojuca a sima ate as suas massencas e do pôsso fundo pelo Rio Capibaribe a sima té a lagôa do Angu... (1813). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart515170/cart515170.jpg Acesso em: 20/01/2017.

Relatório Anual do Presidente da Província de Pernambuco, 1878, p. 49. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u651/> Acesso em: 07/11/2017.

Entrevistas

Agripino Rodrigues do Nascimento, 87 anos (Falecido). Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

Aliete Rodrigues Leite, 66 anos. Aldeia Vila de Cimbres, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 08/01/2017.

Anselma Maria da Conceição, “Dona Pretinha”, 78 anos. Bairro Caixa d’Água, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

Antônio Bezerra Vasconcelos, “Antônio Pequeno”, 75 anos (Falecido). Aldeia Cajueiro, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 30/07/2009.

Antônio Faustino da Silva, 81 anos. Aldeia Pão de Açúcar, Poção/PE, em 23/10/2010.

Bernadete Marinho, 62 anos. Aldeia Cajueiro, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 30/07/2009.

Cassiano Dias de Souza, “Seu Cassiano”, 81 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

Cecílio Santana Feitosa, 50 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

“**Dona Chica**”. Aldeia Mascarenhas, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 28/09/2008. (Entrevistador: Edson Silva).

José Alexandre dos Santos, “Zé de Alexandre”, 76 anos. Bairro Serrinha, Pesqueira/PE, em 14/12/2005. (Entrevistador: Edson Silva).

José Barbosa dos Santos, “Zé de Santa”, 70 anos. Aldeia Mascarenhas, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 10/01/2017.

José Carlos da Silva, “Zé Pedro”, 52 anos. Aldeia Passagem, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 19/10/2011.

José da Silva, “Seu Dedé”, 67 anos. Aldeia Passagem, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

José Gonçalves da Silva, “Zé Cioba”, 82 anos (Falecido). Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 18/12/2005. (Entrevistador: Edson Silva).

José Nunes da Rocha, 78 anos. Centro, Pesqueira/PE, em 28/09/2008. (Entrevistador: Edson Silva).

Josefa Amorim da Silva, 60 anos. Aldeia Passagem, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 19/10/2011.

Juvêncio Balbino da Silva, 76 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/2005. (Entrevistador: Edson Silva).

Manoel Francisco da Silva, “Seu Mané”, 80 anos. Aldeia Passagem, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 19/10/2011.

Maria de Fátima Timóteo Sobrinho, “Dona Socorro”, 60 anos. Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 31/07/2009.

Maria de Fátima Timóteo Sobrinho, “Dona Socorro”, 67 anos. Aldeia Lagoa, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

Maria de Jesus, 82 anos. Aldeia Pão de Açúcar, Poção/PE, em 23/10/2010.

Pedro Rodrigues Bispo, “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru, 82 anos. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 19/05/2012.

Pedro Rodrigues Bispo, “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru, 88 anos. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 12/07/2019.

Saturnino Alves Feitosa, 67 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

Saturnino Alves Feitosa, 76 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 09/01/2017.

Sebastião Francisco Rufino, “Tião Pedreiro”, 59 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 20/10/2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo/USP, v.13, n. 36, maio/ago. 1999 (Dossiê Nordeste Seco).

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

ALBUQUERQUE, U. P. de; ANDRADE, L. de. H. C. Uso de recursos vegetais da Caatinga: o caso do Agreste do Estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil). **Interciencia**. Julio, vol. 27, n.07, Caracas: Asociación Interciencia, 2002, p. 336-346.

ALMEIDA, M. R. C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. v.37, n.75.2, São Paulo, 2017, p. 1-22.

_____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. Os vassallos D'El Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental (1750-1798). **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 112, 1992, p. 63-85.

ALVEAL, C. M. O. De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.35, n.70, 2015, p.41-64.

AMADO, J; FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AMORIM, P. M. de. Acampesamento e proletarização das populações indígenas do Nordeste brasileiro. **Boletim do Museu do Índio: Antropologia**. n.º 2, Rio de Janeiro, maio, 1975, p. 1-19.

ANDRADE E SILVA, J. B. de. **Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A questão do território no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANNUARIO ESTATISTICO DE PERNAMBUCO. Anno I, 1927, Recife: Imprensa Industrial, 1928.

ANTUNES, C. **Índios de Alagoas: documentário**. Maceió: 1984.

ANTUNES, C. **Wakona-Kariri-Xukuru**: Aspectos Sócio-Antropológicos dos Remanescentes Indígenas de Alagoas. Maceió: UFAL/Imprensa Universitária, 1973.

AZEVEDO, A. E. L. de. **O Diretório Pombalino em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2004.

BARBALHO, N. **Caboclos do Urubá**: caminhos e personalidades da História de Pesqueira. Recife: CEHM, 1977.

BARBOSA, B. F. **Paranambuco: herança e poder indígena no Nordeste (séculos XVI-XVII)**. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2007.

BARROS, J. D. Considerações sobre o paradigma Positivista em História. **Revista Historiar**. Sobral: UVA, v.4, n.4 (jan./jun. 2011), 2010, p. 1-20.

BERNARDIN, P. **O Império ecológico ou a subversão da Ecologia pelo globalismo**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

BIAGGI, E. M. D. As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 2011, p. 1-19.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 11ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDÉ, G; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa/América, 1983.

BRASIL. **Nova delimitação do Semiárido brasileiro**. Brasília/DF: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BREMAN, J. **Of peasants, migrants and paupers: rural labour circulation and capitalist production in West India**. Delhi: Oxford University Press, 1985.

BURGOS, N. Solos do município de Pesqueira: um pouco de História e um desafio de geração a geração. In: SANTA CRUZ, P. *et al.* (Orgs.) **Pesqueira Secular: crônicas da velha cidade**. Recife: Editora Santa Cruz, 1980.

CALMON, P. **História da Casa da Torre**. Coleção Documentos Brasileiros, n.22, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939.

CÂMARA, M. A. da. **Memória sobre a cultura dos algodoeiros**. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

CARDIM, F. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Col. Brasiliana, vol. 168, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CARVALHO, M. J. M. de. A Mata Atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, Sécs. XVII-XIX. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**. N.25.2, Recife: UFPE, 2007, p. 249-266.

CASAL, M. A. de. **Corografia Brazilica**. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro (pão ou aço)**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI, B. **No tacho, o ponto desandou: História de Pesqueira, de 1930 a 1950**. Tese (Doutorado em História), Recife: UFPE, 2005.

CAVALCANTI, C. M. de L. **Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)**. 1979. Dissertação (Mestrado em Economia - PIMES). Recife: UFPE, 1979.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORREIA, R. C. *et al.* A região semiárida brasileira. In: VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011, p. 21-48.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

COUTO, D. do. L. **Desaggravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Biblioteca Nacional, 1904.

CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011.

CUNHA, M. C. da. Política Indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DABAT, C. R. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed. UFPE, 2007.

DANTAS, M. A. **Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no Aldeamento do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco (1860-1920)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2010.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIRECTORIO que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará e Maranhaõ em quanto Sua Majestade naõ mandar o contrario. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

DOMBRE, L. E. **Viagens do engenheiro Dombre ao interior da Província de Pernambuco, em 1874 e 1875**. Recife: Typ. De M. Figueirôa de F. e Filhos, 1893.

DRUMMOND, J. A. Ciência Socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, R. C; PELLEGRINI, S. A; DIAS, R. B. (Orgs.). **História, espaço e meio ambiente**. Maringá: ANPUH/PR, 2000, p. 11-42.

EGLER, W. A. O Agreste e os Brejos. **Boletim Geográfico**, n. 138, Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 294-306.

ESTEVÃO, C. O ossuário da "Gruta-do-Padre" em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. **Boletim do Museu Nacional**, XIV-XVII (1938-1941), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 151-184.

FAPESP. **Serra da Borborema: a origem da montanha.** Revista Pesquisa Fapesp, n.157, São Paulo: Fapesp, 2012, p. 1-3.

FEITOSA, R. J. R. **Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano: relações entre Indústria e Agricultura na produção de tomate em Pesqueira/PE.** 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: UFPE, 1985.

FERRAZ, S; BARBOSA, B. **Sertão: fronteira do medo.** Recife: Editora UFPE, 2015.

FERREIRA, L. de M. **São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império.** 2006. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2006.

FIAM/CEHM. **Livro da Criação da Vila de Cimbres: 1762-1867.** Recife: FIAM-CEHM/Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1985.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966).** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FREYRE, G. **Manifesto Regionalista de 1926.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1955.

GALINDO, B. F. C. **A cidade das chaminés: história da industrialização de Pesqueira.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Recife: Faculdade Boa Viagem, 2007.

GALVÃO, S. de V. **Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

GAMA, J. B. F. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco.** Tomos I, II, III. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1844.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, jan./dez. 1996, p. 17-30.

GOMES, F. P; NOGUEIRA, I. R. O regime de chuvas em Pesqueira. In: **Anais da ESALQ**, v.16, Piracicaba: USP, 1959, p. 135-138.

GONÇALVES, G. M. da S. **Agrotóxicos, saúde e ambiente na etnia Xukuru do Ororubá – Pernambuco.** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Recife: CPpAM/FIOCRUZ, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOHENTHAL, JR. W. Notes on the Shucurú indians of Serra do Ararobá, Pernambuco, Brasil. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série), vol. VIII, São Paulo, 1954, p. 93-166.

HONORATO, M. da C. **Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco**. Recife: Typographia Universal, 1863.

IAHGP. Primeira estrada de ferro em Pernambuco. **Revista do IAHGP**. v. 7, n. 46, 1894, p. 161-166.

IBGE. **Mapa do Semiárido Brasileiro** (2005). Disponível em: <http://www.ibge.com.br>
Acesso em: 20/01/2017.

Ideia da população da Capitania de Pernambuco e das suas Anexas (1774). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XL. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923.

Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XXVIII, Rio de Janeiro: Officinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908.

JORGE, A. A. de A. Notícias sobre os povos indígenas que estacionavam no território do atual Estado das Alagoas ou costumavam trazer as suas plagas repetidas correrias. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió: 1901, p. 67-87.

LEVINE, R. M. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, S. E. M; COUTINHO, M. do C. S. (Orgs.). **Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri**. 2ª ed. ampliada, Brasília/DF: FUNAG, 2016.

LINS, S. Poço do Pesqueiro... Pesqueira. In: SANTA CRUZ, P. *et al.* (Orgs.) **Pesqueira Secular: crônicas da velha cidade**. Recife: Editora Santa Cruz, 1980, p. 33-42.

LIRA, D. B. de. **Os índios Xukuru do Ororubá na ribeira do Rio Ipojuca (Pesqueira/Poçoão): ambiente, memórias e história (1986-2010)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2013.

LOMBARD, L. Explorações geográficas e geológicas. **Revista do IAHGP**, v. 12, n. 66, 1905, p. 89-111

LOPES, F. M. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2005.

LOPES, F. M. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Natal: IHGR, 2003.

MACIEL, J. de. A. **Pesqueira e o antigo termo de Cimbres**. Recife: FIAM/CEHM, 1980.

MARCIS, T. **A integração dos índios como súditos do Rei de Portugal**: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus (1758-1822). 2013. Tese (Doutorado em História). Salvador: UFBA, 2013.

MEDEIROS, M. do. C. **Igreja e dominação no Brasil escravista**: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830). João Pessoa: Idéia, 1993.

MEDEIROS, R. P. de; MUTZENBERG, D. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. In: SILVA, E. *et. al.* (Orgs.). **História ambiental e História indígena no Semiárido brasileiro**. Feira de Santana: UEFS, 2016.

MELLO, J. A. G. de. Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802). In: MELLO, J. A. G. de. **Da Inquisição ao Império**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, p. 87-113.

MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.

MELO, B. K. S. M. de. Entre franciscanos e beneditinos: o caso de Domingos do Loreto Couto (1696-1762). In: **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 34.1, Recife: UFPE, 2016, p. 207-226.

MELO, M. Etnografia pernambucana: os Xucurus de Ararobá. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico pernambucano**, v. 33, n. 155-158, 1933, p. 43-45.

MELO, M. L. de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2. ed. Recife: Cepe, 2012.

_____. **Os Agrestes**. Recife, SUDENE, 1980.

MELO, P. C. T. **Desenvolvimento tecnológico para o cultivo do tomateiro de mesa em condições agroecológicas tropicais e subtropicais**. 2017. Tese (Livres-Docência em Produção Vegetal). Piracicaba: ESALQ/USP, 2017.

_____. Agroindústria de tomate no Brasil: 100 anos de história e evolução. In: **7º Congresso Brasileiro de Tomate Industrial**. Palestra. Goiânia: UFG, 2014.

MELO, P. de O. **Pesqueira, espaço e tempo: subsídios para a geografia e a história de Pesqueira**. 2ª ed. Olinda: L. A. Gráficas, 2002.

_____. **Pesqueira, espaço e tempo: subsídios para a geografia e a história de Pesqueira**. Pesqueira: Interlink, 1999.

MENEZES, M. A. de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

_____. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Estratégias de reprodução Social. Volume 2, São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

MONTE, E. História ambiental de um brejo de altitude (Pesqueira/PE) a partir das memórias do povo Xukuru do Ororubá. In: SILVA, E; SANTOS, C. A; OLIVEIRA, E. G. (Orgs.). **História ambiental: recursos naturais e povos tradicionais no Semiárido nordestino**. Curitiba: Appris, 2017a, p. 183-207.

_____. História e memórias de migrações no Nordeste indígena: o “vaivém” dos Xukuru do Ororubá (Pesqueira/PE). **Mnemosine**. Campina Grande: UFCG, v. 7, nº 1, jan./mar., 2016, p. 32-52.

_____. “A Caatinga guardiã da água”: apontamentos sobre as águas no Sertão do Pajeú/PE. **Blog é do Mundo**. 2017b, p. 1-3. Disponível em: <http://edmundomonte.com.br/producao-textual/> Acesso em: 10/10/2017.

_____. História Ambiental do(s) Agreste(s) de Pernambuco: as ações humanas no ambiente natural sob a ótica dos indígenas e dos estudos acadêmicos (Séculos XIX-XX). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.23, 2014, p. 99-125.

_____. **Migrações Xukuru do Ororubá: memórias e História (1950-1990)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2012.

_____. Na floresta, no campo ou na cidade? Lugares indígenas. 2014. In: MONTE, E; SILVA, E. **Índios no Nordeste: informações sobre os povos indígenas**. Disponível em: <https://indiosnonordeste.com.br/2014/08/01/na-floresta-campo-ou-na-cidade-lugares-indigenas/> Acesso em: 26/04/2016.

_____. Xukuru: de caboclos e “remanescentes” a índios da Serra do Ororubá. In: **Anais do II Seminário Poderes e Sociabilidades na História**. Recife: UFPE, 2010. (p. 1-14). Disponível em: <https://edmundomonte.com.br/producao-textual/> Acesso em: 15/05/2018.

MONTE, E; SILVA, E. **Índios no Nordeste: informações sobre os povos indígenas**. 2012. <<https://www.indiosnonordeste.com.br>>. Acessos entre: 2014-2018.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre Docência em Etnologia). Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, A. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 237-249.

_____. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, R; CASTELLO BRANCO, M. L. G; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 4, 2005, p. 121-133.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

OLIVEIRA, E. G. da S. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no sertão pernambucano**. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: UFCG, 2014.

OLIVEIRA, J. P. de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 653-687.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 47-77.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, K. E. de. **Guerreiros do Ororubá**. O processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru. Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa: UFPB, 2006.

OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia**: do século XV aos nossos dias. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PARAÍSO, M. H. B. **O tempo da dor e do trabalho**: a conquista dos territórios indígenas nos Sertões do Leste. Salvador: Edufba, 2014.

_____. Construindo o Estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**. Vol.28.2, Recife: UFPE, 2010, p. 1-17.

PERRIER, R. Peixe fecha as portas e deixa rastro de saudade em Pesqueira. **Jornal do Comercio**. Recife, 09/05/1999. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/1999/0905/rg0905a.htm> Acesso em: 10/11/2017.

PERRONE-MOISÉS. B. **Legislação indigenista colonial**: inventário e índice. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: UNICAMP, 1990.

PINTO, E. **Os indígenas do Nordeste**: organização e estrutura social dos indígenas do Nordeste brasileiro. São Paulo: Nacional, 1938, v. 2.

_____. **Os indígenas do Nordeste**: introdução ao estudo da vida social dos indígenas do Nordeste brasileiro. São Paulo: Nacional, 1935, v.1.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMPA, C. As muitas línguas da conversão: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2001, p. 27-44.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

PROENÇA, I. R. **Cimbres, o passado e o presente**. Armamar: Portugal, Edição do autor, 2007.

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec / Edusp, 2002.

QUÉRETTE, L. **A Virgem Maria também apareceu em Pernambuco: um estudo antropológico do Santuário de Nossa Senhora das Graças, na Aldeia Guarda, em Cimbres (Pesqueira-PE)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

REIS, J. C. O Historicismo: a redescoberta da História. **Locus: Revista de História**. v.8, n.1, Juiz de Fora: UFMG, 2002, p. 9-27.

_____. **A História, entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

REVISTA DA CIDADE. Recife: Oficinas Próprias, n.163, Anno IV, 1929.

REVISTA DA CIDADE. Recife: Oficinas Próprias, n.84, Anno II, 1927.

REVISTA DE PERNAMBUCO. Recife: Publicações Officiaes do Estado de Pernambuco, Ano 3, n. 25, 1926.

Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. Tomo XIX, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Progresso, 1959.

SAINT-ADOLPHE, M. de. **Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil**. Tomo Segundo. Paris: Casa de J. P. Aillaud, 1845.

SALDANHA, S. M. **Fronteiras dos sertões: conflitos e resistência indígena em Pernambuco na época de Pombal.** Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2002.

SALES, T. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SALVADOR, F. V. do. **História do Brasil: 1500-1627.** 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SAMPAIO, P. M. M. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007, p. 39-55.

SANTA CRUZ, P. *et al.* (Orgs.) **Pesqueira Secular: crônicas da velha cidade.** Recife: Editora Santa Cruz, 1980.

SANTOS, H. C. O. **Dinâmicas sociais e estratégias territoriais: a organização social Xukuru no processo de retomada.** Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 2009.

SANTOS, L. C. dos. **Caminhos do Sertão: crônicas.** Recife: UFPE, 1970.

_____. **Caminhos do Pajeú.** Recife: Editora Nordeste, 1954.

_____. **Carlos Frederico Xavier de Britto: o bandeirante da goiaba.** Recife: Oficinas Gráficas Folha da Manhã, 1953.

SANTOS, M. O. dos. **Eu, a Fábrica Peixe e Pesqueira.** Pesqueira: Ed. do Autor, 2008.

SANTOS, T. E. M. *et al.* Efeito das condições de superfície na erosão e umidade do solo. **Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.** Campo Grande: ABRH, 2009, p. 1-12.

SCHAFFNER, J. A. Rural labor legislation and permanent agricultural employment in Northeastern Brazil. **World Development**, v. 21, nº. 5, 1993, p. 705-719.

SETTE, H. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais.** Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

SHARPE, J. História vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

SILVA, D. **Do quintal para o mundo**. Recife: Edições Edificantes, 2006.

SILVA, E. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE)**, 1950-1988. Recife: Editora UFPE, 2014.

_____. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira/PE - 1961). Revista Crítica Histórica, v. 1, n. 2, Maceió: UFAL, 2010, p. 101-114.

_____. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE)**, 1950-1988. 2008. Tese (Doutorado em História Social). Campinas: UNICAMP, 2008.

_____. "Nós vencemos a Guerra!" História, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n.25.2, Recife: UFPE, 2007, p. 39-65.

_____. **O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terra e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada/PE (1860-1880)**. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1995.

SILVA, E; MONTE, E. Índios Xukuru do Ororubá: migrações, trabalho e fronteiras entre o campo e a cidade. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, Recife: UFPE, v. 31, n.1, 2013, p. 1-19.

SILVA, K. V. P. da. **“Nas solidões vastas e assustadoras”**: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2003.

SILVA, M. D. P. da. **A temática indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental: um estudo das práticas curriculares docentes em Pesqueira/PE**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Caruaru: CAA/UFPE, 2015.

SILVA, M. E. F. da. **A (Des) territorialização do povo Xukuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios/AL**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Aracajú: UFS, 2004.

SMITH, R. A Presença da componente populacional Indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na segunda metade do século

XVIII. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002, p. 1-35.

SOARES, S. F. **Elementos de Estatística Commercial do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

SOBRINHO, P. Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo XLVIII, 1934, p. 7-28.

SOUZA, V. F. P. e. **As fronteiras do ser Xukuru**: estratégias e conflitos de um grupo indígena no Nordeste. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 1992.

SUAREZ, M. T. S. de M. **Cassacos e corumbas**. São Paulo: Ática, 1977.

TABARELLI, M; SANTOS, A. M. M. Uma breve descrição sobre a História Natural dos brejos nordestinos. In: PÔRTO, K. C; CABRAL, J. J. P; TABARELLI, M. (Orgs.). **Brejos de Altitude em Pernambuco e Paraíba**: História Natural, Ecologia e Conservação. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 17-24.

TABOSA, M. L. M. **Um novo olhar para o reconhecimento dos bens industriais**: o caso da Fábrica Peixe. 2018. Dissertação (Desenvolvimento Urbano). Recife: UFPE, 2018.

TEENSMA, B. N. **O directorado do predicante Jodocus Van Stetten no ano 1645 sobre uma suposta mina de prata nas margens do rio Sucuru na Paraíba**. Palestra. Natal: UFRN, 07/out., 2010.

THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: NEGRO, A. L. e SILVA, S. (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 185-201.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALE, E. C. **“Operários! Uni-vos!”**: experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945). Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2018

_____. **Tecendo fios, fazendo história:** a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: UFC, 2008.

VALLE, S. M. **A perpetuação da conquista:** a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1992.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização.** Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1971.

VILLA, M. A. **Vida e morte no Sertão:** história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001.

WILSON, LUÍS. **Ararobá lendária e eterna:** notas para a História de Pesqueira. Pesqueira: Prefeitura Municipal, 1980.

WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n.2, 2002, p. 23-44.

APÊNDICE – Roteiro para entrevistas

Os Xukuru do Ororubá e a agroindústria em Pesqueira/PE.

- 1) Qual o seu nome completo?
- 2) Como é conhecido/a?
- 3) Qual a sua idade?
- 4) Onde você nasceu? Onde vive atualmente?
- 5) Como foi sua infância? Trabalhou durante a infância/adolescência?
- 6) Fale um pouco sobre a família... Quem lhe criou? Quantos irmãos/ãs?
- 7) Moravam em algum sítio/terra própria?
- 8) Sua família chegou a passar necessidades/alimentação?
- 9) O que faziam em épocas de secas para se alimentar?
- 10) Em que trabalhou na vida?
- 11) Trabalhou fora de Pesqueira? Onde e em quê?
- 12) Você ou alguém da família trabalhou/morou em outra cidade/estado?
- 13) Como era o trabalho?
- 14) Você ou alguém da família trabalhou em plantios de tomates para as fábricas em Pesqueira?
- 15) Como era o trabalho? Financeiramente, valia a pena trabalhar nos plantios? Assinavam a Carteira de Trabalho?
- 16) Você ou sua família produziam/vendiam frutas para as fábricas?
- 17) Como levavam a produção familiar para as fábricas na cidade?
- 18) Você ou alguém da família trabalhou nas fábricas em Pesqueira? Como fazia para se deslocar até a fábrica?
- 19) Em que ano? Trabalhou por quanto tempo?
- 20) Assinavam sua Carteira de Trabalho?
- 21) Como era o serviço? Financeiramente, valia a pena?
- 22) Gostava de trabalhar nas fábricas?
- 23) Trabalhou em qual ou quais turnos?
- 24) Trabalhavam muitos índios nas fábricas?
- 25) Eram fichados ou clandestinos?
- 26) E sobre o trabalho noturno? Como era o trabalho?
- 27) Na/s fábrica/s, quantas horas você trabalhava por dia?

- 28) Sobre as fábricas, há algo mais que gostaria de comentar?
- 29) Vamos falar um pouco sobre a Serra do Ororubá... Antigamente, havia mais ou menos matas fechadas?
- 30) E sobre as águas, havia nascentes?
- 31) Como faziam para conseguir água? E nas épocas de poucas chuvas?
- 32) E sobre plantas nativas para o consumo, poderia falar algo? E animais, você ou alguém da família caçava para se alimentar? Quais eram os animais?
- 33) Utilizavam plantas para se curar ou prevenir doenças? Quais e para quê essas plantas serviam?
- 34) Como eram as casas/moradas antigamente na Serra do Ororubá? Utilizavam madeira/recursos naturais para fazer ou cobrir suas casas?
- 35) Utilizavam lenha para cozinhar?
- 36) Sabe o nome das plantas/árvores que vocês utilizavam como lenha para cozinhar etc.?
- 37) Faziam cestos ou balaios para comercializar? Qual a matéria-prima utilizada?
- 38) Os proprietários das fábricas tinham fazendas na Serra do Ororubá?
- 39) Havia muito desmatamento por parte das fábricas? Por quê?
- 40) E animais, os donos das fábricas possuíam criações? De quê?
- 41) Como alimentavam esses animais?
- 42) Os donos das fábricas plantavam outras árvores quando desmatavam?
- 43) Sabe os nomes dessas árvores?
- 44) Sobre os recursos naturais antigamente, há algo mais que você queira falar?
- 45) E os mais antigos da família, o que falavam sobre a natureza na Serra do Ororubá?

ANEXO A

Crônica do Pe. Olímpio Torres

(Publicada no jornal *A voz de Pesqueira*, em 14/06/1953)

Serra do Ororubá

O inverno chegou: a serra vestiu-se outra vez. Como doía no coração da gente ver a Serra do Ororubá assim maltratada pelo sol. Doía-nos o olhar aquele panorama de fome. Pedras e lajedos, em vez do manto que foi sempre a veste magnífica da serra-mãe dos pesqueirenses.

O inverno chegou, e a maltrapilha de semana atrás, revestida hoje de folhas, adornada de flores, faz lembrar o que ela foi outrora: quase uma rainha. Se não era uma rainha, era uma mãe. Não faz muitos anos, a Serra do Ororubá era ainda um celeiro.

Era com orgulho que se atravessava o planalto, que se descia às ladeiras por entre o arvoredo de café carregado de frutas vermelhas como sangue, enquanto cigarras chiavam na grotá, lá embaixo.

A Serra era um pomar: café, mandioca, frutas em abundância e cana, que fazia inveja aos engenhos do litoral. Hoje o panorama é outro e Pesqueira é uma cidade faminta.

Caminha-se léguas para se ver alguns pés de café ou uma tarefa de roça. Em vez dos engenhos, taperas. Em vez do canavial, vazantes de capim. Em vez de milhares de habitantes de barriga cheia, milhares de bois, de barriga cheia...

Coisas do tempo... Passou a era humana e veio a bovina. Violenta como a invasão dos vândalos, destruindo sítios de fruteiras, pondo em fuga os habitantes, fazendo tudo quanto existia um imenso curral onde impera invencível, senhor absoluto, Sua Majestade – o Boi.

Se não é motivo para vergonha, seja para inveja nossa que Triunfo, muitas vezes menor do que Pesqueira, é um município rico, um oásis de fartura no Sertão. Ali a serra é de todos. A terra dá um pedaço para cada família e, de uma ponta a outra do município, fumegam os seus cento e cinquenta engenhos e trezentas casas de farinha.

Ali, quem possui uma vaca, tem-na amarrada, porque é preciso aproveitar a terra para produção da lavoura. A lavoura próspera, os engenhos de pau são

substituídos por outros de ferro e a Serra de Triunfo continua a alimentar os seus filhos... e os seus filhos dos outros.

O nosso caminho é inverso. Voltamos para era do Boi. Os agricultores são empurrados para a ribeira estéril, se não querem ser operários na cidade. E o município, que outrora se bastava a si mesmo e ainda abastecia outros mercados, hoje é quase faminto e dentro pouco tempo estará importando até maxixe.

ANEXO B

Processos Trabalhistas (Pesqueira/PE) contra a Fábrica Peixe e a Fábrica Rosa, deferidos ou conciliados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6), na década de 1970.⁵¹²

PROCESSO: 0005

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1971
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Não
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Deferido
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Adv. Reclamante: Dr. Osias Burgo

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: José Vitalino de Souza e Outros
Gênero: Masculino
Nacionalidade: Brasileiro
Endereço: Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Número Documento: CP 20.157 série 74ª
Analfabeto: Não

⁵¹² Nos diversos Processos, as reclamações trabalhistas compreendem quase sete décadas de demandas por direitos dos trabalhadores (1908-1976), na agroindústria em Pesqueira/PE. Ver: **Projeto Memória e História TRT/UFPE**. Disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br/> Acessos em: jan.2018 - jun.2019.

Sindicalizado: Não

Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física

Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a – Indústrias de Doces e

Endereço: Praça Comendador José Didier, Pesqueira, PE

Tipo Documento: Outro

Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário

Férias

FGTS

Indenização

Salário Família

RESUMO

"José Vitalino de Souza e outros (6), todos residentes na cidade de Pesqueira, moveram reclamação trabalhista contra a Fábrica Rosa S/A – Indústrias de Doces e Conservas José Didier estabelecida no referido município em 15 de setembro de 1971. Alegaram os reclamantes que foram demitidos, sem justa causa e aviso prévio. Neste âmbito, reivindicam: INDENIZACAO por tempo de serviço, DECIMO_TERCEIRO_SALARIO, FERIAS proporcionais, depósito do FGTS e SALARIO_FAMILIA. Durante a primeira audiência, ocorrida em outubro de 1971, o Sr. Ruy Barreto da Rocha, preposto da reclamada, contestou a reclamação alegando que o pedido de aviso prévio, DECIMO_TERCEIRO_SALARIO e FERIAS proporcionais era improcedente, visto que os trabalhadores foram contratados para o período de safra e quando concluído o serviço foram dispensados. Já em relação ao SALARIO_FAMILIA é indevido, pois não foram apresentadas as certidões de nascimento dos filhos. Em novembro de 1971 resolveu a JCJ-Pesqueira julgar procedente a reclamação condenando a Fábrica Rosa a pagar ao reclamante José Vitalino de Souza a quantia de Cr\$1.098,72 (um mil e noventa e oito cruzeiros e setenta e dois centavos). Aos demais reclamantes foram pagas quantias variáveis."

PROCESSO: 0007

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1971

Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Não
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Deferido
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Adv. Reclamante: Dr. Francisco de Assis Moura
Adv. Reclamado: Dr. José Luiz Leal Libonati

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: José Rosendo da Silva
Gênero: Masculino
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão/Atividade: Servente
Endereço: Rua Manoel Borba nº 43, Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Número Documento: CP - 20.164 série 74
Analfabeto: Não
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Industrias Alimentícias Carlos de Brito
Endereço: Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário

Aviso Prévio

Férias

Indenização

RESUMO

"José Rosendo da Silva, brasileiro, servente, residente à rua Manoel Borba nº 43, cidade de Pesqueira, moveu reclamação trabalhista contra Fábrica Peixe – Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S.A estabelecida à Avenida Cel. Carlos de Brito nº 64/186 localizada no referido município. O reclamante afirmou que entrou para o serviço da reclamada em março de 1949 onde trabalhou até dezembro de 1965, quando foi demitido. Recebia semanalmente uma quantia de Cr\$7.000 (sete mil cruzeiros), solicitou o registro em sua carteira profissional, entretanto, seu pedido foi negado. Neste âmbito, reivindicou: aviso prévio, INDENIZACAO e ANOTACAO_CP. Durante a primeira audiência, ocorrida em agosto de 1966, o advogado da reclamada, Dr. Aurélio Agostinho, apresentou sua contestação afirmando que o reclamante foi empregado safreiro da reclamada em diversos períodos e que estes foram devidamente anotados em sua carteira profissional, tendo o último em 29 de setembro de 1962. Já o advogado do reclamante, Dr. Ivan de Araújo Bezerra, alega que durante o período de 1949 até 1962, o reclamante atuou em serviços de construção para a reclamada. Em seguida foram ouvidas 2 testemunhas do reclamante: Severino Bezerra da Silva e João Francisco de Oliveira que confirmaram ter o reclamante trabalhado para a Fábrica Peixe no período apontado atuando no serviço de construção. Em junho de 1968 resolveu a Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira julgar procedente em parte a reclamação condenando a Indústria Alimentícia Carlos de Brito S/A a 20 meses de INDENIZACAO, 6 meses de FERIAS e 3 meses de DECIMO_TERCEIRO_SALARIO. Em julho do mesmo ano, José Rosendo da Silva, moveu Recurso Ordinário contestando a decisão da JCJ-Pesqueira, sob o argumento de que por ser um empregado estável na empresa, o ato indenizatório deveria ser transformado em reintegração. Em setembro de 1968, a Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região publicou parecer no qual afirmou que os autos em diligência devem ser voltados para JCJ-Pesqueira para que a reclamada possa contestar o recurso interposto pelo reclamante. No mesmo mês, o Tribunal Regional do Trabalho 6ª região, publicou certidão de julgamento onde resolveu, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, acolher a preliminar emitida e assim fazer com que o processo seja convertido em diligência para que a reclamada possa apresentar suas contestações. Em contestação emitida pelo seu advogado, José Nicodemos Cavalcanti de Oliveira, a Fábrica Peixe alega que a sentença emitida pela reclamada não informou a quantia a ser paga ao reclamante e se restringiu apenas a ANOTACAO_CP. Em novembro do mesmo ano a Procuradoria Regional emitiu um novo parecer informando que opina pela rejeição da preliminar de intempestividade do recurso do empregador e quanto ao recurso do reclamante aguarda o pronunciamento do egrégio tribunal. Em dezembro de 1968, o TRT 6ª Região, publicou certidão de julgamento onde resolveu, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, rejeitar a preliminar de intempestividade do recurso da reclamada, levantada pelo reclamante e dar provimento, em parte, ao recurso da reclamada para limitar a condenação aos termos do pedido inicial de ANOTACAO_CP, prejudicado o recurso de José Rosendo da Silva."

PROCESSO: 0021

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1971
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Não
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Deferido
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Adv. Reclamante: Dr. Ozias Burgos

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Cicero Gomes do Nascimento
Gênero: Masculino
Nacionalidade: Brasileiro
Endereço: Rua Serrinha nº 33, Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Número Documento: CP - 60.350 série 201
Analfabeto: Não
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a – Indústrias de Doces e
Endereço: Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário

Aviso Prévio

Férias

RESUMO

"Cícero Gomes do Nascimento, brasileiro, residente à Rua Serrinha nº 33, cidade de Pesqueira, moveu ação trabalhista contra a Fábrica Rosa S/A – Indústrias de Doces e Conservas José Didier, estabelecida na referida cidade em 17 de setembro de 1971. O reclamante afirmou que entrou para o serviço da reclamada em abril de 1969 onde trabalhou até agosto do mesmo ano, quando foi demitido. Na primeira audiência, ocorrida em março de 1970, a reclamada não esteve presente, mesmo com essa ausência, a Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira DECIDIU julgar a reclamação procedente, condenando a reclamada a pagar a quantia de NCr\$114,14 (cento e quatorze cruzeiros novos e quatorze centavos) ao reclamante."

PROCESSO: 0023

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1971

Tipo: Reclamação Trabalhista

Ação Coletiva: Não

Qtd. Reclamantes: 1

JCJ: Pesqueira

Resultado: Deferido

Processo Incompleto: Não

Recurso: Não

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física

Nome/Razão Social: Antonio Maciel de Lima

Gênero: Masculino

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado

Profissão/Atividade: Industriário

Endereço: Sítio Boa Vista, Pesqueira, PE

Tipo Documento: Outro

Número Documento: CP - 40.993, Série 10a.

Analfabeto: Não

Sindicalizado: Não

Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física

Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a – Indústrias de Doces e

Endereço: Pesqueira, PE

Tipo Documento: Outro

Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário

Diferença Salarial

Férias

Salário Família

RESUMO

"Antônio Maciel de Lima, brasileiro, casado, industriário, aposentado, residente no sítio Boa Vista, cidade de Pesqueira, moveu ação trabalhista contra a Fábrica Rosa S/A – Indústrias de Doces e Conservas José Didier, estabelecida no referido município em 17 de setembro de 1971. O reclamado afirma que havia se aposentado por motivos de doença em novembro de 1968, porém não recebeu o DECIMO_TERCEIRO_SALARIO, FERIAS, SALARIO_FAMILIA e DIFERENCA_DE_SALARIO. Neste âmbito, reivindicou todos os direitos citados que não foram cumpridos pela reclamada. Na audiência ocorrida em março de 1970, a reclamada não esteve presente, mesmo com essa ausência, a Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira julgou a reclamação procedente, condenando a reclamada a pagar a quantia de Cr\$303,79 (trezentos e três cruzeiros e setenta e nove centavos). Em junho de 1970, o reclamante faleceu e sua viúva Inez Batista Maciel notifica a JCJ-Pesqueira para que a reclamada cumpra com que foi estabelecido em sentença, acrescidos os juros de mora e correção monetária. A Fábrica Rosa S/A foi notificada pela Junta e por não possuir o valor referente a INDENIZACAO, teve que penhorar uma máquina de escrever e 150 latas de doce de goiaba para custear o pagamento da INDENIZACAO. Em março de 1972, a viúva compareceu a secretaria da JCJ-Pesqueira e recebeu a quantia de Cr\$332,64 (trezentos e trinta e dois cruzeiros e sessenta e quatro centavos) e em outubro do mesmo ano recebeu a segunda parcela da condenação, de Cr\$ 195,64 (cento e noventa e cinco cruzeiros e noventa e quatro centavos)."

PROCESSO: 0031**DADOS DO PROCESSO**

Ano: 1973
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Não
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Conciliado
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Juiz: Dra. Ignez de Azevedo Guedes
Adv. Reclamante: Dr. Francisco de Assis Moura
Adv. Reclamado: Dr. José Luiz Leal Libonati
Data Inicial: 07/02/1973
Data Final: 24/01/1974

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: João Alexandre da Silva
Nacionalidade: Brasileiro
Estado Civil: Casado
Profissão/Atividade: Agricultor
Endereço: Sítio Boa Vista
Cidade: Pesqueira-PE
Tipo Documento: Outro
Número Documento: 2577
Analfabeto: Não

Sindicalizado: Não

Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Jurídica
Nome/Razão Social: Fábricas Peixe
Nacionalidade: Brasileira
Profissão/Atividade: Indústria de Alimentos
Endereço: Avenida Coronel Carlos de Brito
Número: 64/ 186
Cidade: Pesqueira-PE

Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

José Cordeiro de Melo

Sebastião Bezerra da Silva

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário

Aviso Prévio

Diferença Salarial

Férias

Indenização

RESUMO

João Alexandre da Silva, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Boa Vista, Pesqueira, moveu ação trabalhista contra as Industrias Alimentícias Carlos de Britto S/A - Fábricas Peixe, estabelecida na referida cidade. O reclamante afirmou que foi admitido em abril de 1958 e trabalhou até dezembro de 1972, quando foi demitido. Em 1962 passou para a condição de 'parceiro' da reclamada, realizava atividades em conjunto com sua família e recebia semanalmente a quantia de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). O requerente afirmou que foi demitido sem aviso prévio ou qualquer espécie de indenização por tempo de serviço. Neste âmbito, reivindicou: aviso prévio e indenização por tempo de serviço. Depois de realizadas algumas audiências, ouvidas as partes e apresentadas as provas, os litigantes entraram em acordo em janeiro de 1974. A reclamada concordou em pagar a quantia de Cr\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros) como liquidação dos direitos decorrentes do contrato de trabalho.

PROCESSO: 0035**DADOS DO PROCESSO**

Ano: 1972
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Sim
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Deferido
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Adv. Reclamante: Dr. Ozias Burgos
Adv. Reclamado: Maria Socorro Cordeiro dos Santos

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: José Lopes Pimentel e Outros (ação Coletiva)
Nacionalidade: Brasileiro
Endereço: Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Número Documento: "José Lopes Pimentel - CP 93686 série
Analfabeto: Não
Valor da Remuneração: Cr\$ 180,00/Mensal
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S/a -
Endereço: Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro

Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

RESUMO

José Lopez Pimentel e outros (9), todos brasileiros, casados, residentes em Pesqueira, moveram ação trabalhista contra as Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S/A – Fábrica Peixe em julho de 1971. Os reclamantes afirmam que foram demitidos sem justa causa e nenhum tipo de INDENIZACAO ou aviso prévio. Neste âmbito, reivindicam sua reintegração imediata visto que são trabalhadores estabilizados da empresa. A Fábrica Peixe concordou em reintegrar os requerentes.

PROCESSO: 0079

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1973

Tipo: Reclamação Trabalhista

Ação Coletiva: Não

Qtd. Reclamantes: 1

JCJ: Pesqueira

Resultado: Procedente em Parte

Processo Incompleto: Não

Recurso: Sim

Recurso Status: Improcedente

Juiz: Dr. Heraclito Buarque

Data Inicial: 03/04/1973

Data Final: 30/03/1976

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física

Nome/Razão Social: Albérico Nunes dos Santos

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão/Atividade: Mecânico
Endereço: Travessa da Madre de Deus
Número: 57
Cidade: Pesqueira-PE
Tipo Documento: CTPS
Número Documento: 85.728
Comp. Documento: série 19a
Analfabeto: Não
Tipo da Remuneração: Diária
Valor da Remuneração: Cr\$ 71,09
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Jurídica
Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a
Profissão/Atividade: Industria
Cidade: Pesqueira-PE
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Moacyr Oliveira Souza

Antenor Cintra

José Ferreira da Silva

Testemunhas do Reclamado:

Carlos José Bezerra de Menezes

Joaquim Donato Filho

Djalma Menezes Ramos

OBJETIVOS

Aviso Prévio

Férias

Indenização

Salário Atrasado

RESUMO

Albérico Nunes dos Santos, brasileiro, mecânico, residente no município de Pesqueira, moveu ação trabalhista contra a Fábrica Rosa S/a estabelecida na referida cidade. O reclamante afirmou que foi admitido em fevereiro de 1965 e trabalhou até fevereiro de 1973, quando foi demitido. Não era optante pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e recebia diariamente a quantia de Cr\$ 71,09 (setenta e um cruzeiros e nove centavos). O requerente informou que foi demitido sem aviso prévio ou qualquer espécie de indenização por tempo de serviço. Depois de realizadas algumas audiências, apresentadas as provas e ouvidas as testemunhas, a Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira, decidiu em dezembro de 1973, julgar a reclamação procedente em parte, condenando a reclamada a pagar a quantia de Cr\$ 2.064,00 (dois mil e sessenta e quatro cruzeiros) ao requerente referentes aos salários retidos e férias. Em janeiro de 1974, inconformado com a decisão da JCJ-Pesqueira, o reclamante moveu Recurso Ordinário no Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região. Em maio de 1974, a Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª região publicou parecer no qual afirma que a sentença recorrida merece provimento em parte, e condenou a reclamada ao pagamento de indenização e aviso prévio. Em julho de 1974, o TRT 6ª Região, publicou certidão de julgamento onde resolveu, por maioria, negar o provimento do recurso por intempestivo. Em agosto de 1974, o reclamante recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, solicitando o Recurso de Revista. Em janeiro de 1975, a Procuradoria Geral do Trabalho publicou parecer que fosse conhecido e provido o Recurso de Revista. Em março de 1976, o Tribunal Superior do Trabalho, publicou certidão de julgamento onde resolveu, por unanimidade, negar o recurso. O reclamante apelou mais uma vez e foi negado.

PROCESSO: 0092

DADOS DO PROCESSO

Ano:	1971
Tipo:	Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva:	Não
Qtd. Reclamantes:	1
JCJ:	Pesqueira
Resultado:	Deferido
Processo Incompleto:	Não
Recurso:	Não
Adv. Reclamante:	José Augusto Simões Magalhães
Adv. Reclamado:	Luis Cesar Filho

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física

Nome/Razão Social: Sebastião Severino de Lima
Gênero: Masculino
Nacionalidade: Brasileiro
Estado Civil: Casado
Profissão/Atividade: Administrador
Endereço: Fazenda Viração, Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Analfabeto: Não
Valor da Remuneração: Cr\$ 16,50/Semanal
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a Indústria de Doces e Conservas
Endereço: Avenida Comendador José Didier nº
Tipo Documento: Outro
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:
Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário
Anotação CP
Diferença Salarial
Férias
Hora Extra
Repouso Semanal

RESUMO

"Sebastião Severino de Lima, casado, administrador, residente na Fazenda Viração, Pesqueira – PE, apresentou reclamação trabalhista contra a Fábrica Rosa S/A, estabelecida na Avenida Comendador José Didier nº 166/308, mesmo município. Alegou o reclamante que foi admitido em maio de 1953 para exercer o cargo de administrador na Fazenda Viração. Durante o período

que prestou serviços a reclamada não teve sua Carteira Profissional assinada, nem alguns direitos trabalhistas cumpridos tais como: INDENIZACAO, FERIAS, adicional noturno, entre outros. A JCJ-Pesqueira julgou o processo procedente responsabilizando a empresa a pagar a quantia de Cr\$42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) em 5 (cinco) prestações iguais. A fábrica moveu um Recurso Ordinário no Tribunal Regional do Trabalho da 6^o Região, contudo a decisão da Junta foi mantida."

PROCESSO: 0093

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1971

Tipo: Reclamação Trabalhista

Ação Coletiva: Não

Qtd. Reclamantes: 1

JCJ: Pesqueira

Resultado: Deferido

Processo Incompleto: Não

Recurso: Não

Adv. Reclamante: José Augusto Simões Magalhães

Adv. Reclamado: Luis Cesar Filho

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física

Nome/Razão Social: José Teixeira de Carvalho

Gênero: Masculino

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado

Profissão/Atividade: Administrador

Endereço: Fazenda Viração, Pesqueira, PE

Tipo Documento: Outro

Analfabeto: Não

Valor da Remuneração: Cr\$ 16,50/Semanal

Sindicalizado: Não

Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a Indústria de Doces e Conservas
Endereço: Avenida Comendador José Didier nº
Tipo Documento: Outro
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário

Diferença Salarial

Férias

Repouso Semanal

RESUMO

"José Teixeira de Carvalho, casado, administrador, residente na Fazenda Viração, apresentou reclamação trabalhista contra a Fábrica Rosa S/A, estabelecida na Avenida Comendador José Didier nº 166/308, no mesmo município. Alega o reclamante que foi admitido em junho 1945 exercendo a função de administrador. Durante o período que trabalhou nunca teve seus direitos trabalhistas cumpridos, tais como: FERIAS, INDENIZACAO, DECIMO_TERCEIRO_SALARIO entre outros. Resolveu a Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira declarar procedente a ação responsabilizando a reclamada a pagar a quantia de Cr\$1.200,50 (mil e duzentos cruzeiros e cinquenta centavos) ao solicitante. A Fábrica Rosa recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região e o mesmo resolve, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, negar provimento ao recurso apresentado, confirmando a decisão proferida pela JCJ."

PROCESSO: 0095

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1971
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Não
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira

Resultado: Deferido
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Adv. Reclamante: Ozias Burgos
Adv. Reclamado: José Nicodems Cavalcanti/ M^a do Socorro

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: José Soares da Silva
Gênero: Masculino
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão/Atividade: X
Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Número Documento: Carteira Profissional nº 91.241, série 92
Analfabeto: Não
Valor da Remuneração: Cr\$ 303,78/Mensal
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Indústrias Carlos de Britto S/a - Fábricas Peixe
Endereço: Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:
Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

Anotação CP

RESUMO

"José Soares da Silva, portador da Carteira Profissional nº 91.241, série 92, residente na Avenida Joaquim Nabuco, Pesqueira – PE, apresentou reclamação trabalhista contra as Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S/A do mesmo município. Informa o reclamante que em sua Carteira Profissional está registrada a data de admissão como dezembro de 1954, porém afirma que desde 1934 presta serviços a reclamada. Na primeira audiência, presentes as partes, foi recusada a proposta de conciliação. O advogado da reclamada alega que a reclamação é improcedente, pois o requerente era trabalhador rural e somente em 1954 passou ao setor industrial da empresa. A Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira a reclamação procedente. A empresa interpôs Recurso Ordinário no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e este decide, em acordo com o parecer da Procuradoria Regional do Trabalho, negar provimento ao recurso mantendo a decisão da Junta."

PROCESSO: 0103

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1973

Tipo: Reclamação Trabalhista

Ação Coletiva: Não

Qtd. Reclamantes: 1

JCJ: Pesqueira

Resultado: Conciliado

Processo Incompleto: Não

Recurso: Não

Juiz: Dra. Ignez de Azevedo Guedes

Adv. Reclamante: Dr. Francisco de Assis Moura

Adv. Reclamado: Dr. José Luiz Leal Libonati

Data Inicial: 23/04/1973

Data Final: 30/08/1973

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física

Nome/Razão Social: Francisco Guimarães

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado
Profissão/Atividade: Trabalhador rural
Endereço: Sítio Cachoeira
Cidade: Pesqueira-PE
Analfabeto: Sim
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Jurídica
Nome/Razão Social: Fábricas Peixe
Nacionalidade: Brasileira
Profissão/Atividade: Indústria de Alimentos
Endereço: Avenida Coronel Carlos de Brito
Número: 64/ 186
Cidade: Pesqueira-PE
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário
Aviso Prévio
Diferença Salarial
Indenização

RESUMO

Francisco Guimarães, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente no sítio Cachoeira, Pesqueira, moveu ação trabalhista contra as Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S/A - Fábricas Peixe, estabelecida na referida cidade. O reclamante afirmou que foi admitido em 1955 e trabalhou até 1973, quando foi afastado das suas atividades. Prestava serviço em diversas localidades da reclamada diariamente e recebia por produção. O requerente informou que no ano de 1961, a reclamada organizou um sistema de parceria, contudo o trabalhador alegou que esse sistema é totalmente prejudicial e que os pagamentos vem sendo reduzidos. Alegou que não recebeu férias, 13º salário, aviso prévio, diferença salarial. Neste âmbito reivindicou os

direitos trabalhistas supracitados. Em agosto de 1973, as partes entraram em acordo. A reclamada concordou em pagar a quantia de Cr\$2.800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros) ao reclamante como liquidação dos direitos decorrentes do contrato de trabalho.

PROCESSO: 0115

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1971
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Sim
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Deferido
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Adv. Reclamante: Ozias Burgos

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Luiz Badu da Silva e Outros 34 (ação Coletiva)
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão/Atividade: Operários
Endereço: Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Analfabeto: Não
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a Indústria de Doces e Conservas
Endereço: Avenida Comendador José Didier nº

Tipo Documento: Outro

Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

Diferença Salarial

Férias

Salário Família

RESUMO

"Luiz Badu da Silva e outros (34), todos operários, residentes em Pesqueira – PE, assistidos pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Doces e Massas Alimentícias, apresentaram ação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira contra a Fábrica Rosa S/A, estabelecida na Avenida Comendador José Didier nº 166/308, no mesmo município. Informaram os reclamantes que eram trabalhadores da Fábrica Rosa e que durante o tempo de trabalho não tiveram seus direitos trabalhistas cumpridos, tais como: INDENIZACAO, FERIAS, SALARIO_FAMILIA, entre outros. As partes entraram em acordo no qual a reclamada ficou responsável pelo pagamento da quantia de Cr\$2.054,91 (dois mil e cinquenta e quatro cruzeiros e noventa e um centavos). Esse valor foi depositado aos cuidados do representante do Sindicato, Manoel de Sousa Brito."

PROCESSO: 0142

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1973

Tipo: Reclamação Trabalhista

Ação Coletiva: Não

Qtd. Reclamantes: 1

JCJ: Pesqueira

Resultado: Conciliado

Processo Incompleto: Não

Recurso: Não

Juiz: Dra. Ignez de Azevedo Guedes

Adv. Reclamado: Dr. José Luiz Leal Libonati

Data Inicial: 13/06/1973

Data Final: 06/12/1973

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: João Raimundo Lopes
Nacionalidade: Brasileiro
Endereço: Fazenda Pitanga
Cidade: Pesqueira-PE
Tipo Documento: CTPS
Analfabeto: Sim
Tipo da Remuneração: Semanal
Valor da Remuneração: Cr\$ 26,00
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Jurídica
Nome/Razão Social: Fábricas Peixe
Nacionalidade: Brasileira
Profissão/Atividade: Industria de Alimentos
Endereço: Avenida Coronel Carlos de Brito
Número: 64/ 186
Cidade: Pesqueira-PE
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:
Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário
Anotação CP

Diferença Salarial

Férias

RESUMO

João Raimundo Lopes, brasileiro, trabalhador rural, residente na Fazenda Pitanga, Pesqueira, moveu ação trabalhista contra as Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S/A – Fábricas Peixe estabelecida na referida cidade. O reclamante afirmou que foi admitido em julho de 1970. Apesar de não ser demissionário, não recebe o salário mínimo legal da região, nunca gozou de férias, não recebeu 13º salário e não tem sua carteira profissional assinada. Neste âmbito reivindicou os direitos trabalhistas supracitados. As partes entraram em acordo em dezembro de 1973. A reclamada concordou em pagar a quantia de Cr\$1.000,00 (um mil cruzeiros) ao reclamante como liquidação dos direitos decorrentes do contrato de trabalho.

PROCESSO: 0143

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1973
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Não
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Conciliado
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Juiz: Dra. Ignez de Azevedo Guedes
Adv. Reclamado: Dr. José Luiz Leal Libonati
Data Inicial: 13/06/1973
Data Final: 06/12/1973

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Manoel Barbosa Nogueira
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão/Atividade: serviço gerais
Endereço: Fazenda Pitanga

Cidade: Pesqueira-PE
Tipo Documento: CTPS
Número Documento: 9.502
Comp. Documento: série 74
Analfabeto: Sim
Tipo da Remuneração: Semanal
Valor da Remuneração: Cr\$ 26,00
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Jurídica
Nome/Razão Social: Fábricas Peixe
Nacionalidade: Brasileira
Profissão/Atividade: Indústria de Alimentos
Endereço: Avenida Coronel Carlos de Brito
Número: 64/ 186
Cidade: Pesqueira-PE
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Salário

Diferença Salarial

Férias

RESUMO

Manoel Barbosa Nogueira, brasileiro, trabalhador rural, residente na Fazenda Pitanga, Pesqueira, moveu ação trabalhista contra as Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S/A, estabelecida na referida cidade. O reclamante afirmou que foi admitido em agosto de 1945 e trabalhou até 1952, quando foi transferido para a referida Fazenda. Trabalhava fazendo cercas e cortando madeiras e recebia semanalmente a quantia de Cr\$26,00. O requerente informou que

não recebia o salário mínimo legal da região, nunca gozou de férias e não recebeu 13º salário. Neste âmbito reivindicou: diferença salarial, férias e 13º salário. As partes entraram em acordo em dezembro de 1973. A reclamada concordou em pagar a quantia de Cr\$1.000,00 (um mil cruzeiros) ao reclamado como liquidação dos direitos decorrentes do contrato de trabalho.

PROCESSO: 0144

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1973

Tipo: Reclamação Trabalhista

Ação Coletiva: Não

Qtd. Reclamantes: 1

JCJ: Pesqueira

Resultado: Arquivado

Processo Incompleto: Não

Recurso: Não

Juiz: Dra. Ignez de Azevedo Guedes

Adv. Reclamado: Dr. Paulo Fernando Gamboa da Silva

Data Inicial: 13/06/1973

Data Final: 27/09/1973

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física

Nome/Razão Social: João Paulino de Melo

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão/Atividade: Serviços gerais

Endereço: Fazenda Cachoeira Grande

Cidade: Pesqueira-PE

Tipo Documento: CTPS

Número Documento: 50.098

Comp. Documento: série 364

Analfabeto: Sim
Tipo da Remuneração: Diária
Valor da Remuneração: Cr\$ 5,00
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Moacir Brito de Freitas
Nacionalidade: Brasileiro
Estado Civil: Casado
Profissão/Atividade: Engenheiro Agronomo
Endereço: Rua dos Xucurus
Cidade: Pesqueira-PE
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

Luiz Ferreira

OBJETIVOS

Anotação CP

Indenização

RESUMO

João Paulino de Melo, brasileiro, vigia, residente em Pesqueira, moveu ação trabalhista contra o Sr. Moacir de Freitas, estabelecido na Rua Xucurus, localizada na referida cidade. O reclamante afirmou que foi admitido em 1908 onde trabalhou até maio de 1973, quando foi demitido. Trabalhava na Fazenda Cachoeira Grande realizando diversos serviços e recebia diariamente a quantia de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros). O requerente informou que foi demitido sem aviso prévio ou qualquer espécie de indenização por tempo de serviço. Depois de realizadas algumas audiências, apresentadas as provas e ouvidas as testemunhas, em setembro de 1973, João Paulino de Melo informou a Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira a desistência da reclamação trabalhista em virtude de ter entrado em entendimento amigável com o reclamado. A desistência foi homologada pela JCJ-Pesqueira e o processo foi encerrado.

PROCESSO: 0146

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1973
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Não
Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Conciliado
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Juiz: Dra. Ignez de Azevedo Guedes
Adv. Reclamante: Dr. Luiz Concórdio de Menezes
Adv. Reclamado: Dr. José Alves Sampaio
Data Inicial: 13/06/1973
Data Final: 05/03/1974

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Luiz Severino de Lima
Nacionalidade: Brasileiro
Estado Civil: Casado
Profissão/Atividade: Trabalhador rural
Endereço: Fazenda São José
Cidade: Alagoinha-PE
Tipo Documento: CTPS
Número Documento: 17.996
Comp. Documento: série 92
Analfabeto: Não
Sindicalizado: Não

Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Jurídica
Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a
Profissão/Atividade: Industria
Cidade: Pesqueira-PE

Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Sebastião de Melo

Lídio Cavalcanti

Testemunhas do Reclamado:

Moacir de Oliveira

José Trajano de Brito

João Ismael do Nascimento

OBJETIVOS

Indenização

RESUMO

Luiz Severino de Lima, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente na Fazenda São José, Alagoinha, moveu ação contra a Fábrica Rosa S/a, estabelecida em Pesqueira. O reclamante afirmou que foi admitido em dezembro de 1954 e trabalhou até abril de 1973, quando foi demitido. Exercia a função de administrador no plantio de tomate e possuía estabilidade assegurada. Informou que foi demitido sem aviso prévio ou qualquer espécie de indenização por tempo de serviço. O mesmo trabalhador havia movido ação trabalhista contra a mesma reclamada no ano de 1972, Processo nº 0027/72, que foi julgado improcedente pela Junta de Conciliação e Julgamento de Pesqueira. Em julho de 1973, a ação trabalhista voltou a ser apreciada. Depois de uma série de audiências realizadas, apresentadas as provas e ouvidas as testemunhas, as partes entraram em acordo em março de 1974. A reclamada concordou em pagar a quantia de Cr\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta cruzeiros) ao reclamante como liquidação dos direitos decorrentes do contrato de trabalho.

PROCESSO: 0222

DADOS DO PROCESSO

Ano: 1972
Tipo: Reclamação Trabalhista
Ação Coletiva: Não

Qtd. Reclamantes: 1
JCJ: Pesqueira
Resultado: Deferido
Processo Incompleto: Não
Recurso: Não
Adv. Reclamante: Dr. Paulo Fernando Gamboa da Silva
Adv. Reclamado: Dr. Luís César Filho

RECLAMANTE

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Fernando Didier Pitta
Gênero: Masculino
Nacionalidade: Brasileiro
Estado Civil: Casado
Profissão/Atividade: Escriturário
Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 75, Pesqueira, PE
Tipo Documento: Outro
Número Documento: Carteira Profissional nº 9.000, série 74
Analfabeto: Não
Valor da Remuneração: Cr\$ 700,00/Mensal
Sindicalizado: Não
Menor: Não

RECLAMADO

Tipo Pessoa: Física
Nome/Razão Social: Fábrica Rosa S/a – Industria de Doces e
Endereço: Avenida Comendador José Didier, nº 166 a
Tipo Documento: Outro
Existe um segundo reclamado: Não

TESTEMUNHAS

Testemunhas do Reclamante:

Testemunhas do Reclamado:

OBJETIVOS

13. Sálario

Aviso Prévio

Férias

Indenização

RESUMO

"Fernando Didier Pitta, brasileiro, casado, residente a Rua Duque de Caxias, nº 75, Pesqueira, portador da Carteira Profissional nº 9.000, série 74, moveu ação trabalhista contra a Fábrica Rosa S/A – Industria de Doces e Conservas José Didier, estabelecida na Avenida Comendador José Didier, nº 166 a 308, no mesmo município. O reclamante afirma que foi admitido em junho de 1946 para executar a função de escriturário. Recebe Cr\$700,00 (setecentos cruzeiros) mensais. Há cinco meses não recebe salários motivo pelo qual considera ter sido demitido indiretamente. Neste âmbito, reivindica: os cinco meses de salários atrasados, aviso prévio, INDENIZACAO em dobro, FERIAS e DECIMO_TERCEIRO_SALARIO, totalizando Cr\$43.000,00 (quarenta e três mil cruzeiros). Em audiência ocorrida em 10 de agosto de 1972 a defesa da reclamada solicita que a reclamação seja considerada improcedente pois o reclamante não foi demitido. O atraso nos salários teria sido motivado por problemas financeiros enfrentados pela empresa. A defesa alega que tal situação é excepcional. Em 30 de novembro de 1972, depois de duas audiências, a JCJ-Pesqueira decide julgar procedente a reclamação por entender que o descumprimento, por parte da reclamada, das suas obrigações contratuais, estão desprovidos de fundamentação. Em 7 de dezembro de 1972 a Fábrica Rosa S/A não se conformando com a decisão proferida pela JCJ-Pesqueira, interpõe Recurso Ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Em 18 de janeiro de 1973, a Procuradoria Regional do Trabalho publica parecer no qual opina pelo não conhecimento do recurso. Alega que as custas do processo foram calculadas mas não há anexado aos autos o comprovante de seu pagamento. Em 7 de fevereiro de 1973 os juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região decidem acolher a preliminar de não conhecimento do recurso, por deserto. Em 2 de agosto de 1973 a Fábrica Rosa S/A nomeia a penhora de um imóvel de sua propriedade situado na Av. Comendador José Didier, nº 116/308. O reclamante contesta afirmando que o imóvel que a Fábrica se refere já foi penhorado em outro processo. Em 24 de janeiro de 1974, Fernando Didier Pitta requer a JCJ-Pesqueira que homologue um "Contrato Particular de Cessão de Crédito" no qual o Sr. José Maria da Silva Matos, português, casado, industriário, residente a Rua Jiriquiti, nº 205, Edifício Barão do Rio Branco, 8º andar, Recife, se propõe a comprar o crédito da dívida que é de Cr\$52.519,09 (cinquenta e dois mil quinhentos e dezenove cruzeiros e nove centavos). O valor está acrescido de juros e correção monetária. Em setembro de 1974 as partes assinam Termo de Conciliação no qual a empresa reclamada se compromete a pagar a quantia de Cr\$60.338,24 (sessenta mil trezentos e trinta e oito cruzeiros) ao reclamante. Em junho de 1978, a JCJ-Pesqueira publica Auto de Penhora e Depósito de um caminhão Ford, ano 1974, pertencente a Fábrica Rosa a fim de que seja quitado o débito da condenação. Em 12 de junho de 1978 a Fábrica apresenta um Embargo de Penhora a JCJ-Pesqueira alegando que o débito da reclamação já foi quitado. O Embargo não é aceito. A reclamada interpõe Agravo de Petição requerendo que o TRT da 6ª Região julgue o pedido de Embargo. Em 31 de outubro de 1978 a Procuradoria Regional do Trabalho publica parecer no qual opina pelo não provimento do recurso. Em 19 de dezembro de 1979 os juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região decidem acolher a preliminar de não conhecimento do agravo por falta de poderes do advogado que o subscreveu. Em 27 de agosto de 1979 foi realizado o pagamento de Cr\$211.866,12 (duzentos e onze mil oitocentos e sessenta e seis cruzeiros e doze centavos) a Fernando Didier Pitta. Em setembro de 1979 o reclamante pede ao TRT da 6ª Região que intime a empresa reclamada a pagar os juros e correções monetárias referentes ao período de 27/03/1979 a 27/08/1979. Em 27 de dezembro de 1979 a Procuradoria Regional do Trabalho publica parecer no qual opina pelo não provimento do recurso, por falta de amparo legal. Em 05 de janeiro de

1980 os juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região decidem dar provimento ao agravo de instrumento para que seja processado o agravo de petição. Em 13 de maio de 1980 a Procuradoria Regional do Trabalho publica parecer no qual opina pelo não provimento do agravo impetrado. Em 08 de agosto de 1980 os juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região decidem, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, negar dar provimento ao agravo para confirmar o despacho agravado. Em 01 de setembro de 1980, o reclamante interpõe Recurso de Revista ao Superior Tribunal do Trabalho. Em 27 de novembro de 1980 a Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho publica parecer no qual opina pelo não provimento do recurso. Em 31 de março de 1981 a 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decide, por unanimidade, negar provimento ao agravo."